



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 8 N. 13 Setembro 2006



Universidade Católica Dom Bosco

Reitor
Pe. José Marinoni
Pró-Reitor Acadêmico
Pe. Jair Marques de Araújo

Editora UCDB
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS
Fone/Fax: (67) 3312-3373
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Aparecido Francisco dos Reis
Cleoneice Alexandre Le Bourlegat
Eduardo José de Arruda
Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável em exercício

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Abstracts

Os próprios autores

Resúmenes

Mari Neli Dória

Resumé

Cleoneice Alexandre Le Bourlegat

Auxiliar de traduções

Juliano Hipólito Ferreira

Revisão de Texto

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Osvaldo dos Santos / ago. 2006

Escultura símbolo e guardiã do Museu José Antônio

Pereira – fundador de Campo Grande-MS.

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (USP)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)
Alicia Rivero (SERCAL)
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)
Cezar Augusto Benevides (UFMS)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)
Everson Alves Miranda (UNICAMP)
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)
Leila Christina Dias (UFSC)
Marcel Bursztyn (UNB)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)
Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)
Marília Luiza Peluso (UNB)
Mário César Leite (UFMT)
Marisa Bittar (UFSCar)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCG)
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)
Rosa Esther Rossini (USP)
Sérgio Granemann (UCB)
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 13 (Setembro 2006). Campo Grande: UCDB, 2006.

142 p. V. 8

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(http://www.iai.spk-berlin.de)

Editorial

A Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Interações n.13, faz uma homenagem ao 107º aniversário da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, comemorado em 26 de agosto de 2006, trazendo na capa desta edição a escultura símbolo e guardiã do Museu José Antônio Pereira – fundador de Campo Grande-MS.

A obra criada pelo artista José Carlos da Silva, em arenito da região de Aquidauana-MS, homenageia os descendentes do fundador da cidade, ao representar Antônio Luiz Pereira, sua esposa Ana Luiza e a filha Carlinda Contar. A escultura exposta na porta de entrada do Museu simboliza a apropriação coletiva do patrimônio municipal que integra a identidade campo-grandense.

Nesse contexto, Interações publica o artigo de Nassima Dris, *Patrimoine et Développement Local - l'appropriation collective du patrimoine comme forme d'intégration sociale*, abrindo um espaço para discussões sobre estratégias de desenvolvimento regional e local, para a definição de medidas e projetos de crescimento econômico. As pesquisas de Roberto Hernández Aracena e Ione A. Castilho Pereira apontam também para uma estreita vinculação do Patrimônio Cultural à identidade local em seu artigo *Educación patrimonial em Falcao, Mato Grosso: una propuesta sobre patrimonio, identidad, educación y Desarrollo Local*, pautadas em um processo educativo desenvolvido na comunidade rural do município de Cáceres, Mato Grosso.

Os trabalhos seguintes discutem o território, as aglomerações das atividades da economia social e as influências étnicas na formação das cidades. Segundo estas perspectivas destacam-se os artigos de Clara Craviotti – *Concertación social y territorio*, que analisa um dos componentes centrais do desenvolvimento local - rural, estabelecen-

do conexões para o desenvolvimento de ações visando ao ajustamento social; Jacques Prades, ao analisar *L'agglomération d'activités d'économie sociale: Mondragon, Montréal e la Toscane*, assinala para a união de estados e municípios propondo novas estratégias de desenvolvimento e crescimento econômico; María Andrea Nardi e Sandra Graciela Pereira, tratam em seu artigo *Proximidad territorial y Desarrollo Local - rural: las ferias francas de la provincia de misiones – noroeste argentino*, cuja vertente principal é a análise de dinâmicas industriais e ambientes inovadores e suas relações com o desenvolvimento local rural, a partir de perspectivas centradas nas relações de proximidade territorial. Para Mirlei Fachini Vicente Pereira, em *O território sob o "Efeito Modernizador": a face perversa do desenvolvimento*, deve-se sempre adotar práticas que possam difundir idéias de desenvolvimento e modernização de forma diferenciada de lugar para lugar. Maria Luiza Silva Santos, em seu artigo *As influências das interações étnicas na formação da cidade de Ilhéus-Bahia*, propõe uma reflexão quanto às interações étnicas no desenvolvimento turístico cultural da cidade baiana.

As pesquisas sobre gestão do desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, sistema de inovação e compartimentação geoambiental finalizam a seção de artigos. Claudete de Castro Silva Vitte discute a *Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações*, apontando para a importância de uma perspectiva analítica da Geografia para este estudo de gestão; Nilson Araújo de Souza, examina a *Gestão Estratégica do Desenvolvimento Endógeno: crescimento auto-sustentado exige novos investimentos* e as condições necessárias para o crescimento auto-sustentado, tomando como base de análise o comportamento recente da economia brasileira; Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves

e Débora Cristina Bandeira Rodrigues sugerem reflexões em torno das concepções de *Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo*, correlacionando-as com o tratamento das questões ambientais planetárias e políticas econômicas que embasam o modelo de desenvolvimento vigente; Francisco de Assis Veloso Filho e Jorge Madeira Nogueira reconhecem a importância dos *Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional e local no Brasil*, onde municípios e Estados podem contar com novos elementos para a discussão de estratégias de desenvolvimento e para a definição de medidas e projetos de crescimento econômico; José Sidiney Barros e Antônio Alberto Jorge Farias Castro analisam a *Compartimentação Geoambiental no complexo de Campo Maior, PI: uma área de tensão ecológica*, como uma área de tensão ecológica, com discussões fundamentadas e uma perspectiva sistêmica.

Na seção final entre praxis e conceitos, Vicente Fidéles de Ávila apresenta, em estilo coloquial, *Realimentando discussão so-*

bre teoria do Desenvolvimento Local.

Interações, a partir deste número, não contará mais com a preciosa colaboração de Aparecido Francisco dos Reis, a quem, em nome do Conselho de Redação, agradeço imensamente pela eficiência com que conduziu a *Revista Interações* por mais de dois anos, não medindo esforços para a inserção de artigos estrangeiros, contribuindo assim, para a melhoria das discussões sobre Desenvolvimento Local, também, no âmbito internacional.

À Editora da UCDB, aos colaboradores, revisores e tradutores, meus agradecimentos pela presteza em atender as solicitações e cumprimento de prazos estabelecidos para a elaboração deste número da revista, que deve propiciar análises, reflexões, debates, críticas, contextualizando o desenvolvimento local em escala sempre crescente e com eficácia.

Maria Augusta Castilho
Editora em exercício

Sumário

Artigos

Patrimoine et Developpement Local: l'appropriation collective du patrimoine comme forme d'integration sociale	9
Heritage and local development: the collective appropriation of heritage for social integration	9
Patrimônio e Desenvolvimento Local: a apropriação coletiva do patrimônio para a integração social	9
Herencia y desarrollo local: la apropiación colectiva de la herencia para la integración social	9
DRIS, N.	
Educación Patrimonial en Facao, Mato Grosso: una propuesta sobre patrimonio, identidad, educación y desarrollo local	19
Education on Heritage in Facao, Mato Grosso: a proposal about heritage, identity, education and local development	19
Éducation patrimonial en Facao, Mato Grosso: une proposition sur héritage, identité, éducation et développement local	19
Educação Patrimonial em Facao, Mato Grosso: uma proposta sobre patrimônio, identidade e desenvolvimento local	19
ARACENA, R.H.; PEREIRA, I.A.C.	
Concertación social y territorio	29
Social establishment and territory	29
Établissement social et territoire	29
Ajuste social e territorial	29
CRAVIOTTI, C.	
L'agglomération d'activités d'économie sociale: Mondragon, Montréal et la Toscane	37
The agglomeration of the social economy activities: Mondragon, Montreal and Toscane	37
A aglomeração das atividades da economia social: Mondragon, Montréal e da Toscane	37
La aglomeración de las actividades de la economía social: Mondragon, Montreal e la Toscane	37
PRADES, J.	
Proximidad territorial y desarrollo local - rural: las ferias francas de la Provincia de Misiones - Noreste Argentino	51
Territorial neighborhood and sustainable development - rural: the free fairs of Misiones province - Argentinian Northeast	51
Proximité territoriale et développement soutenable - rural: les foires libres de la province de Misiones - Nord-est Argentin	51
Proximidade territorial e desenvolvimento local - rural: as feiras francas da Provincia de Misiones - Nordeste Argentino	51
NARDI, M.A.; PEREIRA, S.G.	
O território sob o "Efeito Modernizador": a face perversa do desenvolvimento	63
The territory under the "Modernizing Effect": the perverse face of the development	63
Le territoire sous "l'Effet Modernisem": la misage méchant du développement	63
El territorio bajo el "Efecto Modernizador": el lado perverso del desarrollo	63
PEREIRA, M.F.V.	
As influências das interações étnicas na formação da cidade de Ilhéus/Bahia	71
The influences of the ethnic interactions in the formation of Ilhéus city/Bahia	71
Les influences des interactions ethniques dans la formation de la ville d'Ilhéus/Bahia	71
Las influencias de las interacciones étnicas en la formación de la ciudad de Ilhéus/Bahia	71
SANTOS, M.L.S.	

Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações	77
Administration of the local economic development: some considerations	77
<i>Gestion du développement économique local : quelques considérations</i>	77
<i>Gestión del desarrollo económico local: algunas consideraciones</i>	77

VITTE, C.C.S.

Gestão estratégica do desenvolvimento endógeno: crescimento auto-sustentado exige novos investimentos	89
Strategic administration of the inside development: self-sustained growth demands new investments	89
<i>Gestion stratégique du développement endogène : croissance auto-souténi exige nouveaux investissements</i>	89
<i>Gestión Estratégica del Desarrollo Endógeno: crecimiento auto sustentado exige nuevas inversiones</i>	89

SOUZA, N.A.

Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo	99
Sustainability development: limits and perspectives in the contemporary debate	99
<i>Développement Soutenable : limites et perspectives dan le débat contemporain</i>	99
<i>Desarrollo Sostenible: límites y perspectivas en el debate contemporáneo</i>	99

CHAVES, M.P.S.R.; RODRIGUES, D.C.B.

Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional e local no Brasil	107
Inovation systems and local regional technological promotion in Brazil	107
<i>Systèmes d'innovation et promotion technologique régionale et locale au Brésil</i>	107
<i>Sistemas de innovación y promoción tecnológica regional y local en el Brasil</i>	107

VELOSO FILHO, F.A.; NOGUEIRA, J.M.

Compartimentação geoambiental no complexo de Campo Maior, PI: uma área de tensão ecológica	119
Geoenvironmental Compartment in Campo Maior Complex, PI: an ecologic tension area	119
<i>Compartimentation Geoambiental dans le complexe du Campo Maior, PI : une aire de tension écologique</i>	119
<i>Compartimentación geoambiental en el complejo de Campo Mayor, PI: un área de tensión ecológica</i>	119

BARROS, J.S.; CASTRO, A.A.J.F.

Entre práxis e conceitos

Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)	133
Renourishing the discussion on the theory of Local Development (LD)	133
<i>Realimenter la discussion sùr la théorie de Développement Local (DL)</i>	133
<i>Realimentando la discusión sobre la teoría del Desarrollo Local (DL)</i>	133

ÁVILA, V.F.

Artigos

Patrimoine et Développement Local: l'appropriation collective du patrimoine comme forme d'intégration sociale

Heritage and local development: the collective appropriation of heritage for social integration

Patrimônio e Desenvolvimento Local: a apropriação coletiva do patrimônio para a integração social

Herencia y desarrollo local: la apropiación colectiva de la herencia para la integración social

Nassima Dris*

Recebido em 28/9/2005; revisado e aprovado em 15/12/2005; aceito em 30/7/2006.

Résumé: Les actions de requalification urbaine et de patrimonialisation offre à la ville de Melun (Seine-et-Marne) l'opportunité de mesurer l'attachement des habitants à leur ville, son histoire, son site et son paysage. Dans cette perspective, les opérations de protection et de valorisation du patrimoine s'inscrivent dans une politique locale de développement et constituent un moyen pour signifier les valeurs identitaires de la ville. Or, l'hétérogénéité sociale et culturelle des habitants donne à voir une histoire en formation où se rencontrent les références plurielles du temps passé et les contingences du présent. Au travers de cette réalité urbaine dynamique aux territoires différenciés, comment envisager des ajustements sociaux et urbains capables d'engendrer des modes de communication par delà les clivages?

Mots-clé: Territoire; patrimoine; développement local.

Abstract: By analysing a concrete example this paper strives to show how cultural heritage preservation and development campaigns can help bring into play local development policies mainly aimed at enhancing the town's image as well as improving social cohesion through better integration of its diverse social components. If the town's inhabitants do indeed come from socially and culturally diverse backgrounds, and thereby participating in the creation of new urban identities, one may wonder to what extent do measures aimed at enhancing cultural heritage through local initiatives improve social cohesion? Can a collective appropriation of urban heritage be achieved in a culturally diverse context?

Key words: Territory; heritage; local development.

Resumo: As ações de requalificação urbana e de patrimonialização oferecem à cidade de Melun (Seine-et-Marne) a oportunidade de medir o elo afetivo dos habitantes à sua cidade, sua história, seu sítio e sua paisagem. Nessa perspectiva, as operações de proteção e de valorização do patrimônio inscrevem-se numa política local de desenvolvimento e constituem um meio para designar os valores de identificação própria à cidade. Entretanto, a heterogeneidade social e cultural dos habitantes mostram uma história em formação onde se encontram as multi-referências do tempo passado e as contingências do presente. Por esta realidade urbana dinâmica nos territórios diferenciados, como imaginar ajustes sociais e urbanos capazes de engendramos modos de comunicação para além das rupturas?

Palavras-chave: Território; patrimônio; desenvolvimento local.

Resumen: Las acciones de recalificación urbana y patrimonialisation ofrecen à la ciudad de Melun (Seine-et-Marne) la oportunidad de medir el cariño de los habitantes por su ciudad, su historia, su sítio y su paisaje. En esta perspectiva, las operaciones de protección y de valorización de la herencia se inscriben en una política local de desarrollo y constituyen un medio para significar los valores identitarios de la ciudad. Bueno, la heterogeneidad social y cultural de los habitantes da a ver una historia en formación donde se reencontran las referencias plurales del tiempo pasado y las contingencias del presente. ¿Por medio de esta realidad urbana dinámica a los territorios diferenciados, cómo encarar los arreglos sociales y urbanos capaces de generar los modos de comunicación más adelante de las separaciones?

Palabras clave: Território; herencia; desarrollo local.

Introduction

L'Inventaire Général des Monuments et des Richesses Artistiques de la France offre à la Ville de Melun l'opportunité d'entreprendre une étude ayant pour objectif la mise en évidence de la « culture des gens » dans leur vécu quotidien. L'originalité de la démarche réside dans l'idée d'associer à cet inventaire un questionnement lié à la nature des liens

que les gens entretiennent avec le patrimoine qu'il soit matériel ou immatériel. Sur le terrain, des opérations de requalification urbaine sont engagées à travers le projet « Atout-Cœur » (1999-2003). Elles confirment la volonté municipale de redorer le blason de la ville à partir de l'île Saint Étienne. Nous savons depuis la loi Malraux que la notion de protection des patrimoines s'accompagne de l'idée de développement en intégrant des

* Maître de conférences Département de Sociologie - Université de Rouen. Rue Lavoisier 76821- Mont Saint-Aignan (France). (nassima.dris@univ-rouen.fr).

dimensions sociales et économiques. La procédure « Zone de Protection du Patrimoine Architectural Urbain et Paysager » (ZPPAUP) mise en œuvre sur l'île Saint-Étienne constitue un progrès dans ce domaine, elle inscrit le projet dans une perspective qui se veut plus proche de la demande locale et l'insère dans l'ensemble territorial. Il s'agit dès lors de décrypter non seulement les rapports à l'histoire ancienne mais aussi donner à voir l'histoire en formation, celle du centre-ville et des entités territoriales stigmatisées (« quartiers nord », « quartier sud »). Aujourd'hui, la question de la ville dépasse largement les interrogations sur la gestion des tensions urbaines pour s'attacher aux ajustements capables d'engendrer des modes de communication entre les parties et permettre aux individus et aux groupes de reconstruire leur histoire et s'insérer socialement et politiquement. Les questions d'identité et de territorialité liées aux notions d'appartenances, de pouvoirs et de représentations deviennent dès lors essentielles. Ces catégories permettent d'envisager des interrogations sur des « arts de faire » et des manières de vivre en ville, mais aussi de mettre en lumière « l'entremêlement de civilisations » (R. BASTIDE) et la durabilité de l'urbain. La ville est considérée ainsi comme un lieu privilégié d'échanges, d'interactions et de participation citoyenne.

I Changer la ville ou l'utopie renouvelée

1 Les marges urbaines

Comment faire pour que la patrimonialisation ne devienne un instrument d'exclusion et de ségrégation? C'est autour de cette question que se déploient les nouveaux enjeux d'une politique patrimoniale de la ville contemporaine. De ce fait, la contextualisation est nécessaire, elle donne du sens au patrimoine et à l'histoire qui le sous-tend. La volonté constructiviste du passé exprime de toute évidence une crise de filiation¹ et une quête identitaire. Melun est à la fois une ville ancrée dans une histoire ancienne liée à l'histoire de France avec la référence à la royauté et intègre au fil du temps des populations diverses : des immigrés européens (italiens, portugais, etc.),

des rapatriés d'Algérie (pieds-noirs et harkis) et aujourd'hui, des immigrés d'origine maghrébine, africaine, turques, et autres. En somme, une ville plurielle avec des traditions aux langages multiples. Qu'en est-il aujourd'hui de cette diversité sinon des figures d'une cohabitation improbable?

L'intégration urbaine demeure une question d'importance pour comprendre le changement qui s'opère dans la ville. Dans une approche du vécu urbain où la dimension de l'hétérogénéité (multiplicité des communautés, des groupes et des engagements sociaux...) est essentielle, Hannerz attribue au citoyen des caractéristiques de cosmopolitisme et de tolérance. Dans cette perspective, le citoyen est un individu débarrassé des règles de vie imposées par la communauté, et évolue dans la fluidité de la vie urbaine². Toutefois, dans cette « ville à l'œuvre » se forment des niches, des enclaves qui donnent à la ville l'aspect d'une mosaïque urbaine constituée d'univers sociaux juxtaposés. Certains y observent une sorte de difficulté d'être citoyen ou tout simplement citoyen liée à la légitimité de la présence dans la ville. A cela s'ajoutent de nouvelles pratiques urbaines plus conformes à la cité refuge où le groupe supplantant toute forme de pouvoir contrôlerait la vie quotidienne dans ses moindres détails.

Dans cette logique, on s'empare de l'espace pour réduire la distinction entre centre et périphérie et faire d'une portion de ville, un centre. A cela s'ajoute l'interférence du religieux et du politique qui oriente les comportements et les usages en imposant à la ville de nouvelles formes d'existence. Ces antagonismes de la réalité urbaine mettent en scène des fragmentations, des fissures et des incohérences de la société dans son ensemble. C'est ainsi que « *La ville transhumante, ou métaphorique, s'insinue dans le texte clair de la ville planifiée et lisible* » (M. DE CERTEAU, 1990) et certains comportements issus de la tradition s'enracinent dans le social en dépit des changements sociaux (R. HOGGART, 1979).

L'urbanisme s'inscrit indéniablement dans un processus global de société avec pour fondement la recherche, la négociation et la remise en question d'autant que la vie urbaine laisse remonter à la surface ce que le projet

urbain en a exclu. La ville réelle, celle qui surprend toujours par son évolution, nécessite à tout moment une relecture de l'espace pour rendre intelligible les représentations. La ville n'est pas exclusivement un processus d'urbanisation, elle est aussi un lieu où s'invente l'urbanité. La mise en relation des formes sociales et spatiales, autrement dit, la corrélation espace/société préfigure des images de la société en perpétuelle recomposition. C'est en ce sens que la ville est à la fois ferme et révisible (LEDRUT, 1968) et la relation de réciprocité entre les individus et leur environnement indique, me semble-t-il, les fondements même de la société.

Il est généralement admis aujourd'hui que l'idée selon laquelle le changement du cadre bâti suffirait, à lui seul, à induire le changement social, relève de l'utopie la plus évidente³. Écartant toute forme de complexité, la planification urbaine est incapable de comprendre le bazar et de voir à quel point le désordre est une ressource dans la ville, écrit R. Sennett⁴. Il s'agit du bon usage du désordre étant entendu que celui-ci est chargé de sens. Les nombreux problèmes des quartiers périphériques constituent le plus souvent la partie aveugle de l'action urbaine.

2 Morcellement des territoires

Les sociétés urbaines aujourd'hui sont le reflet de l'accroissement des différences sociales et culturelles et la montée de l'indifférence. Les enjeux de l'urbanisme résident dans la volonté de réduire la ségrégation et l'enclavement par une conception faible des « frontières » en facilitant les formes d'appropriation et les mouvements dans l'espace. La temporalité joue un rôle essentiel dans ce processus. Le temps passé et le temps présent doivent être suggéré au travers de l'espace urbain non par une juxtaposition d'éléments mais par une intégration cohérente de l'ancien et du nouveau. La rue se distingue, dès lors, du domaine des communautés et des catégories. Autrement dit, le rapport entre ces deux aspects d'une même réalité (espace/société) donnerait à l'urbain son effet global.

Melun apparaît comme une ville à échelle humaine à qui les habitants

reconnaissent de nombreuses qualités. Pour la majorité des personnes interrogées, Melun est une ville commode qui offre les services essentiels en particulier aux personnes du 3ème âge. Pourtant, à des moments distincts de son histoire, la ville de Melun a été recomposée par des mutations tant sociales que spatiales qui aboutissent aujourd'hui à une ville fragmentée. Même les quartiers d'habitat social sont d'inégale valeur. On y observe notamment des fonctionnements différenciés :

- « Les Mézereaux » est un quartier relativement excentré, mal desservi et mal équipé. Il accueille une population fragilisée dont une forte proportion est d'origine étrangère. La vie socioculturelle y est peu développée sinon inexistante.

- « Schuman » accueille quasi exclusivement des familles d'origine maghrébine sur deux à trois générations. Malgré sa situation géographique particulièrement enclavée, il est mal desservi par les transports publics et ne dispose d'aucun commerce de proximité.

- « Montaigne » abrite une population mixte (jeunes ménages et familles « anciennes » toutes origines confondues) avec une vie socioculturelle quelque peu dynamique.

- « Plateau Corbeil » est un secteur résidentiel calme avec une forte proportion de retraités.

- « L'Almont » est l'un des secteurs les plus attractifs des « quartiers nord ». Tourné vers le centre-ville, il est bien équipé et bénéficie d'une image positive. La fracture la plus visible réside dans la mise à distance des quartiers par rapport au centre-ville⁵.

Les « quartiers » sont désignés par la seule position géographique (centre, nord, sud). Ce n'est certainement pas une spécificité de la ville de Melun mais un exemple parmi d'autres d'une réalité morcelée où les gens sont captifs du lieu dans lequel ils vivent sans lien réel avec le reste de la ville. Quand les Melunais parlent de leur ville, ils distinguent surtout deux entités territoriales, les « quartiers nord » et le reste de la ville. Les habitants du centre ignorent les « quartiers nord » et préfèrent ne pas se prononcer à ce propos. Le refus de s'exprimer sur une réalité sociale considérée comme embarrassante indique une mise à distance des « classes dangereuses » tant dans les discours que dans

les comportements. Par opposition, les habitants des quartiers périphériques s'identifient d'abord à un territoire restreint et au mieux à l'ensemble du quartier. Ce morcellement des espaces identitaires se construit comme une antithèse à la ville inaccessible. Pourtant, les distances entre les parties sont faibles mais les « frontières » sont symboliquement infranchissables. La singularité du quartier Schuman ne peut être passer sous silence. Les habitants de ce quartier sont maintenus dans une situation d'enclavement exceptionnel. Les enfants des primo arrivants habitent toujours le quartier, s'y sont mariés et y ont eu à leur tour des enfants. La situation géographique et la question du transport public ne permettent pas aux habitants de sortir de cette enclave dans laquelle se déroule la quasi totalité de leurs activités. Les liens avec l'extérieur sont extrêmement réduits dans cette sorte de « village » où le regroupement communautaire est vécu comme une relégation. Par ailleurs, la destruction de certains immeubles bien que vétustes, insalubres et invivables (« Balzac » en 1996), a été ressentie comme la disparition d'une forme sociale où se sont cristallisées des identités particulières. Les familles qui y résidaient depuis 30 ans n'ont pas pu faire le deuil de leur dispersion par les effets du relogement malgré les actions d'encadrement menées par l'office HLM et la CAF. Pourtant ces quartiers sont plutôt bien équipés (Centre social Jean XXIII, Maison Picot, Maison de l'enfance, Maison de quartier...) et de nombreuses actions sociales et culturelles y sont menées. Dès lors, les interrogations portent sur la nature des actions et des liens nécessaires à l'implication des habitants autour de ces actions.

II Dimensions du patrimoine dans une société plurielle

1 Patrimoine, mémoire et lien social

Les travaux fondateurs de Maurice Halbwachs ont montré la pertinence de la notion de mémoire dans l'analyse des phénomènes sociaux. Qu'elle soit collective ou individuelle, la mémoire repose sur un rapport au sol et aux cadres matériels qui constituent pour les sociétés « *un abri et un appui sur lequel*

poser leurs traditions »⁶. Il se trouve que l'histoire urbaine de façon générale est une histoire mouvementée, fragmentée et poreuse. En mettant l'accent sur la diversité de territoires et l'aspect mosaïque de la ville, on est amené à « *gérer la mémoire d'une pluralité de territoires urbains* » et par là même, à « *croiser des lieux différents et des liens différents* »⁷. Autrement dit, les formes de représentation de l'espace correspondent aux différents groupes qui s'y inscrivent. Plus il y a de groupes, plus les formes de représentations sont diversifiées et indiquent par, là même, des mémoires différenciées. Toutefois, il convient de souligner que l'ambivalence des formes sociales et culturelles peut constituer une des explications possibles à l'origine du malaise qui affecte la société urbaine aujourd'hui. Il serait hasardeux néanmoins de se fier à un quelconque déterminisme et de préjuger de l'homogénéité des pratiques et leur cohérence culturelle. Si l'urbanité résulte du travail de la société sur elle-même, il ne peut y avoir, dans la quotidienneté des habitants, deux villes opposées : la « ville à soi » et la « ville de l'autre ». En réalité, une seule ville subsiste dans l'étendue de sa diversité spatiale, sociale et culturelle. « *Lorsqu'un groupe est inséré dans une partie de l'espace, il la transforme à son image mais en même temps il se plie et s'adapte à des choses matérielles qui lui résistent* »⁸ écrit Halbwachs. En effet, l'occupation des logements en cité HLM a montré non seulement les capacités des habitants à résister mais aussi et surtout leurs compétences dans le processus d'adaptation à un nouveau cadre de la vie urbaine.

La question qui semble à même d'instruire ce rapport à la mémoire sous toutes ses formes, porterait plutôt sur la nature du croisement, du chevauchement et de la superposition de modèles car la vulnérabilité des représentations s'applique aussi à la mémoire. Si le pays d'origine apparaît souvent comme le seul *lieu de mémoire*, une mémoire autorisée liée à un temps et un espace idéalisés, il constitue à ce titre un refuge identitaire face à l'incohérence du quotidien. Force est de constater que la mémoire immigrée partie intégrante de la mémoire urbaine correspond surtout à une histoire de l'exil liée au travail, au logement et aux relations avec ceux qui partagent la même expérience.

Connaître le sens que donnent les gens au patrimoine urbain (monuments, châteaux, cathédrales, fontaines, etc.) est un objet séduisant dans ce type de démarche pour plusieurs raisons : il permet d'abord de rendre lisible le sens symbolique de l'histoire, ensuite de mettre en évidence les présupposés qui sous-tendent certaines réalisations urbaines et enfin, de donner du sens à la monumentalité, celle de la mémoire collective et de la quotidienneté. La monumentalité historique est défini comme le résultat d'une double nécessité : symboliser la collectivité et symboliser le passé⁹. Le monument est, en ce sens, ce qui interpelle la mémoire en s'appuyant sur des personnes, des événements, des sacrifices, des rites ou des croyances. Au travers des images symboliques qu'il évoque, le monument gère des représentations autour desquelles le groupe social s'organise. C'est pourquoi, il contribue à maintenir et à préserver l'identité d'une communauté, ethnique ou religieuse, nationale, tribale ou même familiale¹⁰. A Melun, les monuments les plus significatifs pour les habitants se rattachent d'abord à la religion avec les deux principales églises (Notre-Dame et Saint-Aspais) et le Prieuré Saint-Sauveur, ensuite à la culture avec la statue de Jacques Amyot et enfin, à l'héritage de la royauté avec le château de Vaux-le-Vicomte à 5 km de Melun.

Le monument puise dans son contexte ses propres marques pour « *s'affirmer comme exception* »¹¹. Il est difficile dès lors de séparer le monument du contexte de sa production parce qu'ils se supportent l'un l'autre et qu'ils n'existent pas l'un sans l'autre. La monumentalité est une production inféodée à un lieu, à un environnement et/ou à une histoire. Pourtant, ce lien étroit avec le contexte peut être également fabriqué et donc figurer une histoire sans authenticité comme l'affirme François Loyer¹² pour qui la construction du patrimoine témoigne aussi d'une fabrication artificielle de l'histoire en construisant des preuves qui n'existent pas. Le témoignage du monument n'est plus qu'un « historicisme » qui conforte le projet comme porteur de valeurs futures. C'est à la fois dans le contexte et dans les logiques de production du monument qu'il convient de chercher les formes de représentations

sociales d'autant que l'idée selon laquelle la ville doit être signifiée par un ensemble urbain monumental, est sous-jacente dans la plupart des discours de politique urbaine.

2 Théâtralisation de la ville

La transformation d'un lieu urbain en patrimoine est inséparable de la notion de centralité¹³. Autrement dit, la transformation des centres-villes en lieux du patrimoine suppose, en même temps que la production du lieu, une articulation entre la mise en scène d'un passé dans la ville et la production d'une identité urbaine liée à la centralité. L'identification du centre-ville (localisation, qualification, délimitation) par les habitants d'une ville est étroitement liée à leurs caractéristiques sociales et culturelles. Cette rencontre du social et du spatial prend donc des formes propres à chaque société et reflète autant de modes d'existence du citoyen. L'articulation du centre-ville avec d'autres catégories d'espace sous-tend précisément la notion de centralité signifiant l'intégration du lieu dans un système de valeurs. Le centre-ville est un lieu privilégié pour l'identification des appartenances sociales et culturelles de la ville.

Aujourd'hui, la question de la centralité est à l'ordre du jour dans les villes françaises où les nombreux problèmes des banlieues soulignent l'importance de la notion d'accessibilité à l'espace public dans les problématiques urbaines. De l'échec social et urbanistique des banlieues se dégage une sorte de demande sociale de centralité. Les conflits provoqués par l'isolement social et culturel des plus démunis et l'émiettement des villes remettent le centre-ville au cœur des préoccupations urbanistiques¹⁴.

Si nous transposons cette idée au cas de Melun, il apparaît nettement que compte tenu de la complexité des problèmes sociaux afférents, la valorisation du centre-ville passe par une reconsidération du patrimoine urbain dans sa globalité et de l'histoire en général. Le projet "Atout cœur" prévoit de doter la ville d'un "centre fort, dynamique et attractif" par un redéploiement du centre existant vers l'île Saint-Étienne qui offre des opportunités foncières exceptionnelles. L'île Saint-Étienne est présentée dans ce programme comme «

berceau de la ville et témoin d'un passé prestigieux » (patrimoine fluvial, forteresse royale des Capétiens et collégiale Notre-Dame) et comme « *creuset du devenir de la ville* » (présence de l'université). C'est en ce sens que le patrimoine objectivé présente un enjeu pour les pouvoirs publics. Ce qui est primordial dans cette valorisation du patrimoine, c'est la restauration de la mémoire et la construction de l'identité urbaine autour de ce patrimoine. Restaurer la mémoire, c'est aussi créer une centralité autour des valeurs dans lesquelles on se reconnaît.

Toutefois, l'ordre spatial organisé autour de l'hégémonie du centre-ville comme lieu de convergence d'éléments valorisants du social, traduit une conception hiérarchisée de la ville où la périphérie n'a qu'un rôle relatif. Dès lors, des centralités nouvelles émergent en d'autres lieux et sous d'autres formes. C'est ainsi que les quartiers se distinguent à la fois comme espace de contestation pour un droit de regard et de parole dans la cité, mais aussi comme espace de cristallisation et de confirmation des valeurs identitaires. Ainsi apparaît la nécessité de comprendre la crise de représentation de l'espace public comme espace de rencontres et de multiplicité des perspectives (I. JOSEPH, 1995). Il est reconnu aujourd'hui que les gens « *possèdent et utilisent un « haut niveau de connaissance » dans la production de leurs actions quotidiennes, et la plus grande part de ce savoir est pratique et théorique* » (A. GIDDENS, 1987). Autrement dit, les sociétés produisent un savoir sur elles-mêmes auquel les individus participent par une construction réflexive organisée en fonction des risques, des circonstances et des options contingentes. La prise en compte des usages sociaux liés aux compétences des habitants dans l'exercice réel du "droit à la ville" contribue à concevoir des modes d'intervention affranchis de l'imposition de modèles.

Les pratiques urbaines actuelles structurent la ville de Melun en territoires spécifiques mais confirment en certains lieux, les espaces ouverts. La majorité des personnes interrogées indique, par ordre d'importance, les espaces majeurs de la ville : le centre-ville, la gare SNCF et la gare routière des « Trois Horloges ». Il s'agit de

trois types d'espaces traduisant les principales trajectoires urbaines et une localisation de centres dans des territoires différenciés. Quant aux activités dans le centre-ville, elles sont de l'ordre des activités classiques d'un centre-ville en général. Nous avons recensé dans l'ordre : le commerce et le marché, les services tertiaires (banque, poste, mairie, etc.), les activités culturelles (bibliothèque, espace Saint-Jean, cinéma, musée), la promenade, le passage, les restaurants et la fréquentation des églises pour les personnes âgées. En revanche, tous les avis convergent pour signaler les incohérences de la circulation automobile, du stationnement et du transport public comme principaux problèmes de la ville depuis plusieurs années déjà. La place Saint-Jean, l'Hôtel de Ville, l'espace culturel Saint-Jean et le marché, constituent le carré synergique de la ville. L'histoire urbaine y localise le centre névralgique depuis fort longtemps. Néanmoins, les Melunais regrettent la disparition d'une place véritable qui figure dans les cartes postales anciennes car la voiture s'en est emparée pour en faire un parking de plus... Pourtant, la place Saint-Jean et son prolongement sur le marché, demeure le principal lieu de rencontre et de brassage. Elle est incontestablement un repère dans la ville pour l'ensemble des Melunais.

3 « Ville royale » ou mosaïque urbaine

La restauration de la mémoire à Melun se fait autour de la notion de « ville royale ». Or, la ville qui fut royale jusqu'au XVI^e siècle n'a pu sauver ou reconstruire le château de Blanche de Castille, d'autant qu'il constitue la première référence à l'histoire royale de Melun laquelle est essentielle à la restauration de la mémoire urbaine de l'avis de certains acteurs de la ville. En l'absence du château qui aurait témoigné de cette réalité, « Melun ville royale » apparaît comme un mythe autour duquel se construit une légitimité historique. Comme l'affirme M. De Certeau, le mythe signifie « *le non-lieu de l'événement ou un événement qui n'a pas lieu* »¹⁵. Dans ce cas, le mythe serait-il lié à une mémoire collective qui puise ses repères dans une sorte de rivalité inconsciente avec des villes

proches et prestigieuses (Paris et Fontainebleau) qui réduisent la visibilité de Melun ou mieux, lui font de l'ombre ?

La définition de la ville à partir d'un château sans matérialité renferme me semble-t-il, des antagonismes profonds. S'il est vrai que la mémoire urbaine revêt des formes de cristallisation diverses, il n'en demeure pas moins que dans ce cas précis la matérialité est nécessaire. La mémoire urbaine peut effectivement prendre forme en des lieux précis, repérables et lisibles (cathédrales, châteaux, monuments, etc.), elle est aussi, en certains lieux, sporadique, ténue et fluide. C'est là le privilège de la mémoire, autrement dit un cadre où peuvent se concrétiser plusieurs niveaux de représentation. Même pour les Melunais de longue date, « Melun ville royale » n'est qu'un simple slogan dont ils ne saisissent pas vraiment le sens. Les avis convergent pour signifier l'intérêt pour une ville de valoriser son patrimoine et sa mémoire en insistant sur la dimension contemporaine de la réalité urbaine qui ne peut être masquée par un quelconque prestige. La mémoire peut se construire également en rapport avec des conditions de vie et une histoire spécifiques. Il en est ainsi pour la mémoire immigrée en particulier.

Construite autour de l'exil et le plus souvent enfouie, elle n'en constitue pas moins un espace dans lequel une catégorie de la population y inscrit sa propre histoire. Relativement récente et dispersée spatialement, la mémoire immigrée est une figure éloquente de la mémoire collective.

Pour faire face à une dynamique touristique dans la région (village de peintres de Barbizon, forêt de Fontainebleau, châteaux de Vaux-le-Vicomte et de Blandy-lès-Tours, collégiale de Champeaux, etc.), Melun se devait de mettre en place des activités qui rendent compte de la richesse de son patrimoine et de son histoire. Sous l'emblème « Melun ville d'histoire », un parcours historique est inauguré le 19 mai 2001 pour guider une visite des richesses patrimoniales de la ville. Ce chemin piétonnier est composé de 27 étapes marquées par des plaques en lave émaillée apposées sur les façades des édifices les plus prestigieux de la ville (église Saint-Aspais,

collégiale Notre-Dame, clocher Saint-Barthélémy, lavoir Saint-Liesne...) ou insérées dans des pupitres (place Saint-Jean, Musée de la Vicomté, Hôtel de Ville, prieuré Saint-Sauveur...). Ce programme a pour ambition non seulement de faire découvrir aux Melunais la richesse de leur patrimoine mais aussi les impliquer dans une réappropriation d'une histoire souvent oubliée. Cette initiative s'inscrit en réalité dans un programme municipal plus large visant à redonner au cœur historique de la ville, une vocation culturelle, touristique et universitaire. Pourtant, cette opération, qui donne à voir la ville sous son aspect le plus valorisant, ne trouve pas un écho sans faille auprès des habitants et semble même, pour certains, sans pertinence véritable. Ces appréciations tièdes sont nuancées par d'autres qui trouvent dans cette démarche, un moyen non négligeable pour offrir aux habitants l'occasion de se souvenir d'un passé somme toute considérable. Certains reprochent précisément à ce parcours, une délimitation peu étendue tenant à l'écart les quartiers les plus récents. Nous sommes loin de l'idée selon laquelle il y aurait un rejet de l'histoire commune par certaines catégories sociales. A l'inverse, il s'agit d'une démarche pour valoriser les quartiers par leur inscription dans l'histoire de la ville. En effet, le parcours historique peut contribuer à rassembler les différentes parties de la ville mais cela nécessite non seulement un temps long mais aussi une volonté affirmée des pouvoirs publics.

III Les cadres du desenclavement ?

1 Vulnérabilité des discours

Le discours sur la culture, l'histoire et le patrimoine, s'il connaît quelque retentissement au centre-ville, n'arrive nullement dans les quartiers où les préoccupations sont très localisées et relèvent des conditions de vie au quotidien. De façon générale, il apparaît que ces positions sont liées aux différences de génération et aux préoccupations de la vie quotidienne qui n'accordent que peu d'attention aux valeurs patrimoniales. Des observations du terrain se dégagent une fracture entre le centre-ville et les

« quartiers nord » due pour l'essentiel à l'histoire de la ville et à sa forme spatiale. Malgré la visibilité de cette fragmentation, des actions sociales et culturelles sont menées pour un rééquilibrage des chances. Mais ces initiatives sont considérées comme insuffisantes et même teintées d'une forme d'assistanat imposé qui n'accorde aux habitants des quartiers aucune possibilité d'affranchissement par rapport à une réalité aliénante. De façon générale, les personnes interrogées parlent plus d'animation que véritablement de culture. Si le programme culturel proposé au centre-ville n'attire qu'une partie infime de la population, c'est parce qu'il est, selon certains, très peu sensible aux aspirations des habitants. Pourtant, certaines manifestations ont su fédérer autour de leur objet un grand nombre de Melunais, à savoir l'exposition sur le thème de la calligraphie et l'exposition de photos sur la vie des quartiers. Si les attentes vis-à-vis du programme culturel sont nombreuses, elles rendent compte du malaise des habitants face à une situation qui les maintient aux marges de la ville. Il est vrai aussi que leurs préoccupations sont surtout de l'ordre du quotidien et se construisent dans des postures contradictoires.

Les habitants des « quartiers » sont partagés entre le sentiment d'appartenance à la ville et des attitudes de rejet de tout lien qui n'intègre pas leurs préoccupations immédiates. Le manque de considération pour ce qu'ils considèrent comme émanant des valeurs du groupe est vécue comme une atteinte à leur existence même. De cette situation se dégage une sorte de méfiance à l'égard des autorités et le refus du regard des autres. Les actions culturelles initiées par les services concernés sont perçues avant tout comme une forme de négation de la culture vécue. Il ne s'agit pas réellement d'une évaluation qualitative de l'action culturelle mais bien plus le résultat d'un ressentiment lié à l'enclavement social et parfois physique de certaines catégories sociales. Le sentiment de négation et de dévalorisation largement répandu dans les « quartiers » exprime en réalité une forte demande de reconnaissance. Ces couches de populations considérées comme parfaitement adaptées à la société modernes, [sont] victimes malgré elles de la conjoncture économique et l'emploi (S.

PAUGAM, 1996). Or, le sentiment d'appartenance à une ville, son histoire, sa culture n'a de sens que lorsque les liens de proximité sont significatifs et que les individus ont véritablement une existence sociale. Les programmes culturels ne permettent pas toujours d'échapper à un sentiment de relégation sociale et de dépréciation. Il est en effet essentiel d'ouvrir le champ à des formes d'expression liées au vécu qui s'avèrent être le plus souvent le signe d'une souffrance plus que d'une quelconque provocation. C'est pourquoi la valorisation des idées émanant du terrain aussi modestes qu'elles puissent être, peut rétablir la confiance et parvenir à un niveau d'actions efficaces dans le sens où ces dernières se doivent d'être particulièrement adaptées au contexte dans lequel elles se manifestent.

Les formes spontanées de la culture, expressions de situations et de positions sociales spécifiques sont soumises parfois à une tentative de canalisation par les services culturels. Or, ces formes spécifiques donnent de la visibilité à une réalité sociale le plus souvent occultée. La question est de savoir comment donner à ces formes culturelles toutes les qualités de la convenance ? Des tentatives sont lancées régulièrement mais les difficultés résident dans l'imposition de règles préétablies qui empêchent l'émergence du particulier et de l'original. En définitive, des questions autour de ce qui peut fédérer les habitants de Melun sont soulevées sans que les choses ne soient clairement définies. Les thèmes abordés sont pour la plupart importés. Rien n'émane véritablement des spécificités du terrain. Si nous prenons la fête du quartier, par exemple, nous constatons qu'elle n'offre nullement l'éventualité de la rencontre. Elle est même contestée et boudée. Si la fête de quartier n'est pas le résultat d'une implication véritable des habitants, elle ne peut remplir son rôle et ressemble plus à un plaquage d'activités sans cohérence d'ensemble.

2 Des dynamiques d'ouverture circonstanciées

L'idée selon laquelle la culture est réservée exclusivement à l'élite persiste encore dans certains milieux sociaux. Ce sentiment de « défaut de familiarité » vis-à-vis des institutions culturelles concerne

l'ensemble du territoire national : « *A la campagne ou en ville, au nord comme au sud, plus de 60% de nos concitoyens négligent toute fréquentation culturelle* »¹⁶.

La culture serait-elle liée à l'habitus et donc aux capitaux dont dispose l'individu comme l'a affirmé Pierre Bourdieu? Les différences sociales marquent ostensiblement le sentiment d'étrangeté vis-à-vis de la culture considérée comme un privilège pour les nantis. Selon les résultats du département des études et de la prospective du ministère de la Culture, les exclus de la culture ne sont pas tous des Français modestes, ou géographiquement éloignés des musées et lieux de spectacle. Ils appartiennent aussi aux « nouvelles élites » urbaines qui méprisent la culture classique. La question serait alors de savoir comment la « culture institutionnelle » pourrait se rapprocher des gens et créer les conditions du désenclavement.

Selon Guy Saez, la démocratisation culturelle est un mythe, une simple croyance et une utopie à laquelle il faut absolument tenir pour ne pas renoncer aux promesses de la démocratie¹⁷. Si certaines catégories sociales considèrent qu'elles sont éloignées de la culture, la première démarche ne consiste-t-elle pas à faire en sorte que l'accessibilité permette le rapprochement des différences d'autant que les habitants revendiquent une participation à la production culturelle selon une sensibilité qui leur est propre. L'idée dominante consiste à dire que l'espace Saint-Jean peut et doit jouer un rôle de médiation pour favoriser la rencontre entre Melunais de différentes origines sociales et culturelles et la valorisation des potentialités locales. L'absence de diversité peut-être interprétée comme une forme de discrimination.

Dans un contexte multiculturel où la diversité est vécue comme l'avenir des sociétés modernes, les différences constituent une richesse si des dynamiques d'ouvertures sont mises en oeuvre de part et d'autre. Dans le cas contraire, elles peuvent être un prétexte pour l'enfermement sur soi et le repli communautaire. Les actions entreprises dans le sens de l'intégration par la culture se doivent d'être adaptées au contexte dans lequel elles se manifestent afin de répondre efficacement à des situations circonstanciées. C'est ainsi que les projets du musée

s'inscrivent progressivement dans la volonté de présenter de façon cohérente l'histoire et le patrimoine de la ville mais aussi de travailler pour un public de proximité. Toutefois, le besoin d'espace est primordiale et constitue une urgence pour le personnel du musée. Il convient de dire qu'en définitive, l'impact des actions du musée (diversification des activités et des publics, gratuité...) sont en l'état actuel des choses imperceptibles bien que l'objectif recherché est créer un espace d'intégration et de lien social. Il en est de même pour l'université inter-âges qui tente de réduire l'isolement social et culturel en offrant le cadre d'un rapprochement possible. En se positionnant à l'interface du service social et du service culturel, les ambitions de l'université inter-âges sont de promouvoir l'histoire locale, de rapprocher des populations diverses en créant du lien social.

Conclusion

La démarche originale de la municipalité de Melun a été de s'interroger sur les moyens à mettre en oeuvre pour le désenclavement social et culturel de certaines catégories sociales au travers de la valorisation du patrimoine urbain. Il s'agit donc d'une dimension du développement local qui prend comme appui la mise en valeur de l'identité melunaise et le renforcement du sentiment d'appartenance à la ville afin de consolider la cohésion sociale. Le développement local s'inscrit dès lors dans une perspective interactive qui met à contribution les populations dans des opérations de réhabilitation et de valorisation du patrimoine. Le projet urbain devient ainsi un instrument pour la restauration de la mémoire autour d'un système de valeurs lié à l'identité urbaine. Or, la fragmentation spatiale de la ville signifie le morcellement du système de références. Le risque étant la confirmation du cloisonnement des différences, d'une part et la mise en oeuvre d'une culture à deux vitesses, plus « savante » pour les habitants du centre-ville et plus « spécifique » pour ceux des quartiers, d'autre part. Ce procédé ségrégatif aboutit inéluctablement à la marginalisation progressive des initiatives émanant du terrain et à la relégation de la culture locale.

Notes

- ¹ P. Nora, « Patrimoine et mémoire » in *Actes des colloques de la Direction du patrimoine : « Patrimoine et société contemporaine »*, ministère de la Culture et de la Communication, Paris, Octobre 1987, pp.12-14.
- ² U. Hannerz, *Explorer la ville. Éléments pour une anthropologie urbaine*, Paris, Minuit, p.332.
- ³ Voir à ce sujet un ouvrage bien connu de A. Kopp, *Changer la vie, changer la ville*. Paris : 10/18, 1975.
- ⁴ R. Sennett, « La conscience de l'œil », in *L'espace du public*, Actes du colloque d'Arc et Senan, 8-9-10 novembre 1990, Paris : Recherches/Plan Urbain, 1991, p.32-35.
- ⁵ D'autres auteurs avaient souligné cette fracture : « Comme dans les autres villes de France, le centre-ville et les quartiers résidentiels, coquettement entretenus, ont commencé à se barricader », Cf. C. Bachmann et N. Le Guennec, *Autopsie d'une émeute. Histoire exemplaire du soulèvement d'un quartier*, Paris, Albin Michel, 1997, p.34.
- ⁶ M. Halbwachs, *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1950, p.166.
- ⁷ I. Joseph, « le musée, le territoire, la valeur », in H-P. Jeudy (dir.), *Patrimoine en folie*, Paris, Édition de la Maison des Science de l'Homme, 1990, pp. 259-267.
- ⁸ M. Halbwachs, *La mémoire collective*, op. cit., p.132.
- ⁹ M. Guillaume, *La politique du patrimoine*, Paris : Galilée, 1980, p. 184.
- ¹⁰ F. Choay, *L'allégorie du patrimoine*, Paris : Seuil, 1992, p. 15.
- ¹¹ M. Segaud, « Monumentalité et réception », in *Séminaire de Recherche : « Construction publique et image de marque de la ville »*, Nîmes, 30 et 31 octobre 1986, Architecture et Construction, pp. 67-77.
- ¹² F. Loyer, *Paris XIXe siècle. L'immeuble et la rue*, Paris : Hazan, 1987.
- ¹³ Comme le souligne G. Althabe dans une contribution à un ouvrage collectif intitulée « Production des patrimoines urbains », cf. H-P. Jeudy (dir.), *Patrimoine en folie*, op. cit., 1990, pp. 269-273.
- ¹⁴ La recentralisation concerne aussi les villes américaines, voir à ce sujet : Cynthia Ghorra-Gobin, *Los Angeles. Le mythe américain inachevé*, CNRS-Edition, 1997.
- ¹⁵ M. De Certeau, *L'invention du quotidien*, 1990, Paris, Gallimard, p.220.
- ¹⁶ Voir l'enquête menée par Télérama n° 2752, 9 octobre 2002.
- ¹⁷ G. Saez, *Le patrimoine saisi par les associations*, ed. La Documentation française, 2002.

Bibliographie

BACHMANN C., LE GUENNEC N., 1997, *Autopsie d'une émeute. Histoire exemplaire d'un soulèvement d'un quartier*, Paris, Albin Michel.

BAILLY J.C., 1992, *La ville à l'oeuvre*, Paris, Éditions Jacques Bertoin.

BEGHAIN P., 1998, *Le patrimoine : culture et lien social*, Paris, Presses de sciences po.

BOURDIN A., 1984, *Le patrimoine réinventé*, Paris, PUF.

BRIDOUX F., 1957, *Melun ville royale*, Syndicat d'initiative de Melun.

CHOAY F., 1992, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Seuil.

DE CERTEAU M., 1974, *La culture au pluriel*, Paris, Union Générale d'Éditions.

GHORRA-GOBIN C., 1997, *Los Angeles. Le mythe américain inachevé*, Paris, CNRS-Edition.

GREFFE X., 2000, « Le patrimoine comme ressource pour la ville ». In : *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 86, pp. 29-38.

GUILLAUME M., 1980, *La politique du patrimoine*, Paris, Galilée.

HALBWACHS M., 1950, *La mémoire collective*, Paris, P.U.F.

HANNERZ U., 1983, *Explorer la ville. Éléments pour une anthropologie urbaine*, Paris, Minuit.

HOGGART R., 1970, *La culture du pauvre*, Paris, Minuit.

IAURIF, *Atout-Coeur. Projet urbain de Melun*, 1999-2003, Rapport pour le contrat

CADUCE, 1998.

JEUDY H.P., 1990, *Patrimoine en folie*, Paris, M.S.H.

LENIAUD J.F., 1994, *L'utopie du patrimoine*, Paris, Les Éditions scientifiques.

MÉTRAL J., 1997, *Les aléas du lien social, Constructions identitaires et culturelles dans la ville*, Paris, ministère de la Culture et de la Communication.

LAURENT A., 1996, *Melun et sa région. Pays de Seine-et-Marne*, Presses du Village.

NORA P., 1987, « Patrimoine et mémoire ». In : Actes du colloque, « Patrimoine et société contemporaine », ministère de la Culture et de la Communication, pp. 12-14.

RONCAYOLO M., 1990, *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard.

SEGAUD M., 1986, « Monumentalité et réception », In : Collectif, *Construction publique et image de marque de la ville*, Architecture et Construction, pp. 67-77.

SENNETT R., 2000, *La conscience de l'oeil, urbanisme et société*, Paris, Édition de la Passion.

TOPALOV C. (dir.), 2002, *Les divisions de la ville*, Paris, UNESCO/MSH.

Educación Patrimonial en Facao, Mato Grosso: una propuesta sobre patrimonio, identidad, educación y desarrollo local

Education on Heritage in Facao, Mato Grosso: a proposal about heritage, identity, education and local development

Éducation patrimonial en Facao, Mato Grosso: une proposition sur héritage, identité, éducation et développement local

Educação Patrimonial em Facao, Mato Grosso: uma proposta sobre patrimônio, identidade e desenvolvimento local

Roberto Hernández Aracena*

Ione A. Castilho Pereira**

Recebido em 9/11/2006; revisado e aprovado em 20/6/2006; aceito em 13/7/2006

Resumen: En base al análisis de una experiencia de Educación Patrimonial en la comunidad rural de Facao, municipio Cáceres, Mato Grosso, se plantea una propuesta de desarrollo local para las comunidades rurales del Brasil que se base en una estrecha vinculación entre el Patrimonio Cultural y la Identidad local, potenciada por un proceso educativo pertinente que reconozca las particularidades de cada realidad rural en un contexto global.

Palabras clave: Patrimonio; identidad; educación.

Abstract: Based on an analysis from an experience of Patrimonial Education carried out in the rural community of Facao, Caceres county in Mato Grosso, it is put forward a proposal of local development for the rural communities in Brazil. The proposal is based on a close link between the Cultural Patrimony and Local Identity, powered by a relevant educational process that acknowledges the peculiarities of each rural reality within a global context.

Key words: Patrimony; identity; education.

Résumé: Se basant sur l'analyse d'une expérience d'Éducation Patrimoniale dans la communauté rurale de Facao, Município de Cáceres, Mato Grosso, il est en étude une proposition de développement local, pour les communautés rurales du Brésil, sur une base étroitement liée au Patrimoine Culturel et à l'identité locale renforcée par un procédé éducatif pertinent qui reconnaisse les particularités de chaque réalité rurale dans le contexte global.

Mots-clé: Patrimoine; identité; éducation.

Resumo: Baseado na análise de uma experiência de Educação Patrimonial na comunidade rural da união, município de Cáceres, Mato Grosso, traça-se uma proposta de desenvolvimento local para as comunidades rurais do Brasil que se baseia na estreita vinculação entre o Patrimônio Cultural e a Identidade local, pautada em um processo educativo pertinente que reconheça as particularidades de cada realidade rural num contexto global.

Palavras-chave: Patrimônio, identidade, educação.

1 Introducción

A partir del análisis y reflexión de una experiencia de Educación Patrimonial en la comunidad rural de Facao, localizada en el municipio Cáceres, Estado de Mato Grosso, sumado a las numerosas experiencias de uno de los autores del artículo, sobre Antropología de la Educación en comunidades rurales indígenas y campesinas de Chile, se plantea una propuesta para el desarrollo local de las comunidades rurales brasileñas sobre la base de las vinculaciones estrechas existentes entre el Patrimonio Cultural, la Identidad y la Educación Rural en un contexto complejo de diversas realidades locales que muestra la "nueva ruralidad" en Brasil. Esto implica fun-

damentalmente, relevar el importante papel que la educación rural debe cumplir con respecto a la promoción y apoyo del auto-desarrollo de las poblaciones rurales bajo una concepción de un desarrollo que considere como elementos básicos los propios recursos y potencialidades de las poblaciones rurales.

2 La experiencia de Educación Patrimonial en Facao, municipio Cáceres, Mato Grosso

Facao es una comunidad rural situada en la carretera BR 70, a 12 kilómetros de la ciudad de Cáceres, Estado de Mato Grosso, constituida por pequeños productores agrícolas y trabajadores rurales. En los últi-

* Departamento de Antropología, Universidad de Chile. (rhernan@ctcinternet).

** Licenciada en Historia, UNEMAT. (ione_castilho@yahoo.com.br).

mos años han llegado importantes contingentes de campesinos sin tierra provenientes de otros lugares de Brasil (o de la región del Mato Grosso), lo que conforma actualmente, un cuadro de una notable heterogeneidad sociocultural de su población. Este fenómeno sin duda, ha provocado serios problemas para lograr objetivos relacionados con la construcción de una identidad local sobre la base de una cultura y concretamente, de un patrimonio histórico-cultural, desconocido para gran parte de su población. Solamente se ha hecho un levantamiento preliminar de un sitio arqueológico a nivel de superficie, que demuestra un escaso conocimiento de las culturas prehistóricas de la localidad, por lo tanto, no existe una base sólida de conocimientos arqueológicos para difundir entre la población de Facao, sobre las características y el valor de esta cultura prehistórica como un patrimonio local. Este desconocimiento se refleja en la experiencia de Educación Patrimonial realizada en la Escuela Vera Ligia Baldo, ubicada en la comunidad de Facao, sitio perteneciente a la antigua Fazenda Facao. Para esta actividad educativa se utilizaron materiales arqueológicos provenientes de un sitio prehistórico localizado a escasa distancia del centro educativo, denominado con el mismo nombre de la comunidad. Dicho yacimiento arqueológico se encuentra actualmente en un lamentable estado de conservación por efectos naturales y antrópicos, constituido por la población actual en un depósito de basura, y transitado permanentemente por los habitantes del lugar, a pie o en vehículo motorizado, por encima de los restos arqueológicos. El mal estado de conservación y la nula preocupación de la comunidad por su protección reafirman la inexistencia de un conocimiento de este patrimonio arqueológico y por supuesto, ninguna valoración y apropiación social por parte de los habitantes de Facao. Esto nos permite concluir que dicho sitio arqueológico no constituye un patrimonio cultural para la comunidad rural en cuestión.

Lo expuesto anteriormente, motivó a la Licenciada Ione Aparecida Castilho Pereira, a desarrollar una experiencia de Educación Patrimonial en dicha escuela,

para tratar de revertir el estado actual de las relaciones comunidad-sitio arqueológico Facao, teniendo como objetivos específicos el dar a conocer a los educandos la importancia y el valor de los restos materiales de una cultura prehistórica, poder interactuar con los restos arqueológicos recuperados y tratar de ponerlos en valor, como provenientes de una cultura prehistórica que está vinculada con el desarrollo cultural local. El resultado final que se pretendía era el lograr una apropiación de estos elementos patrimoniales, a fin de poder concebirlos como elementos vivos y vigentes en la actualidad, y no sólo restos de un pasado desconectado con su historia local y con un presente que mira a un futuro desarrollo local. De esta forma se pretende que surjan nuevas relaciones de carácter dialógicas entre los educandos y los miembros de la comunidad local con estos elementos arqueológicos. Para lograr eso es necesario el poder desarrollar un proceso dialógico intercultural entre el educador y los educandos, significando un encuentro entre la cultura local y su visión del patrimonio histórico-cultural, y la cultura académica contenida en el curriculum escolar que se encarga el docente de transmitir. Esta dimensión de la interculturalidad del proceso educativo, con sus encuentros y desencuentros entre una cultura global y las culturas locales, ha sido discutido por muchos autores (DIETZ, 2003; GOUVEA, 2003). La Educación formal ha sido históricamente un instrumento de imposición de una cultura nacional dominante, con intenciones explícitas de supresión de las culturas locales. A veces, los conceptos de "interculturalidad" y "multiculturalidad" tienden a confundirse (GÓMEZ, 2001; GOUVEA, 2003), pero son conceptos que se orientan a diversas visiones y propuestas prácticas sobre la presencia de culturas diferentes que se encuentran en las sociedades contemporáneas, y especialmente, en las escuelas. Hoy, frente a las controversias provocadas por los fenómenos de interculturalidad en los centros educativos y el reconocimiento de la diversidad cultural, se plantea para los sistemas educativos formales un nuevo rol: ser facilitadores de los procesos de recons-

trucción de las identidades culturales de las minorías indígenas y otros sectores sociales excluidos de los beneficios de la globalización (GÓMEZ, 1999; HERNÁNDEZ y THOMAS, 2005). Esto conlleva a discutir y reflexionar sobre cómo enfrentar los nuevos retos para la educación formal, cómo integrar a los otros agentes educativos, y concretamente, lo que nos convoca en este artículo, cómo poder enseñar y promover el aprendizaje del patrimonio cultural local de las poblaciones rurales.

En el aspecto estratégico de esta experiencia pedagógica renovadora frente a los tiempos de mundialización del mundo rural, las actividades sobre educación patrimonial se organizaron en base a tres fases educativas: 1º) El acceso al conocimiento y comprensión del patrimonio arqueológico local de los educandos; 2º) Una valoración y asignación de significados del patrimonio arqueológico local en función a sus visiones actuales y futuras; 3º) Establecimiento de nuevas relaciones dialógicas de los educandos con elementos patrimoniales locales en función de su identidad. Estos procesos se sustentaron en una organización de prácticas pedagógicas referidas en primer lugar, al conocimiento de la Arqueología como disciplina científica, sus objetivos, sus métodos y sus grandes temas. En segundo lugar, en base a la utilización de materiales audiovisuales y talleres de discusión se analizaron materiales arqueológicos de otras culturas prehistóricas. Luego, se trabajó en el contacto directo con materiales arqueológicos líticos y cerámicos provenientes del sitio de Facao, y de arte rupestre de otros sitios cercanos, y su reproducción por los educandos en diseños en cartulina y arcilla. Y por último, discusiones sobre el significado y el valor de estos elementos patrimoniales para su cultura local e identidad (CASTILHO, 2003).

Los resultados de las prácticas pedagógicas recogidas en la escuela rural de Facao permitieron indagar sobre la presencia o no, de este patrimonio arqueológico en la memoria colectiva de la comunidad, lo que es de suma importancia para comprender el proceso de construcción social de un patrimonio cultural prehistórico. Se trató de determinar el uso y apropiación de su

pasado cultural que hacen los habitantes de la comunidad en estudio, sobre la base de las percepciones y valoraciones que tienen los educandos asistentes a la escuela local. El análisis de los datos de campo obtenidos determinó un conocimiento general de los estudiantes de que allí existe un sitio arqueológico, pero sin mayor precisión en relación a la cultura a qué pertenecían sus habitantes prehistóricos. A pesar que en los diseños de los alumnos aparecen indios con arcos y flechas, escenas de caza y elementos de su entorno natural, no constituye para ellos un tema pertinente a su realidad local ya que consideran que los indios no tienen relación con ellos, por lo tanto, no se identifican con estas poblaciones extintas. Para ellos, son indios "bugres", son los "otros", que están en un pasado distante, sin vinculación alguna con su cultura actual (CASTILHO, 2003).

Estos datos nos dan cuenta del problema complejo que debe abordar la educación en las comunidades rurales del Brasil desde un punto de vista patrimonial, vinculado estrechamente con la construcción de una identidad local. Las primeras acciones educativas deben orientarse hacia el conocimiento y valoración de las culturas locales, tan afectadas por los procesos globalizadores, en un contexto de "nuevas ruralidades". La Educación Patrimonial debe ser percibida como un proceso a mediano y largo plazo, donde no sólo las acciones serán realizadas en las escuelas, sino también bajo otras modalidades educativas no formales, en las comunidades, con sus organizaciones y asociaciones de base. En cada comunidad rural reconocemos un patrimonio cultural riquísimo en todas sus manifestaciones, que se precisa conocer y estudiar para activar mecanismos de fortalecimiento de la identidad local, base necesaria para potenciar procesos de endodesarrollo. Esto significa, en una primera fase, la promoción de un conocimiento profundo del patrimonio histórico-cultural local, con la participación de instituciones académicas (Universidades) y organismos oficiales de gobierno, junto a las organizaciones comunitarias, condición necesaria para poder activar fenómenos de construcción social del patrimonio y la identidad cultural. Estamos

hablando de la promoción y apoyo de líneas de investigación histórica, etnográfica y arqueológica de cada realidad local.

3 Patrimonio, Identidad y Educación

La situación encontrada en la comunidad rural de Facao, en el Estado de Mato Grosso, con respecto a la vigencia de un patrimonio histórico-cultural y su efecto sobre la identidad local, es un fenómeno que suponemos extensivo a la gran mayoría de las comunidades rurales del Brasil. Se comprende que los procesos de modernización y globalización del agro han atentado fuertemente sobre la existencia de las culturas locales y por consecuencia, sobre las identidades de las poblaciones rurales. Esto tiene importantes implicancias sobre el desarrollo presente y futuro de las comunidades rurales. Para definir los caminos pertinentes para alcanzar un desarrollo de acuerdo a los puntos de vista y cosmovisiones de las poblaciones rurales, tomando como base a las diversas realidades rurales, se requiere tener comunidades que valoricen y potencien sus patrimonios culturales y que tengan definida sus identidades locales. No puede haber desarrollo local sin una fuerte identidad de las poblaciones rurales que hayan superado los impactos de una globalización altamente invasiva.

El debate teórico sobre la interculturalidad abarca una diversidad de problemas complejos y plagados de contradicciones, los cuales se visualizan con mayor claridad en los procesos educativos. Se destacan aspectos cómo el lenguaje, la construcción del sujeto, la teoría misma de la identidad, y la concepción de la realidad y del conocimiento ante un mundo globalizado (HERNÁNDEZ y THOMAS, 2005). El tema mismo de la interculturalidad nos da cuenta de los profundos cambios ocurridos en las sociedades postindustriales, potenciando un mayor conocimiento y vinculaciones de las diversas culturas que coexisten en nuestro mundo contemporáneo. Esto revela la presencia de las diferencias culturales y el reto que constituye el poder aceptar y valorizar la diversidad. Hay una circulación del sentido de lo cultural en la individualidad que está de alguna manera

impuesto por una sociedad mayor. Pero el problema a resolver es cómo se aborda y se soluciona la necesidad de los diversos pueblos de poder construir sus propias identidades, ante la amenaza de un sistema mundializado que pretende imponer mediante distintos mecanismos y aliados estratégicos, un proyecto de cultura global que intenta suprimir esa diversidad cultural. Un caso interesante lo constituyen los procesos de búsqueda y reconstrucción de identidades de las minorías indígenas de nuestras sociedades. Como se ve, el problema de la interculturalidad en un mundo actual, se constituye en un elemento fundamental para poder comprender mejor las condiciones en que se desarrollan los procesos de construcción de nuevas identidades de los sectores campesinos e indígenas en el mundo rural.

Ante la problemática expuesta sobre las comunidades rurales, se deduce que existe una vinculación estrecha entre patrimonio cultural e identidad de las poblaciones rurales y urbanas. Es importante postular que el patrimonio cultural es el producto de una construcción social que realizan las comunidades humanas sobre la base de un conocimiento, valoración y apropiación de elementos de la cultura local. Por lo tanto, la identificación o construcción de patrimonio por parte de las comunidades académicas y científicas, es una mera referencia para las comunidades a nivel local y regional. El patrimonio es el conjunto de bienes naturales y culturales, tangibles e intangibles, que constituyen expresiones de nuestras poblaciones y territorios, y que han legado y valorados a través de la tradición cultural de una determinada sociedad (HERNÁNDEZ, 2000). De este modo, el patrimonio cultural se caracteriza por un conjunto de bienes culturales que los hombres le atribuyen significados, sin olvidar que esto obedece a una selección y valoración, una dicotomía de inclusión/exclusión cargada de significados, de forma de legitimar el discurso (OLIVEIRA, S/A). Como se ha señalado, el patrimonio cultural es esencialmente una obra colectiva, producida por el conjunto de una sociedad. Pero en las sociedades altamente diferenciadas, la contribución a su construcción o el acceso de las clases sociales a ese patrimonio, es al-

tamente diferenciada. Los grupos y clases se apropian de elementos culturales diferentes que son frecuentemente utilizados como instrumentos de identificación colectiva en oposición a otros segmentos (MAILLARD, 2003). La revisión del concepto patrimonial es un ejercicio clave que se debe emprender, adentrarse en la pregunta acerca de la relación entre los contenidos exhibidos y las audiencias receptoras. Cómo se cuenta la historia a través de los objetos preservados y quiénes, en última instancia, son los que deben contarla. El concepto de patrimonio ha tenido cambios significativos en los últimos tiempos, dejando de ser algo del pasado, para constituirse en algo del presente, con un carácter dinámico, y que tiene una proyección para el futuro de las poblaciones. Hoy se concibe al patrimonio como algo dinámico y vinculante con las cosmovisiones y proyectos de vida de las comunidades, por lo tanto, como parte viva de las realidades actuales. Este concepto actual del patrimonio cultural permite comprender su importancia para sentar las bases de un proceso de desarrollo pertinente a cada realidad local. Pero también, conduce hacia una visión proactiva de la educación rural, entendida como la herramienta fundamental en la construcción social de un patrimonio local hecho por las poblaciones rurales.

Existe consenso en que el docente rural trabaja actualmente en un escenario muy complicado por los cambios profundos provocados por la globalización, y con un sistema educativo rígido, centralizado e impositivo, lo que deja escaso espacio para poder lograr una autogestión educativa (MAGENDZO, 1986). Estamos ante la presencia de un sistema educativo que entrega "envasado" objetivos transversales y contenidos mínimos, metodologías y prácticas pedagógicas, materiales didácticos y sugerencias de actividades curriculares. El docente sólo tiene que recibir, abrir y aplicar el "paquete pedagógico" entregado por las autoridades educacionales. A esto se suma la presencia de numerosos proyectos de desarrollo que propician y ejecutan diversos agentes externos (principalmente, organismos oficiales, ONGs y Universidades), los cuales provocan entre los profesores rurales situaciones de desorientación, confusiones,

resistencias y rechazos (THOMAS y HERNÁNDEZ, 2004). Estos hechos dan una idea de lo difícil que es la empresa a que se convoca a los docentes rurales para reflexionar y proponer caminos nuevos y pertinentes para alcanzar metas en consonancia con la formación y capacitación de los educandos ante los imperativos de un modelo de desarrollo eminentemente deshumanizado y que se orienta a la exclusión de la mayor parte de las poblaciones rurales (HEREDIA, 1996).

Para superar los déficit de la educación rural y estar en capacidad de anticiparse creativamente a los cambios que se avecinan en el siglo XXI, el docente primeramente debe reconocer y comprender los diversos contextos socioculturales de las poblaciones rurales, y las transformaciones que sufre su entorno social por el impacto de la globalización. La primera tarea del docente rural será el contribuir, en conjunto con los otros agentes educativos internos y externos, al redescubrimiento y revalorización por parte de las poblaciones locales, de su patrimonio cultural, a fin de ayudar a la reconstrucción o fortalecimiento de las identidades de las comunidades rurales, tan afectadas por un cultura global que ha penetrado por diversos medios de comunicación e información. Esto implica el rescatar, dar a conocer y poner en valor ante las nuevas generaciones, sus culturas locales. Su tarea concreta consiste, en conjunto con los líderes y organizaciones comunitarias, en el conocimiento y selección de los componentes principales de la cultura local, y su apropiación por las poblaciones locales, condiciones necesarias para constituirse en un patrimonio reconocido y valorizado por las comunidades rurales. Dicho patrimonio estará en capacidad de ser incorporado a los currículum escolares de cada comunidad local. Después de alcanzar el conocimiento y valoración de su cultura local, las poblaciones rurales estarán en condiciones de poder recibir en forma crítica y selectiva a los elementos de una cultura global que invade el mundo rural (THOMAS y HERNÁNDEZ, 2001). Estamos conscientes de la penetración de valores culturales propios de la modernidad en las sociedades rurales que han afectado a los cimientos

misimos en que se sustentaban las comunidades rurales. Hoy no sólo constatamos la presencia de expresiones de estilos de vida provenientes de naciones del Primer Mundo, sino también la introducción de valores propios de culturas ajenas a las culturas locales. Esto atenta fuertemente a la existencia de las identidades de las poblaciones rurales, basadas en valores que buscaban el fortalecimiento de las organizaciones comunitarias, la capacidad de desarrollar formas de cooperación y reciprocidad. Frente a estas nuevas situaciones, la educación rural debe transformarse en la fuerza motora de la defensa de las culturas locales y de las identidades de sus poblaciones, promotora y formadora de las nuevas generaciones en los valores comunitarios fundamentales que se orientan a la cooperación, solidaridad, reciprocidad, autogestión, participación e identidad cultural.

4 Educación y Desarrollo Local

Los efectos devastadores de la globalización y la modernidad sobre las culturas y las identidades de las poblaciones rurales, constituyen un gran reto para los sistemas educativos y sus agentes principales. Esto implica una reformulación de la educación en sí y de los contenidos de sus currículum escolares para readecuarse a las diversas realidades rurales, a los problemas y necesidades de las poblaciones locales y a sus proyectos de vida en función de un autodesarrollo. Hoy no se conciben los procesos educativos formales y no formales, desvinculados de los requerimientos de un desarrollo local que se basa en la lógica de las culturas locales frente a una cultura global.

En la segunda mitad de la década de los noventa y los primeros años del siglo XXI, el desarrollo como concepto básico de la teoría social y como práctica social, es cada vez más cuestionado por el mundo académico. Esta fuerte crítica tiene una base importante en las experiencias fracasadas de un modelo de desarrollo de corte neoliberal, impuesto a escala mundial desde la década de los ochenta, el cual ha provocado un incremento de la pobreza en los países del

Tercer Mundo, una mayor desigualdad socioeconómica y una agudización de la exclusión social. Es notable la presencia de agencias de desarrollo internas y externas, en las diversas naciones, que pretenden imponer un modelo de desarrollo proveniente del Primer Mundo, como una expresión más del etnocentrismo de las naciones desarrolladas. En las comunidades rurales del Brasil y otras naciones latinoamericanas, encontramos numerosos proyectos de desarrollo en etapas de ejecución, que traen ideas y conceptos, metodologías y agentes ejecutores externos a estas comunidades, y sin ninguna sintonía con las culturas locales ni los proyectos de vida de sus poblaciones. Esto está siendo actualmente analizado y discutido por las Ciencias Sociales, en la búsqueda de una salida a través de caminos diferentes que reconozcan la diversidad de realidades rurales y el derecho de las poblaciones a definir y ejecutar los proyectos de su desarrollo (GIMENO y MONREAL, 1999; ESCOBAR, 2000; BUENO y AGUILAR, 2003). Actualmente existe un consenso general en relación a concebir el desarrollo como un proceso que fomenta el establecimiento de un ethos cultural y de un sistema de relaciones sociales superpuestas, lo que implica que a pesar que el desarrollo sigue influido por el concepto económico, cada vez se abren nuevas vías para otros factores que desempeñan un papel tan importante como el anterior. Así, en el dominio normativo del desarrollo, se reconoce el rol relevante que juegan factores como los cognitivos, valóricos, religiosos y emocionales. Esto significa que cada vez surgen nuevos caminos en el esfuerzo por alcanzar una mayor comprensión del desarrollo humano. El análisis y discusión de este tema no se agota ni en la suma individual ni colectiva de las diversas disciplinas de las Ciencias Sociales. El desarrollo humano trasciende lo meramente económico, constituyéndose en un proceso acumulativo por naturaleza, afincado en las experiencias históricas de las sociedades, e involucrando a todos los factores que intervienen en el desarrollo. Por lo tanto, se comprenden a todos los factores intervinientes como un sistema que conduce a un desarrollo integral y continuo, que se puede imaginar como un

espiral de crecimiento en búsqueda de una meta final de bienestar y realización de los proyectos individuales y grupales en una determinada sociedad.

Es importante en este análisis considerar la existencia de una "nueva ruralidad" o de "nuevas ruralidades" en América Latina, y el Brasil en particular (LLAMBÍ, 1995), para poder reconocer que el mundo rural ha tenido profundas transformaciones en su estructura económica, en los sistemas sociales, en las relaciones con la naturaleza y en las culturas locales. Los espacios rurales han sido revalorizados profundamente por las poblaciones urbanas, siendo para muchos de sus sectores sociales muy atractivos para vivir temporal o definitivamente. Los cambios en el mundo rural obligan a reconceptualizar lo "rural" y lo "campesino", pero también, el sentido y la orientación del "desarrollo rural". Las poblaciones rurales están buscando otros caminos para el desarrollo que se apartan en muchos casos de las actividades agrícolas tradicionales, transformando los sistemas de producción silvoagropecuarias, o buscando otras actividades económicas no ligadas con la explotación de la tierra. Detrás de esto hay cambios culturales importantes, ya que se supone que las cosmovisiones y proyectos de vida de las poblaciones rurales se han modificado como respuestas a los cambios globales. Por lo tanto, es imprescindible el escuchar e incorporar las voces de los líderes y organizaciones comunitarias que enfatizan en la necesidad de las comunidades rurales de tomar el control de la definición del concepto de desarrollo local y de los proyectos específicos que ellos decidan. La experiencia reciente nos indica que ya hay muchas comunidades rurales que han decidido no aceptar proyectos de desarrollo que provengan de instituciones y organizaciones externas.

Las transformaciones ocurridas en el mundo rural deben ser asumidas e incorporadas en los currículum de los sistemas educativos formales, para poder conectarse y comprender los procesos actuales de desarrollo que se están produciendo en las comunidades rurales. Sin embargo, los estudios realizados en algunos países latinoamericanos, demuestran que los siste-

mas educativos tienen una incapacidad para adecuarse a la velocidad y complejidad de los cambios ocurridos en el mundo rural, y se han mostrado incompetentes para traducir e incorporar en los currículum escolares los elementos de las nuevas realidades rurales (MAGENDZO, 1986; SOLER, 1991; ASTÉ, 1994; HEREDIA, 1996; HERNÁNDEZ, 2003). A pesar de las reformas educacionales en muchos países latinoamericanos, la educación rural no ha logrado desprenderse de las ataduras que le impone un sistema institucional extremadamente rígido y centralizado. Siguen imponiéndose el verticalismo en las decisiones y la ausencia de espacios adecuados para la creatividad del docente rural, lo que nos da una idea de las dificultades para poder diseñar y ejecutar proyectos educativos pertinentes a cada realidad local. Se trata de construir proyectos educativos con el concurso activo de todos los agentes sociales que intervienen en cada comunidad rural. Para esto, es fundamental revisar y redefinir el rol del docente rural, entendiéndolo como un animador, un orientador, promotor y coordinador de las acciones conducentes a un desarrollo económico y humano de las poblaciones locales. La escuela deberá transformarse en el centro de discusión y promoción de todas las acciones y proyectos que se generen al interior de cada comunidad, en pro de un desarrollo sustentable no sólo en lo ecológico sino también en lo sociocultural. Se trata de construir y ejecutar modelos de desarrollo locales sustentados en los conocimientos acumulados de las comunidades rurales y sus interacciones con los nuevos entornos naturales y sociales que la globalización ha impuesto, donde la educación tiene un lugar determinante. Para esto, debe ser una educación liberadora, fuertemente vinculada a lo patrimonial e identitario, y una educación concientizadora y capacitadora, vinculada estrechamente con el conocimiento de las nuevas realidades sociales del mundo rural y de las competencias necesarias para que los individuos puedan desarrollarse en estos nuevos contextos rurales.

Estos planteamientos renovadores de la educación rural significan primeramente,

un rediseño de los currículum escolares a nivel de cada centro educativo, incorporando los elementos concretos de la realidad local y los cambios en un mundo global, con la participación de los diversos agentes sociales. O sea, una visión de lo local y lo global. El currículum escolar debe tener tres componentes fundamentales: el patrimonio histórico-cultural, los aspectos productivos y el patrimonio ecológico. Esto implica el conocer y redescubrir las culturas locales, el territorio y sus recursos naturales, la historia local, las actividades económicas y las innovaciones tecnológicas, y los cambios que ha traído la globalización. Pero, para poder retroalimentar los currículum de estos contenidos se precisa desarrollar líneas de investigación sobre las nuevas realidades locales y globales con el concurso de centros académicos, organismos del agro y organizaciones comunitarias, involucrados en los procesos de desarrollo rural. La educación no sólo es un proceso de transmisión de conocimientos, valores y pautas de conducta social, sino también, un proceso de investigación con la participación de todos los agentes y actores educativos.

Una segunda condición esencial para lograr una renovación de la educación rural es un cambio del perfil del docente rural, el que debe ser concebido como un líder y un articulador de los diversos agentes y proyectos que se gestan adentro y afuera de las comunidades para un desarrollo local. Este docente debe ser capaz de imaginarse los escenarios futuros de la comunidad y concebir el tipo de enseñanza-aprendizaje pertinente en términos reales y útiles, para apoyar a las poblaciones locales en sus intentos de diseñar y ejecutar proyectos de desarrollo. Debe apoyar las actividades productivas novedosas, y replicar en la escuela los proyectos comunitarios exitosos, a fin de que las nuevas generaciones se involucren en los nuevos proyectos productivos. Este educador no debe estar apegado a la rutina que impone el sistema educativo, más bien, debe estar explorando nuevos caminos pedagógicos, creando nuevas actividades educativas, evaluando los resultados de su proceso enseñanza-aprendizaje, invitando a nuevos actores sociales para esta empresa educativa reno-

vadora, y reconsiderando sus objetivos y metas propuestas inicialmente. Su docencia debe estar contenida de una alta dosis de curiosidad y originalidad, apoyando las iniciativas innovadoras, fomentando un ambiente de cooperación recíproca sin desconocer las individualidades, incentivar la apertura de la mente, alentar la confianza en sí mismo, e inculcar valores humanos que posibiliten a los educandos el poder desarrollarse como personas diferentes pero integrados bajo un principio de respeto a la diversidad.

En conclusión, la propuesta de un esquema de vinculaciones estrechas entre patrimonio cultural, identidad, educación y desarrollo local de las diversas poblaciones rurales del Brasil posibilita el poder abrir nuevas vías de desarrollo como alternativas ante un modelo de desarrollo dominante a escala mundial. Esta propuesta rescata el valor de lo local y el protagonismo de las poblaciones locales.

Referencias

- ASTÉ, Arnaldo. La Educación en Venezuela y el sentido del cambio. En: *El Desarrollo Humano en Venezuela*. PNUD, Caracas: Monte Ávila Editores, 1994.
- BUENO, C. y E. AGUILAR. *Las expresiones locales de la globalización: México y España*. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. México: Universidad Iberoamericana, 2003.
- CASTILHO, Ione. *Educacao Patrimonial no colegio municipal Vera Ligia Baldo da comunidade do Facao*. 2003. Monografía (Licenciatura en Historia) - UNEMAT, Cáceres.
- DIETZ, Gunther. *Multiculturalismo, Interculturalidad y Educación: Una aproximación antropológica*. Granada: Universidad de Granada, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo. En: *Antropología del Desarrollo, teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Editorial Paidós, p.169-216, 2000.
- GIMENO, J. y P. MONREAL. El problema del desarrollo: atajos y callejones sin salida. *La controversia del Desarrollo, críticas desde la Antropología*. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, p.239-264, 1999.
- GÓMEZ, Domingo. *Diseño de un currículum de Educación Intercultural Atacameño (NB2)*. Instituto de Investigaciones Antropológicas, Antofagasta: Universidad de Antofagasta, 1999.
- GOUVEA, Celia Leticia. Interculturalidade e educacao escolar indígena: um breve histórico. *Cadernos de Educacao Escolar Indígena*. Cáceres: UNEMAT, v.2 (1), p. 173-188, 2003.

HEREDIA, Luis. *La organización local de las prácticas educativas en los medios desfavorecidos. Una perspectiva etnográfica-participativa*. Centro de Investigaciones de Ciencias Sociales. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1996.

HERNÁNDEZ, Roberto. *El Arte Rupestre en Los Andes, Chile*. Municipalidad de Los Andes. Chile, 2000.

_____. Educación, Cultura y Desarrollo. En: *Actas del II Encuentro de Investigación de la Universidad de Chile*. p.82-83, 2003.

HERNÁNDEZ, R. y C. THOMAS. Cultura, Desarrollo y Educación en las comunidades atacameñas de la II Región de Chile. *Revista Enfoques Educativos*. v.6 (1), p. 93-114, 2004.

_____. *Identidad y Frontera en el mundo atacameño del norte de Chile: Visiones críticas y reflexiones*. Ponencia en el Primer Congreso Latinoamericano de Antropología. Rosario-Argentina, 2005.

LLAMBÍ, Luis. *Globalización, ajuste estructural y nueva ruralidad: una agenda para la investigación y desarrollo rural*. Ponencia central en Primer Congreso Venezolano de Sociología y Economía Rural. Universidad Central de Venezuela, 1995.

MAGENDZO, Abraham. *Currículo y Cultura en América Latina*. Santiago de Chile:PIIE, 1986.

MAILLARD, Carolina. *Museo y Sujeto: Estudio de las Representaciones Sociales acerca de los Museos de Chile*. Memoria de Título de Antropología Social, Universidad de Chile, 2003.

OLIVEIRA, Nancy. *Sao Bernabé: Lugar e Memoria*. Rio de Janeiro: UERJ, [s/d].

SOLER, Miguel. *Acerca de la Educación Rural*. Santiago de Chile: UNESCO-OREALC, 1991.

THOMAS, C. y R. HERNÁNDEZ. La Educación Rural: Una proyección hacia las primeras décadas del siglo XXI. En: *Revista Anales de la Universidad de Chile*. VI Serie, (13), p.177-196, 2001.

Concertación social y territorio
Social establishment and territory
Établissement social et territoire
Ajuste social e territorial

Clara Craviotti*

Recebido em 9/11/2005; revisado e aprovado em 12/4/2006; aceito em 31/7/2006.

Resumen: El artículo analiza uno de los componentes centrales de los actuales enfoques sobre desarrollo local-rural; la noción de concertación social. Establece los puntos de vinculación existentes entre la temática de concertación y la noción de gobernanza, y examina algunas de las problemáticas involucradas - entre cooperación y conflicto, entre eficacia y legitimidad, y entre nivel local y niveles extra-locales-. Sostiene la necesidad de complementar estos esquemas con la construcción de una visión nacional del desarrollo y acciones tendientes al empoderamiento real de los sectores excluidos.

Palabras clave: Concertación social; gobernanza; programas de desarrollo local.

Abstract: The article analyzes one of the basic elements of recent approaches to rural local development processes, the notion of social partnership. It is established the relationship between partnership and the notion of governance, and some of the issues involved - between cooperation and conflict, between efficacy and legitimacy, and between local and non local levels - are examined. It is asserted the need of complementing these arrangements with the construction of a national view of development and actions aimed at the real empowerment of excluded sectors.

Key words: Social partnership; governance; local development programmes.

Résumé: L'article analyse une des composantes centrales des approches actuelles du développement local-rural, la notion de partenariat social. Il est établi les points de rapport existants entre la thématique de partenariat et la notion de gouvernance, et il examine quelques problèmes issus entre la coopération et les conflits, entre l'efficacité et la légitimité, et entre le niveau local et les niveaux extra-locaux. Il soutient le besoin de compléter ces schémas avec la construction d'une vision nationale du développement et les actions tentantes à la prise réelle de pouvoir par les secteurs exclus.

Mots-clé: Partenariat social; gouvernance; programme de développement local.

Resumo: O artigo analisa um dos componentes centrais dos atuais enfoques sobre desenvolvimento local-rural; a noção de ajustamento social. Estabelece os pontos de vinculação existentes entre a temática de ajustamento e a noção de governabilidade e examina algumas das problemáticas implicadas entre cooperação e conflito, entre eficácia e legitimidade e entre nível local e níveis extralocais. Mantém a necessidade de complementar estes esquemas com a construção de uma visão nacional do desenvolvimento e ações tendentes a apoderar-se dos setores excluídos.

Palavras-chave: Ajustamento social; governabilidade; programas de desenvolvimento local.

1 Introducción

Este trabajo tiene como propósito central reflexionar acerca de la idea de concertación entre diferentes actores a nivel local - incluyendo tanto a los más vulnerables, como a aquellos de mayor poder económico - que constituye una de las ideas fuerza presentes en los enfoques sobre desarrollo rural actualmente vigentes en los países latinoamericanos. En efecto, podemos encontrar esta noción en diversos trabajos producidos recientemente por organismos internacionales de financiamiento, que destacan su importancia en el contexto de las estrategias de desarrollo rural. Es el caso

del Banco Interamericano de Desarrollo (2005), que sostiene que la superación de la contradicción entre el carácter sectorial de las políticas públicas y el carácter multi-sectorial del actual enfoque de desarrollo rural no se resuelve a nivel nacional o regional, sino a través de diversos arreglos institucionales a nivel local, como los planes de desarrollo, las mesas de concertación y/o los consejos locales.

Este documento presenta explícitos puntos de contacto con el conocido trabajo de Schejtman y Berdegué sobre desarrollo territorial rural, que visualiza a la creación de instancias de concertación como un elemento clave de la nueva institucionalidad:

* Socióloga (Universidad de Buenos Aires, Argentina); Master en Ciencias Sociales con mención en Estudios Agrarios (FLACSO-Argentina). Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Centro de Estudios de Sociología del Trabajo, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Profesora de la Maestría en Estudios Sociales Agrarios, FLACSO - Argentina. Dirección postal institucional: Av. Córdoba 2122, 2º Piso (1120), Buenos Aires, Argentina. (ccraviotti@yahoo.com).

Su desarrollo debe ser un elemento fundamental de los planes, concebido como un proceso de construcción social del propio territorio, que parte por la adopción de consensos en aspectos de baja conflictividad de intereses, para ir progresivamente conformando redes y alianzas de mayor complejidad, que vayan institucionalizando las prácticas contractuales y fortaleciendo la confianza mutua entre los agentes. (SCHEJTMAN y BERDEGUÉ, 2004, p.43).

Por su parte la Iniciativa LEADER, ejecutada en la Unión Europea a partir de 1991 en sucesivas fases, sostiene que la competitividad territorial supone la competitividad social y que “el elemento desencadenante de la competitividad social es, a todos niveles, la concertación” (LEADER, 2000a, p.14).

Más allá de estas referencias explícitas al tema, en la bibliografía reciente vinculada a la temática del desarrollo rural se verifica una preocupación por identificar los mecanismos más adecuados para promover la cooperación entre diferentes actores. Es en este nivel donde suele introducirse la cuestión del capital social. El uso realizado del concepto por parte de esta bibliografía es de índole instrumental, al poner el acento en sus aspectos positivos y dejar de lado posibles consecuencias “disfuncionales”¹. Existe asimismo un énfasis privilegiado en el capital social como atributo comunitario, minimizando, o en algunos casos desconociendo, el desigual acceso a este recurso y sus posibles consecuencias en términos de reforzar jerarquías sociales². La cuestión central sin embargo, no es sólo cómo construir capital social a nivel territorial, sino cómo combinar esta acción con la promoción de los grupos o individuos más desfavorecidos (SHUCKSMITH, 2000).

Más que analizar la pertinencia del capital social para lograr determinados resultados positivos –sea la cooperación o el empoderamiento de categorías sociales desfavorecidas–, en este trabajo me propongo establecer los puntos de vinculación existentes entre la actual temática de concertación entre diferentes actores y la noción de gobernanza, examinando algunas de las implicaciones que esta última presenta. A partir de este marco general de análisis, examinaré luego algunas de las tensiones y problemáticas involucradas en la noción de concertación a escala local visualizada desde

una perspectiva territorial. Para ello emplearé tanto materiales teóricos como otros que toman como eje de análisis una de las experiencias de desarrollo local con mayor tiempo de ejecución, el programa LEADER³.

2 Concertación y gobernanza

Especificando lo que se entiende por concertación a escala local, gran parte de los actuales enfoques sobre el desarrollo rural hacen alusión a la conveniencia de la gestión del desarrollo a partir de agencias o instrumentos *ad-hoc* donde convergen diversos actores privados y públicos. El programa LEADER ilustra particularmente este punto: Basado en el partenariado –donde la “jerarquía” en la toma de decisiones es reemplazada por mecanismos de negociación que involucran diversos actores en una base de igualdad–, y la subsidiariedad del Estado, conlleva la participación financiera de los agentes implicados (GRAY, 2000; OSTI, 2000).

De hecho se ha sostenido que este programa debía enfrentar los problemas rurales haciendo uso de fondos “en dosis homeopáticas”: Las soluciones para lo que los europeos definían como zonas rezagadas (*lagging regions*) debían ser diseñadas con relativamente escaso compromiso de fondos públicos, y buscando contribuciones de contraparte del sector privado y el voluntariado. La relativa flexibilidad en la implementación, a partir de orientaciones generales establecidas por la Unión Europea, llevó a que fuera considerado un “laboratorio” de desarrollo rural (RAY, 2000).

Desde el punto de vista operativo este enfoque se tradujo en la conformación de *grupos de acción local* que asumían funciones habitualmente adjudicadas a la administración pública en los programas de desarrollo rural tradicional (SCHEJTMAN y BERDEGUÉ, 2004). Los GAL deciden las orientaciones y el contenido del programa de innovación rural; toman decisiones sobre las diferentes acciones subvencionables; en algunos casos, aplican directamente esas decisiones y en otros, los pagos propiamente dichos son efectuados por un organismo facultado para gestionar las subvenciones procedentes de fondos públicos. Los GAL no corresponden ni a la administración pública ni al sector privado,

y son definidos como una de las especificidades más originales introducidas por la iniciativa LEADER. Con un poder de toma de decisiones y un presupuesto relativamente importante a nivel local, generalmente consisten en un nuevo modo de organización que puede influir considerablemente en el equilibrio institucional y político de un territorio (LEADER, 2000b).

Es posible encontrar ejemplos más cercanos de esta forma de gestión. En Brasil, en el marco de las políticas de descentralización del estado, se produjo una explosión de consejos sociales donde convergen una multiplicidad de actores, dando lugar a que un estudioso de ese país se preguntara, en el contexto de un seminario recientemente efectuado: ¿Sabemos cómo se gestionan estas organizaciones? ¿Son democráticas? ¿Son capaces de formular proyectos innovadores?⁴.

En estas formas de gestión donde de alguna manera se “borran” los límites entre lo público y lo privado, el Estado se vuelve un actor “más”, un “socio” del desarrollo. Es indudable el sustrato de esta propuesta en la noción teórica de gobernanza, tal como es entendida desde la ciencia política, aspecto que es inclusive explicitado por algunos de los programas que proponen estos esquemas de gestión⁵.

De allí que resulte particularmente pertinente examinar más de cerca los procesos más amplios que dieron origen a esta última noción. Goodwin (1998) menciona tres fuerzas concurrentes: La crisis del Estado de Bienestar y de las formas de gestión político-económicas asociadas, el surgimiento de las ideologías neoliberales que condujeron a un proceso de reformas del rol del estado a través del cual se privatizaron y tercerizaron servicios, y por último, el surgimiento a nivel local de coaliciones de distinto tipo, en ocasiones promovidas desde otros niveles de gobierno. En contextos latinoamericanos también se alude al proceso de reforma del estado como determinante, a lo que se agrega la necesidad de responder a las demandas de nuevos espacios de participación planteados por las organizaciones populares (BASSO, 2002).

Podemos encontrar en la literatura dos diferentes visiones sobre la noción de gobernanza (OSTI, 2000): Una hace hincapié en la crisis del estado, que lleva a una delegación

de poder que en ocasiones no es real; la otra, hace referencia por el contrario a la creciente complejidad de los sistemas, que vuelve ineficiente la toma de decisiones siguiendo un modelo jerárquico.

Si bien la voluntad de favorecer e incrementar la participación de la sociedad civil en la toma de decisiones puede justificar en sí misma la opción por estos esquemas de gestión, es conveniente tener presente algunas de las problemáticas que encierra. En primer lugar, estas nuevas formas de articulación adolecen de los principios de la democracia representativa: legitimidad y rendición de cuentas, lo que también puede aplicarse a las acciones de ONGs y otro tipo de organizaciones. Por otro lado, al desdibujarse los límites entre estado y sociedad civil se genera un terreno propicio para eludir responsabilidades y buscar *chivos expiatorios* de las acciones realizadas o inclusive, de la falta de acción misma (GOODWIN, 1998).

Claro está que la visión que defiende esta modalidad de gestión señala lo contrario, que al afrontarse un debate abierto y compartirse las responsabilidades y las tareas se refuerza la legitimidad de las decisiones. (LEADER, 2000 a) Desde esta perspectiva puede también sostenerse que a través de estos mecanismos los actores tienen la oportunidad de reducir la incertidumbre que encierran comportamientos no esperados de los otros actores o del propio estado, en tanto se exponen en la escena pública sus posiciones.

La noción de gobernanza alude a la interdependencia de las instituciones involucradas en la acción colectiva, poniendo de manifiesto las dificultades y los tiempos que acarrea la negociación de metas y agendas comunes. Asimismo, reconoce que la capacidad de ejecutar acciones no descansa únicamente en la autoridad del gobierno; su rol es básicamente circunscripto a la identificación de grupos de interés y el desarrollo de oportunidades para que estos confluyan y actúen. Cabe tener presente sin embargo, que ello no necesariamente garantiza el éxito de un esquema de este tipo. Otra de las problemáticas involucradas se vincula con la compatibilización de los intereses particulares de los actores participantes con el interés público y con *los intereses de aquellos excluidos de los acuerdos*. Volveremos posteriormente sobre este punto.

De hecho el análisis del funcionamiento de los mecanismos de gestión puestos en marcha a partir del programa LEADER en Italia (OSTI, 2000) indica que si bien la retórica del programa visualizaba a los grupos de acción local como una manifestación del principio de reciprocidad en las relaciones, lo que en la práctica se produjo fue un cambio desde el principio jerárquico en la toma de decisiones hacia la regulación por parte del mercado. Desde la visión de este autor, este esquema resulta más efectivo para enfrentar la creciente competencia que se verifica en el nuevo contexto globalizado: Así como las “ciudades globales” compiten entre sí, las áreas rurales luchan para atraer flujos de turistas o inversiones.

Una cuestión que quisiéramos introducir en el análisis es que la idea de concertación en sí misma no es nueva. En el caso argentino se la identifica a comienzos de los setenta y en particular con la vuelta de la democracia en 1983, que dio lugar a una proliferación de trabajos sobre el tema basados en las experiencias de concertación europeas. Se pensaba en la concertación entre los representantes de los sectores organizados –capital y trabajo– siendo el estado nacional el mediador entre actores con poder asimétrico.

En ese contexto se sostenía que “el tema de la concertación se enlaza al de producción de consensos y solidaridades, al de movilización y reconstrucción de identidades sociales, al de la organización de los sectores sociales y a la asunción de responsabilidades de los mismos en la toma de decisiones, al de ampliación del ámbito de lo público y de la soberanía popular (...) al del manejo de variables macroeconómicas claves con el concurso de los sectores sociales organizados (políticas de ingreso, de empleo, etc.)...” (DOS SANTOS, 1987, p.13). Es decir, se incluía *un amplio abanico de cuestiones* a considerar en el marco de una concertación. Por otra parte se la ubicaba en un nivel que claramente superaba lo local.

Una dificultad que señalaba en ese entonces Mario Dos Santos, y que consideramos actualmente vigente, se refiere a la dificultad para institucionalizar el procesamiento de conflictos en presencia de graves desigualdades socioeconómicas como las que caracterizan a los países latinoamericanos.

A ello se suman elementos producto de la experiencia vivida en la última década que no favorecen la cooperación. Como señala Manzanal (2005), la implementación del modelo neoliberal ha debilitado los lazos sociales; el consenso no es la regla, la negociación tampoco.

Constatadas estas situaciones que involucran a algunos sectores en relaciones de dominación históricas, algunos trabajos proponen una suerte de “alianza” entre los sectores progresistas del estado y los sectores excluidos, que permitiría superar los obstáculos a la formación de capital social entre los pobres. Se trata del uso con fines loables de las redes interpersonales que compenetran las relaciones estado-sociedad, superando “el paradigma tradicional de la división de roles como esencia de la democracia anglosajona, [que] rechaza este tipo de ligazón personal como generadora de corrupción” (DURSTON, 2003, p.182).

Más allá del contenido de esta propuesta, que puede ser discutible, la misma hace referencia a un elemento que a nuestro juicio es importante: El hecho de que determinadas acciones, por su urgencia o por apuntar a remediar profundas inequidades, no pueden ser sometidas a los vaivenes de un proceso de concertación; deben ser encaradas por el estado, con el respaldo que sus autoridades poseen por el hecho de ser democráticamente elegidas.

Tampoco el estado puede ser visualizado como un actor más. Un requerimiento para la efectividad de los mecanismos de concertación es su capacidad de ejercer autoridad en su doble papel de contrayente y garante de los acuerdos (DE RIZ et al., 1987). Si esto no ocurre, es difícil pensar en consensos más o menos estables que vinculen institucionalmente a las partes.

Más concretamente, el estado debe funcionar como garante de dos condiciones: Que el beneficio colectivo compensará el costo de lograr ese objetivo, y que otros actores no se aprovecharán de dicho beneficio sin pagar costos. Puede hacerlo en la medida en que posee autoridad para ejercer coerción y distribuir recursos en provecho de las partes que contraen el acuerdo. Sin embargo, un estado democrático no sólo debe atender el bien de las partes, sino que también debe asegurar los intereses de los excluidos de los

acuerdos –las fuerzas sociales no organizadas, los sectores más pobres.

En la visión actual no sólo esta definición del rol estatal está ausente, sino que se pone énfasis en la concertación únicamente a escala local. Sin duda ello tiene que ver con la pérdida creciente del poder de regulación de los estados nacionales en el marco de los procesos de globalización. El territorio se transforma en la unidad privilegiada de mediación entre el espacio local y las demás esferas, sea la regional, la nacional o la global (SCHNEIDER y PEYRÉ TARTARUGA, 2005). Ello conlleva ciertos riesgos: Se abre el camino para desarrollar un lazo directo a “los lugares”, sin pasar por las regulaciones y reglamentaciones de los niveles intermedios de los estados nacionales y provinciales (MANZANAL, 2005).

3 Las tensiones y problemáticas involucradas en la noción de concertación

a) Entre cooperación y conflicto

Concertar implica en los hechos, establecer una relación más o menos estable de *intercambio político*, en la que coexisten aspectos de cooperación y aspectos de conflicto (DE RIZ et al., 1987). La intervención estatal es la que posibilita pasar de una situación de conflicto abierto a otra de conflicto negociado.

Sin embargo, más bien pareciera que los mecanismos de concertación social son meramente visualizados como mecanismos de prevención o “amortiguación” de conflictos y no como nuevos arreglos institucionales que posibilitan la reconstitución de los agentes sociales y una gestión crecientemente pública de los asuntos que verdaderamente importan. Se asume que las diferencias se neutralizan casi “por arte de magia” gracias a la puesta en marcha de estos esquemas de gestión asociada.

Sin embargo, la propia elección de una vía de desarrollo puede involucrar conflicto. Esto es acertadamente puesto de manifiesto en el análisis de una experiencia exitosa de acción colectiva a nivel local, donde se privilegió la defensa del patrimonio cultural de la región (BRUNORI y ROSSI, 2000). En este caso, los intereses de aquellos agentes que apuntaban a preservar el paisaje y la tranquilidad se enfrentaban con los de aquellos

que promovían un uso más intensivo del territorio, siguiendo el paradigma “clásico” de modernización de la agricultura. Por lo tanto, elegir un curso de acción supone privilegiar determinados intereses por sobre otros, y ello probablemente no eliminará el conflicto, aún en el nivel local. Más que negar el conflicto es necesario incorporarlo como inherente a toda dinámica social.

b) Entre eficacia y legitimidad

Existe una razón de índole “práctica” para delegar la gestión en estos órganos público-privados: Se les atribuye una mayor eficacia en relación a las administraciones y agencias existentes, a la hora de fomentar las iniciativas locales.

Sin embargo, el propio programa LEADER, con su énfasis en la democracia participativa, ha sido visualizado por algunos actores como una amenaza a las instituciones de la democracia representativa. Los Grupos de Acción Local carecen de un mandato proveniente de elecciones, y esto en ocasiones ha determinado que las autoridades locales trataran con sospecha sus actividades, o bien que acusaran al programa de no democrático –cuando ha sido implementado a través del sector privado o cuando el espacio de acción no coincidió con los límites de las administraciones locales.

Más allá de si los participantes en una mesa de concertación poseen o no un mandato surgido de elecciones directas, un requisito de estos esquemas es la representatividad de los actores, y que los mismos sean capaces de actuar en forma unificada (DE RIZ et al., 1987). Precisamente uno de los talones de Aquiles en el medio rural es la debilidad política de las organizaciones existentes (SCHNEIDER y TARTARUGA, 2005), en particular las de los actores sociales más débiles, destinatarios privilegiados de toda política de desarrollo rural. Se ha señalado que el riesgo de estas iniciativas es favorecer a quienes ya tienen poder, y que disponen de una mayor capacidad para actuar e involucrarse. Esto puede reflejarse en diferentes niveles: en la definición de la identidad del territorio, en la composición de los grupos de acción locales, en el planteamiento de los objetivos, en la identificación de los beneficiarios de las acciones (SHUCKSMITH, 2000).

Cabe señalar asimismo que las experiencias de concertación a escala local en América Latina han evidenciado en múltiples ocasiones la ausencia de organizaciones que representen a los sectores más débiles. De allí la necesidad de una fase previa de fortalecimiento de la capacidad organizativa, si se pretende que este tipo de esquemas conduzcan a la superación de la pobreza.

Goodwin (1998) alerta que en este tipo de esquemas de gestión asociada siempre es pertinente preguntarse: ¿Cómo y por qué los diferentes grupos confluyeron? ¿Quiénes están involucrados en esta forma de gobierno y quiénes no? ¿Por qué? ¿Cuáles son los productos o resultados logrados?

c) Entre el nivel local y los niveles extra-locales

Indudablemente hay dos cuestiones que todavía requieren de un mayor esclarecimiento tanto a nivel conceptual como operativo en los recientes enfoques sobre el desarrollo rural endógeno, local o territorial. Nos referimos a los aspectos o desafíos que pueden ser enfrentados desde este nivel y al tipo de vínculo a establecer con los otros niveles.

En realidad los esquemas de gestión asociada, si bien refuerzan la capacidad de presión de un territorio y en alguna medida posibilitan una mayor captación de recursos –tanto los provenientes de fuentes nacionales como los originados en organismos internacionales de financiamiento–, no por ello eliminan las limitaciones que se han identificado para los niveles municipales a partir de los procesos de descentralización del estado, ya sea por la falta de correspondencia entre los recursos y las responsabilidades adjudicadas, como por la carencia de competencias técnicas suficientes. Frente a este problema, algunos trabajos plantean la conformación de asociaciones municipales y corporaciones público-privadas regionales (SCHEJTMAN y BERDEGUÉ, 2004).

Aún así, está claro que hay cuestiones que necesariamente excederán las posibilidades de acción de estos niveles y que además requieren de una visión más amplia que evalúe su necesidad o pertinencia. El ejemplo más claro es el de las inversiones en infraestructura: no necesariamente el trazado más apropiado de una ruta es el que proponen

los actores locales, aunque esté fuera de discusión la necesidad de una mayor conectividad con otras áreas.

Por otro lado, se plantea casi una paradoja en las iniciativas de desarrollo local: En una coyuntura histórica en que la consolidación de cadenas de valor globales está afectando inclusive a experiencias “exitosas” de desarrollo local, como los distritos industriales italianos (HUMPHREY y SCHMITZ, 2000), y en que las nuevas tecnologías de información y la microelectrónica posibilitan cada vez más un control “a distancia”, se sostiene la necesidad y factibilidad de “lo local” como vía de solución de los problemas de las áreas rurales. Si bien un fortalecimiento de las capacidades locales posibilitaría una negociación más equitativa con las otras esferas, no parece razonable trasladar sin más a quienes tienen como única base de operación lo local, la responsabilidad de articularse *en forma efectiva* con agentes cuya característica es la capacidad de desenvolverse en diversos ámbitos a la vez.

Frente a esta situación, gran parte de la bibliografía sobre desarrollo local-rural destaca la importancia de establecer todo tipo de conexiones, ya sea de los pobres con otros actores de mayor poder económico como de las áreas locales con otras áreas distantes⁶. El desarrollo de redes es propuesto por esta vertiente de análisis en conjunción con la ejecución de otras acciones que permitan fortalecer la competitividad de los territorios en la economía global. Sin embargo, esta nueva lógica supone a nuestro juicio una contradicción difícil de resolver: el objetivo de posicionar estratégicamente un territorio en la economía mundial necesariamente involucra la competencia entre áreas, lo que acota el espacio para la construcción de redes duraderas. De hecho el análisis realizado por Osti (2000) sobre el LEADER II en Italia hace alusión a este tema.

Existe asimismo una tensión entre la búsqueda de competitividad en el plano económico y la construcción de modalidades de interacción social. Estas conllevan tiempos mucho más largos que los involucrados en la adecuación de las condiciones de producción a la cambiante dinámica de los mercados.

4 A modo de conclusión

El análisis precedente no implica desconocer la importancia o la validez de los mecanismos de concertación, y la necesidad de un mayor protagonismo de los actores locales en la formulación y la ejecución de las políticas de desarrollo rural. Estos esquemas involucran el reconocimiento mutuo de los actores y en algunos casos posibilitan la construcción de identidades de sectores tradicionalmente excluidos. En este sentido coincidimos con uno de los documentos citados en que “la acción colectiva no es una utopía, se trata de una urgencia para los territorios rurales, sometidos a problemas de despoblación, competencia, reestructuración, escaso interés político en los ámbitos regionales y nacionales, conflictos locales” (LEADER, 2000a, p.39).

Por otro lado la globalización conlleva un redescubrimiento y *reinvención* de lo local que se verifica en diversos ámbitos, posibilitando un posicionamiento diferente de áreas y actores, aunque aún no esté claro la medida en que es posible establecer vínculos con los otros niveles que efectivamente redunden en beneficios para todas las partes involucradas.

En todo caso, el presente artículo apunta a tener presente el contexto en el cual toma cuerpo la propuesta actual de concertación a escala local y los riesgos que puede implicar, de vaciarse de su contenido transformador y resultar un simple requerimiento a cumplir para garantizar el acceso a ciertos recursos. Para que ello no ocurra, debe acompañarse de políticas activas de fortalecimiento de las organizaciones de los sectores excluidos, que les permitiría negociar mayor autonomía en la formulación y ejecución de las acciones, y de la construcción compartida de una visión nacional del desarrollo, donde las diferentes realidades locales tengan un rol a desempeñar.

No se cuestiona entonces que el ámbito local pueda ser el espacio preferencial para el ejercicio de la concertación multiactoral. Más bien se señala que no basta con llevar a cabo este ejercicio exclusivamente en ese nivel para revertir la situación desventajosa en que se encuentran pequeños productores y trabajadores rurales. De hecho el propio

LEADER (1999) señala como una de sus limitaciones que la concertación a menudo se limitó al nivel local, con un impacto acotado en las grandes orientaciones de las políticas nacionales o regionales.

Finalmente, otra de las cuestiones introducidas por el artículo es que en sociedades donde las autoridades han sido democráticamente elegidas, no todos los objetivos debieran estar supeditados a la negociación y al logro de consensos entre los diferentes actores (sean del nivel local o de otro tipo). Algunos derechos básicos y fundamentales forman parte de garantías contenidas en leyes superiores y es a partir de ese marco que deben promoverse.

Notas

¹ Existe una multiplicidad de definiciones del término capital social en la bibliografía sobre desarrollo; se trata de un concepto polisémico, que no presenta una acepción única (GARRIDO y MOYANO ESTRADA, 2004). Sin embargo, en líneas generales se percibe un énfasis en los aspectos instrumentales y en los aspectos positivos del capital social. Véanse, a título ilustrativo, las siguientes definiciones:

“El capital social son normas o valores compartidos que promueven la cooperación social. Dentro de esta perspectiva, el capital social es una manera utilitaria de mirar la cultura” (FUKUYAMA, 2003, p.37).

“Capital social [es] el componente de la organización social que favorece los procesos productivos y de generación de riqueza colectiva e individual” (PORTILLA RODRÍGUEZ, 2003, p.4-5).

“Definimos capital social como el contenido de ciertas relaciones sociales -que combinan actitudes de confianza con conductas de reciprocidad y cooperación- que proporciona mayores beneficios a aquellos que lo poseen en comparación con lo que podría lograrse sin este activo” (DURSTON, 2003, p.145). En un intento por incorporar algunos matices este autor advierte más adelante: “Resulta analíticamente más útil, sin embargo, definir el capital social en términos más neutrales, como un recurso que puede ser usado en emprendimientos que producen beneficios sólo para algunos y que excluyen o dañan al resto.” (p.169)

² Probablemente el trabajo más influyente dentro de la línea de pensamiento del capital social como recurso comunitario que facilita las acciones coordinadas ha sido el de Putnam (1993), *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*, Princeton: Princeton University Press. Una crítica a sus planteos puede verse en: Portes (1999), “Capital social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna”, Jorge CARPIO e Irene NOVACOVSKY comps. *De igual a igual. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 243-266.

³ Esta Iniciativa de la Unión Europea presenta siete especificidades: el enfoque territorial, el enfoque ascendente, el grupo local, el carácter innovador de las acciones,

el enfoque multisectorial, la interconexión en red (a nivel regional, nacional y europeo) y las modalidades de gestión y financiación (LEADER, 2000b).

⁴ Ricardo Abramovay, en *Jornadas de Intercambio y discusión: El desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial*, FLACSO- Universidad de Buenos Aires- CONICET, 23 y 24 de junio.

⁵ Al respecto el programa LEADER señala en uno de sus documentos: "La gobernación es un concepto que apareció con la mundialización. El término designa toda forma de gestión democrática a los distintos niveles. Ante el debilitamiento de los estados y la descentralización, otras formas de gobernación aparecen junto con los sistemas de gobierno establecidos por los estados y las colectividades locales democráticamente elegidos" (LEADER, 2000a, p.19).

⁶ En algún caso se parte de una conceptualización teórica del capital social donde se lo visualiza en diferentes capas, empezando por el nivel individual, pasando luego por el grupal y al comunitario, para llegar al capital social de "puente", definido como los vínculos que dan acceso horizontal y simétrico a personas e instituciones distantes (DURSTON, 2003).

Bibliografía citada

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. Departamento de Desarrollo Sostenible. *Estrategia de Desarrollo Rural*. Borrador sometido a consulta pública, febrero de 2005.

BASSO, Dirceu. "Fatores que podem influenciar a participacao dos agricultores/as familiares na producao e gestao de politicas de desenvolvimento rural em Dois Vizinhos". *VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, Porto Alegre, 25 al 29 de noviembre de 2002.

BRUNORI, Gianluca y Adanella ROSSI. "Synergy and Coherence through Collective Action: Some Insights from Wine Routes in Tuscany". *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4, p. 409-423, 2000.

DE RIZ, Liliana, Marcelo CAVAROZZI y Jorge FELDMAN. "El contexto y los dilemas de la concertación en la Argentina actual". In: SANTOS, Mario dos (comp.), *Concertación político-social y democratización*, Buenos Aires: CLACSO, p. 11-51, 1987.

DOS SANTOS, Mario. "Pactos en la crisis. Una reflexión regional sobre la construcción de la democracia". In: SANTOS, Mario dos (comp.), *Concertación político-social y democratización*, op. cit., p.189-225, 1987.

DURSTON, John. "Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe". In: ATRIA, Raúl et al. comps., *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*, Santiago de Chile: CEPAL - Universidad del Estado de Michigan, p. 147-202, 2003.

FUKUYAMA, Francis. "Capital social y desarrollo: la agenda venidera". In: ATRIA, Raúl et al. (comps.), *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*, op.cit. p. 33-51.

GARRIDO, Fernando y Eduardo MOYANO ESTRADA. *Capital social y desarrollo en zonas rurales. Una aplicación al caso de los programas Leader en Andalucía*. IESA, CCIC, Córdoba, España, 2004.

GOODWIN, Mark. "The governance of rural areas: Some emerging research issues and agendas". *Journal of Rural Studies*, v.14, n.1, p. 5-12, 1998.

GRAY, John, "The Common Agricultural Policy and the reinvention of the rural in the European Community". *Sociologia Ruralis*. No. 40 No. 1, p.30- 52, 2000.

HUMPHREY, John y Hubert SCHMITZ. *Governance and upgrading: Linking industrial cluster and global value chain research*. IDS Working Paper 120, Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies, 2000.

LEADER. *La competitividad territorial. Construir una estrategia de desarrollo territorial con base en la experiencia de LEADER*. Cuaderno de la Innovación. n.6, Fascículo 1, Observatorio Europeo LEADER, Diciembre 1999.

LEADER. "La competitividad social. Construir una estrategia de desarrollo territorial con base en la experiencia de LEADER". *Cuaderno de la Innovación*. n.6, Fascículo 2, Observatorio Europeo LEADER, 2000.

LEADER. "Evaluar el valor añadido del enfoque LEADER". *Cuaderno de la Innovación*. n.4, Observatorio Europeo LEADER, 2000.

MANZANAL, Mabel. "Regiones, territorios e institucionalidad del desarrollo rural". *Jornadas de Intercambio y discusión: El desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial*, FLACSO- Universidad de Buenos Aires- CONICET, 23 y 24 de junio de 2005.

OSTI, Giorgio (2000). "LEADER and partnerships: The case of Italy". *Sociologia Ruralis*. v.40, n.2, p. 172-180, 2000.

PORTES, Alejandro. "Capital social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna". In: CARPIO, Jorge; NOVACOVSKY, Irene (comps.), *De igual a igual. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 243-266, 1999.

PORTILLA RODRIGUEZ, Melania. "Actores sociales en el desarrollo territorial rural". *Sinopsis*. n.8. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2003.

PUTNAM, Robert (1993), *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

RAY, Christopher. "Towards a meta-framework of endogenous development: Repertoires, paths, democracy and rights". *Sociologia Ruralis*, v.39, n.4, p. 521-537, 1999.

RAY, Christopher. "The EU LEADER Programme: Rural development laboratory". *Sociologia Ruralis*, v.40, n.2, p.163-171, 2000.

SCHEJTMAN, Alexander y Julio BERDEGUÉ. *Desarrollo Territorial Rural*. Debates y Temas Rurales. n.1. RIMISP: Santiago, 2004.

SCHNEIDER, Sergio e Iván PEYRÉ TARTARUGA, "Do territorio geográfico a abordagem territorial do desenvolvimento rural". *Jornadas de Intercambio y discusión: El desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorio*. FLACSO- Universidad de Buenos Aires- CONICET, 23 y 24 de junio de 2005.

SHUCKSMITH, Mark. "Endogenous development, social capital and social inclusion. Perspectives from LEADER in the UK". *Sociologia Ruralis*, v.40, n.2, p. 208-217, 2000.

L'agglomération d'activités d'économie sociale: Mondragon, Montréal et la Toscane
The agglomeration of the social economy activities: Mondragon, Montreal and Toscane
A aglomeração das atividades da economia social: Mondragon, Montréal e da Toscane
La aglomeración de las actividades de la economía social: Mondragon, Montreal e la Toscane

Jacques Prades*

Recebido em 19/12/2006; revisado e aprovado em 16/3/2006; aceito em 23/6/2006.

Résumé: L'objet de cet article est de relater les résultats de trois expériences d'agglomérations d'activités d'économie sociale au Pays basque espagnol, en Italie et à Montréal. L'étude a nécessité sept voyages au cours duquel ont été réalisés des enquêtes de terrain et des entretiens¹. Elle vise à énoncer un certain nombre de récurrences observées après avoir décrit succinctement les terrains. Dans une première partie, nous énoncerons quelques préalables méthodologiques, définitions et hypothèses. Dans une deuxième partie, nous ferons une description des trois expériences. En conclusion, nous regrouperons les ingrédients communs à ces trois expériences pour en tirer quelques conséquences analytiques.

Mots-clé: Agglomération; économie sociale; expériences.

Abstract: The objective of this article is to give an account about results of three agglomeration experiences about the social economy activities in spanish Bilbao country, in Italy and Montreal. The study needee seven travels around the places where the informations were picked about the grounds and the expenses. It has as objective to express an amount of observed resorts after the succinct description about the grounds. In a first side, we will express some methodologic preliminaries, definitions and hypotesis. In a second side, we will make a description of the three experiences. For conclusion, we will group the common ingredients of there three experiences to take some analytic consequences.

Key words: Agglomeration; social economy; experiences.

Resumo: O objeto desse artigo é de relatar os resultados de três experiências de agrupamentos de atividades de economia social no País basco espanhol, na Itália e em Montreal. Para o estudo foram necessárias sete viagens durante as quais foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas. Procura-se enunciar certo número de recorrências observadas, após terem sido descritos sucintamente os terrenos. Numa primeira parte enunciaram-se alguns princípios metodológicos, definições e hipóteses. Numa segunda parte far-se-á uma descrição das três experiências. Como conclusão, reagrupar-se-á os ingredientes comuns a essas três experiências, para se obter algumas conseqüências analíticas.

Palavras-chave: Aglomeração; economia social; experiências.

Resumen: El objetivo de este artículo es relatar los resultados de las tres experiencias de las aglomeraciones de las actividades de la economía social al País Basco español, en Itália y Montreal. El estudio tuvo la necesidad de siete viajes a los sitios dónde fueron recoagidas las informaciones sobre los terrenos y los gastos. Tiene como objetivo expresar una cierta caritividad de recurrências observadas después de haber descrito de manera sucinta los terrenos. En la primera parte, nosotros expresaremos algunas previas metodológicas, definiciones e hipótesis. En la segunda parte, nosotros haremos una descripción de las tres experiencias. Para efecto de conclusión, nosotros reagruparemos los ingredientes comunes às estas três experiencias para sacar algunas consecuencias analíticas.

Palabras clave: Aglomeración; economía social; experiencias.

Première partie Quelques repères méthodologiques

Nous avons choisi l'analyse de deux expériences coopératives et une expérience associative.

Le premier cas est celui de Mondragon. Situé dans le pays basque espagnol, le complexe coopératif de Mondragon regroupe plus de 116 coopératives. Créé en 1956, le complexe a vécu l'histoire industrielle de ces trente dernières années sans jamais licencier car le droit de licenciement est interdit, avec un éventail des salaires qui est resté longtemps compris en-

tre 1 et 3. Le cas de l'Italie est un peu différent car le nombre de coopératives est un des plus important d'Europe et la succession des formes coopératives est un trait essentiel de l'économie italienne. Nous nous concentrons ici sur l'histoire de la Banca Etica pour caractériser ce mouvement. Particulièrement présente en Toscane, elles représentent une émanation de la société civile.. Le troisième cas est celui des CDEC montréalaises qui sont de véritables comités de quartier mais à l'échelle d'un arrondissement qui gèrent la ville de Montréal.

Le choix de ces terrains a été guidé par deux considérations :

Université de Toulouse 2-Le Mirail. (prades@univ-tlse2.fr).

- une première raison est que les initiatives qui nous intéressent ici se situent autour d'une dynamique qui emprunte trois voies étroitement liées mais dont l'une prédomine : celle de l'entrepreneuriat collectif comme à Mondragon, celle de la société civile comme au Québec et celle d'une substitution partielle de l'Etat comme en Italie. En devenant exclusif au détriment des autres, chaque pôle présente un risque de dilution de l'originalité de l'initiative. En effet, le premier pôle tire vers la banalisation des marchés, le second pôle pousse au risque de communautarisme et le troisième pôle vers le risque d'une instrumentalisation, voire d'une bureaucratisation. Chacun des pôles est donc en tension avec les autres mais avec des dominantes.
- une deuxième raison est que nous ne voulions pas nous enfermer dans un débat franco-français de l'économie sociale et l'économie solidaire en évitant les deux pièges de ce débat : soit nier leur différence soit creuser un gouffre entre les deux perspectives. Le contournement de ce débat a consisté à étudier des expériences étrangères et à ne revenir sur la France qu'à la fin de l'étude des terrains. Le concept « d'économie solidaire » peut utilement servir à identifier certaines structures qui ne sont pas mises en relief autrement. Mais il s'avère fragile et ne semble pas faire l'unanimité ni d'un point de vue théorique ni du point de vue des praticiens, ce qui expliquerait sa lenteur de diffusion. Un concept ne s'impose que s'il résulte de la convergence d'un mouvement descendant de chercheurs, technocrates, etc. et d'un mouvement du bas qui par ces pratiques se reconnaît dans la conceptualisation. Nous avons donc préféré opté pour l'expression d' « entreprises sociales » et d' « initiatives solidaire ».

Deux mobiles historiques récurrents

Ces histoires respectives font apparaître des récurrences qui obéissent à deux mobiles parfois dissociés :

- *Une première logique est celle de la nécessité.* Des populations en marge cherchent à construire des parcours individuels et collectifs en reconquérant des droits dont

ils avaient été exclus : droit au travail, droit au logement, droit au crédit. H. Desroches avait l'habitude de dire que ces pratiques sociales étaient « filles de la nécessité ».

- *Une deuxième logique est celle de la revendication d'une identité ou d'un destin commun.* La population d'un territoire se rassemble en vue d'un objectif commun : l'emploi par le développement local, culturel, environnemental ou éducatif.

Les deux logiques peuvent se regrouper bien qu'il puisse y avoir entre elles un conflit de prévalence identitaire : est-ce que ce qui fait « identité », c'est la classe (les exclus, les pauvres, etc.) ou le territoire (c'est-à-dire la frontière qui sépare le dedans du dehors) ou les deux à la fois ?

Des expériences agglomérées

Dans ce travail, nous ne cherchons pas à grossir des micro-activités exemplaires qui pourraient servir de « prêts à porter ». Nous étudions des entreprises sociales et des initiatives solidaires dont la longévité témoigne d'une possibilité effective pour un groupe social de produire, consommer et répartir et échanger autrement. C'est dire que ce qui nous intéresse, ce sont les structures coopératives et non la coopération. En effet, dans le format néo-classique, les économistes découvrent que sous certaines conditions, « la coopération » est préférable à la concurrence. Mais la coopération qu'ils évoquent est celle qui favorise en dernier ressort l'intérêt individuel. Alors que dans les coopératives que nous évoquons, nous venons de l'indiquer, on part du principe inverse selon lequel l'intérêt individuel doit être dépassé. Il y a bien également un point de vue normatif dans ce travail, largement explicite mais il a la différence des néo-classiques, nous ne construisons pas de modèle sur une conception théorique non explicitée et idéale (le marché). Au contraire, c'est sur des réalités empiriques que nous valorisons les hypothèses sur lesquelles elles reposent. Plus fortement, ce travail tente de faire ressurgir explicitement la mémoire collective de toutes les formes d'auto-détermination que tous les pouvoirs (économiques mais aussi et surtout politiques) contribuent à étouffer.

Des formes non-exclusives

Un des objectifs poursuivis est de montrer qu'après avoir considéré en France le modèle coopératif comme la référence de l'économie sociale jusqu'à la fin des années soixante (et même un peu plus tard avec C. Vienney), on en est venu à partir des années quatre vingt à ne rechercher de la nouveauté que dans certaines associations (ce que l'on nomme en France « l'économie solidaire »). Or, nous cherchons à montrer que dans les processus d'agglomération qui sont les seuls à nous intéresser ici, les deux formes ne sont pas exclusives l'une de l'autre mais qu'elles se complètent. Davantage encore, la forme associative à la française, entraîne presque inévitablement une usurpation de pouvoir considérable par son président ou son directeur (en raison des différences d'objectifs entre administrateurs et directeur), en même temps qu'elle plonge les structures dans une dépendance excessive à l'égard des politiques publiques (du fait de l'instrumentalisation liée à la nécessité de ressources publiques) ou encore qu'elles tendent à s'éloigner des populations locales qui les ont très souvent engendrés (rigidification des structures). Les coopératives peuvent être un outil de sociations politiques à but économique.

Des entrées diverses

Le deuxième objectif est de montrer qu'aucune entrée en matière d'agglomération d'activités n'est privilégiée : on peut débiter par des coopératives de production comme le complexe de Mondragon dans le pays basque espagnol, de consommation comme les districts italiens dans leur composante coopérative dans la troisième Italie ou une forme de démocratie comme les Corporations de Développement Economique Communautaire de Montréal au Québec, plus communément appelées les CDEC qui sont des associations qui ont à voir avec les coopératives d'habitation. L'économie sociale prend du sens lorsqu'elle émane d'initiatives locales et qu'en grossissant, elle ne perd pas de vue son fondement et lorsqu'elle s'avère être plus performante et plus équitable dans tous les

segments où elle intervient. C'est là qu'elle peut être le vecteur d'une pédagogie collective pour la transformation sociale.

Des mobiles politiques

Le troisième objectif de cette étude est de montrer que les coopératives ne sont pas seulement des entreprises comme les autres qui répartissent autrement. Car le mobile qui réunit les expériences que nous évoquons ici est politique au sens où elles n'attendent pas d'un Etat affaibli les clés d'une nouvelle régulation sociale. Elles cherchent par des voies associées à prendre elle-même leurs destins en main. Cette thèse est allée souvent à l'encontre des congrès de la coopération² qui en défendant le principe de neutralité n'ont pas brillé de clarté sous l'épisode Vichyssois. Tous les acteurs des initiatives présentées ici ont compris qu'on assistait à une redéfinition de l'Etat providence et qu'une attitude de crispation gelait les initiatives émergentes. Cette impossibilité de remettre en cause l'Etat en France, autrement que sous sa forme libérale, est probablement une des clés de la difficulté d'émergence d'une nouvelle économie sociale.

Deuxième partie Etudes de cas

Mondragon

Mondragón est une ville de 25 000 habitants, située au pied de l'Udalaitz, à 30 km au sud-est de Guernica et au nord-est de Vitoria, entre Bilbao (50 km) et Saint Sébastien. d'herbe. En octobre 1955, pour contourner les autorisations de création et d'implantation d'entreprises contrôlées par l'Etat, cinq jeunes fondateurs eurent l'idée de reprendre une entreprise en difficulté de produits électriques et mécaniques à usage domestique qui se trouvaient à Vitoria. C'est ainsi que naît la première entreprise coopérative ULGOR.

Ce n'est qu'un an après la reprise, en avril 1956, que les fondateurs transfèrent l'entreprise à 30 Km, dans le petit village de Mondragón. Il est fort probable que la présence d'un jeune prêtre activiste, Don José María Arizmendiarieta, soit à l'origine de

ce déplacement géographique.

Le prêtre est en effet arrivé à Mondragón en 1941 et il n'en bougera pas jusqu'à sa mort en 1976. Mondragón est issu du mouvement social catholique. J-M Ormaetxea, un des seuls compagnons à être toujours vivant³, prétend que le mobile de l'expérience tient à l'équité d'origine chrétienne qui sous-tend le processus : lutte contre la pauvreté au début de l'expérience puis lutte contre la division sociale et la répartition des revenus⁴. Comme le pouvoir franquiste était dictatorial et totalitaire, il n'y avait pas d'action politique ni d'action syndicale de la part des ouvriers de sorte que le prêtre Don José Maria ne faisait que défendre « une cause avec espoir », un recours à la communauté.

C'est ce contexte politique essentiel qui permet d'expliquer la naissance du complexe de Mondragón en deux grandes périodes économiques à partir de laquelle on peut comprendre la période actuelle.

1956-1970 L'engagement chrétien réformiste dans la construction d'un complexe gravitaire

C'est en 1943 qu'est créée une école professionnelle à Mondragón car la permanence de la formation est un trait significatif de l'expérience historique des coopératives : « Pour démocratiser le pouvoir, il faut socialiser le savoir » disait le curé rouge, ajoutant que « le futur était dans la vertu d'une action éducative d'envergure et d'un processus associatif qui intègre tous les hommes comme des frères » (Mondragón Al Dia Cara Al Futuro). C'est de cette école que sont sortis les cinq premiers coopérateurs, âgés de 29 à 32 ans, qui créèrent, fin 1955, Ulgor spécialisé à l'époque dans le petit matériel de chauffage à pétrole dont les statuts ne seront véritablement votés et légalement créés qu'en 1959.

Durant cette période, Arrasate-machinerie s'installe à Mondragón en 1957 et Ulgor crée une division électronique. Ces deux coopératives tractent la création des autres coopératives qui gravitent autour d'elles.

En 1958, les salariés associés sont exclus du système général de la Sécurité Sociale, par ordre du Ministère du travail. Comme les associés ne sont ni des salariés ni

des patrons, ils n'ont pas droit à la sécurité sociale traditionnelle. Est ainsi créé Lagun Aro, un organisme de prestations sociales spécifiques qui remplit les deux rôles de la sécurité sociale française.

En 1959, la **Caja Laboral Popular** (société coopérative de crédit) voit le jour sous l'impulsion de Don José Maria, car le développement coopératif nécessite des financements. Il s'agit d'une caisse dont l'épargne provient des « mamies », selon l'expression d'Arizmendiarieta. Il est fort probable que la confiance que suscite le curé auprès des personnes âgées a joué un rôle significatif dans la collecte de l'épargne. La caisse a pour mission de financer les petites coopératives de Mondragón, Ulgor, Arrasate, San José, etc- qui n'intéressent pas les institutions bancaires traditionnelles.

Le fonctionnement des coopératives peut être décrit de la manière suivante :

Soit un travailleur-associé qui perçoit « une avance sur travail »⁵ de 300 € par mois en 1970⁶. Le financement au départ est le suivant :

- apport du travailleur-associé (los socios), environ 10 mois d'avance, soit 3 000 € (crédit de la Caja Laboral ou déduction mensuelle). Cet apport est définitivement acquis par la coopérative et donc perdu pour les socios, et ne leur rapporte pas d'intérêt à hauteur de 25% de l'apport (75% donne lieu à intérêts percevables au départ du socios).
- Aide de l'Etat (pour création d'emploi): 6 000 €
- Apport en prêt de la Caja Laboral: 21 000 €

Au total, le poste coûte sur l'année 30 000 euros (et l'apport de l'associé est de 10 % contre le double en 1956).

Sur les bénéfices réalisés par la société en fin d'année, l'associé touche un intérêt (hors les 25 % de l'apport initial) qui constitue un dépôt dans la coopérative qui lui sera « ristourné » en cas de départ (personnel ou à la retraite). C'est donc une forme d'épargne salariale.

La mise en réserve des excédents est donc un puissant vecteur d'autofinancement.

Reste une difficulté : l'apport qui doit être fait au départ. Les premiers fondateurs n'avaient pas les sommes disponibles. Il a donc fallu chercher des associés qui

cautionnaient les initiatives : le directeur de la troupe musicale de Mondragón, le pharmacien, notable du village, les différents agriculteurs. En moins de six mois, selon Ormaetxea, il y avait 130 associés potentiels. 90 % de ces associés ont rejoint par la suite de manières directe ou indirecte les coopératives de sorte qu'on pouvait dire : « Tous ceux qui travaillent sont associés et seuls sont associés ceux qui travaillent », la devise de Mondragón.

La banque, créée en 1959, a collecté auprès d'épargnants des sommes considérables, environ 15 millions de francs en 1980, soit environ 300 000 comptes d'épargne, rémunérés à un taux très bas, d'environ 1 à 3 % au début des années soixante selon qu'il s'agit de comptes courants ou de livrets bloqués alors que les taux de crédit accordés aux coopératives varient de 9 à 13 %. Ce type d'établissement bancaire intégré a été la clé de réussite du système de Mondragón car il s'agit, au moins durant la première période, de la fonction financement-investissement-budget de chaque coopérative qui est gérée par la CLP.

Durant la décennie, Ulgor et Arrasate font avoir une très forte croissance, profitant des mesures protectionnistes de la dictature espagnole pour conquérir le marché espagnol. Copreci, Ederlan et Lana naissent sur le chemin tracé par les coopératives pilotes. Mais déjà, il est dit que si l'on souhaite que le mouvement coopératif ne soit pas que passager, il faut qu'il s'enracine dans l'éducation et dans les relations économiques et sociales. En 1960, l'école professionnelle dépasse les 300 élèves (contre 21 en 1944).

En 1964, est créé El Grupo Ularco.

Avant cette date, la coopérative-mère Ulgor était découpée en départements : fonderie, pièces mécaniques, électro-ménagers, grosses machines, etc. Chaque département va prendre la forme coopérative, avec sa propre indépendance juridique. S'ajoutent deux autres coopératives, Aurki, coopérative d'automatismes et Servicio de Ingeniería, coopérative de ventes de technologie. Le groupe Ularco est après la création de la première coopérative en 1955 et la création de la Caja Laboral en 1958, la troisième innovation d'importance de cette première

période. Ularco réunit 8 coopératives de 6569 salariés dont 3556 pour Ulgor.

En 1970, El Grupo Ularco est une association qui fédère 40 coopératives dont le chiffre d'affaires est évalué à 7059 millions de pesetas, dont les exportations représentent moins de 10 % et où les dépôts de Caja Laboral représentent 50 % du chiffre d'affaires total. La coopérative la plus importante de Ularco est UGOR (appareils ménagers) mais on note à cette époque une très forte croissance de Fagolectro (composants électroniques)

L'évolution de l'emploi est fulgurante : en 1960, le groupe occupait 479 emplois; en 1965, il comptait 4211 salariés et en 1970, 8743 emplois.

1971-1990. Deux décès symboliques : Franco et Arizmendiarieta

Cette période est marquée par deux décès qui symbolisent les ruptures par rapport à la période précédente.

Le premier décès est celui du général Franco en 1975 qui va signifier la fin du protectionnisme espagnol. Les coopératives se lancent dans l'ouverture vers les marchés extérieurs au pays basque (en 1990, le poids des exportations représente 15 % du chiffre d'affaires) par l'implantation de firmes à Madrid et à Barcelone puis au Mexique et en Thaïlande. Par ailleurs, s'ouvre en 1981, à Vitoria le premier hypermarché. Plus de 50 nouvelles coopératives sont créées entre 1972 et 1985.

La crise économique mondiale et particulièrement industrielle provoque un chômage important, de l'ordre de 20 % des effectifs au pays basque, voire plus dans la province de Bilbao. Le point le plus haut de la crise est l'année 1983 mais déjà en 1974, certaines coopératives sont en grande difficulté. Le rôle de la Caja Laboral va être ici essentiel.

Le deuxième décès est celui de son fondateur, Don José Maria Arizmendiarieta⁷ qui meurt en 1976, un an après celle du dictateur espagnol et qui symbolise l'effondrement du mouvement social catholique dans les pays du Nord. Il révèle le recul du sentiment religieux à la fin des années soixante presque partout en Europe, qui est encore manifeste en Espagne, alors qu'il ne

l'est plus en Italie qui bénéficie d'un regain, moindre en France. Le complexe coopératif va chercher à rationaliser ces pratiques et met en place toute une série d'indicateurs et d'instruments de gestion d'entreprises compétitives. Par exemple, la capitalisation des résultats, une péréquation des résultats avec un fond de solidarité inter coopératives, la flexibilité des calendriers de travail au semestre, la polyvalence des fonctions et des emplois afin d'équilibrer les postes entre les coopératives en excès et celles qui sont en demande d'emplois.

Ce sont ces deux morts symboliques qui ouvrent une nouvelle période. C'est en 1982, que le collectif des salariés-associés décide de limiter leur progression quantitative pour réduire l'influence du coût du personnel sur les ventes. Si le groupe ne licencie pas (interdit par les statuts), c'est au prix d'une diminution du salaire réel, c'est-à-dire une augmentation de la quantité de travail sans accroissement de salaire, une saisonnalisation du travail, des préretraites et un accroissement de la productivité.

La question du sous-emploi se règle en deux étapes. Tout d'abord, les emplois en surnombre dans le domaine industriel sont compensés par les coopératives de distribution. Après cette première compensation, il restait une centaine de salariés sans activité mais rémunéré. Après quelque mise en préretraite, il est décidé de rémunérer les sans emplois tous en formation à hauteur de 20 % sur les salaires des autres « socios ». Le mécanisme a pour but de tout faire pour ne pas exclure les travailleurs les moins performants. En faisant peser sur les salaires des travailleurs le poids des sans-travail, on lutte pour leur réintégration car il devient économiquement plus intéressant de les intégrer que de les avoir à charge. Par ailleurs, pour aller dans le même sens, les titulaires de pension ont une représentation à l'Assemblée Générale.

A partir de 1991, MCC ou le pragmatisme organisationnel

Après une présentation factuelle, on cherchera à répondre aux questions que pose cette stratégie expansionniste puis à évoquer la question sociale.

Le processus engagé dans la période précédente se confirme nettement avec une accélération des exportations par rapport au volume du chiffre d'affaires. En 2002, le poids de l'exportation rapportée au chiffre d'affaires est de 27 %.

Au niveau local, il n'y a plus de priorité basque dans la recherche des fournisseurs mais seulement les règles du marché – le prix, la qualité, le service-, ce qui pousse au professionnalisme des coopératives.

Du point de vue de la structure interne, la recherche appliquée et l'innovation est au centre du dispositif du groupe qui est divisé en trois secteurs :

- un secteur industriel divisé en 7 branches rassemblant 70 coopératives occupent 18 000 postes de travail,
- un secteur de distribution mobilise 13 000 socios.
- un secteur financier (banque, leasing, assurance) emploie 1500 personnes.

Le secteur industriel est divisé en sept coopératives : automation-automobile, composants, construction, équipement industriel, foyer, biens d'équipement et machine-outil.

Dans chaque coopérative, les travailleurs-associés, rassemblés en assemblée générale, élisent un conseil d'administration, appelé le conseil recteur. Le conseil recteur élit son directeur sur proposition du Président, élu pour 4 ans. Le Conseil Social est représenté uniquement de travailleurs-associés.

Au niveau de MCC, les 7 directeurs de coopératives industrielles, le directeur du secteur financier et le directeur de la distribution siègent au Conseil Général. Ce conseil a une fonction de gestion et de proposition.

La Commission permanente est composée de 16 personnes élues (toutes différentes du Conseil Général) représentant les 9 divisions en pourcentage du nombre de socios, avec une limite de 25 % du total des membres pour une entité. Cette commission permanente décide en soumettant ses choix au Congrès, organe suprême qui regroupe 650 délégués, proportionnellement au nombre de socios, avec la même limite des 25 % de la Commission permanente.

Le Conseil Général est le conseil exécutif de MCC. Si cette structure voit le

jour en 1991 lors du troisième congrès, l'idée est apparue en 1984, après la violente crise industrielle de 1981-1983.

Concernant les centres de formation, le caractère coopératif est double : d'abord, il s'affirme dans les décisions où siègent trois collèges : le personnel enseignant et administratif, les représentants des parents et enfants et les collaborateurs extérieurs ; ensuite, sur le financement, 10 % est pris sur les excédents des coopératives et le reste est financé par un jeu de bourse.

Concernant les règles de répartition, après 10 % versés en impôt et la dotation à la réserve qui est le double d'une société privée (contre 32,5 % d'impôt pour une entreprise privée espagnole), les coopératives versent 10% à l'éducation et 20 % au titre des réserves pour les coopératives en difficulté (fond inter-coopératif). Le reste est versés aux associés après avoir déduit les avances. Mais ce reversement n'est pas disponible avant le départ de la coopérative.

Chaque entité élargit sa sphère d'influence. Par exemple, sur 1 000 000 de clients de Caja Laboral, il n'y a plus que 30 000 socios des coopératives ; en termes d'investissement, les coopératives ne représentent plus que 5 % des investissements totaux, 40 % représentent les prêts aux particuliers et 35 % constituent des réserves. Il est très important dans l'esprit de Mondragón que l'entraide entre coopératives ne se transforme pas en dépendance.

Les Corporations de Développement Economique Communautaire (CDEC à Montréal

A partir des années soixante, l'église catholique au Québec s'effondre, comme nous venons de l'évoquer pour Mondragón et pour toute l'Europe. Son importance se consume mais on voit apparaître, sur ces cendres, l'éclosion du mouvement communautaire. Il prend la forme des comités de citoyens, divisés en sous-comités, à l'échelle de la paroisse : lutte pour l'avortement, droit des femmes, revendication de droits sociaux, logement, santé, etc. Autrement dit, les mouvements de contestation de la fin des années soixante occupent le découpage de l'espace physique des pratiques religieuses.

Autour des années soixante-dix, se mettent en place des formes d'organisation autonome : les cliniques communautaires, les carrefours des jeunes travailleurs, les maison de chômeurs. « Les cliniques populaires montrent bien comment les groupes de services remettent en cause les services comme les dispense l'Etat, à savoir la gestion bureaucratique et centralisée sur lesquelles les usagers n'ont aucune emprise, l'organisation du travail où même les professionnels sont contraints à des tâches d'exécution décomposées en éléments parcellisés et routinisés, sans oublier les contraintes et les limites du modèle bio-médical. Les cliniques cherchent ainsi à renouveler aussi bien les contraintes professionnelles que les pratiques de consommation : dans le premier cas, elles le font par la promotion du travail en équipe interdisciplinaire et par une approche soucieuse de répondre aux besoins de la communauté ; dans le second cas, elles y tendent au travers de la cogestion usagers-travailleurs et diverses initiatives pour dépasser la consommation individuelle et passive ».⁸

Dans les années quatre-vingt, on ne revendique plus de droits car non seulement ils ne progressent plus mais la situation économique tend à les restreindre. Le mouvement contestataire est pressé d'intervenir dans le domaine économique. C'est là la grande nouveauté.

Au milieu des années quatre-vingt, on estime à environ 12 000 le nombre d'organismes communautaires au Canada dont 8 000 pour le seul Québec : des coopératives d'habitation, des groupes d'éducation populaire, des garderies, des maisons de jeunes, des centres de femmes, des coopératives de travail. C'est de là que naissent pour l'essentiel les CDEC.

Les CDEC sont des mouvements nés d'une réaction aux stratégies de croissance pensées par le « haut ». En cela, ils intègrent le développement économique et social qui résulte de la volonté des populations de lutter contre l'exclusion, la dégradation de l'environnement et la dévalorisation des territoires. Ils peuvent être interprétés comme une des variantes issues des Community Economic Development des quartiers noirs américains, dans les années soixante. Même si les militants de base n'avaient pas de relais avec ces expériences,

quelques missions, notamment celle de Boston⁹ rendaient ces expériences connues aux leaders québécois. Mais alors que dans le premier cas, cette prise en charge pouvait prendre une forme coopérative, elle devient au Québec un instrument du développement local alors que ce même mouvement a donné lieu à des formes privatives, les gated community aux Etats-Unis donnant en France la forme des résidences sécurisées¹⁰. Mais cette interprétation est sujette à caution par ceux qui voient l'origine de l'expérience québécoise dans celle de la Cape Breton Association for Co-op development qui voulait créer une famille d'entreprises coopératives pour le bien-être de la société (CBAJ, 2004).

Toujours est-il que les CDEC sont nés en 1984. Ils sont en fait l'illustration d'un partenariat entre les groupes communautaires, les patronats publics et privés et les syndicats en vue d'une « gouvernance »¹¹ locale : aménagement et requalification du territoire, lutte contre le décrochage des jeunes, création d'entreprises.

Concrètement, la composition d'un CA d'une CDEC est illustratif :

- 4 représentants d'entreprises privées du territoire ;
- 4 représentants des groupes communautaires (associatifs) ;
- 2 membres des syndicats ;
- 4 personnalités qualifiées ;
- 2 représentants d'institution.

Ce CA représente une assemblée générale de 150 à 300 personnes environ sur un territoire variant de 70 000 à 140 000 habitants.

Les CDEC symbolisent la volonté de revitalisation d'habitants d'une « communauté locale » en favorisant l'insertion par le travail à travers la gestion participative des activités publiques ou privées d'un territoire. Selon J Fontan,¹² « les CDEC sont nés dans un climat marqué par deux événements : les restructurations industrielles et l'échec des élections pour l'indépendance du Québec ». En effet, le contexte dans lequel se développent ces initiatives est celui de la désindustrialisation où certains quartiers ont près de 20 % de chômage (de 10, 2 % en 1981 à 14,7 % en 1991 puis 16,7 % en 1997), doublé d'une crise politique (échec référendaire et échec de la

gauche). Ce dernier argument peut recevoir deux interprétations différentes : soit, on n'y a pas réussi par le haut, alors on change de stratégie avec la même finalité ; soit on change de finalité, on laisse de côté l'indépendance mais on cherche un système de représentation qui fasse moins appel aux groupes de pressions, aux médiateurs et davantage à la volonté locale. Evidemment l'alternative peut converger en pensant qu'avec un bon système de représentation, on peut parvenir à éclairer la population vers le bon choix de l'indépendance !

Dans les quartiers les plus touchés, c'est-à-dire les plus pauvres, très francophone, se met en place une résistance à un certain fatalisme. La question de la langue est importante : s'il ne manque pas de voix pour dire que la richesse du Québec provient de son cosmopolitisme et de son bi-linguisme¹³, la communauté francophone insiste pour rappeler que l'innovation sociale est née chez elle. Si on s'accorde à penser que la culture québécoise est fondamentalement américaine, il n'est pas surprenant que les mouvements de résistance proviennent plutôt de la culture minoritaire francophone¹⁴.

Les trois étapes historiques des CDEC.

Les CDEC reposent sur deux dimensions essentielles : la lutte contre l'exclusion et la défense d'un territoire par sa revitalisation. La proximité avec l'économie sociale est donc contenue dans les prémisses, même si l'activité des CDEC ne se limite pas à elle.

On peut distinguer trois grandes étapes.

A l'initiative de deux intervenantes de la clinique populaire de Pointe Saint-Charles, une tentative d'insertion sociale pour la création d'emploi vient buter sur l'inadéquation du projet local d'ateliers aux programmes gouvernementaux. Cet échec, au bout de trois mois d'existence, donne lieu à un rapport d'où sont issues les trois premières CDEC, créés en 1984 et 1985 à Montréal dans trois quartiers, Pointe Saint-Charles, Centre-Sud et Hochelaga-Maisonneuve. Ces CDEC ont pour vocation de mettre en place un nouveau modèle de développement local en partenariat avec l'Etat et les entreprises privées pour répondre à des problèmes urgents. Il est décidé la constitution d'une aide au fonctionnement de

200 000 \$ canadien par an, et d'un fond de soutien aux entreprises et d'investissement de 100 000 \$ pour 15 mois. Il était prévu que ce soutien par l'Etat serait dégressif pour pousser les CDEC à s'autofinancer.

Deux missions leur étaient confiées : améliorer l'employabilité et favoriser l'entrepreneuriat dans un territoire défini.

Ces trois premières CDEC sont toujours aujourd'hui les plus importantes en terme d'emplois et de budget et sont regroupés au sein du RESO (Regroupement pour la relance du Sud-Ouest).

La deuxième génération naît en 1987, 1988 et 1989 en étendant l'expérience-pilote à trois autres CDEC. Cette deuxième phase voit l'élargissement à la CDEC du Grand Plateau, du Centre-Nord et Rosemont-Petite Patrie. En 1990, la troisième génération de deux nouvelles CDEC apparaissent, celle de Côte-des-neiges/Notre Dame et Ahuntsic/Cartierville.

Durant cette troisième phase, le territoire des CDEC est modifié et se superpose sur 7 arrondissements en vue de la gestion de programmes municipaux. Avec une dotation d'environ 900 000 \$ par CDEC, on est loin des 200 000 pour la première étape. Dans cette phase, la création d'entreprise prend de moins en moins d'importance au profit de programmes définis par le gouvernement. Chaque CDEC fonctionne alors avec une double structure, associative et entrepreneuriale qui assure les deux missions principales : la première porte sur l'employabilité, c'est-à-dire l'information, l'aide à la recherche d'emplois et la formation ; la deuxième a trait à l'entrepreneuriat, c'est-à-dire le conseil, au montage financier et au financement d'activités nouvelles.

L'étape ultérieure apparaît en 1997 avec la mise en place de 56 centres locaux de développement (CDC) pour le développement local et 150 centres locaux d'emplois (dotés d'un budget de 14 millions de dollars pour Montréal) à travers tout le Québec et dont la gestion vient s'empiler sur les fonctions des premières CDEC.

Sept CDEC regroupés dans l'Inter-CDEC ont affirmé leur antériorité et le désir d'être accrédité comme CDC et centres locaux en souscrivant aux règles de l'Etat mais aussi en reprenant les acquis des CDEC.

Les trois CDEC les plus avancés sont aussi les plus anciennes : l'Est, le sud-ouest et le centre-sud (qui est le moins industrialisé).

Parallèlement, c'est en 1998 que s'ouvre le chantier de l'économie sociale, suite au sommet sur l'emploi tenu en 1996.

Chaque CDEC semble libre de son organisation, de ses priorités en matière de développement économique et des priorités vis-à-vis de l'économie sociale. L'enveloppe budgétaire est divisée en trois volets (fonctionnement, fonds d'investissement et développement de l'économie sociale) actée par une entente de gestion avec les municipalités et le ministre responsable.

Pour fixer un ordre d'idée, à Montréal, les CDEC emploient plus de 200 personnes à Montréal (variant d'1 personne à 45 selon les cas) gèrent un peu plus de 12 millions de dollars canadien en fond d'investissement, 5 millions de RESO Investissements, 2,3 millions de l'économie sociale.

La population couverte par les CDEC varie de 68 755 habitants pour le RESO (sud-ouest de Montréal) jusqu'à 158 930 habitants pour la Côte des Neiges. 11 CDEC découpent Montréal et 17 CDEC ont été créés pour le Québec, ce qui signifie que tout le territoire québécois n'est pas encore couvert.

La Banca Popolare Etica

Les premières expériences de finance éthique ont été menées par les coopératives MAG (Mutuelles d'autogestion) dans les années soixante-dix. Les MAG sont des coopératives financières qui cherchent à créer des circuits de financement alternatifs c'est-à-dire en direction du social, de l'environnement, de la culture et de l'environnement. Elles s'appuient sur du capital "indépendant" pour pallier au manque de financement accessible au milieu associatif et à l'économie sociale. Dans son objectif et dans le paysage français, elles ressemblent à la NEF (Nouvelle Economie Fraternelle).

Dans les années quatre-vingt dix, l'adoption d'un texte unique sur les activités bancaires et de crédit prive les coopératives ayant ce type d'activité du droit de collecter l'épargne des personnes physiques. Il faut alors s'organiser pour créer au niveau national une structure capable de collecter et

distribuer "l'épargne alternative". Par ailleurs, la société civile fait pression pour une activité financière soucieuse de servir le développement humain. C'est dans ce but qu'est créée en 1994 l'association "Verso la Banca Etica" (Vers la banque éthique), qui changera de statut l'année suivante pour devenir une coopérative afin de souscrire le capital social nécessaire à la création de la Banca Etica. Au départ, elle comprend 22 organisations issues du monde associatif, des coopératives ou de la finance solidaire, parmi lesquelles on peut noter le consortium national des coopératives sociales (CGM) ou l'Association italienne d'agriculture biologique, ou encore Caritas Italia qui se réunissent dans le but de créer une "banque de crédit coopératif". Mais dès 1996, c'est le statut de banque populaire qui est finalement retenu. Moins restrictif, il permet de développer l'exercice de l'activité de crédit sur tout le territoire tout en gardant le statut coopératif. En 1997, avec 6 milliards d'euros de capital social, la coopérative commence à acquérir une visibilité nationale. En 1998 les 12,5 milliards sont atteints. Le premier guichet de la Banca Popolare Etica (BPE) est ouvert à Padoue le 8 mars 1999, il y a donc six ans.

La BPE est le produit de deux mouvements :

- un mouvement d'investissement dans le troisième secteur défini exclusivement par le « non-profit ». Le secteur a besoin de crédit qu'il ne trouve pas dans les banques traditionnelles. Par exemple, les coopératives ou les associations obtiennent des marchés publics pour la gestion de crèches sans qu'il puisse y avoir de concours des banques qui rechignent à supplanter la lenteur des financements publics. Ce type de demande est assez semblable à celle des commerçants ou des artisans du début du siècle qui fondaient des caisses.
- Un mouvement d'épargnants qui cherche à savoir ce qu'on fait de leur fond, dans un souci de transparence et une volonté de développement local. A la BPE, l'épargnant a quatre possibilités : la première est le moyen de paiement du compte courant, la carte bancaire (Affinity Card) ; la deuxième est le certificat de dépôts ou dédiés qui finance un projet particulier avec un taux de rémunération

de l'épargne choisi par l'épargnant entre 1 et 2 % ; le troisième est une obligation à taux fixe, garanti et soumis à moins d'imposition fiscale; le quatrième est proposé à une société de gestion de l'épargne avec un taux d'intérêt plus élevé (les Fonds Communs Etica Sgr).

Les deux mouvements ne sont pas totalement symétriques et il y a des arbitrages à faire entre les secteurs choisis par les épargnants qui ne sont pas nécessairement les choix des investissements ; par exemple, la coopération internationale est choisie par 49 % des épargnants alors que ce secteur n'est financé qu'à hauteur de 14 % ; inversement, la coopération sociale est choisie par 17 % des épargnants alors qu'elle est financée à hauteur de 45 % du total des crédits.

La BPE repose sur trois niveaux de décision :

- Le premier niveau repose sur un réseau de relations, une connaissance approfondie du troisième secteur de membres de la BPE par lesquels doit passer obligatoirement le projet d'investissement : le réseau Caritas (il existe 30 associations diocésaines) par exemple est un des plus connus mais on peut également citer 300 paroisses, 7 régions, 20 provinces qui représentent les personnes juridiques (16 % du total, 84 % représentant des personnes physiques).
- Le deuxième niveau est un réseau de volontaires : 20 500 personnes physiques bénévoles et 3300 organisations composent la banque qui ont acheté au moins 5 parts de 51 euro chacune. Lorsque ces volontaires forment un groupe de 200 actionnaires, ils peuvent former une circonscription locale. Il est alors nommé un coordonnateur local qui examine le caractère éthique du projet. Il existe 70 circonscriptions locales sur tout le territoire italien qui comprend 21 régions, dont 1 en Calabre et 3 en Toscane.
- Le troisième niveau est celui de l'étude financière sur la faisabilité du projet. Il est le fait de 8 succursales (Padoue qui est le siège, Trévise, Milan, Bologne, Brescia, Florence, Venise et Rome). Un fond de péréquation a été créé pour permettre avec 3 à 4 % des dépôts de financer 15 % d'investissement en Sicile.

Quelles sont les garanties mises en place par le BPE pour ne pas trahir le projet ?

A priori, on pourrait répondre qu'il n'existe aucune garantie pour ne pas trahir des projets initiaux ! Mais disons qu'il y a deux remparts importants. Tout d'abord, le projet peut-être porté par un évêque ou un membre du PCI mais il ne peut le faire qu'au travers de la médiation d'une structure sociale du tiers secteur, par exemple une coopérative de détenus. La BPE ne relève donc pas du micro-crédit mais de la finance éthique¹⁵ car elle ne prête qu'exceptionnellement à des individus (lors d'un prêt pour un achat d'un premier appartement ou pour une adoption d'enfants) mais en général, ce sont des prêts à des coopératives ou des associations (le non-profit) ou à des entreprises privées lorsqu'elles portent un projet social, biologique ou culturel.

Ensuite, le rôle de la circonscription est essentiel car il s'agit d'un tri de projets fondé sur la connaissance d'un territoire réduit.

La BPE croise donc trois types d'acteurs : les actionnaires épargnants, les médiateurs du tiers-secteur et la structure opérationnelle de la BPE. Lorsque les médiateurs proposent le projet d'une coopérative sociale, il se peut que celle-ci ait obtenu une mission de l'Etat. Ce qui lie ces trois types d'acteurs, c'est une philosophie en action.

Aujourd'hui, l'épargne est abondante, environ 316 000 000 d'euros contre 200 000 000 d'investissement. D'où le fait que la BPE cherche de nouveaux marchés à travers les marchés biologiques. Vingt et un ambulants se déplacent sur tout le territoire, découpé en quatre zones. Ils perçoivent un salaire fixe qui permet d'éviter des abus commerciaux. Par l'intermédiaire des structures sociales, Les taux sont identiques sur tout le territoire, environ 1 point au-dessus des autres banques dans le Nord et 2 ou 3 points plus bas dans le Sud. A long terme, les taux moyens sont de plus 1 % du EURIBOR.

La BPE a activé tous les services d'une banque virtuelle car tous les comptes courants sont gérés par internet. Aujourd'hui, BPE est une société coopérative par action à responsabilité limitée dont l'objet est selon l'article 4 de ses statuts « la récolte de l'épargne et l'exercice du crédit ».

Elle définit ainsi dans l'article 5 de ses statuts ce qu'est En 2002, Fabio Salviato, Président de la BPE, pouvait prétendre à un taux de croissance de 100% sur 3 années consécutives, et d'un taux de perte de 1,5% largement inférieur au 4,5% de moyenne pour les banques italiennes. La même année, sur 18 000 membres, 2 700 étaient des "personnes juridiques" (dont plus de 300 collectivités territoriales: 300 municipalités, 20 provinces et 7 régions). 160 000 000 Euros ont été collectés, le capital souscrit était de 12 600 000 euros et 80 000 00 ont été affectés aux financements de projets.

La BPE n'a pas ouvert de guichets sur tout le territoire : l'Italie a été divisée en quatre : Nord-Ouest, centre, sud et Nord-est. Ce dernier représente 7413 actionnaires, quatre agences et quatre banquiers ambulants. La BPE est présente dans chaque province italienne, par le biais des "groupes locaux d'actionnaires", réunis dans le "réseau des actionnaires". Ce réseau se veut un des moyens de la politique de transparence et de participation prônée par la banque. Il s'appuie sur les "Groupe d'Initiative Territoriales" mis en place par "Verso la Banca Etica" pour appuyer la collecte des fonds nécessaires à la création de la BPE.

Le département « Recherche » est devenu une fondation indépendante, la Fondazione Culturale Responsabilita Etica Onlus¹⁶: elle a mis en place la méthode d'évaluation VARI, qui prend en compte la participation, la transparence, l'égalité des chances, la valeur sociale produite, les retombées écologiques, la place du bénévolat, l'implication dans le territoire, en quelque sorte des critères d'évaluation sociale des projets. En dehors de proposer aux épargnants le choix du secteur où leur épargne sera investie (environnement, coopération sociale, coopération internationale, qualité de la vie), la BPE a mis en place les "titres éthiques", destinés à financer les organismes d'économie sociale. Des avantages fiscaux importants sont consentis pour les investisseurs qui les acquièrent. Ces fonds sont gérés par Etica Sgr (Società di Gestione del Risparmio), fondé en 2001 en collaboration avec la Banque Populaire de Milan et dont BPE détient 51% des part et assure l'aspect développement stratégique (la BPM s'occupant de la gestion

technique). Par cette intervention, la BPE va mettre fin à la particularité de l'Italie en Europe qui est de posséder un en-cours de fonds éthique important (environ 1800 millions d'euro), ce qui place l'Italie au double de la France concentré sur deux seuls fonds ; la banca Etica se lance donc sur ce marché occupé jusque-là que par l'Eglise catholique.

Deux expériences sont intéressantes et permettent d'éclairer les actions de la Banca Etica. La première a trait au principe des bons dédiés. L'épargnant souscrit au financement d'un projet. Par exemple, à Padoue, la Fondation La Casa souhaitait financer des habitations pour les immigrants. La BPE a créé des bons dédiés pour cette opération et la Fondation a reçu un crédit de 3,5 % pour construire ces habitations dont les principaux épargnants qui ont reçu un taux de 0 % sont les entrepreneurs des entreprises employeurs de cette main d'oeuvre.

Le deuxième exemple est celui de Posto delle Fragole, coopérative créée à la fin des années soixante-dix à Trieste. A cet endroit, résidait un hôpital psychiatrique recevant des personnes atteintes de graves maladies. A partir de 1971, trois mouvements vont transformer la structure asilaire : la fermeture de l'Hôpital Psychiatrique, la construction d'un réseau de services alternatifs et l'avancée des théories psychiatriques reconnaissant la porosité des frontières entre malade et non-malade et la co-construction de parcours thérapeutiques fondées sur une participation active des tous les corps de métiers. C'est dans ce contexte qu'est créée la coopérative d'Il Posto delle Fragole qui gère un bar, un restaurant et un hôtel animés par des patients, des médecins et tous les autres corps.

D'autres exemples pourraient encore illustrer notre propos : celui par exemple de la Citta Futura qui grâce au financement de la BPE a reconstruit 11 maisons pour les transformer en Hôtel et faire revivre le petit village de Riace en Reggio Calabria ou encore l'intervention massive de la BPE en faveur de deux coopératives agricoles d'une communauté religieuse des moines de Lanuvio dont le redressement comptable a été largement dû aux certificats de récolte mis en place par la BPE.

Conclusion

Dans les représentations traditionnelles utilisées en économie, le transfert technologique exprime que les sources de l'innovation au Nord sont transférées avec plus ou moins de succès au sud. Pourtant, la conjugaison originale de solidarités traditionnelles et de solidarités nouvelles tend à montrer que l'innovation sociale apparaît dans les couches vulnérables au Nord comme au Sud. On perd ainsi l'exclusivité géographique des sources de l'innovation technologique défendue par les théoriciens de l'économie néo-classique. Il faut alors de manière pragmatique et fine étudier ces différentes expériences pour en tirer des ingrédients :

Chaque cas apparaît sous la pression d'une nécessité sociale liée à un chômage élevé. Mais le mouvement social ne se réduit pas à une « nécessité sociale » car il intègre des dimensions non économiques. A ce titre, il ne suffit pas qu'il y ait un intérêt commun pour qu'une population s'engage dans une action collective car cet engagement suppose un coût de participation. Or, beaucoup peuvent préférer user de la position du passager clandestin. A ce niveau, les mouvements alter mondialistes sont très instructifs car la manière dont ils usent des technologies de l'information pour créer une occupation de l'espace public, de masse à des heures intersticielles est révélateur de nouvelles formes de luttes sociales.

1. Dans chaque cas, la société civile inscrit son action dans un berceau historique qui lui est favorable : la pression de Franco et de la guerre civile sur le pays basque, l'éclatement de la présence ecclésiastique au Québec, la poussée ultra-gauche en Italie.
2. Un référent commun sert de lien : la langue basque, le français au Québec.
3. Un leader charismatique se détache assez rapidement : Arizmendiaretta au Pays basque ou N. Neamtam pour l'économie sociale ou C.Yaccatini pour les CDEC au Québec. La difficulté importante est la manière dont on poursuit l'œuvre d'une personnalité charismatique avec les acteurs qui font le processus ; autrement dit, une monopolisation trop forte du leadership viendrait à nuire au

mouvement. On a connu le népotisme des coop en France. Le cas de N. Neamtan et C. Yaccatini au Québec sont intéressants parce qu'ils augurent de nouveaux types d'entrepreneuriat social qui ne changent pas d'habit, qui ne « retournent pas leur veste » mais qui sont à la fois des militants et des entrepreneurs.

4. Le secteur industriel n'est pas délaissé : le secteur industriel (Angus, Fagor, ou les coopératives industrielles italiennes) conforte la thèse que nous avons toujours défendu d'un non-dépassement de l'industrie par la société tertiaire.
5. La règle est la coopération à l'intérieur qui se traduit par une grande implication et la compétition à l'extérieur qui pousse à une démarche entrepreneuriale. Il n'y a donc pas d'isomorphisme du groupe mais au contraire insertion groupée dans la division internationale du travail grâce aux technologies de l'information.
6. La formation constitue la base de l'employabilité : CDEC au Québec, école polytechnique au Pays basque.
7. La création d'outils financiers spécifiques : RISQ (Réseau d'Investissement Social du Québec) au Québec, Banca Etica en Italie et Caja Laboral en Espagne.
8. Le rapport d'extériorité à l'Etat est prononcé : vis-à-vis du franquisme, d'un Etat impuissant en Italie et des gouvernements au Québec. C'est ce qui distingue le plus profondément ces expériences d'économie sociale de ce que l'on appelle en France l'économie solidaire qui reste, malgré les discours sur l'espace public, fortement enracinée dans les relations avec l'Etat.

Des critères d'efficacité sont revendiqués, créant des instruments efficaces d'intercoopération et la redistribution presque totale des ressources acquises. La coopération n'est pas entendue comme une pratique qui peut servir au mieux les intérêts individuels mais comme l'intérêt du collectif.

Notas:

¹ Cette étude a été réalisée grâce à l'appui de l'Institut pour la recherche de la Caisse des Dépôts et Consignations de Paris. Je remercie particulièrement Isabelle Laudier de nous avoir fait confiance.

² En 1832, le IV congrès coopératif disait « ...qu'il était unanimement résolu que les coopérateurs, quels qu'ils soient, ne s'identifient à aucun principe, soit religieux, soit irrégulier, soit politique... ». cité par P. Toucas, 2005.

³ Usatorre est mort en 1970, Larranaga en décembre 2004 alors que Ortubay a quitté la coopérative 6 mois après sa création.

⁴ J-M Ormaetxea nous a reçus le 22 octobre 2004 à Palacio Otalora, à Mondragón.

⁵ L'expression « anticipos laborales », traduite par « avance sur travail », est importante car elle implique que la vraie rémunération du travail se fera postérieurement et qu'il sera toujours possible d'avoir « plus » mais également d'avoir « moins ».

⁶ Chiffres de 1970, transformés de pesetas en euro.

⁷ Un musée privé à Palacio Otalora lui est dédié d'une simplicité à la hauteur de l'homme.

⁸ C. Valadou, B. Rufo, D. Bordeleau et J. Lemire, L'entrepreneuriat communautaire, le communautaire et l'économie, alliance contre-nature ou nouvelle avenue, CDEC centre Sud/ Plateau Mont Royal, Ronétypé 1997.

⁹ Entretien avec Nancy Neamtan le 21 juin 2004 à Montréal

¹⁰ Une résidence sécurisée est un ensemble de six à huit bâtiments de trois étages, soit environ 200 appartements, clos avec portail d'entrée électronique, souvent équipé d'une piscine, se situant à proximité des entrées des grandes villes, proche des bretelles de périphériques. Destinées à une population mobile, de classe moyenne, souvent jeunes, elles sont l'objet de défiscalisation pour les acquéreurs qui donc, n'y résident pas. Un des plus grands constructeurs est l'entreprise toulousaine Monney-Decroix.

¹¹ cette expression anglo-saxonne a été employée par les technocrates embarrassés qui voulaient montrer que le pouvoir pouvait venir d'en bas sans lâcher le haut!

¹² Entretien avec Jean-Marc Fontan le 21 juin 2004

¹³ Par exemple, notre collègue Marguerite Mendell de l'université Concordia

¹⁴ « Le Québec est une petite société francophone de 7 millions de personnes...c'est sans doute en partie à cause de notre réalité de minorité que nous avons dû, dans notre histoire, nous serrer les coudes et nous appuyer sur des solidarités internes pour continuer en tant que peuple à progresser et à nous épanouir ». N.Neamtan, Séminaire Porto Alegre, février 2002

¹⁶ Entretien avec son Président, U. Biggeri, le 18 février 2005 à Rome.

Proximidad territorial y desarrollo local - rural: las ferias francas de la Provincia de Misiones - Noreste Argentino*

Territorial neighborhood and sustainable development - rural: the free fairs of Misiones province - Argentinian Northeast

Proximité territoriale et développement soutenable - rural: les foires libres de la province de missions - Nord-est Argentin

Proximidade territorial e desenvolvimento local - rural: as feiras francas da Provincia de Misiones - Nordeste Argentino

María Andrea Nardi**
Sandra Graciela Pereira***

Recebido em 15/7/2005; revisado e aprovado em 16/12/2005; aceito em 5/3/2006.

Resumen: El concepto de proximidad tiene sus orígenes en Francia, a principios de los años '90, con los estudios realizados por el Grupo de la Dinámica de la Proximidad. La importancia de la proximidad territorial para el desarrollo se visualiza básicamente a través de estudios centrados en el análisis de dinámicas industriales y ambientes innovadores. Su relación con el desarrollo local en áreas rurales pobres ha sido poco considerada. En este trabajo se intenta avanzar en la comprensión del desarrollo local rural desde una perspectiva centrada en las relaciones de proximidad, tomando como objeto de estudio el proceso de conformación de la primera feria franca en la provincia de Misiones, ubicada en el noreste argentino.

Palabras clave: Proximidad; Desarrollo Local; Desarrollo Rural.

Abstract: The concept of proximity has its origins at the beginning of the years '90 in France with the studies from the Group of the Dynamics of the Proximity. The importance of the territorial proximity for the development is considered basically through studies centred in the analysis of industrial dynamic and innovative environments. Its relationship with the local development in poor rural areas has been almost not considered. This work attempts to advance in the understanding of the local rural development from a perspective centred in the relationships of proximity focusing in the process of conformation of first local farmers' fairs in Misiones, North-eastern Argentina.

Key words: Proximity; Local development; Rural development.

Résumé: Le concept de proximité a ses origines en France, au début des années 90, avec les études faites par le Groupe de la Dynamique de la Proximité. L'importance de la proximité territoriale pour le développement se visualise basiquement dans les études centrées sur des analyses de dynamiques industrielles et milieux innovateurs. Sa relation avec le développement local dans des régions rurales pauvres a été peu considérée. Ce travail a essayé d'avancer dans la compréhension du développement rural local à partir d'une perspective centrée sur les relations de proximité, prenant comme objet d'étude le procédé de conformation de la première foire libre dans la province de Misiones, située dans le Nord-est de l'Argentine.

Mots-clé: Proximité; Développement Local; Développement Rural.

Resumo: O conceito de proximidade tem suas origens na França, no início dos anos '90, com os estudos realizados pelo Grupo da Dinâmica da Proximidade. A importância da proximidade territorial para o desenvolvimento visualiza-se basicamente por estudos centrados na análise de dinâmicas industriais e ambientes inovadores. Sua relação com o desenvolvimento local nas áreas rurais pobres tem sido pouco considerada. Neste trabalho procura-se avançar na compreensão do desenvolvimento local rural, a partir de uma perspectiva centrada nas relações de proximidade, tomando como objeto de estudo o processo de conformação da primeira feira livre na Provincia de Misiones, situada no nordeste argentino.

Palavras-chave: Proximidade; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Rural.

1 Introducción

La idea central de nuestro análisis es que para mejorar la calidad de vida y alcanzar una distribución equitativa de los ingresos en los ámbitos rurales-pobres de

América Latina, es fundamental la interacción continua y permanente entre el accionar del Estado (organismos de gestión, de investigación, de salud, de educación) y de las organizaciones cooperativas y solidarias (ONG, iglesias, cooperativas,

* Este trabajo se ha realizado en el marco de investigación del Programa de Economías Regionales y Estudios Territoriales (PERT) del Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Para dicha investigación se cuenta con apoyo financiero de la UBA y de la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (ANPCyT). Puán 480, 4º piso (1406) Ciudad de Buenos Aires. Tel.: +54 (11) 4432-0606 int.-169.

** Licenciada en Geografía. Investigadora del PERT, Instituto de Geografía de la UBA. (anardi@filo.uba.ar).

*** Licenciada en Geografía. Investigadora del PERT, Instituto de Geografía y Profesora del Departamento de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, UBA. (sanper@filo.uba.ar).

cooperadoras, gremios, sindicatos, etc.) que se encuentran trabajando en el sector de pequeños productores. En tal sentido, estamos de acuerdo con Manzanal (2004, p.12) cuando sostiene que “las diversas y variadas formas de participación de la población local, reclamando y expresando sus demandas sociales y económicas en forma organizada, articulándose con otras organizaciones, son una condición necesaria para la generación, promoción y sostenimiento de un modelo de desarrollo territorial, regional o rural-local alternativo (eficiente, productivo, distributivo, sostenible, transparente)”.

Desde esta perspectiva, tomamos como caso de estudio el proceso de organización de ferias francas en la provincia de Misiones. Estas experiencias de comercialización directa del pequeño productor al consumidor se llevan a cabo en ámbitos locales en donde se ha dado una movilización social importante que ha sabido aprovechar la capacidad institucional existente en la provincia, y los espacios generados y las acciones promovidas por programas de intervención en el medio rural. El accionar conjunto de diferentes organizaciones y organismos ha permitido la conformación de estos emprendimientos innovativos.

El objetivo del presente trabajo es realizar un análisis centrado en las relaciones de proximidad entre las organizaciones consideradas precursoras en el proceso de conformación y consolidación de la primera feria franca misionera.

2 Contexto de análisis

La situación de cambio y crisis socioeconómica¹ generalizada en Argentina durante los años '90 tuvo un fuerte impacto en las economías regionales caracterizadas por la mayoritaria presencia de pequeños y medianos productores agropecuarios vinculados a cultivos tales como la yerba mate, el té, el tabaco, el algodón, el azúcar, el pimiento, la uva, etc.². Las mismas han sido las más afectadas por su limitada o incluso inexistente capacidad de ofrecer actividades alternativas a las producciones que se desarrollaban en su territorio. En este contexto se observa una restricción del acceso al mercado (tanto de bienes como de servi-

cios) de los productores más pequeños, lo que ha definido un importante deterioro de su calidad de vida.

Como consecuencia, este sector se ve forzado a buscar caminos alternativos y a adoptar estrategias innovativas para hacer frente a esta situación. En la mayoría de los casos, emprendieron nuevas actividades que se encuentran por fuera de la cadena productiva en la que estaban insertos. Algunas de estas nuevas estrategias se basaron fundamentalmente en la consolidación de procesos organizativos. En estos casos, la participación y capacitación de los actores sociales contribuyó a favorecer y fortalecer los mecanismos locales de toma de decisiones, así como también, la gestión de los recursos naturales y humanos existentes en el territorio.

Los principales actores intervinientes en este proceso han sido: a) el Estado - nacional, provincial y municipal -; b) las organizaciones no gubernamentales -ONG- internacionales, nacionales, provinciales y locales; y c) los pequeños y medianos productores agropecuarios organizados³.

A partir de los primeros años de la década del '90, el estado nacional comenzó a implementar programas destinados a los sectores más vulnerables de la población, sin que esto haya significado la puesta en marcha de una política de desarrollo. Específicamente en el área de “desarrollo rural”, la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de la Nación (SAGPyA) puso en marcha varios programas dirigidos a los pequeños y medianos productores agropecuarios⁴. Para la ejecución de algunos de los mismos, se aprovechó la capacidad institucional y organizativa acumulada por las ONG's en los espacios rurales en donde venían desarrollando distintas experiencias con pequeños productores. En este proceso se priorizó también la articulación entre las organizaciones existentes -de productores, cooperativas, gremios, etc.- y la promoción de la participación, la organización y la capacitación de la población beneficiaria.

Las ONG's de desarrollo rural, vienen trabajando en ámbitos locales de nuestro país desde los años '80. Las mismas crecieron en número, en coincidencia con la vuelta de la democracia en 1983. Históricamente pueden

identificarse diferentes momentos o etapas en cuanto a las estrategias de trabajo utilizadas y a la cantidad acciones realizadas por las mismas. Según Benencia y Flood (1998, p.57) "operan como ámbitos para la canalización de recursos, como espacios para el desarrollo de metodologías alternativas y flexibles de trabajo y para la formación de cuadros técnicos". Durante los años '90, estas organizaciones tomaron a su cargo algunas de las funciones delegadas por el 'Estado de Bienestar' en franca desaparición (particularmente en la gestión de políticas sociales) y a mediados de esta década, las ONG's se difundieron por todo el territorio argentino atendiendo diversas problemáticas, no siempre con objetivos y propósitos claros.

También en este período se conforma un movimiento nacional de pequeños productores. La Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares comenzó a funcionar en 1995 con la paulatina participación de organizaciones representativas de aquel sector que venían ya consolidándose en diferentes provincias desde principios de los '90 (el Movimiento Campesino de Santiago del Estero -MOCASE⁵) e incluso mucho antes (el Movimiento Agrario Misionero -MAM⁶), a las que se agregaron la Asociación de Productores del Norte de Córdoba (APENOC), la Red Puna en Jujuy y el Movimiento Campesino de Formosa (MOCAFOR), entre otras.

En este contexto de cambio y reestructuración institucional en Argentina, surgen las ferias francas de Misiones como una estrategia innovativa ante la imposibilidad de que las producciones tradicionales de la provincia -yerba mate, té y tabaco- pudieran garantizar el bienestar de los pequeños productores. Las ferias⁷ se presentan como una forma alternativa de inserción del productor al mercado que le posibilita un ingreso constante, al privilegiar la producción de consumo familiar sobre la producción tradicional⁸. En esta actividad de producción y venta directa los pequeños productores participan en el mercado local contribuyendo al abastecimiento de productos frescos.

Los beneficios que obtienen los productores por participar en la feria, en comparación con la actividad productiva tradicional, han sido mencionados en varios trabajos

basados en estudios de caso (véanse al respecto PSA, 1997; CATTÁNEO, 1999; CARBALLO, 2000; SCHVORER, 1999). En los mismos, haciendo referencia a diferentes ferias de la provincia, se muestra que estos emprendimientos se adaptan al contexto local y al sector pequeño productor, ofrece ingresos permanentes en forma semanal, requiere baja inversión inicial y tiene riesgos y costos operativos reducidos (PEREIRA y TAIPALE, 2004). Además, se observa un aumento de la autoestima de los productores por sentirse partícipes de la sociedad local y "salir de las colonias para ir al pueblo".

Todo esto ha permitido a los feriantes superar los obstáculos existentes en el entorno territorial para la consolidación, difusión y desarrollo de esta estrategia en más de cuarenta localidades de la provincia. Sin embargo, un factor fundamental que obstaculiza la consolidación de algunas ferias es la relativamente débil demanda y la incapacidad de ampliar el mercado, así como también, cuestiones de infraestructura básicas que dificultan el traslado de los productores feriantes hacia las localidades.

3 La importancia de la proximidad territorial para el desarrollo local - rural

Si consideramos que el territorio se origina en las acciones y prácticas de los agentes y las instituciones que las enmarcan, podríamos decir entonces, que el análisis territorial implica observar la trama de relaciones entre la dimensión socio-económica y la dimensión institucional. Según esta noción del 'territorio', los agentes y las instituciones se constituyen en promotores directos del proceso productivo y no en una externalidad (BOSCHERINI y POMA, 2000). De esta forma, el territorio no es neutral y asume un nuevo rol, definido según sus capacidades de aprovechamiento de recursos sociales y físicos, y teniendo en cuenta las principales relaciones de proximidad.

Desde esta perspectiva analítica el territorio local tiene una particular conceptualización: es la trama resultante de los comportamientos institucionalizados y localizados en un determinado espacio de agentes sociales (individuales y colectivos), que se vinculan por medio de distintos tipos de

actividades con cierta regularidad. De esta forma, podemos definir el ámbito local como un territorio caracterizado y delimitado básicamente por la posibilidad 'espacial' (en tiempo y distancia) para practicar interacciones frecuentes y regulares entre sus habitantes (éstos pueden vivir en una o más áreas de población aglomerada ó en la zona rural circundante) (MANZANAL, 2004, p.16).

Nos ocupamos puntualmente del 'desarrollo local - rural' porque se trata del desarrollo del territorio local, del lugar donde la población localizada tiene posibilidades de organizarse y proyectarse para influir, e incluso tomar las decisiones que la involucran y que tienen que ver con la política y con el ámbito de lo público. Así, los actores locales tienen un rol central en el desarrollo ya que el ámbito local es el lugar donde la población puede accionar políticamente, es en el ámbito local en donde personas ejercen su praxis cotidiana (Pfr. MANZANAL, 2004).

En un sentido más amplio, entendemos el desarrollo local - rural como un punto de partida para trascender a ámbitos mayores, superando lo sectorial agropecuario. Se trata de considerar al desarrollo rural como una dimensión del desarrollo local y al mismo tiempo, ambos como parte de procesos y variables que operan en el ámbito nacional, regional y mundial, que es necesario considerar, en definitiva, el desarrollo territorial.

El rol activo de los agentes locales en el proceso de desarrollo local, supone el fortalecimiento continuo de su participación en espacios de toma de decisiones. Existe cierto acuerdo en que la participación es "un proceso por el cual las personas, especialmente los individuos en desventaja, influyen sobre las decisiones que los afectan" (BRETT, 1999, p.4). Concordamos con este autor en que la participación implica educación y capacitación de las personas, asociadas y organizadas entre sí y con otros actores, para identificar problemas y necesidades, movilizar recursos, y asumir responsabilidades para planificar, administrar, controlar y evaluar las acciones individuales y colectivas sobre las cuales ellos deciden. Suponemos también que el punto clave de la participación es compartir el poder, lo cual permite recrear/modificar las relaciones de dependencia (KLIKSBERG, 2000). Es el marco ins-

titucional, tanto formal como informal, el que llevado a la práctica, posibilita o limita el desarrollo todo este proceso participativo y organizacional de la población local.

De acuerdo a nuestra perspectiva analítica, consideramos a las instituciones como las normas o reglas que enmarcan los comportamientos individuales y colectivos, "...los actores calculan sobre la base de sus intereses pero también están equipados con diversas visiones del mundo, según su posición social y los contextos sociales (...) Cálculo y cultura se combinan en la constitución de actores colectivos que actúan en el marco de macro instituciones heredadas y de relaciones de poder asimétricas". En este sentido, "la institución es normativa y creadora del orden social" (BRUNO THÉRET, 2000, p.3). El concepto de institución que proponemos no solamente incluye aspectos normativos, sino también aspectos reguladores y cognoscitivos.

En su estudio sobre desarrollo y cambio institucional, North (1993, p. 13) considera que las instituciones son "las limitaciones ideadas por los hombres que dan forma a la interacción humana. Por consiguiente estructura incentivos en el intercambio humano, sea político, social o económico". Se trata de las reglas de juego que reglamentan el comportamiento de las organizaciones y que pueden ser formales o informales, explícitas o implícitas, pero aceptadas y conocidas por todos los involucrados (ESPINO, 1999). Las instituciones son eficientes si permiten generar condiciones para que los individuos realicen elecciones estables y propicien la coordinación de decisiones colectivas. De allí su importancia en la implementación de mecanismos participativos, para que los actores locales entren en vinculaciones de cooperación, de articulación.

Por su parte, las organizaciones son los "grupos de individuos unidos por un propósito común, para alcanzar sus objetivos" (NORTH, 1995, p.23), son "las instancias o arenas en las cuales los individuos se relacionan y organizan en grupos para emprender acciones cooperativas y actuar como 'actores colectivos' (...) por supuesto, de acuerdo con las reglas contenidas en las instituciones existentes" (ESPINO, 1999, p.65). Por lo tanto, las organizaciones "son entidades construidas en torno a procesos definidos que asegu-

ran el logro de objetivos determinados. La estructura organizacional se basa en la definición de roles y funciones distintas, y las reglas organizativas deben asegurar un desempeño confiable" (APPENDINI y NUIJTEN, 2002, p.76). Mientras que las instituciones están más definidas en términos de creencias, normas y reglas que permiten el desarrollo de funciones y estructuras, las organizaciones estarían más definidas en términos de esas estructuras que son reconocidas y aceptadas.

3.1 Proximidad territorial

El concepto de proximidad territorial se refiere a las temáticas que tienen que ver con el alejamiento entre los individuos, las organizaciones y sus acciones. Por lo tanto, desde nuestra perspectiva, lo podemos considerar como un concepto que integra la idea anterior de territorio con aquellas referidas a instituciones y organizaciones. La proximidad alude a la separación o distanciamiento económico o geográfico entre los actores (individuales o colectivos) dotados de distintos recursos y a las relaciones que los acercan y/o alejan en los procesos orientados a solucionar un problema económico (GILLY y TORRE, 2000).

Siguiendo a Gilly y Torre, el concepto de proximidad está integrado por dos componentes principales: la proximidad geográfica y la proximidad organizacional. La proximidad geográfica se refiere a la separación en el espacio, a vínculos en términos de distancia, a la noción de espacio geoeconómico o distancia funcional, a la circulación relacionada con la accesibilidad. No alude solamente a la distancia física, tiene su fundamento social, por lo menos con respecto a la infraestructura. La proximidad organizacional se refiere a la separación económica que existe entre los actores, los individuos, las distintas organizaciones, a vínculos en términos de la organización de la producción, a la circulación de flujos. La misma se basa en dos categorías lógicas que son la similitud y la pertenencia. "De acuerdo a la lógica de la pertenencia se consideran próximos en términos organizacionales los actores pertenecen al mismo espacio de relaciones, (...) los que se parecen, es decir, que

tienen el mismo espacio de referencia y comparten los mismos conocimientos" (GILLY y TORRE, 2000, p.268).

Otros dos componentes son la proximidad institucional (que se refiere a la separación institucional, expresa la adhesión de los agentes a un espacio de representatividad, de modelos y de reglas de pensamiento y de acción comunes); y la proximidad territorial (como intersección/superposición de las principales formas de proximidad). La primera evidencia el rol desempeñado por las instituciones y permite definir al territorio como un proceso de coincidencia/articulación entre las proximidades geográficas, organizacionales e institucionales (GILLY y TORRE, 2000).

La noción de proximidad hace referencia a la existencia de interacciones, las cuales pueden ser intencionales (relaciones de cooperación, de confianza, de intercambio, etc.) y no intencionales (externalidades, economías de aglomeración): "la intencionalidad presente en la acción revela el potencial escondido en la relación entre la proximidad geográfica y la proximidad organizacional" (GILLY y TORRE, 2000, p.268-271), ya que supone la voluntad de interactuar de los participantes con objetivos en común y visualizando un mutuo beneficio como resultado de la cooperación.

La importancia y la frecuencia de las interacciones dan cuenta del dinamismo y es por ello que a partir de la densidad más o menos acentuada y amplia que tienen las interacciones, se pueden definir los procesos de separación/unión y de acercamiento/alejamiento, entre actores, organizaciones y actividades. La definición de densidad de las interacciones tiene en cuenta no sólo el número de las mismas sino también la posibilidad de reproducción, la duración y el grado de transitividad. La densidad de las interacciones se modifican en el tiempo y constituye un indicador organizacional y de la proximidad geográfica (GILLY y TORRE, 2000).

En resumen, la noción de territorio que proponemos condensa los conceptos de participación, instituciones y organizaciones. La noción de proximidad, hace referencia a los factores territoriales que posibilitan o restringen el acercamiento entre los actores.

3.2 Las relaciones de proximidad en la creación de la primera feria franca de Misiones

Entendemos que la concreción de la feria franca es el resultado de la interacción continua de distintos tipos de organizaciones y de los propios productores - feriantes. La cooperación de diversos actores se visualizó en la práctica como una mayor posibilidad de éxito. Y es así que las ferias funcionan como organizaciones que persiguen un objetivo común de acuerdo a las instituciones existentes y las que ellas mismas van creando.

Varios elementos contribuyen a la construcción de la proximidad geográfica dentro del territorio de la provincia. La superficie total de Misiones es de 29.801 km². Atraviesan su territorio de norte a sur y de este a oeste dos rutas nacionales, varias provinciales y una importante cantidad de caminos locales, contribuyendo a la proximidad geográfica entre la población, distribuida en 117 localidades⁹.

En Misiones existe una importante cantidad de organizaciones de productores y organismos de intervención en desarrollo rural que centran su accionar en el sector pequeño productor. Si bien algunos de ellos funcionan en forma localizada dentro de la provincia, la proximidad geográfica hace posible el flujo e intercambio de información y personas.

En general, dentro de las organiza-

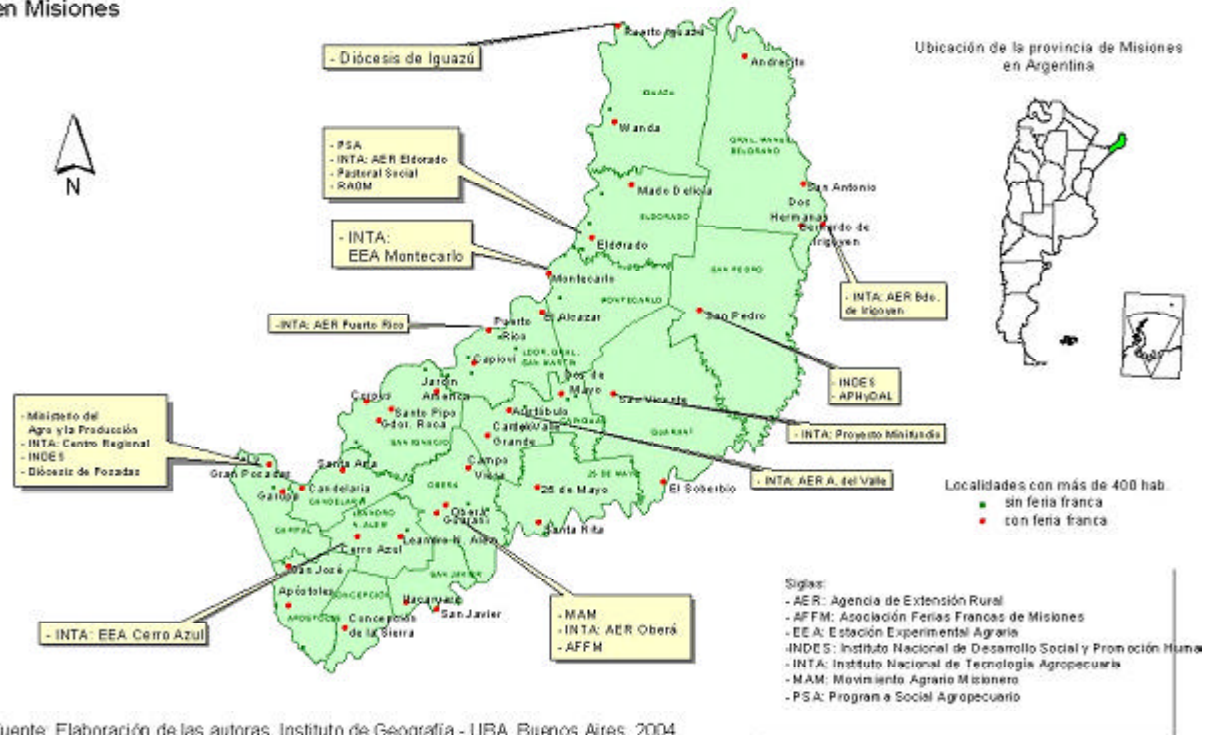
ciones de productores, ONG's y organismos nacionales de intervención en desarrollo rural que actualmente se encuentran trabajando con pequeños productores, se puede reconocer al MAM, al Programa Social Agropecuario (PSA), al Instituto Nacional de Tecnología Agropecuario (INTA)¹⁰, al Instituto Nacional de Desarrollo Social y Promoción Humana, a la Pastoral Social de la Diócesis de Posadas e Iguazú, a la Red de Agricultura Orgánica de Misiones, a Asociación Ferias Francas de Misiones, como los principales actores del desarrollo local - rural en Misiones.

El gobierno provincial actúa en el sector más activamente a través del Programa de Desarrollo Rural de las Provincias del Noreste, del Instituto de Fomento Agropecuario e Industrial y la Dirección de Pequeños Agricultores, Huertas y Ferias Francas.

Varias de estas organizaciones comparten el mismo espacio de relaciones y presentan estrategias de intervención similares hacia el sector. Son próximas entre sí, tanto geográfica como institucionalmente, lo cual contribuyó -con mayor o menor participación- a la creación y posterior difusión de ferias en el territorio misionero.

El siguiente mapa presenta la distribución de las ferias francas y de las localidades con más de 400 habitantes, a la vez que señala la localización de las distintas sedes de trabajo de las organizaciones mencionadas.

Provincia de Misiones. Ferias Francas y relaciones de proximidad : sedes y delegaciones de las principales organizaciones participantes en la conformación y difusión de las ferias en Misiones



4 La proximidad de las organizaciones que constituyeron la feria de Oberá

La primera feria se creó en agosto de 1995 a partir de la iniciativa de productores del departamento de Oberá, algunos de ellos integrantes del MAM, quienes contaron con el apoyo técnico y financiero del PSA y la asistencia del INTA.

En el caso de la conformación de esta feria, consideramos que el MAM y el PSA fueron los precursores de este proyecto en la provincia con el acompañamiento del INTA, por medio del programa Cambio Rural. Por su parte, el gobierno local, acompañó también este proceso iniciado por las organizaciones mencionadas.

El MAM, con sede en la localidad de Oberá, es un movimiento gremial cuyo accionar con los pequeños productores se remonta a los años '70 con las Ligas Agrarias Misioneras. Su creación, en 1971, "promovido en gran medida en las sucesivas convocatorias del Movimiento Rural Cristiano, (...) surgió en un momento histórico caracterizado por la crisis del sector agrario, debido a los problemas de comercialización que sufrían los productores

de los cultivos tradicionales (yerba mate, té, tung)" (MONTIEL, 1997, p.35).

Si bien la sede del MAM se encuentra en Oberá, este movimiento tiene una fuerte presencia en algunos departamentos del centro y nordeste de la provincia.

Sus representantes participan en organizaciones y organismos de distinto tipo. Así, por ejemplo, algunos de sus integrantes forman parte del Consejo del Centro Regional Provincial del INTA, de la Unidad Técnica de Coordinación Provincial (UTCP) del PSA, del Consejo Multilateral de Políticas Sociales y Desarrollo Regional del Gobierno de Misiones y de la Federación Agraria Argentina.

El PSA es un programa de desarrollo rural implementado desde la SAGPyA, para ser ejecutado en casi todas las provincias argentinas bajo la responsabilidad de un coordinador y de una UTCP¹¹. En Misiones, el mismo comenzó a funcionar a fines del 1993¹² contemplando asistencia financiera (bajo forma de créditos no bancarios) y técnica, capacitación y apoyo al mercadeo. En el caso de la creación y consolidación de la feria de Oberá estos instrumentos de intervención fueron destinados al apoyo de los productores que participaban en este proyecto¹³.

Actualmente el PSA alcanza a 3.000 productores con proyectos activos, aunque históricamente se superó dicho piso (AGROMISIONES, 2004). Su mayor influencia se encuentra en los departamentos del noreste de la provincia, en donde habitan los productores con mayores niveles de pobreza.

En Misiones, el INTA¹⁴ tuvo a su cargo desde 1993 hasta principios de 2000, la ejecución del Programa Cambio Rural dirigido a medianos productores de todo el país. Los principales instrumentos del mismo han sido la asistencia técnica y capacitación, que también fueron destinados a los productores feriantes de Oberá.

Teniendo en cuenta las características generales de los actores que participaron en la conformación de la feria de Oberá, es importante detenernos en el análisis de las relaciones de proximidad que los mismos mantuvieron para concretar este proyecto innovativo.

Las interacciones entre el MAM y el PSA, en lo que respecta tanto a la proximidad geográfica como a la institucional, han permitido encausar esfuerzos conjuntos y recursos -sociales y productivos- para que la feria franca de Oberá tuviera éxito y fuera tomada como ejemplo para la organización de las demás ferias, tanto a nivel provincial como nacional.

Estos actores son cercanos en la medida en que coinciden en la promoción del desarrollo de una parte del sector de pequeños productores y ambos han tomado como propio este proyecto, teniendo así un espacio común de referencia. Existe entre estas dos organizaciones una proximidad institucional, basada en la adhesión de sus miembros a la representatividad, a las reglas comunes de pensamiento y de acción.

Si bien las sedes organizacionales del PSA y del MAM están en localidades distantes (Eldorado y Oberá respectivamente) entre ambas existe una proximidad geográfica, una infraestructura (carreteras, telecomunicaciones, medios de transporte, etc.) que permite la comunicación fluida y constante. Además, al ser miembros del MAM algunos de los que se desempeñan como técnicos en los grupos de beneficiarios del PSA en los departamentos en los que ésta organización gremial tiene influencia, el trabajo cotidiano

en el campo permite la creación de espacios de referencia compartidos, que con el tiempo se han ido fortaleciendo.

Podríamos decir que, con relación a este proyecto de comercialización, el MAM y el PSA continúan desarrollando un sentido de pertenencia al mismo. Esto se evidencia en el importante papel que han tenido y aún tienen las instituciones existentes y las que ellos crearon a lo largo de todo el proceso de conformación de este ámbito de comercialización; en la participación y gestión que han ido construyendo y consolidando; así como en las expectativas que poseen con respecto al futuro de las ferias y la proyección de algunas de ellas en el mercado provincial e incluso nacional.

Las interacciones entre el PSA y el MAM, en relación a la feria de Oberá, en todos los casos han sido y continúan siendo intencionales, basadas en la cooperación y confianza mutua, que dan cuenta del 'dinamismo' de este proyecto. Las relaciones han sido duraderas a lo largo del tiempo y se han reproducido, en algunos casos se han modificado, pero desde todo punto de vista se han fortalecido en muchos aspectos. Las mismas se basan en actividades desarrolladas por técnicos, promotores, dirigentes que a pesar de los sucesivos recortes en los recursos económicos, continúan desempeñando su tarea de asesoramiento, capacitación y apoyo solidario a sus beneficiarios.

Respecto a la relación entre el MAM y el INTA, podemos decir que ambas organizaciones han compartido espacios de relaciones y de referencia, fueron semejantes en los orígenes del proyecto de comercialización de la feria de Oberá. En este caso, mantuvieron interacciones intencionales que comenzaron siendo muy próximas y que dejaron de serlo y de reproducirse. Creemos que esto puede deberse, en parte, a que varios productores del MAM fueron beneficiarios de Cambio Rural y al irse retirando este programa, la relación entre el MAM y el INTA fue haciéndose cada vez menos próxima. La poca disponibilidad de recursos ha determinado que en la actualidad este Instituto no desempeñe prácticamente ninguna actividad de apoyo a los integrantes de la feria de Oberá.

Finalmente, consideramos que las interacciones entre el INTA y el PSA, se

basan en una importante proximidad territorial. Su trabajo conjunto para la creación de la primera feria franca de la provincia ha sido importante. Al tener el PSA la sede en la localidad del Eldorado, éste programa está muy próximo al INTA. No solo se trata de una proximidad geográfica, sino organizacional e institucional.

Como mencionamos anteriormente, un representante del INTA, forma parte de la UTCP del PSA, por lo tanto existe un espacio institucional de referencia. Pero en especial, y a diferencia de la proximidad entre el MAM y el PSA, entre el INTA y este programa hay una proximidad organizacional ya que se trata de dos organismos públicos nacionales¹⁵. Pero en especial destacamos el hecho de que algunos técnicos del INTA forman parte del programa llevando adelante diversas tareas de apoyo y capacitación. De este modo, en el trabajo de campo cotidiano se crean nuevos espacios de referencia.

Las interacciones entre el PSA y el INTA han sido y continúan siendo intencionales. Relaciones basadas en la cooperación y confianza mutua que han sido duraderas a lo largo del tiempo y se han reproducido e incluso fortalecido. Consideramos que existe cierta complementación entre los recursos sociales y los económicos de ambas organizaciones. Si bien el PSA ha ido recortando su presupuesto, otorga créditos a los grupos de productores, mientras que el INTA, ofrece una importante capacidad técnica en recursos humanos, con lo cual se puede lograr una complementación en su accionar.

Si bien estas tres organizaciones comentadas brevemente, son las que consideramos pioneras en la conformación de la feria de Oberá, no podemos dejar de lado el rol cumplido por el gobierno municipal. Algo fundamental para la concreción de la feria es disponer de un espacio público para su funcionamiento y contar con el control sanitario y bromatológico, tanto de las chacras como de los productos elaborados que llegan a la feria, temas en los que se encuentra directamente involucrada la Municipalidad de Oberá.

Con el transcurso del tiempo y la visualización de los resultados, las autoridades del municipio han reconocido a la feria como

un proyecto a rescatar y parte del desarrollo de la comunidad local, aunque la intensidad de ese reconocimiento y de las interacciones depende de las características del gobierno local que se encuentre en función.

5 Reflexiones Finales

Las características particulares de la provincia de Misiones hacen que este territorio sea de gran interés para el estudio de estrategias de desarrollo. En primer lugar por la presencia de numerosos y variados agentes sociales con cierta proximidad institucional y, en segundo lugar, la posibilidad de que su accionar conjunto se concrete por medio de la proximidad geográfica. Creemos que especialmente estos factores han permitido avanzar hacia un desarrollo local rural que puede ser ejemplificador para otros ámbitos territoriales de Argentina e incluso de América Latina.

En el caso de las ferias francas, consideramos que las mismas han logrado contribuir al desarrollo local rural. Estas experiencias han demostrado que las relaciones de proximidad entre las distintas organizaciones han sido de gran importancia, permitiendo la conformación, consolidación y difusión, de las ferias en todo el territorio misionero y ha servido como ejemplo para que en otros ámbitos territoriales del país se intente replicar (en las provincias de Corrientes, Salta, Santa Fe, Entre Ríos, Chaco y Catamarca). El accionar interinstitucional a nivel local permite actualmente la permanencia y vigencia de este proyecto comercial de la pequeña producción en las diferentes localidades donde han comenzado a funcionar.

Esta estrategia fue imitada no sólo como estrategia de comercialización sino también como estructura institucional de organización y participación. A partir de esta difusión, la misma alcanzó a una cantidad importante de productores a nivel provincial y llegó a tener reconocimiento regional y nacional y de esta manera se institucionalizó. Las ferias son un buen ejemplo de la difusión de conocimientos y de un modelo de organización exitosos.

Particularmente en lo que respecta a la vinculación MAM - PSA - INTA, creemos que estas tres organizaciones han logrado

conformar un marco organizacional e institucional basado en la convivencia, cooperación, solidaridad, participación democrática y capacitación que ha permitido la concreción y proyección a futuro de las ferias en la provincia.

En síntesis, las ferias francas se han gestado en un marco institucional y han creado nuevas instituciones, que han definido una mejor calidad de vida de quienes participan; y han logrado replicar el modelo de convivencia, cooperación, solidaridad, participación democrática, organización y capacitación continua en el cual se han conformado.

Notas:

¹ La desregulación de los mercados y la apertura económica, junto con la paridad de la moneda nacional al dólar y el retiro del Estado de la esfera pública trajo aparejado una crisis económico social que se va profundizando en la década del '90 y continua en los primeros años del 2000.

² Se trata de producciones distribuidas geográficamente en una provincia o región. Así, por ejemplo, el cultivo de la yerba mate se realiza principalmente en Misiones y en segundo lugar en Corrientes; y el algodón en la provincia de Chaco.

³ Ya sea en organizaciones consolidadas -con cierta trayectoria institucional- como en procesos organizativos formales e informales (como por ejemplo, grupos de productores organizados para recibir asistencia técnica y financiera del Estado).

⁴ El PROHUERTA, el Programa de Crédito y Apoyo Técnico para Pequeños Productores Agropecuarios del Noroeste Argentino (PPNEA), la Unidad de Coordinación de Planes y Proyectos de Investigaciones para productores minifundistas (Minifundio), el Cambio Rural, El Programa Social Agropecuario (PSA), el Programa de Desarrollo Rural para las provincias del NEA (PRODERNEA), el Proyecto de Desarrollo de pequeños productores agropecuarios (PROINDER) entre otros más focalizados tanto geográfica como sectorialmente (el Programa de Asistencia Subsidiada a Productores Ganaderos Minifundistas de la Patagonia, el Programa de Ordenamiento de Áreas tabacaleras (PRAT), etc.)

⁵ El MOCASE surge formalmente el 4 de agosto de 1990. Sus comienzos pueden encontrarse en la primera Marcha por la tierra y la conformación de la Comisión Central de Campesinos de Los Juríes y de la Comisión Central de Pequeños Productores "Ashpa Sumaj" hacia 1989.

⁶ El MAM es un gremio que nuclea a pequeños y medianos productores de la provincia de Misiones. Comienza su trabajo de formación en 1970 y se constituye definitivamente en una Asamblea realizada en Oberá en agosto de 1971.

⁷ La feria está integrada por una serie de puestos móviles que se disponen en espacios públicos para la venta de productos de granja y huerta. Los mismos cuentan con un permiso municipal que dispone los días y horarios de funcionamiento. Los pequeños productores misioneros venden su producción contando con exención impositiva, razón por la cual se denominan "ferias franca".

⁸ En la provincia existen en la actualidad aproximadamente unas 45 ferias que nuclean alrededor de 2.000 pequeños productores agropecuarios. Según el Censo Nacional Agropecuario de 2002 habían en Misiones, un total de 27.072 explotaciones agropecuarias (o productores) de las cuales 14.745 pueden considerarse pequeñas (hasta 25 Ha. de superficie). Es decir, alrededor de un 14% de estos productores se encuentran participando de esta modalidad de comercialización.

⁹ Se trata de localidades urbanas y rurales. La localidad más grande, Gran Posadas, tiene una población de 279.961 Hab., mientras que la más pequeña, Piñalito Sur, tiene 72 Hab. La población rural aglomerada se distribuye en 76 localidades. (Datos del CNPvYH de 2001, INDEC).

¹⁰ Principalmente, a través del programa PROHUERTA y los proyectos de 'Minifundio'. A partir de 2003, este Instituto ha articulado todos los programas que venía ejecutando, en el marco del Programa Federal de Desarrollo Rural Sustentable (PROFEDER).

¹¹ Cabe destacar que la UTCP está conformada por representantes del gobierno nacional, del gobierno provincial, de organizaciones de pequeños productores, de ONG y de los beneficiarios. En la práctica, otras organizaciones y representantes de beneficiarios han sido incorporados en la UTCP. Si bien esta participación es informal, su trabajo con el programa se ha ido institucionalizando ya que tienen un rol activo en la organización y gestión del mismo.

¹² Sus principales objetivos son aumentar y diversificar el autoconsumo, promover y construir una propuesta de desarrollo agroecológico, articular con organizaciones que trabajan con pequeños productores, favorecer las organizaciones de productores, promoviendo que la mujer rural tenga iguales oportunidades, promover el acceso al mercado local favoreciendo el desarrollo local, apoyar con créditos, capacitación y asistencia técnica las actividades productivas que los colonos venían haciendo y abrir nuevas zonas de atención para la pequeña producción en el norte de la provincia.

¹³ A partir del año 2001, el PSA tiene a su cargo la ejecución de un componente del PROINDER, otro programa de desarrollo rural nacional dirigido al sector pequeño productor de menores recursos, que otorga subsidios.

¹⁴ La estructura del INTA en Misiones consta de un Centro Regional Provincial, dos Estaciones Experimentales Agropecuarias y varias Agencias de Extensión Rural en nueve localidades.

¹⁵ De hecho, el INTA es un ente autárquico dependiente de la SAGPyA, desde la cual se ejecuta el PSA.

Bibliografía citada

- AGROMISIONES. Aprueban proyectos por 113 mil pesos para apoyar a 120 familias de colonos. En www.agromisiones.com.ar. 2004.
- APPENDINI, K. y NUIJTEN, M. El papel de las instituciones en contextos locales. En *Revista de la CEPAL* N° 76, p. 71-88, 2002.
- BENENCIA, R. y FLOOD, C. Las ONG's y sus relaciones con el estado. Una aproximación al análisis del fenómeno en la Argentina. En *Revista Realidad Económica* 159, p. 54-68, 1998.
- BOSCHERINI, F. y POMA, L. *Territorio, conocimiento y competitividad de las empresas*, Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2000.
- BRETT, E.A. Participation and Accountability in Development Managment. Documento de Trabajo, Development Studies Institute, London School of Economics. Londres. 1999.
- BRUNO THÉRET, I. Nueva economía institucional, economía de las convenciones y teoría de la regulación: ¿hacia una síntesis institucionalista. En *Noticias de la Regulación* N° 35, p. 1-5, 2000.
- CARBALLO GONZÁLEZ, C. Las ferias francas de Misiones. Actores y desafíos de un proceso de desarrollo local. Documento de Trabajo N° 9, Centro de Estudios y Promoción Agraria, Buenos Aires. 2000.
- CATTÁNEO, C.A. Algunos elementos para el análisis de la relación entre comercialización y pequeños productos agropecuarios. Documento de Trabajo, Programa Social Agropecuario, Secretaría de Agricultura, Ganadería Pesca y Alimentos de la Nación. Buenos Aires, 1999.
- ESPINO AYALA, J. *Instituciones y Economía*. Una introducción al neoinstitucionalismo económico, México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- GILLY J. y TORRE, A. Proximidad y dinámicas territoriales. En: Boscherini, F. y Poma L., *Territorio, conocimiento y competitividad de las empresas*, Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2000.
- INDEC. Provincia de Misiones, Censo Nacional de Población, Vivienda y Hogares. Buenos Aires, 2001.
- KLIKSBERG, B. Seis tesis no concencionales sobre participación. En: Kliksberg, B., Tomassini, L. (comp), *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*, Buenos Aires: BID/Fundación F. Herrera/ Universidad de Mariland/FCE, 2000.
- MANZANAL, M. Instituciones, territorio y gestión del desarrollo rural-local (teoría y praxis desde la realidad del norte argentino). En VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO (RII), 2004, Río de Janeiro. Anales del VIII Seminario Internacional de la RII, Río de Janeiro: Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território, 2004.
- MONTIEL, S. Los pequeños productores agrícolas de Misiones y sus formas de representación política - gremial. Informe Final, PISPAD, Universidad Nacional de Misiones, Argentina. 1997.
- MONTIEL, S. *Procesos de participación y Cambio en el Movimiento Agrario Misionero*, Tesis de grado Lic. en Antropología Social, Posadas: UNaM, 2000.
- NORTH, D.C. The new institutional economics and third world development. En: J Harriss & others, *The new institutional economics and third world development*, Londres: Routledge, 1995.
- NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- PEREIRA, S. G. y TAIPALE, P. Estrategias innovativas locales-rurales y sus instituciones: el caso de las ferias francas en la provincia de Misiones, Argentina. En: II CONGRESO NÓRDICO DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS, NOL@N, 2004, Helsinki. Anales... Helsinki: Universidad de Helsinki, 2004.
- PSA. Estudio del impacto de las ferias francas en la provincia de Misiones, Documento de Trabajo, Unidad Técnica de Coordinación Provincial de Misiones, Eldorado: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de la Nación, 1997.

O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento
The territory under the “Modernizing Effect”: the perverse face of the development
Le territoire sous “l’Effet Modernisem”: la misage méchant du développement
El territorio bajo el “Efecto Modernizador”: el lado perverso del desarrollo

Mirlei Fachini Vicente Pereira*

Recebido em 25/5/2005; revisado e aprovado em 21/10/2005; aceito em 22/4/2006.

Resumo: As políticas atuais de desenvolvimento territorial às vezes se atrelam, de forma interesseira, ao uso de recursos locais e à implementação de projetos específicos de agentes determinados. Este fenômeno caracteriza o que estamos aqui denominando de “efeito modernizador”, fruto das práticas de alguns agentes para tornar o território viável às suas pretensões particulares. Estas práticas acabam por difundir idéias de desenvolvimento e modernização que não se realizam de forma igualitária no lugar.

Palavras-chave: Território; desenvolvimento; “Efeito Modernizador”.

Abstract: The current territorial development policies sometimes have a particular relationship, of interest, to in local resources use and to the implantation of certain specific projects. These policies, we denominate “modernizing effect”, a product of the some agents to turn the viable territory to their pretensions. These practices result in the diffusing of development ideas and modernization, but they do not occur on equal terms at the place.

Key words: Territory; development; “Modernizing Effect”.

Résumé: Les politiques actuelles de développement territorial sont parfois rattachées, de manière intéressée, à l’utilisation des ressources locales et à l’exécution de projets spécifiques d’agents déterminés. Ce phénomène caractérise ce qui est appelé ici de: « effet modernisateur », résultat des pratiques de quelques agents pour rendre possible leurs prétentions particulières. Ces pratiques finissent par propager des idées de développement et de modernisation qui ne se réalisent pas de forme égalitaire dans le local.

Mots-clé : Territoire; développement; « Effet modernisateur ».

Resumen: Las políticas actuales de desarrollo territorial a veces se abocan, de forma interesada, al uso de recursos locales y en la implementación de proyectos específicos de agentes determinados. Este fenómeno caracteriza lo que estamos aquí denominando de “efecto modernizador”, fruto de las prácticas de algunos agentes para tornar el territorio viable a sus pretensiones particulares. Estas prácticas acaban por difundir ideas de desarrollo y modernización que no se realizan de forma igualitaria en el lugar.

Palabras clave : Territorio; desarrollo; “Efecto Modernizador”.

Entre valor e “desvalor”: Território - idéias de desenvolvimento e racionalidades de uso

O território, entendido aqui como o espaço socialmente usado, é o *locus* onde são produzidas as ações dos homens, das empresas, dos Estados e demais instituições sociais, ou seja – o território pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico, espaço esse resultante das práticas de todos os agentes, que envolve todas as ações e todos os interesses sociais (SANTOS *et. al.*, 2000).

No atual período histórico, os territórios se apresentam de uma forma integrada, própria do processo de globalização vigente, o que indica uma complementaridade e

interdependência funcional dos lugares, sobretudo no que tange às estratégias de mercado e mesmo da organização do território para o seu funcionamento¹. Ao mesmo tempo, o território também possui um caráter fragmentário, visto que o espaço geográfico apresenta diferentes densidades materiais, de uso e valores também distintos. É assim que os lugares se diferenciam, segundo suas lógicas de funcionamento e suas diferentes inserções no processo de uso econômico do território.

Desta forma, poderíamos pensar que os territórios, desdobrados em distintos subespaços – regiões e lugares, são, relativamente, mais ou menos desenvolvidos, mais ou menos modernos e valorizados, levando em conta suas diferentes lógicas de uso e de

* Geógrafo, aluno do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP) *Campus* Rio Claro. Bolsita CNPq, Brasil. (mirleipereira@yahoo.com.br).

Este trabalho resulta, com algumas modificações, da comunicação apresentada pelo autor no Eixo “Desenvolvimento Territorial”, durante o V Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, realizado em outubro de 2005, em Rio Claro-SP.

apropriação para o trabalho, que, hoje, mais do que nunca, se renovam de forma frenética. Neste caso, que seria um território moderno e desenvolvido? De que modernização e desenvolvimento se tratam? Em outros termos e trazendo o debate para o nosso país, quais são os conteúdos e usos modernos e desenvolvidos do território brasileiro? Quais conseqüências esta modernização e desenvolvimento acarretam para a sociedade e o território como um todo?

As idéias de modernização e de desenvolvimento: projetos das empresas, projetos dos lugares

A lógica atual de (re)valorização e (re)desenvolvimento territorial leva em conta a idéia de recursos e de projetos. Assim, as políticas de desenvolvimento territorial se atrelam, na maioria das vezes de forma interesseira, ao uso de recursos locais e à ação de projetos específicos de determinados agentes socioterritoriais que renovam objetos e ações para um novo uso produtivo dos lugares.

A idéia de projeto envolve, diretamente, as noções de plano e intenção. O plano, como delineamento de objetivos, interage com a intenção, que é um propósito, uma vontade determinada. Assim, nos dias atuais, o desenvolvimento e modernização territoriais estão, em grande parte, atrelados a uma ligação dos lugares aos projetos das grandes empresas. Estas, por sua vez, se encontram no mais das vezes coadunadas pelo poder público em suas diferentes escalas de ação, quando não de forma ilícita já tornada prática comum entre empresas e governantes em distintos países.

A intenção das grandes empresas em investir é seletiva, e ela acaba por eleger os lugares que se mostram mais favoráveis, ou seja, aqueles que apresentam as condições ideais e reais (ou em via de realização), e que desta forma satisfaçam as suas necessidades. Podemos, de forma dialética, compreender os interesses das empresas e também os interesses que os lugares possuem em atraí-las. Este último, em verdade, constitui não o interesse do lugar como um todo, mas apenas a vontade de alguns, visto que as *benesses* do acontecimento se restringem ao alcance de

um seletivo grupo de agentes. Caberia assim distinguir, de forma complementar, que tanto os territórios e lugares, quanto as grandes empresas, utilizam-se de projetos para o alcance de seus objetivos.

Começemos pelos projetos das grandes empresas. A idéia e prática atual destes agentes hegemônicos da economia são, no contexto do atual capitalismo globalizado, encontrar o lugar (no conjunto de um território nacional) que mais satisfaça os seus interesses produtivos, levando em conta, desta forma, o menor esforço por parte da empresa em adicionar ao lugar escolhido os elementos técnicos necessários para a implementação de seu projeto. Ou seja, a questão da localização dos empreendimentos produtivos há muito tempo resulta das vantagens comparativas e concorrenciais, que envolvem tanto a natureza da atividade produtiva como a natureza do local onde a atividade é (ou será) implantada (BENKO, 1996).

Nesse sentido, poderíamos dizer que o projeto das grandes empresas, para o seu próprio benefício e desenvolvimento, possui uma dimensão territorial de importância extrema, que somada a dimensões políticas e econômicas, entre outras, se torna elemento estratégico para o êxito do seu projeto.

Por outro lado, os lugares também possuem projetos. Projetos múltiplos que acolhem distintas racionalidades de dimensões e propósitos muito diferenciados daqueles das empresas. Num primeiro momento conviria falar numa idéia desenfreada de "desenvolvimento a qualquer custo", que tem promovido, caberia dizer, uma verdadeira "guerra entre lugares" pela disputa de empreendimentos com grande aporte de recursos (tal como a instalação de empresas multinacionais), na idéia de que são estes empreendimentos os únicos capazes de renovar a dinâmica econômico-produtiva de municípios e mesmo de regiões inteiras. Detalhe que, aqui, na maioria das vezes, a idéia de (re)dinamizar/(re)desenvolver a economia e o território é acolhida de forma imediata, sem qualquer preocupação de fundo ideológico/político por parte dos governantes, principalmente na escala do poder público municipal. A normalmente denominada "guerra fiscal", fenômeno comum no território brasileiro no fim do século passado e

início do atual é exemplo nítido deste processo (CATAIA, 2003).

Neste caso, e quando o projeto de "desenvolvimento" é empreendido desta forma, o que resta não é outra coisa do que o casamento das intenções das grandes empresas com a vontade insaciável de atração destas pelos agentes políticos de determinados lugares. No entanto, se são duas as aspirações, dois planos/projetos que se interpenetram (o das empresas e o dos lugares), a realidade do território usado denuncia que apenas um projeto é vencedor, somente um logra êxito.

Na ânsia por um "desenvolvimento territorial fácil", os lugares acabam por entregar todos os seus recursos territoriais, e nesta ocasião, acabam por tornar-se "presa fácil" das grandes empresas que só aspiram, e o fazem da forma mais pragmática, o alcance dos seus objetivos de mercado.

A atual lógica de uso do território pelas grandes empresas, em se tratando do caso brasileiro, acaba praticamente por negar toda e qualquer idéia de um projeto autônomo de desenvolvimento, ou seja, de um desenvolvimento verdadeiramente a partir do lugar e para os anseios do lugar. O projeto vencedor é assim, no mais das vezes, aquele que favorece a acumulação de alguns poucos agentes; e os projetos dos lugares, que por vezes até se acreditam bem orientados, revelam-se, na verdade, uma promessa negada. O processo fica claro quando demonstramos a idéia de recursos, evidenciando que a pretensão de construir um projeto autônomo é normalmente substituída por um discurso de uso de "recursos fáceis", porém insustentáveis.

Mas quais são estes recursos territoriais? Como se dão, nos lugares, as suas formas de entrega facilitada ao projeto das grandes empresas? As custas de quê os projetos das grandes empresas logram êxito e como encontrar novos projetos que verdadeiramente expressem os anseios de desenvolvimento autônomo dos lugares?

Desenvolvimento por quais vias? O problema do uso dos recursos

Como temos destacado, podemos reconhecer, de forma complementar à idéia de projetos, a presença e a força da idéia de re-

ursos nas políticas de desenvolvimento territorial. Não pretendemos fazer neste trabalho uma análise de recursos territoriais ou mesmo de "territórios de recursos" baseada na leitura econômica do território (BENKO & PECQUER, 2001). Nossa idéia aqui é fundamentada no uso do território, ou melhor, em todas as experiências possíveis de uso territorial, e quando o uso (total) e o território (como um todo) é levado em conta, o conceito de recurso deve aparecer de duas formas, ambas apresentando na maioria das vezes o mesmo significado para o território.

Numa primeira idéia, os lugares são eleitos como verdadeiros recursos pelas grandes empresas, porque eles contêm os *meios* para auxiliar e mesmo efetivar as suas ações, os seus interesses. Assim, as grandes empresas, antes de instalar-se, acirram diferentes localidades e empreendem esforços para que, aquele lugar que fora finalmente eleito para a instalação, lhe conceda uma série de incentivos que nada mais são do que recursos disponíveis no território.

No Brasil atual, estes recursos territoriais entregues às grandes empresas se apresentam na forma de isenção total ou parcial de impostos, doação de terrenos e demais infraestruturas territoriais (facilidades de acesso e de distribuição do que é produzido, informação, etc.), sem contar as condições de mão-de-obra barata encontradas praticamente em todo o território nacional. Cada um destes itens se diferencia em importância para determinado tipo de empresa ou atividade. Assim, as grandes empresas acabam, nas palavras de Milton Santos (2000), fazendo uso do território como mais um recurso a ser explorado. Exploração esta que não se reverte em ganhos para o território como um todo.

Contraditoriamente, e ao mesmo tempo, as grandes empresas também são vistas como recurso para o desenvolvimento dos lugares, e acabam figurando, quando "conquistadas", como verdadeiros trunfos. Para isto, basta reconhecer no território, e o território brasileiro é exemplo típico deste processo, o que significa a vinda, ou melhor, a acirrada conquista de uma grande empresa, principalmente quando se trata das grandes empresas estrangeiras. Neste caso, e numa leitura enviesada e míope por parte

de alguns, as grandes empresas atuariam como meio, ou seja, como recurso estratégico para que os lugares vençam as dificuldades comuns do período (principalmente o desemprego), alcançando assim o almejado “desenvolvimento”.

No entanto, a idéia de desenvolvimento e de modernidade que comumente se instala a partir da presença destes novos vetores no território (uma nova empresa), ou ainda, somente as aspirações veiculadas pela *mídia* no trabalho nada difícil de legitimação dos projetos das grandes empresas, já confere uma legitimidade *a priori* dos lugares considerados “atrasados” ou “marginais”. O que ocorre neste caso, com a entrega dos recursos territoriais aos projetos das grandes empresas, ou mesmo a tomada do lugar/território como recurso pelas mesmas, é na verdade o que estamos denominando de “efeito modernizador”, visto que, aparentemente, os lugares lucrariam com o simples fato da instalação destas novas empresas e das novas infraestruturas territoriais que normalmente as acompanham².

O efeito modernizador e suas conseqüências territoriais

Esta renovação do conteúdo material do território confere aos lugares a emergência do que estamos chamando de “efeito modernizador”. Este seria todo o conteúdo territorial (objetos e ações) que se impõe como novo, e que, ganhando localmente um caráter de proeminência em relação aos demais, acaba por centralizar toda a atenção e ação dos agentes públicos. Por isso se tratar apenas de uma modernização aparente, porque se dá de forma centralizada e não repercute em ganhos e melhorias para todos os que habitam o lugar. Tirando proveito político da situação de renovação territorial, e invertendo e distorcendo as atenções da sociedade, o poder público (nas suas diferentes escalas territoriais), apoiado na legitimidade aparente dos projetos de modernização e desenvolvimento, se volta para a razão das ações privadas, promovendo desta forma um uso corporativo do território.

Esta situação, muito cara à idéia de desenvolvimento fundada a partir da entrega dos recursos territoriais, e mesmo valeria di-

zer, da “entrega do território” às grandes empresas, é assim um desenvolvimento e uma modernização concentradores. Trata-se na verdade de um efeito de modernização que mascara e falsifica, seleciona e exclui. É o tipo de desenvolvimento territorial pregado pelo poder público descompromissado com a sociedade, e próprio dos macroatores econômicos do período que só têm olhos para si. É o impedimento da ação, é a imposição de um projeto único, que também se revela como o pensamento e a estruturação de um modelo de desenvolvimento “inevitável”.

Conviria destacar um novo dado do período que nos permite mais uma vez deixar de lado a velha idéia de determinismo do meio (ou determinismo ambiental), para nos atermos com atenção aos processos que evidenciam a constituição de verdadeiros “espaços determinados”, onde imperam razões alheias à sua ordem pretérita, determinação e racionalização estas que são próprias do processo de alienação territorial comum do presente período (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

É justamente disso que se trata - uma alienação e uma inversão de valores no que tange ao significado do público e do privado. O poder público governa e remete recursos públicos para os projetos privados de grandes empresas, na idéia de que estas, a partir de suas ações no território seriam capazes de promover algo como “sinergias” e “externalidades” que se reverteriam em desenvolvimento econômico e social para o lugar como um todo. Recursos públicos, socialmente constituídos no lugar, financiando projetos privados, na expectativa de que um dia estes sejam capazes de produzir novos recursos para uso social.

Assim, o território parece alienar-se, deixa-se levar pelos interesses de agentes estranhos à sua própria natureza e lógica internas, e busca, a partir destes, obter um “desenvolvimento” que, na maioria das vezes, se reverte em mais problemas de ordem social para o lugar como um todo.

Este tipo de desenvolvimento territorial, determinado e determinante, é o futuro preparado por alguns, e o território corporativo e ideal que é também produzido para alguns seletos agentes. É a razão própria de uma lógica vertical³ de uso do

território e é também, ao mesmo tempo, a negação das oportunidades distintas de desenvolvimento para os outros. "Observamos assim que, na verticalidade acontecem tanto o impedimento da ação inovadora e criadora, da verdadeira práxis, quanto a reafirmação da dimensão territorial da alienação" (RIBEIRO, 2003, p.35).

Como o discurso dos agentes hegemônico da economia e da política se impõe com maior força, (re)criando necessidades e razões no território, parece não restar outra estratégia de "desenvolvimento" que não se atrele a uma ligação com os projetos e interesses das grandes empresas. Daí o esforço sem fim das políticas de "desenvolvimento territorial" para, de uma forma também competitiva, dotar o território com as infraestruturas diversas e as normas territoriais (ex. isenção de impostos), tornando o território viável à ação dos agentes hegemônicos.

Assim, a forma como os projetos das grandes empresas são legitimados no conjunto da sociedade, e também a maneira como os planos de desenvolvimento territorial são implantados pelo poder público, são exemplos de manifestações do pensamento único (SANTOS, 2000) que se impõe de forma despótica em todas as esferas da vida social, e, portanto, nas políticas de condução do uso do território.

A pertinência dos projetos dos lugares para a necessária reconstrução do território

Como os lugares poderão encontrar, nas circunstâncias do mundo atual, possibilidades de desenvolvimento autônomas? Será possível pensarmos caminhos alternativos, que remetam a outras formas e outras políticas para a elaboração de projetos comuns que atendam genuinamente aos interesses de todos no lugar?

Cabe aqui analisarmos quanto das denominadas políticas de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento local realmente estão assentadas em propostas que buscam um desenvolvimento autônomo e que garanta a liberdade de iniciativas, além de princípios éticos e políticos para a construção e definição de estratégias de desenvolvimento que atendam de forma eficaz as particularidades de cada lugar e os anseios das

coletividades territorialmente enraizadas. Será isto possível a partir, somente, de programas de governo ou da ação de grandes empresas em lugares específicos?

Parece-nos estarmos vivendo um período de banalização da idéia de desenvolvimento, e também banalização das experiências locais em busca de desenvolvimento verdadeiramente autônomo, como se este fosse facilmente transposto de lugar para lugar, sem maiores implicações. Uma "ideologia desenvolvimentista" também tem promovido a banalização da cultura dos lugares, de suas especificidades históricas e de recursos territoriais e ambientais únicos em nome de experiências falseadas de "desenvolvimento local/territorial" empreendidas sem levar em conta os interesses das sociedades e dos lugares como um todo.

Estes fatos nos levam à necessidade de empreender um esforço de distinção epistemológica entre lugar e local, que se mostra pertinente na discussão do desenvolvimento - "O local pode ser lido como nicho ou alvo de ações desenhadas noutras escalas. Já o lugar abriga, além de conseqüências destas ações, enigmas, carências e projetos do existir. Não se trataria, realmente, de propor uma oposição absoluta entre estas idéias-conceitos, mas de indicar que local e lugar correspondem a sensibilidades analíticas e políticas distintas. O local traz referências à heteronomia, enquanto o lugar é portador de anseios de autonomia. Completando-se, portanto" (RIBEIRO, 2004, p.44).

Assim, nas políticas de desenvolvimento, os lugares necessitam impor-se, necessitam ser olhados, como "projetos comuns dos lugares", fundados em anseios de liberdade e de autonomia, que atendam, de uma forma ou de outra, a totalidade dos agentes comuns do e no lugar, numa base territorial que também seja comum.

Não se trata, de modo algum, da negação dos projetos dos grandes agentes econômicos e da grande produção, nem mesmo de atuar de forma a construir uma postura "xenófoba" dos lugares, mas, da mesma forma como os vetores externos (as ações verticais das grandes empresas) têm imposto aos lugares suas vontades de forma despótica, fazer impor os interesses e demandas para que os projetos (tanto das empresas como

dos lugares) ocorram a partir de um diálogo profícuo, permitindo desta forma que os lugares não se tornem “presa fácil” das grandes empresas, e que os recursos socialmente constituídos e longamente elaborados no território não se tornem elementos de uma verdadeira “acumulação prévia” que viabiliza a instalação e o funcionamento do projeto hegemônico no território.

Em outras palavras, o território deve deixar de ser usado apenas como recurso pelos agentes hegemônicos. O lugar, leia-se aqui – a sociedade organizada a partir de uma base territorial comum e entorno de interesses comuns, deve impor suas leis e suas vontades para fazer jus a um desenvolvimento, este sim valeria dizer – local e sustentável, e a uma modernização que atenda aos anseios de todos e que não se instale apenas como um “efeito” aparente. O papel do poder público, e de uma verdadeira refundação do Estado e da política, tal como propõe Emir Sader (2003), se mostra extremamente necessário para que esta ação criadora se fortaleça e possa emergir verdadeiramente como práxis.

Exemplos de eventos que poderíamos denominar como verdadeiros acontecimentos libertários, ou pelos menos a sua insurgência e potência, afloram nos quatro cantos do mundo e permitem com que os olhamos como forças presentes e efetivas para a invenção de uma nova ordem. É o próprio território, através de seus distintos lugares, solidariedades construídas entre agentes no espaço, que promove a emergência de buscas alternativas ao projeto hegemônico que se pretende único.

Desta forma, podemos observar que “O território não é inerte. Só os atores hegemônicos podem criar e difundir essa fantasia, já que não necessitam, ou não querem reconhecer explicitamente a ação do Outro. Aqueles que precisam construir condições de vida em contextos adversos não podem aderir a essa fantasia, que destrói a compreensão do jogo da política” (RIBEIRO, 2003, p.37).

No Brasil e em todo o mundo, inúmeros casos de cooperativismo e de propostas coletivas e solidárias parecem indicar novos caminhos. De forma mais pontual, poderíamos citar outros exemplos e ações – o sistema escolar dos assentamentos do Movimen-

to dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), oferecendo uma educação para a autonomia (SADER, 2003, p.320); o movimento das comunidades negras na Colômbia (LEFF, 2002); o de indígenas e camponeses organizados pela busca de seus direitos em toda a América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2002); a luta dos seringueiros no Acre, pelo direito de explorar a terra e a floresta, na busca de um desenvolvimento baseado em conhecimentos longamente elaborados no lugar (PORTO-GONÇALVES, 2003); também destacam este caráter de estruturação de uma nova política de condução da vida e do território. Os ativistas do movimento das comunidades negras no Pacífico sul-colombiano, por exemplo, “(...) conceitualizam o território como um espaço para a criação de futuros, para a esperança e a continuação da existência” (LEFF, 2002, p.278), fundando uma nova ótica (e também uma nova ética) de valor para o território, que se baseia na política do lugar e da diferença.

Contraditoriamente, são nestas ações advindas dos “de baixo”, dos movimentos populares de toda a ordem e das sociedades localmente organizadas, da ação criadora dos homens comuns no território e não na ação opressora do acontecer hierárquico (SANTOS, 1997, 2005), próprio das ações hegemônicas, dos preceitos interesseiros daqueles que são “externos ao lugar”, que podemos encontrar o verdadeiro conteúdo moderno, e por que não, desenvolvido, dos territórios. Esta é a manifestação do movimento que agora se inicia, fundado na idéia de projetos dos lugares, para o necessário reencantamento do mundo e da vida.

Notas

¹ Quanto à interdependência dos lugares no mundo globalizado vide – para a economia, François Chesnais (1996); para a produção industrial e da informação, Manuel Castells (1999), entre outros. Exemplos da interdependência funcional dos lugares no território brasileiro podem ser encontrados na obra de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001).

² É interessante notarmos como no Brasil atual a conquista de grandes empresas é festejada como um verdadeiro prêmio por prefeitos, vereadores e lideranças políticas locais. Mais do que isso, são produzidos, via *mídia*, discursos em que os próprios municípios ou regiões (ou seja, o próprio *território*) é que são “vencedores”. Essa é mais uma manifestação e consequência do que estamos aqui chamando de “efeito modernizador”.

³ A idéia de verticalidade ou de uso vertical do território foi desenvolvida por Milton Santos (1997, 2005) e pode ser compreendida, resumidamente, por aquelas possibilidades de uso e ação territorial que são presididas por agentes externos e distantes, inserindo no conteúdo do território racionalidades alheias aos interesses dos lugares e da sociedade como um todo.

Referências

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO, G. & PECQUEUR, B. Os recursos do território e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis, v.16, n.32, p.31-50, 2001.

CASTELLS, M. *A era da informação. A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v.2.

CATAIA, M. A alienação do território - o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. A. (org.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. Cap. 23, p.397-407.

CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

LEEF, H. A geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: CECENÇA, A. E. & SADER, E. (Org.) *A guerra infinita*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 253-288.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. *Geographia*, Rio de Janeiro, ano IV, n.8, p.39-60, 2002.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (O Seringal) à territorialidade seringueira (A Reserva Extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003.

RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. A. (Org.) *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.39-49.

_____. Pequena reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. Cap. 1, p.29-40.

SADER, E. A refundação do Estado e da política. In: NOVAES, A. (Org.) *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.305-321.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. et. al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. Florianópolis: Laboplan-USP, 2000.

As influências das interações étnicas na formação da cidade de Ilhéus/Bahia
The influences of the ethnic interactions in the formation of Ilhéus city/Bahia
Les influences des interactions ethniques dans la formation de la ville d'Ilhéus/Bahia
Las influencias de las interacciones étnicas en la formación de la ciudad de Ilhéus/Bahia

Maria Luiza Silva Santos*

Recebido em 15/4/2005; revisado e aprovado em 29/4/2005; aceito em 30/11/2005.

Resumo: Os imigrantes Sírios e Libaneses chegaram ao Sul da Bahia, região do Cacau, ao final do século XIX e início do século XX em função das crises políticas que ocorriam em seus territórios e atraídos pela perspectiva do progresso que se evidenciava nessa região. A cidade de Ilhéus recebeu muitos desses imigrantes que fizeram desse espaço o seu novo lar. Esse fenômeno migracional foi registrado por vários autores de origem regional e percebido pelas pessoas da região em função de hábitos e costumes diferenciados trazidos por esses povos. As assimilações aconteceram, os imigrantes de primeira geração passaram a segunda, terceira e quarta gerações deixando um legado significativo para a cidade principalmente no comércio e na gastronomia. A análise desse fenômeno é desenvolvida nesse trabalho através de depoimentos, é embasada pelos conceitos de Imigração, Turismo e Globalização, bem como de hibridismo, pluralismo e identidade que subsidiam a discussão, no sentido de propor uma reflexão quanto à utilização, ao aproveitamento dessas histórias registradas para enriquecer o turismo cultural da cidade.

Palabras-chave: Cultura; turismo; imigração.

Abstract: The Syria and Lebanese immigrants had arrived at the South of the Bahia, region of the Cacao, in the end of century XIX and beginning of century XX in function of the crisis politic that occurred in theirs territories and attracted by the perspective of the progress that was evidenced in this region. The city of Ilhéus received many of these immigrants who had made of this space theirs new home. This migratory phenomenon was registered for some authors of regional origin and perceived by the people of the region in function of habits and differentiated customs brought for these peoples. The assimilations had happened, the immigrants of first generation had passed to second, third and fourth generations giving a significant legacy for the city mainly in the commerce and the feeding. The analysis of this phenomenon is developed in this work through depositions based by the concepts of Immigration, Tourism and Globalization, as well as of hybridism, pluralism and identity that subsidize the quarrel, in the direction to consider a reflection about the use, the exploitation of these registered histories to enrich the cultural tourism of the city.

Key words: Culture; tourism; immigration.

Résumé: Les immigrants Syriens et Libanais sont arrivés au sud de l'Etat de Bahia, région du cacao, à la fin du XIX^{ème} et XX^{ème} siècle à cause des crises politiques qu'il y avait dans leur pays et attirés par la perspective du progrès qui apparaissait dans cette région. La ville d'Ilhéus a reçu beaucoup de ces immigrants qui en ont fait leur nouveau foyer. Ce phénomène de migration a été enregistré par plusieurs auteurs d'origine régionale et remarqué par les propres habitants en fonction des habitudes et coutumes différentes de ces peuples. Les assimilations ont eu lieu, les immigrants de première génération les ont repassées aux générations suivantes marquant ainsi la ville, principalement dans le commerce et la gastronomie. L'analyse de ce phénomène est développée, dans ce travail, à travers des témoignages et basée sur les concepts d'immigration. Tourisme et globalisation, de même que l'hybridisme, pluralisme et identité qui alimentaient la discussion, dans le sens de proposer une réflexion en ce qui concerne l'utilisation, et profiter de ces histoires enregistrées pour enrichir le tourisme culturel de la ville.

Mots-clé: Culture; tourisme; immigration.

Resumen: Los emigrantes Sirios y Libaneses llegaron al Sur de Bahia, región del Cacao, a finales del siglo XIX e inicio del siglo XX a causa de las crisis políticas que ocurrían en sus territorios y atraídos por la perspectiva de progreso que se demostraba en esa región. La ciudad de Ilhéus recibió muchos de estos emigrantes que hicieron en ese espacio su nueva morada. Ese fenómeno migratorio fue registrado por varios autores de origen regional y visto por los pobladores de la región en función de hábitos y costumbres diferenciados traídos por esos pueblos. Las similitudes sobrevivieron, a los emigrantes de primera generación pasaron a la segunda, tercera y cuarta generación dejando un legado significativo para la ciudad principalmente en el comercio y en la gastronomía. El análisis de ese fenómeno es desarrollado en ese trabajo a través de la declaración, es basada por los conceptos de Emigración, Turismo y Globalización, bien como de hibridismo, pluralismo e identidad que subsidian la discusión, en el sentido de proponer una reflexión en cuanto a la utilización, aprovechamiento de esas historias registradas para enriquecer el turismo cultural de la ciudad.

Palabras clave: Cultura; turismo; emigración.

Introdução

A proposta deste trabalho consiste em analisar as aproximações de grupos étnicos distintos em um mesmo espaço. Mais precisamente da inclusão de povos árabes, sírios

e libaneses na sociedade ilheense, município situado na região Sul da Bahia. Apesar de distintos, não se percebe a ocorrência de significativo confronto. Resistências sutis, estereótipos mais engraçados que ofensivos e a necessidade de união com os *patrícios* em

* Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Santa Cruz - Km 16 da rodovia Ilhéus/Itabuna Bahia CEP 45650000, Mestre em Cultura e Turismo. Este artigo está embasado na dissertação de mestrado "O Quibe no tabuleiro da baiana". (maluss@uesc.br) - telefone: (73) 36805312.

um primeiro momento dão a tônica desse encontro, que vem ocorrendo desde o final do século XIX, deixando uma marca forte na região onde há muito “não se estranha os nomes de origem síria e libanesa” (SALUME, *apud* SILVA, 2001, p.05).

No bojo dessa análise realizada através de depoimentos, entrevistas e rastreamento em pesquisas monográficas, são trabalhados os conceitos de etnicidade, imigração e assimilação que fundamentam a trajetória, o encontro com as peculiaridades específicas de cada grupo e a fusão das tradições com o surgimento de novas posturas e modelo de comportamento social.

Apesar de já ter evidenciado a não ocorrência de conflito, aqui entendido na acepção de Pearson como “uma interceptação do caminho através da realização de seus desejos, surgindo rivalidade, antipatias, críticas de forte tonalidade emotiva e assim tornando-se comuns as retaliações pessoais ou grupais” (PEARSON, 1975, p.188) e sim o processo de assimilação que se refere a “modificação que ocorre na vida interior do indivíduo, na medida em que o imigrante, por exemplo, vem a adquirir os objetivos comuns e as atitudes e sentimentos comuns do grupo entre o qual veio viver” (PEARSON, 1975, p.189), é interessante buscar para essa análise o entendimento sobre etnicidade.

Essa necessidade é ainda mais evidenciada porque estamos tomando como objeto um grupo étnico que sempre foi e continua sendo, mais do que nunca, alvo de preconceitos e discriminações em grande parte do globo. Mas essa perspectiva é minorada em termos de nação brasileira, pois é comum nos depoimentos os imigrantes afirmarem que no Brasil não tenham passado por nenhum tipo de preconceito ou discriminação. É evidente, porém, que em termos de mundo esse preconceito seja latente. Se antes o árabe era rotulado de turco, em função da dominação turco otomana, hoje são tachados de inimigos terroristas.

Etnicidade

Como foi evidenciado, falar em grupos étnicos pressupõe falar em diferenças, em perspectivas opostas ou pelo menos em

pontos de vistas contrários dentro de um mesmo território ou sociedade. Da perspectiva do habitante local, do nativo, “um dentre eles não é étnico. Ou seja, o grupo étnico originário da comunidade. E existem as pessoas que são étnicas, a saber, aqueles que diferem dele e que por isso, não são considerados como membros integrais da sociedade local” (HUGLES; MC HUGUES, 1952, p.137). Esse raciocínio pode ocasionar muitas vezes resistências e preconceitos de ambos os grupos ou, ao contrário, um processo inicial de acomodação que pode vir a tornar-se um processo de assimilação e difusão do desenvolvimento local.

A discussão quanto ao fenômeno da etnicidade é relativamente recente, seu marco é evidenciado por volta da década de 40 na Inglaterra, de 70 nos Estados Unidos e 80 na França, no século XX, devido a questões relativas a imigração, racismo e nacionalismo. O surgimento de conflitos nas sociedades industriais e as disparidades entre os países de terceiro mundo, bem como a avidez de melhores condições de vida de populações pobres e sua esperança na migração, produzindo nações pluriétnicas, faz com que o conceito se imponha para abranger os fenômenos de competição e conflito nos quais os grupos se opõem em nome de sua pertença étnica (POUTIGNAT, s/d, p.39).

Ao contrário do que foi considerado *a priori*, na literatura acerca do tema de que a etnicidade seria considerada como fator de assimilação e uniformização, atualmente termina por ser entendida como um fator que facilita a emergência de entidades particularistas, o que evidencia Poutignat:

A identidade étnica constrói-se a partir da diferença. A atração entre aqueles que se sentem como de uma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Esta idéia implica que não é o isolamento que cria consciência de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas (POUTIGNAT, s/d, p.40).

Com base nessa prerrogativa, sua característica principal é a emergência de uma consciência de separação e ao mesmo tempo de formas de interação que só podem surgir num contato social comum. A etnicidade não pode ser identificada e relacionada a apenas um grupo ou um determinado tipo de indivíduo, mas a todos os gru-

pos, entendendo que a importância desse debate irá variar de acordo com as épocas e as situações. Importa para a análise desse fenômeno os conteúdos culturais de cada grupo, pois é através da percepção e classificação das variadas práticas dos diferentes grupos é que as categorias étnicas são entendidas e consideradas como pertinentes.

Imigração

Através do conceito de etnicidade está o fenômeno da imigração. Esse fenômeno envolve, segundo Fausto (2000), o peso dos fatores de expulsão e de atração e a maneira como se equilibram, dentro da perspectiva do deslocamento. A maioria dos migrantes não faz a viagem por vontade própria, pois o movimento geralmente se dá por fatores externos, alheios à sua vontade. "Se pudessem escolher, todos - com exceção dos que anseiam por mudanças e aventuras - permaneceriam em seus locais de origem" (FAUSTO, 2000, p.13). Portanto, a trajetória só tem início quando essas pessoas percebem que não conseguirão viver, através dos meios tradicionais, em suas comunidades de origem. Essa trajetória pode ocorrer de forma amistosa ou conturbada. Em geral, a segunda opção ocorre quando os países de recepção não estão preparados ou não aceitam a convivência com determinado grupo étnico.

Perseguições em função da nacionalidade, em razão de credo religioso ou por condições econômicas são os fatores mais comuns para a imigração. Ao final do século XIX, várias correntes migratórias chegaram ao Brasil; trouxeram espanhóis, italianos e também árabes. Porém existia uma diferença entre os primeiros exemplos e a imigração árabe. A corrente síria e libanesa se caracterizou pela espontaneidade, ou seja, por não haver uma participação direta do governo em termos de subsídio. Essa impossibilidade quanto a acordos com governos dos países árabes não poderia ocorrer, uma vez que seus Estados não eram ainda soberanos e, por sua vez, o Brasil também não possuía interesse específico nesse grupo étnico.

Esses imigrantes desembarcavam geralmente no Rio de Janeiro ou no Porto de Santos e convergiam para três zonas principais. Ao Norte, na região do Amazonas e do

Pará, onde encontraram e passaram a fazer parte do ciclo da borracha; ao Sul e Sudeste se encontraram com o ciclo do café, principalmente na região de São Paulo, onde um grande contingente de sírios e libaneses podem ser encontrados, e ao centro trabalharam com o ciclo dos minérios. A evidência da imigração que se encontra sobre a Bahia e o ciclo do cacau consiste no registro de que:

O estado da Bahia figura como 9º lugar com o número de 1206 imigrantes em 1920 e com 947 no recenseamento de 1940. Na Bahia, parte desse contingente humano deslocou-se para a região cacauera atraída pela pujança do cacau, em pleno desenvolvimento, que semeava estímulos e oportunidades aos recém chegados na sociedade (SILVA, 2001, p.6).

A busca pelo progresso e melhores condições fazia com que o deslocamento desses imigrantes fosse em busca de uma nova perspectiva econômica para que pudessem se estabelecer ou pelo menos buscar recursos para poderem retornar ao seu lugar de origem, pois as primeiras levadas não consideravam definitivas sua vinda para o Brasil. Alguns deixavam noivas ou esposas e filhos esperando, na busca de fazer fortuna para poder retornar. "A possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra tão barata - em comparação com os padrões europeus - era grande a probabilidade de trabalhadores sem terra conseguirem suas próprias fazendas, muitas vezes num período de tempo muito curto, após a chegada" (FAUSTO, 2000, p.16). Alguns poucos conseguiram esse feito, porém a maioria se estabeleceu no Brasil e começou a buscar outros contêrreos que também tinham esperança em melhorar seu padrão de vida.

Convém ressaltar que o próprio ofício escolhido pelos primeiros migrantes, "a mascatagem", consistia em uma atividade rápida e simples, como é descrita a seguir:

Procuravam um comerciante ou fabricante de bugingangas que lhes dava uma caixa com pentes, vidros de perfume, etc e iam vender nos arredores da cidade. Foram chamados de 'Ahlal kacha' (povo da caixa), a palavra entrou aliás no vocabulário árabe comum (HAJAR, 1995, p.89).

A caixa era denominada de cachi e o itinerário era realizado por bairros afastados, até a zona rural. Quando acabavam as vendas no centro, os mascates buscavam os

subúrbios até chegar às cidades do interior e de lá as fazendas e até os sertões. “Houve mascates que empreendiam viagens com caixas nos ombros pesando de 80 a 100 kg, na medida do crescimento do negócio, alugavam carregadores e até burros de carga” (TRUZZI, 1997, p.47). A prática da venda a prazo também foi introduzida e em alguns casos não recebiam dinheiro e sim parte da safra referente à colheita da região onde estivessem, onde mais tarde teriam que prestar conta a outro *patrícios*. Aos poucos esse quadro vai se alterando e o mascate passa a vendeiro, e desse para o comerciante, e até proprietário de terras.

Se antes o objetivo desses comerciantes era voltar ao local de origem e adquirir propriedades na aldeia natal, ou mandar dinheiro para os parentes comprarem imóveis, agora essa situação começa a se inverter. Os migrante árabes começavam a se interessar pelas residências e propriedades em terras brasileiras.

De acordo com essa perspectiva, a imigração deixava de ser provisória, passando a existir com as características de busca por um lugar definitivo, onde começavam a ser esquecidos o sonho do retorno e as forças começaram a ser concentradas na busca da construção de uma sociedade melhor na terra escolhida.

Conclusão - interações étnicas em Ilhéus

Em Ilhéus, a situação não foi muito diferente. Como nas outras regiões, pressupõem-se atração pela cultura cacauieira e o encontro desses imigrantes com a roça de cacau através da mascatagem. Os sobrenomes Atalla, Bacil, Ocké, Midlej, Darwich, Maron, Zaidan, Baracat, Daneu, Kalid, Ganem, Bichara, Dieb, Chalhoub, Hage, Habib, Chauí, Bitar, Halla, Abijaude, Zugaib, Gedeon são alguns exemplos que povoam a região do sul da Bahia e ao mesmo tempo são referência quanto ao comércio, a culinária, a cacauicultura, comprovando o processo de assimilação ocorrido nas terras de São Jorge dos Ilhéus.

Nos depoimentos lidos de alguns imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes que vivem ou viveram nas cidades de Ilhéus e Itabuna, é comum a percepção quanto

à saudade que permeia esse grupo de pessoas que saem de terras tão distantes em busca de uma vida melhor. Para vencer a saudade da terra distante, reuniam-se na casa de um *patrício* para conversar em seu idioma original e saborear a comida árabe, que muitas vezes era produzida com dificuldade, pois não existiam na região todos os ingredientes para o preparo dessas iguarias. Essa dificuldade na aquisição de mantimentos como o trigo, a lentilha e o grão de bico se evidenciava nas listas de compras que eram solicitadas a algum conterrâneo quando viajava para São Paulo. Num depoimento da Sr^a Daid Hage Salume (SILVA, 2001), ela conta que também gostava de preparar o feijão à brasileira, a nossa feijoada, e que nesses dias era festa, pois estava acostumada a utilizar-se do feijão para fazer saladas, pois na Síria se usa muito o tule, que é um feijão grande, bem graúdo, para essa finalidade, porém ela passou a se utilizar do feijão mulatinho, que cozinhava com água e sal e depois temperava com tomate, cebola e muita alface.

Ainda segundo a Sr^a Daid Hage Salume (SILVA, 2001), a assimilação da culinária foi espetacular. Hoje todos comem e gostam das comidas sírias e libanesas. É bem verdade que houve algumas adaptações, pois ela ressalta que os baianos colocaram mais carne e mais pimenta no quibe, mas mesmo assim se sabe que é comida árabe. O Sr. Hafle Salume chama a atenção para o charutinho que no original é feito com folha de parreira e na região é adaptado com outros tipos de folhas. Uma observação pertinente ainda sobre a culinária é feita pela Sr^a Clara Fadoul (HALLA, 1999), que ressalta a importância do quibe, pois faz reconhecer um sírio ou um libanês a metros de distância, uma vez que, em outros países do oriente médio, como a Jordânia, vizinha da Síria, não se faz o quibe, só os sírios e os libaneses. Devido a esse encontro que tornou tão próximos baianos e sírios e libaneses é que vemos na maioria dos bares e restaurantes e nas festas da região o quibe sendo vendido e deliciado pelos dois grupos e ainda pelos turistas.

O idioma foi um entrave para alguns desses imigrantes: a Sr^a Afif Chauí (HALLA, 1999) habitou em Ilhéus pela maior parte da sua vida, até falecer sem soletrar uma pala-

vra em português, já a Sr^a Elvira Chagouri Ocké (HALLA, 1999) conta que aprendeu a falar o português com as empregadas na cozinha, aprendendo o nome das verduras, frutas e carnes. Durante muito tempo não saía de casa e evitava os contatos com brasileiros, pois achava que os mesmos iam achar graça pela sua dificuldade em se comunicar.

Notória também é a presença desses imigrantes no comércio da cidade de Ilhéus. Encontravam-se nas ruas Almirante Barroso e Pedro II os pontos de maior fixação dos seus estabelecimentos. Podia-se encontrar nessas lojas desde artigos de luxo, como tecidos importados, a gêneros de primeira necessidade. A integração com os habitantes locais era de ampla cordialidade, o que sempre demonstrou que os comerciantes sírios e libaneses eram fortes concorrentes na arte da conquista dos seus compradores.

Segundo Halla (1999), na rua Almirante Barroso existiam as lojas A Brasileira, de Sali Bichara, Loja Celeste de Lut Fallal Dieb, A carioca, de Esber Salume, Alinda, de Antonio Chalhoub e A Rainha, de Emílio Chaouí. Na rua D. Pedro II se encontravam A Casa Paulista de Bichara Rabat, A Gaúcha, de Isac Ocké, Dois Irmãos de Abud e Elias, O Grande Bazar Barateiro de Ruffan Chalhoub, a loja Elias, de Elias Medauar, a Casa Oriental, de Nassau, A Barateira de José Chame e a Casa das Miudezas de Toufic Boulos.

Esses imigrantes, em geral, não partiram para atividades políticas, apesar de bem relacionados com os habitantes locais, preferiam o comércio e mesmo quando passaram a se interessar pelas roças de cacau e que puderam começar a adquiri-las, não se desfizeram do comércio.

Numa perspectiva inversa, do olhar de um habitante local sobre a presença dos sírios e libaneses na região, Sr. Hélio Moura

afirma que a convivência com essas pessoas sempre se deu de forma harmônica. Frequentador do Vesúvio e amigo do Sr. Maron, disse que ia ao bar apenas três vezes por dia, de manhã, à tarde e à noite. Conta que, a princípio, estranhava a comida fria, degustada com pão, mas que hoje em dia são pratos que fazem parte do cotidiano, como a comida com farinha do baiano, que faz parte do cotidiano deles.

Como os exemplos atestam, a formação da sociedade se deu de uma forma pacífica. Tiveram sim, as denominações de "turco" e de "gringo", que algumas vezes não eram bem aceitas pelos imigrantes e ainda uma sátira quanto ao estereótipo a respeito da esperteza dos árabes, mas nada que comprometesse ou atrapalhasse o bom relacionamento de etnias tão diferentes que fazem parte da construção cultural e social da região sul da Bahia, mas precisamente da cidade de Ilhéus.

Referências

- FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. A Imigração em massa para a América Latina. 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- HALLA, Roberta Dieb. *A Imigração sírio libanesa para Ilhéus*. Monografia. (Especialização em História Regional), 1999.
- MAIO, Marcos (Org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MOURA, H. *Hélio Moura*: depoimento [27 mar. 2002]. Entrevistadora: M. L. S. Santos. Ilhéus: Avenida Soares Lopes - residência do entrevistado, 2002. 1 fita cassete (120 min), 3^{3/4} pps, estéreo. Entrevista concedida ao Mestrado em Cultura e Turismo da UESC.
- PEARSON, Donald. *Teoria e pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp.
- SILVA, Ana Paula. *Migração sírio libanesa*. O caso de Itabuna (1910-1940). Monografia (Curso de Graduação em História), 2001.

Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações
Administration of the local economic development: some considerations
Gestion du développement économique local : quelques considérations
Gestión del desarrollo económico local: algunas consideraciones

Claudete de Castro Silva Vitte*

Recebido em 11/11/2005; revisado e aprovado em 9/12/2005; aceito em 10/6/2006

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir alguns limites e oportunidades das estratégias de desenvolvimento econômico para a gestão local. O trabalho resgata a origem do debate no cenário internacional; apresenta como esse tema é incorporado na agenda de discussão política no Brasil; aponta a importância de uma das perspectivas analíticas da Geografia para a compreensão do tema, que é a valorização do espaço e sugere um modelo metodológico para o estudo da gestão do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Gestão do desenvolvimento econômico local; município; território.

Abstract: This paper objectifies to argue some limits and scopes of the local economic development strategies to local management. The paper intends to contextualize the emergence of the thematic in central countries; it shows how the theme is incorporated in politic agend in Brazil, it points out one of the most importants analytical perspectives in Geography for the theme's comprehension that is the space's valorization and it suggests a methodological model for studies of local economic development management.

Key words: Local economic development management; municipal district; territory.

Résumé: L'objectif de ce travail c'est de discuter sur quelques limites et opportunités des stratégies de développement économique pour la gestion locale. Le travail reprend l'origine du débat dans le scénario international, il présente comment ce thème est incorporé dans l'agenda de discussion politique au Brésil, il montre l'importance d'une des perspectives analytiques de la Géographie dans la compréhension du thème, qui est la valorisation de l'espace et il suggère un modèle méthodologique pour l'étude de la gestion du développement local.

Mots-clé : Gestion du développement économique local; municipe; territoire.

Resumen: El objetivo de este trabajo es discutir algunos límites y oportunidades de las estrategias de desarrollo económico para la gestión local. El trabajo rescata el origen del debate en el escenario internacional; como ese tema es incorporado en la agenda de discusión política en Brasil; apunta la importancia de una de las perspectivas analíticas de la Geografía para la comprensión del tema, que es la valorización del espacio y sugiere un modelo metodológico para el estudio de la gestión del desarrollo local.

Palabras clave: Gestión del desarrollo económico local; municipio; territorio.

Introdução

O fenômeno da reestruturação capitalista e a crise dos Estados nacionais, ocorridas a partir da década de 1970 influenciaram nas discussões sobre os rumos dos processos de desenvolvimento no mundo e no Brasil.

Muitos estudiosos da temática do desenvolvimento começaram a avaliar os resultados das políticas de desenvolvimento em curso nos países capitalistas do pós-guerra, quando os modelos de desenvolvimento e as práticas de planejamento da vida econômica eram realizados de cima para baixo, ou seja, conduzidos pelos Estados nacionais.

O momento atual tem a peculiaridade de ser marcado por fortes transformações e turbulências que condicionam os mecanis-

mos de tomada de decisão por parte dos gestores públicos. É justamente nesse contexto que estudos locais ganham interesse, com o município assumindo funções que antes eram de responsabilidade de instâncias de poder superiores. Desta forma, cada vez mais os municípios ou cidades (como muitos os denominam no Brasil) constituem-se em um espaço estratégico para o desenvolvimento (A.V. BARQUERO, 1993, p.72), muitas vezes com profundas conseqüências econômicas, sociais e espaciais.

O desenvolvimento econômico local pode ser visto como um dos campos de investigação da *escala local*. Nas últimas décadas, por causa das transformações na economia mundial, do aprofundamento dos processos de democratização nos países europeus e da redemocratização nos países

* Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. (clavitte@ige.unicamp.br).

latinos-americanos, a instância local de poder emergiu como tema, caracterizando um saber que converge na análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas.

Para Alessandra Massolo, há um crescente interesse pelo tema nos países latino-americanos. Segundo a autora:

a complexa transição democrática com o fim das ditaduras, as críticas e polêmicas sobre as concepções, táticas e estratégias da esquerda têm obrigado a que se repense e recoleque os enfoques sobre o problema e a natureza da democracia, do Estado e do poder. Dentro desse contexto global está se verificando um movimento de descoberta e reflexão em direção às bases, ou seja, em direção aos espaços locais municipais enquanto territórios políticos, étnico-culturais, sociais e econômicos que devem ser conhecidos, reconhecidos e reconsiderados para a luta democrática no campo popular (A. MASSOLO, 1988, p.46).

Assim, diferentes atores estatais e sociais, além de uma série de pesquisadores, passaram a ampliar seus interesses por temas e problemas locais, com um crescente número de estudos e análises concretas e territorialmente localizadas.

Os estudos da escala local remetem ao estudo sobre o poder local, visto como relação de forças, das quais se processam alianças e confrontos entre atores sociais em um espaço delimitado, com formação de identidades e práticas políticas específicas. Neste trabalho, este espaço específico, enquanto escala de análise, refere-se à noção de município. O município é entendido como o espaço político local que permite discussões de diversos enfoques: pautas de convivência e cooperação entre membros da sociedade, competição, conflito, herança política local e formas de exercício do poder, não apenas fisicamente localizado mas socialmente construído (cf. T. FISCHER, 1993, p.10-12).

O tema desenvolvimento econômico local pode ser inserido no debate sobre gestão local, de práticas políticas específicas. Este tema tem ganhado destaque à medida que se discute o papel dos municípios como agentes de promoção e ativação do desenvolvimento econômico.

Uma perspectiva teórica possível para a análise do desenvolvimento econômico local é a do institucionalismo político, que centra a sua atenção no papel das instituições, dentre as quais destaca-se a adminis-

tração pública municipal, como agente do desenvolvimento por meio de políticas, estratégias e alianças. Este tipo de abordagem permite enxergar a emergência de um dado fenômeno, no caso o desenvolvimento econômico local, e apontar o papel determinante da dimensão política (cf. G. COCCO, 1996, p.39). Uma outra perspectiva é a da gestão territorial local, no caso gestão municipal, considerando que há uma impactação em duplo sentido dos territórios e dos modelos de desenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas, e que será melhor discutida abaixo

A relevância da atual discussão sobre novos (e velhos) papéis do município deve ser imputada ao fato de, até as últimas décadas do século XX, a instância nacional ser a referência para a análise, por causa da centralização do poder ocorrida principalmente no período autoritário (1964-85). Daí a importância de resgatar o significado do papel do município no Brasil como agente do desenvolvimento econômico, apontando quais os seus desafios recentes em face às transformações ocorridas na economia capitalista e do papel desempenhado pelos Estados nacionais, dentre as quais a descentralização do poder coloca-se como uma característica fundamental.

Conforme lembram Giuseppe Cocco e Alexander P. Galvão,

o "local" parece estar se constituindo na tônica geral de definição dos novos rumos das políticas públicas ativas de desenvolvimento econômico e social no Brasil nesta virada de século. Do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, do ABC paulista ao Ceará, do BNDES à Caixa Econômica Federal, passando pela Finep, do Sebrae ao Senai, há uma multiplicação generalizada de instituições, projetos, pesquisas, seminários e experiências que visam o "desenvolvimento local" (G. COCCO & A. P. GALVÃO, 2001, p.69).

Desenvolvimento econômico local: algumas definições e suas limitações

O *desenvolvimento econômico local* pode ser definido como o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local) (cf. C. C. SILVA, 1998b) e pode provocar impactos no território. Ele não deve

ser confundido com desenvolvimento urbano. O desenvolvimento urbano dá-se a partir de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo, resultando na ordenação do território e de equipamentos coletivos.

A idéia de *local*, por sua vez, pode ser entendida como um município, parte de município, um conjunto de municípios, um estado (UF) ou mesmo uma região. Neste trabalho a idéia de local confunde-se com a de município, a mais *localizada* instância de poder no Brasil. O município é uma instância de poder político e é um recorte territorial. É uma das formas de domínio territorial-estatal. Na gestão política há uma hierarquização territorial na qual o município é um dos níveis hierárquicos, que coincide com a escala intranacional relativa à localidade, correspondente ao lugar da vida e da experiência cotidiana.

A gestão do desenvolvimento local pode ser diferenciada e discutida por meio da análise das ações e estratégias de desenvolvimento implementadas por vários agentes, em especial o Estado, permitindo avaliar seus resultados sócio-econômicos e também observar como ocorre a materialização dessas estratégias no espaço (ou no ambiente construído), que resultam em alterações do conteúdo e do significado desse espaço.

Essas ações e estratégias ocorrem em um *espaço herdado*, que é constituído por uma história local, um padrão de organização do território e da força de trabalho e por um dado grau de desigualdades sociais (cf. F.D. COELHO, 1996). A execução de estratégias sobre o espaço herdado promove impactos e possibilita a construção de um espaço projetado ou não, mas certamente transformado.

No Brasil há diversas experiências em curso de estratégias de desenvolvimento local, em um cenário de *experimentalismo difuso*, provavelmente sem grandes conexões entre si, conforme afirmam pesquisadores do Instituto Pólis¹. As práticas de desenvolvimento local assumem variadas dimensões e significados, com a implementação de diversas políticas como as de economia solidária, dos arranjos produtivos locais, dos sistemas locais de inovação, do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), dentre outras, ora sendo visto como uma nova po-

lítica social, ora como um novo paradigma econômico².

A esfera local é o campo prioritário da ação política, muitas vezes desdobrando-se no que Carlos Vainer denomina de *patriotismo de cidade*, uma pretensa capacidade *extraordinária* dos governos locais de cumprir, de maneira mais eficaz e eficiente, as funções até então tradicionais aos governos nacionais, como as de acumulação e de legitimação.

O ponto fundamental deste debate refere-se às possibilidades e limites destas estratégias de indução do desenvolvimento em reduzir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras e dos estratos economicamente mais vulneráveis, bem como sua capacidade em fazer avançar a democracia e permitir o *direito à cidade* para todos.

Um primeiro aspecto a ser considerado é quem são os agentes das ações de desenvolvimento local. Muitas instituições, grupos e indivíduos podem estar envolvidos: cooperativas, as agências de desenvolvimento, associações industriais e comerciais, entidades empresariais, sindicatos, governos locais e de outras instâncias de poder³.

Mas, o mais relevante aspecto que envolve a temática diz respeito aos resultados sociais obtidos: pode-se falar em avanços sociais resultantes das práticas de desenvolvimento local? As conquistas econômicas são significativas ou pífiyas? Elas apontam para a autonomização dos indivíduos ou só reforçam a apartação social? Não seria o desenvolvimento local uma panacéia, cabendo perguntar como Carlos Vainer (2002): afinal, o que pode o poder local? E ainda: "é possível ir além de uma ação governamental cuja virtude máxima seja a de apaziguar localmente conflitos sociais engendrados pela estrutura social e agravados pela ofensiva neoliberal?"⁴ (C. VAINER, 2002, p.13).

Desenvolvimento econômico local: algumas possibilidades

A partir da vigência da Constituição de 1988, o Brasil tem vivido um redesenho de seu sistema federativo, com o fortalecimento da capacidade decisória das instâncias subnacionais de governo, ou seja, está

em curso a descentralização político-administrativa.

A idéia de descentralização implica em aumentar o poder, a autonomia de decisão, o controle sobre os recursos e as responsabilidades dos níveis subnacionais. Como idéia, a descentralização logra alguns objetivos nobres, como facilitar a democratização, a participação popular nos processos decisórios e o alcance da justiça social, podendo assumir uma feição progressista por ampliar e aprofundar a democracia. Assim, a Constituição de 1988 assegurou maior autonomia de decisões aos estados e municípios, tendo presente o ideário da descentralização, da democracia e da participação da população, vistos como condições de cidadania, como uma reação ao autoritarismo e a possibilidade de institucionalização de novas práticas políticas.

Nesse sentido,

... a Constituição de 1988 deve ser considerada parte de um processo mais amplo de mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade e da ressignificação do poder local no Brasil. Isso fica evidente quando se faz uma rápida recuperação histórica do estatuto jurídico-político do município nas Constituições brasileiras [anteriores]... (J. B. ARAÚJO DA COSTA, 1996, p.115).

As mudanças trazidas pela nova Constituição têm possibilitado que municipalidades conseqüentes avancem no campo do desenvolvimento econômico local e na implementação de políticas sociais. Em tese são possíveis iniciativas que resultem em melhoria dos serviços públicos, já que há maior acesso a recursos tributários. O município pode assumir e atuar em áreas onde a presença da União ocorria tradicionalmente. Tem havido no país algumas experiências municipais comprometidas com a modernização econômica e social, com o reaparelhamento institucional, com a democracia participativa e com critérios descentralizadores.

Muitos municípios têm introduzido outros temas e demandas como objeto de política pública local, como o combate ao desemprego e à pobreza, além dos chamados serviços urbanos (água, luz, esgoto, saneamento, transporte, moradia em sentido amplo) e outros serviços de âmbito local (saúde e educação). Não fazem, assim, distinção

entre política econômica e política social nem quanto ao papel a ser desempenhado por esta instância de governo.

A discussão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e, enfim, da gestão local. No entanto, conforme fala Franklin Dias Coelho,

... a administração municipal brasileira encontra-se diante de uma potencialidade de ações de desenvolvimento econômico ainda não exploradas na medida em que estas têm sido consideradas como funções e competência do Estado e da União. Atuando mais na área de políticas de uso do solo, os Municípios não têm conseguido integrar política urbana e desenvolvimento econômico [sendo que] as definições presentes na Constituição de 1988 – votada sob influência de idéias municipalistas e de descentralização – necessitam ganhar uma dinâmica própria e se materializar em projetos e arranjos institucionais específicos no interior do Executivo [já que] os municípios não têm se assumido enquanto um agente de desenvolvimento econômico” (F. D. COELHO, 1994, p.24).

Assim, há a necessidade do nível local desempenhar um novo papel, vinculado ao desenvolvimento econômico e social.

As prefeituras municipais compõem a esfera de governo responsável pela administração dos municípios. Elas são bastante solicitadas a encontrar respostas concretas para os problemas locais. Assim, aumentou as possibilidades dos municípios de atuar no campo do desenvolvimento econômico e urbano, enquanto a União e os estados reduziram, por força da escassez de recursos e do ajustamento econômico, a execução de programas de financiamentos e de assistência técnica ao urbano local. Mas, o retraimento das duas instâncias superiores é prejudicial às sociedades locais, de forma que a cooperação intergovernamental é necessária para o enfrentamento de várias questões urbanas não resolvidas ou de difícil resolução por parte das municipalidades, principalmente em um contexto de país extremamente diverso, com mais de 5500 municípios, cuja maior parte deles tem sérios problemas econômicos e gerenciais para fomentar o desenvolvimento econômico local, o que faz a discussão assumir elevado grau de complexidade.

Faltam regras claras que definam a cooperação intergovernamental, que fortaleçam a idéia de federação e da participação da sociedade na formulação e controle das políticas públicas urbanas e de desenvolvimento local, o que não obscurece o fato de que estão tornando-se comuns novos padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade, mais descentralizados, democráticos e participativos.

A gênese do debate sobre o desenvolvimento econômico local

O debate sobre o desenvolvimento local pode ser resgatado em duas vertentes. Primeiramente, no desdobramento das abordagens tradicionais de desenvolvimento econômico, já que em décadas recentes, outras concepções de desenvolvimento como o desenvolvimento sustentado, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento local endógeno, vêm sendo consideradas. Uma outra vertente é a evolução das políticas urbanas⁵.

Na vertente do desenvolvimento econômico e suas abordagens, o desenvolvimento local também se tornou tributário do debate sobre o desenvolvimento regional que foi reavivado, motivado pela constatação de que cidades e regiões anteriormente de economia dinâmica estavam em declínio, enquanto ocorria a ascensão de outras áreas por motivos diversos. Na crítica teórica fortaleceram-se as abordagens a partir de modelos denominados de baixo para cima e a valorização de elementos endógenos (cf. J. AMARAL FILHO, 1996; S. BOISIER & V. SILVA, 1990).

Nos estudos de diversas experiências de desenvolvimento regional e local, passou-se a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação *local* eram importantes na explicação do sucesso de certas localidades. Esses fatores, quando estimulados, permitiam melhorar a produtividade e possibilitavam uma melhor distribuição de renda (cf. J. AMARAL FILHO, 1996).

Ganhou corpo o discurso de que uma localidade ou região poderia passar por um processo de transformação e qualificação, tornando o ambiente atrativo, de forma a facilitar a implantação de novas atividades

econômicas em um contexto de economia globalizada, utilizando-se de recursos endógenos e/ou exógenos.

David Harvey, refletindo sobre os EUA, aponta o final da década de 1970 como sendo o período em que um novo debate sobre a gestão local iniciou-se naquele país e que acabou por influenciar as estratégias de desenvolvimento local, debate esse que se consolidou em meados dos anos 1980.

A passagem da década de 1970 para a de 1980 pode ser considerada o ponto de inflexão na reorientação das atitudes das administrações urbanas, alterando-se a abordagem do que ele chamou de *managerialism*, típica dos anos 1960, para o *entrepreneurialism* dos anos 1970 e 1980. Com essa reorientação, cada vez mais as autoridades locais passaram a se envolver em atividades econômicas diretamente ligadas à produção e ao investimento, de forma que se tornou cada vez mais freqüente o apoio público a empresas, as parcerias público-privadas, as doações, isenções fiscais e subvenções ao capital privado, enquanto que o típico das décadas anteriores era a subvenção ao trabalho, com predomínio de gastos sociais⁶. A gestão local incorporou a temática de desenvolvimento econômico na sua agenda.

Para David Harvey, essa maior ênfase da ação local em atividades vinculadas à produção foi uma estratégia para combater as dificuldades oriundas da crise capitalista que provocaram impactos também nas cidades. Tem também uma relação direta com a crise do modelo de Estado keynesiano (cf. D. HARVEY, 1996:48-50), cujas causas e consequências não serão apresentadas, mas já foram discutidas em outras oportunidades⁷.

O desenvolvimento econômico local no Brasil

Alterando o foco da discussão para a realidade brasileira, deve-se lembrar que o Brasil vem sendo fustigado por forte crise econômica desde o início dos anos 1980. Os impactos negativos da crise tornaram-se bastantes evidentes na década de noventa, principalmente nas grandes cidades e nas metrópoles que, por concentrarem mais pessoas, acabaram, em tese, por concentrar problemas sócio-econômicos.

Desde os anos 1990, o Brasil também vem enfrentando uma crise federativa⁸ que afeta os municípios. Nesse período também começaram a surtir os primeiros efeitos das mudanças trazidas pela Constituição de 1988 que incumbiu os municípios de maiores recursos, mas também de maiores responsabilidades.

A competição por maiores recursos e investimentos acirrou-se entre os entes federativos, sendo a faceta mais conhecida dessa competição a chamada *guerra fiscal*. Com isto, muitas municipalidades buscam obter maiores investimentos, tentando atenuar alguns de seus problemas econômicos e sociais, outras vezes buscando valorizar atributos internos como forma de gerar um novo tipo de dinamismo, ora baseado em elementos endógenos ora exógenos.

A partir dos anos 1990, convive-se no Brasil com muitas inovações e transformações nas gestões das cidades, quando comparadas com décadas anteriores recentes, ao mesmo tempo em que práticas tradicionais ainda persistem.

.O desenvolvimento econômico local e o território: Uma perspectiva geográfica

Um outro aspecto importante envolve os impactos espaciais das estratégias de desenvolvimento local. Para esta discussão a referência é a contribuição analítica de Antonio Carlos Robert Moraes, que será feita sucintamente na seqüência.

A temática do desenvolvimento não é um tema alheio ao debate geográfico. Apesar das discussões sobre o desenvolvimento envolver a análise de aspectos tangíveis e intangíveis, são principalmente os aspectos tangíveis, os processos de produção material do espaço, que interessam à análise geográfica.

O desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial, cuja compreensão é um dos objetivos da análise territorial e de ordenação do território, visando compreender as formas de ocupação e utilização do espaço. "O modelo territorial é a expressão espacial de um modelo de sociedade" (A. SERRANO *apud* TRIGAL & DEL POZO, 1999, p.259), sendo seus elementos dominantes as esferas econômica, administrativa e política.

Há, assim, uma impactação em duplo sentido dos territórios e dos modelos de de-

seenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas.

A ocupação e a utilização do território depende da configuração do sistema de assentamentos, da utilização do meio físico e dos processos de transformação desse meio (infra-estrutura, tipos de ocupação, de aproveitamento etc) (cf. L. L. TRIGAL & P. B. DEL POZO, 1999, p.259). Assim, o modelo territorial expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelos Estados e pelos governos e se dão no âmbito dos processos sociais vigentes.

Desta forma, a Geografia é uma ciência afeita à espacialidade de processos sociais e históricos, espacialidade esta resultante da dinâmica geral do capitalismo condicionada pelas especificidades locais⁹.

Definido o objeto geográfico como um processo social no qual particulariza-se o processo universal de valorização do espaço, conforme fala Antonio Carlos Robert Moraes (2000a)¹⁰, revela-se uma interlocução da Geografia com a Economia. Nesta interlocução o objetivo é a compreensão da espacialidade da vida econômica, ou seja, dos processos econômicos envolvidos na relação da sociedade com o espaço.

A *valorização do espaço* é o nível de abordagem das determinações gerais que delineiam longos períodos. Na análise da valorização do espaço devem ser considerados: a lógica que a presidiu, o processo que a engendrou e o uso social da valorização gerada. Há um processo universal que corresponde à lógica da acumulação capitalista na escala do Sistema-Mundo, conforme definido por Immanuel Wallerstein.

Concomitante ao acontecer desta lógica, há as particularizações e singularidades dos lugares. À dinâmica local associam-se estímulos exteriores, sendo o território *condição, meio e produto* da reprodução da vida social¹¹ (cf. A. C. R. MORAES, 2000a).

Nos parágrafos acima foi assinalada a interlocução da Geografia e da Economia. Mas, é preciso considerar que a espacialidade da vida centra-se na relação entre o espaço (ou um dado território) e *opoder*. Nessa perspectiva, tem-se a interlocução da Geografia com a Política. Dentre as formas de domínio dos lugares, destacam-se as *formas estatais*

(em suas diversas instâncias), sendo o Estado um ator que tende a monopolizar as ações básicas do processo de *formação territorial* (Cf. A.C.R. MORAES, 2002).

Assim, na contemporaneidade, os territórios estão vinculados ao domínio estatal do espaço; eles constituem o âmbito espacial de exercício do poder de um Estado¹². As sociedades para se reproduzirem criam formas, que obedecem a um dado ordenamento sóciopolítico dos grupos que as constroem, respondendo a uma sociabilidade vigente e a uma dada regulação do uso do espaço e dos recursos nele contidos. O território expressa as disputas e antagonismos entre interesses e projetos sociais, não sendo apenas o depositário de valores econômicos, “mas também de diferentes projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco” (A.C.R. MORAES, 2002, p.59-60). Desta forma, os processos sociais qualificam os lugares e os lugares compõem o território em nível local. Segundo Antonio Carlos Robert Moraes,

na historicidade dos processos singulares ocorridas nos lugares, torna-se possível identificar os agentes do processo, os sujeitos da produção do espaço. Assim, como resultado, verifica-se que os usos do solo, as formas de ocupação, os estabelecimentos e as hierarquias dos lugares expressam os resultados de hegemonias, alianças, interesses, conflitos, lutas, violências: são *atos políticos* (cf. A. C. R. MORAES, 2000b).

Assim, o lugar ou o local reproduz as desigualdades da estrutura social que podem ser aprofundadas e atenuadas, sendo que a luta contra a desigualdade deve começar principalmente no âmbito da esfera local, missão muitas vezes impossível para muitos governos locais no Brasil.

Tendo as considerações acima como pressuposto, as rápidas transformações ocorridas no mundo com a globalização econômica permitem questionar qual o território resultante da reorganização do capitalismo, da revolução tecnológica em curso e dos novos papéis desempenhados pelo Estado. Estas transformações alteram profundamente o mercado de trabalho e o espaço local, suscitando a indagação de como as localidades estão respondendo às mudanças e qual a intensidade das forças reativas locais.

Uma proposta metodológica de estudo sobre a gestão do desenvolvimento econômico local

A definição de uma metodologia é um dos aspectos mais complexos relativos a tal tema. As experiências internacionais esbarram em peculiaridades (como a questão do uso de alta tecnologia) que muitas vezes são inaplicáveis à realidade brasileira. Mas, dentre as diversas propostas metodológicas ressaltem-se as sugeridas por Valére OTH (1997), Jair do AMARAL FILHO (1996), David HARVEY (1996) e Antonio BARQUERO (1993).

Antonio Barquero (1993) sugere o Modelo Pentágono para avaliação das ações de desenvolvimento local. Resumidamente, ele pode ser explicitado na consideração dos fatores considerados críticos, para o êxito da intervenção dos gestores locais, a saber:

1. *Hardware* do desenvolvimento local: infraestruturas essenciais para o funcionamento do sistema produtivo (redes de transportes e comunicações, distritos industriais, parques tecnológicos, centros de convenções etc.), bem como do “capital humano” (hospitais, escolas);
2. *Software* do desenvolvimento local: fatores qualitativos, de caráter imaterial que melhoram a qualificação dos recursos humanos e impulsionam as inovações produtivas, capacidade empreendedora e a informação acumulada nas organizações e empresas;
3. *Orgware* do desenvolvimento local: capacidade de organização que permite dar resposta aos desafios da competitividade e do desenvolvimento. Inclui formação de redes de agentes e de instituições para a organização do desenvolvimento;
4. *Finware* do desenvolvimento local: conjunto de instrumentos financeiros a serem utilizados no desenvolvimento local. Medidas de investimentos em projetos de infraestrutura e melhora do *software* do desenvolvimento, bem como recursos privados aplicados nos projetos de investimentos e de parcerias público-privadas;
5. *Ecoware* do desenvolvimento local: conjunto de instrumentos que organizam o uso adequado dos recursos naturais existentes. A sustentabilidade do ambiente, bem como o patrimônio artístico e cultural com-

põem uma das dimensões estratégicas do desenvolvimento, porque propiciam melhora na qualidade de vida da população e é considerada uma vantagem competitiva para a localização de empresas¹³.

O modelo acima pode ser uma referência para o estudo da gestão do desenvolvimento local, ressaltando-se os principais aspectos a serem considerados nas políticas de desenvolvimento local¹⁴.

Dentre as possibilidades para a exploração de vantagens específicas na produção de bens e serviços poderiam ser lembradas, conforme propõe David Harvey (1996):

- 1 Aproveitamento de recursos naturais básicos (como o petróleo, a floresta);
- 2 Localização (acesso privilegiado, entroncamento);
- 3 Vantagens criadas por investimentos (públicos ou privados):
 - 3.1 Infra-estrutura física;
 - 3.2 Infra-estrutura social (universidades, hospitais);
 - 3.3 Estímulo a:
 - 3.3.1 Novas tecnologias;
 - 3.3.2 Novos produtos;
 - 3.3.3 Capital de risco para novos empreendimentos (como as cooperativas, incubadoras, “banco do povo”);
 - 3.3.4 Subsídios (isenções, créditos baratos, terrenos);
 - 3.4 Mão-de-obra (quantidade, qualidade e custo);
 - 3.5 Economias de aglomeração (agrupamento de diversas atividades em mesmo espaço para facilitar sistemas produtivos eficientes e interativos);
 - 3.6 Divisão espacial de consumo¹⁵;
 - 3.6.1 Atrativos turísticos;
 - 3.6.2 Qualidade de vida e do meio urbano (valorização do espaço);
 - 3.6.3 Inovação cultural (por meio de festivais, eventos culturais, artísticos, exposições);
 - 3.6.4 Atrativos de consumo (como centros de convenções, *shoppings centers*, marinas, praças de alimentação);
 - 3.6.5 Entretenimento (como estádios, parques temáticos, espetáculos temporários ou permanentes, feiras);

3.7 Gestão, comando e controle de:

3.7.1 Operações financeiras (bancos, bolsas de valores);

3.7.2 Empresas;

3.7.3 Mídia;

3.8 Investimentos federais e estaduais de diversas ordens (como em refinaria de petróleo, centro de pesquisa indústria militar);

3.9 Agricultura:

3.9.1 Aumento de escala e organização da produção (por meio de cooperativas, produção familiar);

3.9.2 Nichos específicos (como agricultura orgânica, produtos da floresta, “selo verde”);

3.9.3 Agroturismo e turismo ecológico.

Dentre os aspectos lembrados por David Harvey ressaltam-se os da chamada *divisão espacial de consumo* como importantes de serem investigados no âmbito do estudo de estratégias de desenvolvimento econômico local.

Também deverá ser considerada a questão do *discurso* que acompanha as práticas de gestão. Valére Oth sugere que se faça uma análise das representações mentais do desenvolvimento local, que pode ser considerada a partir do discurso sobre o desenvolvimento: qual a concepção hegemônica de desenvolvimento local para os principais atores e instituições envolvidas, perspectivas, ênfases, propostas etc.

Um outro aspecto do debate sobre desenvolvimento local refere-se aos fatores culturais do desenvolvimento, discussão que faz emergir a preocupação com a identidade da coletividade, a qualidade de vida, os tipos de empregos gerados e a integração social (concernente também à *intercomunalidade*, à moda de Robert Putnam, em seu livro *Comunidade e Democracia*). Discutem-se, inclusive, os papéis econômicos da cultura dentre os quais se destacam as questões da imagem construída, do *marketing* público e da economia induzida pela cultura.

Um outro parâmetro da análise é buscar qual a ótica dos gestores públicos sobre o desenvolvimento local, ressaltando-se o Estado em ação¹⁶. É a observação da visão predominante, dos elementos prioritariamente focalizados, das potencialidades endógenas a serem trabalhadas e valorizadas.

Enfim, quais são os pontos considerados fortes e débeis da cidade (quais os atributos importantes nos quais a cidade obtém um rendimento baixo e quais os atributos importantes nos quais a cidade é forte) que foram considerados ou deixados em segundo plano.

Alguns elementos do sistema funcional urbano sobre os quais a administração local tem capacidade de atuação direta devem ser considerados. Esses elementos podem ter sido evidenciados como pontos fortes ou podem ter sido ignorados, sendo que essa discussão permitirá apontar aqueles que merecem investimentos. É pertinente também referenciar os impactos que as políticas de desenvolvimento local vêm causando na estrutura espacial ou urbana dos municípios¹⁷.

Considerações Finais

Cabe frisar a importância do tema em questão, já que a adoção de algumas estratégias de desenvolvimento econômico pode auxiliar na atenuação de problemas derivados das desigualdades econômicas, típicas de economias capitalistas. Essas desigualdades não estão apenas relacionadas à pobreza e à vulnerabilidade social. O desenvolvimento econômico em qualquer instância (nacional, regional ou local) deve almejar não só a provisão de condições materiais mínimas, mas também bem-estar.

Como nos diz Amartya Sen, os seres humanos devem ser agentes, beneficiários e juizes do progresso e não apenas meios primários de produção, devendo a vida das pessoas ser a finalidade última da produção e da prosperidade e não a produção em si mesma. Sendo a vida das pessoas uma combinação de efetivações, seu bem-estar deve-se basear no aprimoramento dessas efetivações, que se transformam em conquistas. As maneiras as quais as capacidades serão desenvolvidas refletirão as atividades e o modo de ser que uma pessoa pode alcançar. Este é o verdadeiro desenvolvimento. Se não dá para falar em desenvolvimento sem prosperidade material, este não é mais do que um meio para enriquecer a vida das pessoas (cf. A. SEN, 1993, p.313-318).

Tal análise reveste-se de importância porque permite incorporar o conceito de qualidade de vida, que pode ser um exce-

lente parâmetro para que governos locais referenciem suas ações de desenvolvimento econômico. Além da situação socioeconômica, também devem ser consideradas as condições gerais do meio urbano (a cidade, com seu planejamento físico, a infra-estrutura e os serviços urbanos), bem como as relações de sociabilidade, para que os habitantes de uma dada sociedade sintam-se felizes em suas vidas cotidianas. Assim, a construção e execução de um projeto de felicidade coletiva é que deveria ser o objetivo das políticas públicas e das práticas de gestão.

Notas

¹ Conforme apresentação de Eduardo de Lima Caldas feita no workshop "O desenvolvimento econômico local em regiões metropolitanas", promovido pelo Instituto Polis, em São Paulo em 26 de maio de 2003.

² Segundo Franklin Dias Coelho, um dos estudiosos pioneiros sobre desenvolvimento econômico local no Brasil, é possível identificar três modalidades de ação local, a saber:

- uma modalidade que é um desdobramento modernizador de formas de atuação mais tradicionais na área urbanística ou político-administrativa;
- a segunda modalidade corresponde às experiências que se apóiam nas ações locais de geração de emprego e renda e
- a terceira modalidade refere-se às experiências de constituição de pactos territoriais e de redes de desenvolvimento econômico local.

Para esse autor, a terceira modalidade é aquela que está mais próxima do que ele define como experiências de desenvolvimento econômico local, sendo nela possível de observar a presença de elementos como a existência de redes econômicas, formas de integração horizontal e vertical de cadeias produtivas, parcerias entre atores públicos e privados, serviços especializados para microempreendedores e a institucionalidade dessa ambiência produtiva (cf. F. D. COELHO, 2001, p.57).

³ Neste trabalho o interesse primordial é pelo Estado em nível local, melhor explicitando, pelos governos locais. Mas, não se nega a importância de diversos outros atores. Mesmo considerando que as ações dos entes não-estatais assumem muitas vezes caráter público que afetam direta ou indiretamente a sociedade e que por isto são ações que dizem respeito ao interesse público, a opção é por priorizar as políticas de desenvolvimento local tributárias principalmente das ações de governo, que por meio da administração pública e suas instituições intervêm marcadamente nos processos territoriais.

⁴ Um aspecto que é importante frisar pode ser revelado pelos dizeres de Joan-Eugeni Sánchez: "o que ocorre em um território [no caso, em um município] não é exclusivamente resultado de decisões, atuações e processos que ocorrem no seu interior, mas estas decisões, atuações e processos serão afetados, em maior ou menor grau, por decisões e atuações exteriores ao território considerado" [original em

espanhol] (J.E. SÁNCHEZ, 1992, p.66).

⁵ Em seu trabalho "Paradigmas e problemas das políticas urbanas", Edmond Preteceille, pensando o caso francês, apresenta uma análise de como as políticas urbanas têm evoluído, a ponto de nas últimas décadas terem passado por marcantes transformações. Tomando como ponto de partida a década de 1950, quando, segundo ele, a política urbana realmente passou a se constituir como um campo unificado de intervenção, podemos observar quatro grandes conjuntos de grandes temas dominando a discussão:

1) Dos anos 1950 aos primórdios dos 1960: a habitação;

2) Até início dos anos 1970: planejamento urbano, organização do território e equipamentos coletivos;

3) Nos anos 1970: meio ambiente e qualidade de vida e no final dos anos 1970: o desenvolvimento local (cf. E. PRETECEILLE, 1990, p.54-55).

⁶ Ver também M. GOTTDIENER, 1990.

⁷ Em duas outras oportunidades foram analisados os aspectos marcantes da gestão urbana nos países de capitalismo avançado desde a 2ª G. M. até os anos 70/80, período da hegemonia desse modelo de Estado (cf. C.C. SILVA, 1998a e 1998b).

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre o modelo federativo brasileiro e sua crise ver VITTE, 1999.

⁹ Neste ponto coloca-se a questão das escalas de análise geográfica, entendidas como um dos instrumentos interpretativos do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo em sua dimensão territorial. Atente-se que há necessidade de distinguir as escalas geográficas (os níveis de análise espacial), bem como de estabelecer relações entre elas, pois cada nível de análise observado em separado só permite uma visão parcial da realidade. Assim, as escalas não devem ser consideradas como dadas. É preciso resgatar suas origens, a determinação e diferenciação de cada nível (cf. C. EGLER, 1991). Há diversos autores que propõem diferentes níveis escalares. Neste trabalho se adotará para fins de análise três níveis: o espaço global ou escala do Sistema-Mundo, o nível nacional e o nível local (cuja polissemia já foi assinalada neste trabalho e aqui é sinônimo de município).

¹⁰ Ressalte-se que o mesmo autor lembra que "o processo de valorização do espaço não é fruto de determinações econômicas tout court, ele é antes o instituidor de condições necessárias para a fluência dos processos econômicos, condições muitas vezes mais dependentes das decisões políticas do que da economia" (A.C.R. MORAES, 2002, p.59).

¹¹ Neste trabalho assume-se a interdependência das escalas territoriais, considerando a escala do Estado-nação como unidade de referência, mesmo porque muitos dos principais problemas focados pelo debate sobre desenvolvimento local têm abrangência nacional, caso do desemprego, cujas causas transcendem ao nível local. Por isto concorda-se com a proposta de análise transescalar feita por Carlos Vainer, admitindo que a "escala local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados" (C.B. VAINER, 2002, p.29). Assim, o enfoque deste trabalho é no nível local, mas a análise não pode prescindir de considerar a escala do Sistema-Mundo e a escala nacional.

¹² Como é sabido, há diversas definições de território. Neste projeto assume, baseado em A.C.R. Moraes,

território como o *exercício do poder sobre um dado espaço*.

¹³ Relação da sociedade com o espaço, seu relacionamento com a natureza (ver A.C.R. MORAES, 2002, p.53).

¹⁴ De maneira geral, os principais elementos considerados na discussão do desenvolvimento local de caráter endógeno são:

1) Formação de "capital humano": educação, saúde, segurança alimentar, formação de mão de obra;

2) Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico: de competência tanto do setor público quanto do privado;

3) Informação e conhecimento: formas de circulação rápida de informações relevantes que ajudem na consolidação de um "clima local" positivo;

4) Fortalecimento de instituições públicas e privadas de apoio e fomento das atividades econômicas;

5) Meio ambiente: racionalização do uso de recursos e baixa impactação no ambiente, resultando em crescimento sustentável e qualidade de vida;

6) Infra-estrutura de qualidade (cf. AMARAL FILHO, 1996).

¹⁵ O conceito de divisão espacial do consumo, David Harvey trabalha em seu livro *The urban experience*, editado pela Oxford em 1989 (apud Harvey, 1996).

¹⁶ A análise de gestão do desenvolvimento local necessita de parâmetros. Uma alternativa de método, mediante algumas adaptações, baseia-se na análise de práticas de gestão política municipal, conforme proposto por Klaus Frei (1996). Tal autor sugere analisar:

1) O pensamento político que embasa dada gestão (verificação das principais "bandeiras" ou os carros-chefes da gestão);

2) O estilo político que a permeia (alguns aspectos a serem observados são se a gestão é de conciliação frente aos conflitos entre classes sociais ou de embate, se as decisões são tomadas mediante consultas aos grupos populares ou sem consulta, se há a preocupação em mostrar resultados rapidamente, se prima pelo discurso de eficiência técnica, ou se divide responsabilidades com fóruns populares);

3) Os arranjos político-institucionais priorizados (pressupõem as relações do governo com o legislativo, com outras instâncias de poder e com a sociedade); e

4) Os grupos sociais privilegiados pelas políticas públicas.

¹⁷ Muitas estratégias e intervenções, ao alterarem atributos de elementos do desenvolvimento local, resultam naquilo que Carlos A. Mattos, ao discutir o caso de Santiago do Chile, chamou de artefatos da globalização e que constituem marcos urbanos relevantes e podem representar importante papel na estruturação de uma metrópole, de uma região e na revalorização de sua imagem frente a outras metrópoles ou regiões (cf. C. A. MATTOS, 2000, p.142-143).

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n.14, 1996.

ARAÚJO DA COSTA, João Bosco. A Ressignificação do Local: o imaginário político brasileiro pós-80. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, jul./set., 1996.

- BARQUERO, Antonio Vázquez. *Política Económica Local: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993.
- _____. Desenvolvimento local: Novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, v.16, n.01, 1995.
- BOISIER, Sérgio & SILVA, Verônica. Propiedad Del capital y desarrollo regional endógeno en el marco de las transformaciones del capitalismo actual: Reflexiones acerca de la Región del Bío-Bío, Chile. In: LLORENS, Francisco Alburquerque et alii. *Revolución Tecnológica y reestructuración Productiva: impactos y desafíos territoriales*. Buenos Aires: ILPES/ONU/PUC/Grupo Ed. Latinoamericano, 1990.
- COCCO Giuseppe & GALVÃO Alexander Patêz. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, Caio Márcio & REIS Liliane da Costa (Orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001.
- COCCO, Giuseppe. Cidades e Territórios na “Terceira Itália”: conflitos sociais, políticas públicas e novo empresariado. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, ano X, n.1, p.37-48, 1996.
- COELHO, Franklin D. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: SILVEIRA, Caio M. & REIS, Liliane C. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: RITS/Rede DLIS, 2001.
- _____. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângelo & COELHO, Franklin Dias (Org.). *Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens*. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.
- COELHO, Franklin Dias. O Município como Agente de Desenvolvimento Econômico. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, v.41, p.23-33, jan./mar., 1994.
- EGLER, Cláudio. As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: FIBGE, n.53, 1991.
- FISCHER, Tânia. Poder Local: Um Tema em Análise. In: FISCHER Tânia (org.). *Poder Local - Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.10-20, 1993.
- FREI, Klaus. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.37, p.107-138, 1996.
- GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (Orgs.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/UPERJ, 1990.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.39, 1996.
- MASSOLO, Alejandra. Em direção às bases: descentralização e município. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.24, 1988.
- MATTOS, Carlos A. de. Globalização e metropolização: Santiago, uma história de mudança e continuidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz de (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. 2000a. Tese de Livre Docência – Universidade de São Paulo/FFLCH, São Paulo.
- _____. *Bases da formação territorial do Brasil: O território brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2000b.
- _____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- OTH, Valére. O desenvolvimento: indicadores e tentativa de avaliação. *Revista Geografia*. São Paulo: UNESP, n.14, 1997.
- PRETECEILLE, Edmond. Paradigmas e problemas das políticas urbanas. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.29, 1990.
- PUTNAM, Roberto D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Geografia Política*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.28/29, p.313-333, 1993.
- SILVA, Claudete de Castro. Transformações recentes nas gestões de desenvolvimento urbano: alguns exemplos internacionais. *Revista Rae Gá*. Curitiba: UFPR, n.2, 1998a.
- _____. *Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa*. Tese de Doutorado (doutorado em Geografia Humana) – FFLCH da Universidade de São Paulo, 1998b.
- TRIGAL, Lorenzo López & DEL POZO, Paz Benito. *Geografía Política*. Madrid: Cátedra, 1999.
- VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: IPPUR, ano XV, n.2, ago/dez, 2001 e jan/jul, 2002.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. A crise do federalismo brasileiro. *Ra'e Ga: o espaço geográfico em análise*. Curitiba: UFPR, n.3, 1999.

Gestão estratégica do desenvolvimento endógeno: crescimento auto-sustentado exige novos investimentos

Strategic administration of the inside development: self-sustained growth demands new investments

Gestion stratégique du développement endogène : croissance auto-souténi exige nouveaux investissements

Gestión Estratégica del Desarrollo Endógeno: crecimiento auto sustentado exige nuevas inversiones

Nilson Araújo de Souza*

Recebido em 2/3/2006; revisado e aprovado em 30/3/2006; aceito em 30/7/2006.

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar as condições necessárias ao crescimento econômico auto-sustentado, tomando como base de análise o comportamento recente da economia brasileira. Partimos da premissa de que, reiniciada a reanimação da economia por ocupação de capacidade ociosa, a continuidade do crescimento da produção numa economia como a nossa passa a depender do aumento da sua capacidade produtiva, o que exige novos investimentos.

Palavras-chave: Gestão estratégica; desenvolvimento endógeno; crescimento auto-sustentado.

Abstract: The objective of this article is to examine the essential conditions to continual economic growth. The support of this analyses is the recent evolution of the brazilian economy. Our premise is the following: after de economy becomes reanimated using inactive capacity, the continuation of the production growth in a economy like ours depends on the increasing of its productive capacity, which demands new investments.

Key words: Strategic administration; independent development; continual growth.

Résumé: L'objectif de cet article est d'examiner les conditions nécessaires à la croissance économique durable, prenant comme base d'analyse le comportement récent de l'économie brésilienne. A partir de la prémisses de ce que, la reprise de l'économie par l'occupation de la capacité oisive, la continuité de la croissance de la production dans une économie, comme la nôtre, passe à dépendre de l'augmentation de sa capacité productive, ce qui exige de nouveaux investissements.

Mots-clé: Gestion stratégique; développement endogène; croissance auto-soutenue.

Resumen: El objetivo de este artículo es examinar las condiciones necesarias para el crecimiento económico autosustentable, tomando como base de análisis el comportamiento reciente de la economía brasilera. Partimos de la base de que, reiniciado el rejuvenecimiento de la economía por ocupación de capacidad ociosa, la continuidad del crecimiento de la producción en una economía como la nuestra, pasa a depender del aumento de su capacidad productiva, lo que exige nuevas inversiones.

Palabras clave: Gestión estratégica; desarrollo endógeno; crecimiento autosustentable.

Introdução

O objetivo deste artigo é examinar as condições necessárias ao crescimento econômico auto-sustentado, tomando como base de análise o comportamento recente da economia brasileira. Partimos da premissa de que, havendo a reanimação da economia reiniciado ao final de 2003 por ocupação de capacidade ociosa, a continuidade do crescimento da produção passa a depender do aumento da sua capacidade produtiva, o que exige novos investimentos.

A capacidade ociosa havia sido produzida no triênio anterior, quando a economia atravessou um período de semi-estagnação: o PIB crescera a uma taxa média anual em torno de 0,7%. Assim, de acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria, as empresas industriais apresentaram um índice médio de capacidade ociosa de 29,5% ao longo de 2003; a Sondagem da Indústria de Transformação da FGV, usando outra metodologia, revelou um índice de 20%. No último trimestre de 2004, depois de cerca de um ano de expansão do

* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM), com Pós-Doutoramento na USP; professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Ibirapuera (UNIB); autor de vários livros sobre Teoria Econômica, Economia Mundial e Economia Brasileira. Seu mais recente livro é *A longa agonia da dependência - economia brasileira contemporânea (JK/FH)*, editado em 2004 pela Alfa-Omega. (araujonilson@terra.com.br).

PIB a uma taxa média anual em torno de 5%, a ociosidade industrial ainda permanecia elevada: 23% pela pesquisa da CNI.

Num primeiro momento, diante da existência de capacidade ociosa, a produção pode crescer em resposta a impulsos provocados pelo crescimento da demanda, interna ou externa. No entanto, esgotada a ociosidade, o incremento da capacidade produtiva, produzida pela melhoria do nível de investimento, passa a ser a variável chave para a continuidade do crescimento, isto é, para transformar a reanimação da economia em crescimento auto-sustentado. E vamos demonstrar que a taxa de juros é o instrumento decisivo nesse processo.

1 Poupança é drenada para o exterior ou para a especulação financeira

Vejam os primeiro como se dá o aumento da capacidade produtiva da economia, isto é, a realização de novos investimentos. No caso do Brasil, apesar de haveremos entrado em 2005 no segundo ano de recuperação econômica, os investimentos ainda não reagiram na proporção necessária. A taxa de investimento, medida pela relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, que baixara de 18,33% em 2002 para 18,05% em 2003, subiu para apenas 18,95% no primeiro semestre de 2004 (IBGE) e para 19,6% na média do ano, taxa semelhante à que vigorou durante os dois mandatos de estagnação econômica de Fernando Henrique (19,4%), conforme se pode verificar pela tabela ao final do texto (IBGE; Folha Online Dinheiro, 2005a).

É importante registrar que, em 2004, a taxa de poupança foi de 23,2% (Folha Online Dinheiro, 2005a)¹. Ou seja, um volume de poupança correspondente a 3,6% do PIB não foi canalizado para o investimento. Para onde foi drenado esse enorme volume de recursos, equivalente a R\$ 63,75 bilhões (Folha Online Dinheiro, 2005a e b)²? Simples: para o exterior, a fim de remunerar o capital estrangeiro aqui aplicado, em suas várias modalidades. Se não estivéssemos sofrendo essa hemorragia externa, poderíamos ter investido 23,2% do PIB, cifra próxima à que vigorou na década de 1970, quando nosso PIB cresceu a uma taxa média anual de 9% (IBGE)³.

Outra parcela importante da renda nacional, que às vezes nem chega a converter-se em poupança, é esterilizada na especulação financeira, desviando-se, assim, do investimento produtivo. A transferência desses recursos para o setor financeiro pode ocorrer de duas formas: 1) de forma direta, quando o setor produtivo, sobrecarregado de juros, paga pesados encargos financeiros ao sistema financeiro; 2) de forma indireta, quando o setor produtivo, sobrecarregado de tributos, transfere renda ao setor público, o qual, por sua vez, sobrecarregado de juros, gera um enorme superávit primário a fim de repassar parcela dessa renda ao sistema financeiro. É por isso que a lucratividade dos bancos vem sendo sempre muito superior à lucratividade das empresas industriais e comerciais (“Melhores e maiores”, Revista Exame, 1999, p.12; 2003, p.22)⁴, e boa parte desses ganhos dos bancos circula apenas na esfera financeira, nunca retornando à área produtiva. Sob o peso dos encargos financeiros alavancados pelos juros estratosféricos, nem as empresas produtivas (SOUZA, 2004, p.699-700)⁵ nem o Estado conseguem realizar um nível de investimento capaz de viabilizar o crescimento auto-sustentado da economia.

Os dirigentes do IBGE, depois de divulgarem as informações sobre o crescimento industrial de 2004, procuraram nos convencer de que o investimento estaria tendo um importante crescimento, na medida em que a produção do setor de bens de capital (que produz bens destinados a aumentar a capacidade produtiva) teve um aumento de 19,7% no ano. Mas a própria nota do IBGE mata a charada: as exportações desse setor aumentaram 54% (IBGE, 2005, p.2). Ou seja, a principal parte do aumento da produção de bens de capital não se destinou ao sustento do investimento interno, mas ao mercado externo.

Fica claro, assim, que a garantia desse nível de investimento depende da limitação da drenagem dos recursos para o exterior e para a especulação financeira. Isso implica em três ordens de medidas: 1) reduzir substancialmente o uso do superávit da balança comercial na cobertura da amortização de dívida externa e dos encargos do passivo externo; 2) reduzir fortemente a taxa básica real de juros; 3) reduzir de forma semelhante

o superávit primário das contas públicas. Não apenas uma maior parcela da renda nacional seria destinada à poupança, como esta, ao invés de ser drenada para o exterior ou esterilizada na especulação financeira, seria convertida em investimento. Os saldos comerciais poderiam ser usados, em grande medida, para adquirir no exterior equipamentos ou tecnologias dos quais não houvesse disponibilidade interna; além disso, ajudariam a formar as reservas cambiais indispensáveis à diminuição da nossa vulnerabilidade externa. A parcela economizada do superávit primário se converteria em poupança real (em lugar de mera poupança financeira, nas mãos dos especuladores) e seria canalizada para o investimento produtivo. A queda dos juros, além de viabilizar essa conversão de superávit primário em poupança e investimento, diminui os encargos financeiros das empresas, aumentando também sua capacidade de investimento; ademais, tende a estimular a tomada de dinheiro emprestado para investir e a desestimular o uso dos recursos próprios para aplicações financeiras, canalizando-os para o investimento.

2 Autoridades monetárias são viciadas em juros altos

Como, então, derrubar os juros? As autoridades monetárias alegam que eles têm que continuar elevados para promover a convergência da inflação para a meta estabelecida e para garantir o refinanciamento da dívida pública. Ora, como o Conselho Monetário Nacional (CMN) tem fixado metas inflacionárias declinantes e como as autoridades do BC racionalizam que inflação se derruba com juros elevados, a postura de buscar fazer a inflação efetiva convergir para a meta exigiria juros reais sempre elevados ou mesmo em elevação. Isso significa que o sistema de metas de inflação é incompatível com a queda efetiva e sustentada da taxa de juros enquanto as metas forem declinantes.

No entanto, se a diretoria do BC fosse menos dogmática no manuseio desse sistema, e recorresse a uma brecha estabelecida por ele próprio, que é o uso da margem que a taxa de inflação pode atingir, em torno do núcleo da meta, haveria espaço para a queda dos juros, mesmo dentro do sistema. No

caso do Brasil, a margem acordada é de 2,5 pontos percentuais. Assim, para 2004, como a meta estabelecida era de 5,5%, a taxa poderia atingir 8% (ficou em 7,6%); para 2005, como a meta original de 4,5% foi alterada para 5,1%, a taxa poderia atingir os mesmos 7,6% a que chegou em 2004; para 2006, como a meta é de 3,5%, a taxa poderá atingir 6%. Bastaria lidar com essa flexibilidade que o próprio sistema de metas permite para ter uma postura menos rígida em relação à política monetária, mas o fundamentalismo da equipe do Banco Central que aí está impede esse comportamento. Além disso, como a taxa de inflação vem caindo⁶, até mesmo um monetarista mais dogmático, mas que não seja inteiramente comprometido com o sistema financeiro, tenderia a baixar a taxa real de juros⁷. Portanto, mesmo para um monetarista, que acredita que inflação se combate com juros altos, não há fundamento em manter a taxa selic nos níveis atuais – e muito menos, em elevá-la, como ocorreu de setembro de 2004 a agosto de 2005.

Não foi à toa que os tecnocratas do BC escolheram o sistema de “metas de inflação”, além de praticá-lo de maneira tão rígida. É que esse é o sistema de “combate” à inflação que mais aproveita aos banqueiros e demais rentistas que especulam com a dívida pública, aos quais se sentem ligados. Registre-se que, costumeiramente, no Brasil, os dirigentes do Banco Central têm vínculos com a área financeira (ou são oriundos dos bancos ou para lá vão depois de concluído seu tempo à frente do BC), mas, no passado, esse vínculo se dava sobretudo com os bancos privados nacionais (BAPTISTA JR., 2005). No entanto, desde que Pedro Malan foi presidente do BC, na época em que Fernando Henrique era ministro da Fazenda, inaugurou-se uma época em que os presidentes desse banco têm sido vinculados ao sistema financeiro internacional: o próprio Malan foi diretor do BIRD e do BID, Armínio Fraga foi o principal operador do mega-especulador George Soros e Henrique Meirelles foi presidente mundial do BankBoston, de onde recebe a miserável aposentadoria de US\$ 750 mil por ano.

O outro argumento alegado pela tecnocracia do Banco Central é o de que a baixa dos juros dificultaria o refinanciamento da dívida pública. Antes, quando havia défi-

cit comercial e na conta corrente do balanço de pagamentos, o argumento era o de que havia necessidade de atrair capitais externos para cobri-lo; agora, quando o déficit desapareceu e converteu-se em superávit, diz-se que a questão é o refinanciamento da dívida pública. Ora, mesmo admitindo que fosse necessário, para esse refinanciamento, o aporte de capitais externos ou de capitais internos que podem se evadir, a situação atual do mercado financeiro internacional propicia uma ampla folga para a queda dos juros no Brasil. Vejamos as razões: 1) os enormes déficits gêmeos dos EUA vêm gerando certa insegurança dos aplicadores internacionais em destinar seus recursos àquele país, aumentando, assim, a liquidez internacional; 2) o excesso de dinheiro disponível para aplicação tem provocado, em consequência, a manutenção dos juros reais em níveis muito baixos nas várias praças do planeta, sendo negativos na União Européia e no Japão; 3) o critério adotado pelos especuladores internacionais para aplicar seu dinheiro em determinado país, que soma a taxa básica dos EUA, o chamado risco-País e a correção cambial, formaria uma taxa básica em torno de 7% no Brasil. Não bastasse isso, a taxa básica real de juros no Brasil é cerca de três vezes maior do que a segunda colocada, sete vezes maior do que a vigente nos chamados países emergentes e dez vezes maior do que a média mundial. Há, portanto, uma enorme folga para sua derrubada.

Assim, mesmo dentro da lógica neoliberal-monetarista, que usa como pretexto para uma política monetária apertada o sistema de “metas de inflação” e a necessidade de refinanciamento da dívida pública – o que leva a formar a taxa de juros interna com base nos critérios dos especuladores internacionais, isto é, com base nos interesses da banca internacional, e não nas necessidades internas do País –, há muito espaço para a queda dos juros no Brasil. Há, portanto, outra causa para a insistência dogmática em manter os juros elevados: a submissão dos dirigentes do Banco Central – senão comprometimento direto⁸ – à ação monopólica dos cartéis financeiros, sobretudo os estrangeiros⁹.

O próprio processo através do qual é estabelecida mensalmente a taxa selic revela essa verdade. Um dos principais instru-

mentos, senão o principal, que fundamentam a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco (COPOM) é a “pesquisa Focus”, que é feita semanalmente junto a pouco mais de 100 executivos de instituições financeiras, mas termina, na verdade, predominando a resposta dos 10 maiores bancos instalados no País. Ali, dentre outras coisas, eles dizem quais são suas “expectativas” - isto é, seu desejo ou especulação - sobre os juros e a inflação futuros. E a tendência do COPOM vem sendo “adotar” as taxas resultantes dessa “pesquisa”, sancionando, assim, as supostas expectativas dos agentes financeiros. Como, na verdade, não se trata de expectativas, mas de desejo ou especulação, a tendência deles, obviamente, é puxar para cima as “expectativas inflacionárias” a fim de pressionar por taxas de juros mais altas.

Ora, contando com essa subserviência ou comprometimento das autoridades do BC, os cartéis financeiros, mesmo diante de uma situação de grande liquidez internacional, chantageiam para manter os juros altos no Brasil. Como esse comportamento das autoridades do BC no Brasil é mais ou menos atávico, já durando décadas, salvo alguns intervalos, os cartéis financeiros tanto internos como internacionais acostumaram-se a grandes ganhos aqui, ou seja, a elevadas taxas de juros. Assim, mesmo havendo bastante espaço para reduzi-las, ainda dentro de seus critérios, eles agem no sentido de impedir isso. Uma eventual fuga de capitais diante de uma queda dos juros não responderia, portanto, a qualquer mecanismo de mercado, mas à chantagem resultante desse poder monopólico dos cartéis financeiros. E só há uma maneira de bloquear essa chantagem: colocando à frente do Banco Central pessoas mais comprometidas com o País e, a partir daí, centralizando o câmbio nessa instituição. Aí, então, o BC poderia controlar o fluxo cambial de acordo com as necessidades da economia nacional, evitando grandes flutuações da taxa de câmbio, a fuga de capitais e os eventuais ataques especulativos contra nossa moeda¹⁰. E, com base nessa nova realidade, o BC poderia estabelecer uma taxa de câmbio¹¹ e uma taxa básica de juros a partir da realidade e das necessidades internas da economia brasileira, e não mais com

base nos “critérios internacionais”, isto é, no interesse da banca internacional¹². Todos os países que seguiram esse caminho puderam baixar radicalmente suas taxas de juros, e voltaram a crescer. Os exemplos mais recentes são os da Venezuela e Argentina. Mais ainda, segundo estudo do FMI, de 25 países que voltaram a crescer depois das crises cambiais dos anos 1990, 19 haviam feito alguma forma de reestruturação de suas dívidas.

3 Financiamento do BNDES insuficiente

O fato de o BC manter elevados os juros básicos, e, assim, bloquear o uso do principal instrumento que viabiliza o investimento, não significa que o governo Lula não tenha feito nada para melhorar o nível desse investimento. O BNDES, que, historicamente, tem sido o principal instrumento governamental destinado a financiar o investimento de longo prazo – salvo no período FH, em que foi usado para emprestar dinheiro a grupos estrangeiros interessados na aquisição de empresas estatais –, teve um recorde de empréstimo em 2004: contratou um montante de R\$ 40 bilhões, 14,3% acima dos R\$ 35 bilhões de 2003 (Folha Online Dinheiro, 2005c). Além disso, por decisão do Conselho Monetário Nacional – que, por contar com a participação de outros ministros, não é inteiramente comandado pela equipe do Ministério da Fazenda –, a TJLP¹³ manteve-se em 9,75% ao ano de abril de 2004 até fins de 2005, o que significava, nos níveis de inflação daquele ano, uma taxa real em torno de 2%, apesar do aumento desde setembro da taxa selic e das demais taxas de juro da economia.

No entanto, além de não haver emprestado todo o valor previsto pelo próprio banco, que era de R\$ 47 bilhões, não atendeu nem de longe à demanda realizada pelas empresas através de cartas-consulta. O montante total demandado foi de R\$ 98,4 bilhões, e desse valor o próprio banco conseguiu enquadrar em suas normas a cifra de R\$ 75 bilhões (Folha Online Dinheiro, 2005c). Assim, emprestaram-se apenas 40,65% do montante demandado – isto é, das necessidades de financiamento de longo prazo expressas pelos investidores – e 53,33% do montante aprovado pelo banco. Segundo o BNDES, esse valor solicitado indica “a dis-

posição do empresariado em fazer investimentos produtivos, funcionando como um indicativo do nível de confiança no futuro econômico do país” (Folha Online Dinheiro, 2005c).

Mas, se dependesse do comando do Ministério da Fazenda e do Banco Central, nem isso o BNDES teria conseguido fazer. No segundo semestre de 2004, o presidente do BC, Henrique Meirelles, acusou o BNDES de ser responsável pelos elevados *spreads*¹⁴ do sistema financeiro no Brasil. Para ele, o fato de o banco emprestar diretamente aos tomadores finais a taxas de juro baixas, em lugar de repassar esse dinheiro barato por meio do sistema bancário, pressionaria os bancos comerciais a elevar seu *spread*. Esconde com essa afirmação o fato de que a grande margem bancária existente no Brasil se deve, no fundamental, ao elevado grau de concentração e, portanto, de monopolização do setor bancário, o que lhe dá condição de fixar os juros finais. Escamoteia, além disso, o fato de que o repasse do recurso barato aos bancos privados em nada garante, como nunca garantiu, que o destino final seja o investimento de longo prazo. Os bancos tem mil e uma artimanhas para desviar o recurso da finalidade estabelecida para o ganho fácil da especulação¹⁵. A direção do BNDES, então liderada pelos professores Carlos Lessa e Darc Costa, respondeu à altura, denunciando o objetivo de Meirelles, que era fortalecer os bancos privados em detrimento do banco oficial, e terminou sendo demitida pelo governo.

Foi então nomeada para o BNDES uma equipe mais afinada com o grupo que então ocupava o Ministério da Fazenda, encabeçada pelo ex-ministro do Planejamento, o economista Guido Mantega¹⁶, e os tecnocratas da equipe econômica aproveitaram-se desse fato para fazer nova carga sobre a política creditícia do banco. No começo de 2005, o secretário do Tesouro do Ministério da Fazenda, Joaquim Levy, propôs que a TJLP fosse atrelada à taxa selic, o que significava, na prática, que ela também passasse a subir. Ou seja, queria extinguir um dos poucos instrumentos que o governo Lula vem utilizando para viabilizar o investimento de longo prazo. Como disse o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan: “E se vamos matar a única fonte de curto prazo, vamos

comprometer nosso futuro” (Hora do Povo, 2005, p.2). Felizmente, Mantega, apesar de sua afinidade recente com a equipe da Fazenda, reagiu à altura, dizendo não aceitar qualquer possibilidade de realizar essa vinculação entre as duas taxas. É mais um ponto de tensão dentro do governo. E arrematou: Levy “não enxerga alguns palmos além do nariz” (Hora do Povo, 2005, p.2).

Os tecnocratas da Fazenda e do BC não conseguiram atrelar a TJLP à selic. Porém, têm logrado impedir que sua taxa nominal diminua com a queda da taxa de inflação, forçando, assim, de maneira indireta, a elevação de sua taxa real. Como a tendência é o IPCA ficar em 2005 abaixo dos 5% estabelecidos pela “meta de inflação”, a permanência da TJLP em 9,75% pode implicar numa taxa real em torno de 5%, duas vezes e meia maior do que a que vigorou em 2004. Se o indexador utilizado for o IGP-M – que ficou pouco acima de 1% em 2005 –, essa taxa real se aproximou dos 9%, uma verdadeira taxa de agiotagem na esfera do financiamento do investimento produtivo.

O aporte do BNDES é muito importante para alavancar o investimento, principalmente quando cobra juros compatíveis com a atividade econômica. Mas, obviamente, a parcela mais importante de recursos destinados aos investimentos, tanto nas empresas privadas quanto nas estatais, são os recursos próprios oriundos de seus lucros. No ano passado, por exemplo, o montante total dos investimentos foi de cerca de R\$ 346,2 bilhões¹⁷. Como o BNDES financiou apenas R\$ 40 bilhões e o investimento orçamentário da União sequer alcançou os 3% do investimento total¹⁸, coube às próprias empresas públicas e privadas aportarem praticamente o conjunto dos restantes R\$ 306 bilhões¹⁹. Vimos que outros R\$ 63,75 bilhões de poupança deixaram de ser investidos, sendo drenados para o exterior ou para a especulação financeira. Vimos também que o nível de investimento realizado (19,6% do PIB em 2004) é muito baixo para garantir a retomada auto-sustentada do crescimento da economia, na medida em que parte significativa desse investimento destina-se a repor a depreciação do capital fixo.

Pode-se alegar que a taxa selic, que baliza os demais juros praticados na econo-

mia – à exceção da TJLP –, não afeta em nada o investimento produtivo²⁰, na medida em que os bancos privados sediados no País não realizam empréstimo de longo prazo, destinando seus recursos apenas para títulos públicos e capital de giro das empresas. É mais uma falácia, que indica má-fé ou desconhecimento da realidade. O elemento básico, tanto para as empresas públicas e privadas quanto para o próprio governo decidirem o nível de investimento que farão com os recursos disponíveis, é a taxa básica de juros – a selic –, e não a TJLP do BNDES. Por razões óbvias: o governo, porque o nível da sua “poupança” disponível para investimento depende dos encargos financeiros com que tem de arcar, e estes dependem da incidência da selic sobre a dívida pública; e as empresas, porque vão decidir o que fazer com seus lucros, se os investem na produção ou se os aplicam no mercado financeiro, a depender da taxa básica de juros, que baliza suas aplicações financeiras.

Portanto, uma baixa TJLP real, como a que foi praticada em 2004, é importante para viabilizar o investimento, mas é insuficiente para levá-lo para o nível adequado à retomada sustentada do crescimento. Mais uma vez, deparamo-nos com a necessidade de uma política monetária que seja centrada no longo prazo do investimento produtivo e do crescimento econômico auto-sustentado. O curto prazo do combate inflacionário ou do refinanciamento da dívida pública deve subordinar-se a essa lógica de longo prazo. Ou seja, devem-se buscar caminhos de combate à inflação ou de enfrentamento da dívida que não comprometam o crescimento sustentado do investimento produtivo e a melhoria crescente do bem-estar da população, bases do crescimento econômico auto-sustentado.

Recentemente, a equipe econômica, sobretudo nas palavras de Henrique Meirelles, em mais uma defesa dessa política monetária que escorcha o setor produtivo em benefício do sistema financeiro, alegou que o problema da economia não é a taxa básica de juros, mas as taxas finais, de aplicação, praticadas pelos bancos. Ora, é evidente que a atividade produtiva é, em grande medida, afetada por essas taxas finais, já que são elas que balizam o compor-

tamento de empresas e consumidores. Mas, também é evidente que essas taxas finais, como assinalamos antes, são condicionadas em última instância, ainda que não exclusivamente, pela taxa básica. Segundo Meirelles, essas taxas finais são elevadas porque o *spread* bancário também o é. Porém, diz ele que a responsabilidade disso não seria dos bancos, mas, sim, do BNDES, que não lhes estaria repassando recursos baratos para emprestarem ao tomador final, e dos clientes, que não pagariam corretamente suas dívidas. Quanto ao BNDES, já vimos que a proposta de Meirelles é repassar os recursos do banco através dos bancos privados.

Vejamos o outro argumento, o da inadimplência. Alegam Meirelles & Cia. que a elevada inadimplência seria a responsável por um elevado “risco bancário”, o que estaria levando os bancos, para compensá-lo, a elevar o *spread* bancário e, por conseguinte, a cobrar juros finais elevados. Ora, os bancos estão nadando em dinheiro. A taxa média de rentabilidade deles esteve em um patamar em torno 15% de 1995 a 2002 e cresceu mais ainda de 2003 para cá, superando em várias vezes a rentabilidade do setor não-financeiro²¹. Se esse risco fosse tão grande como se apregoa, sua rentabilidade seria menor que a média do País, ou mesmo estariam tendo prejuízo. Beira, então, ao cinismo alegar excesso de “risco bancário”. Existe excesso, sim, de vontade de lucupletar-se da renda nacional, e excesso de vontade em servir aos bancos.

Assim, para diminuir um risco bancário inexistente, o governo bancou a aprovação pelo Congresso de um projeto de lei de falência – designado de Lei de Recuperação de Empresas – que dormia na casa legislativa há já bastante tempo. O projeto tem dois aspectos básicos: 1) cria a figura da chamada recuperação judicial, que supostamente favoreceria a recuperação das empresas em dificuldade²²; 2) prioriza o pagamento dos débitos bancários no caso de falência. Detenhamo-nos neste segundo aspecto, que tem supostamente a ver com a questão dos juros. Antes, a prioridade era dos débitos trabalhistas e tributários; só depois, viriam os débitos bancários. A forma como a nova lei foi aprovada na Câmara invertia essa situação dando prioridade aos débitos bancários. O

Senado amenizou um pouco essa decisão: estabeleceu que os débitos trabalhistas terão prioridade até 150 salários mínimos (ou R\$ 39 mil ao nível da época da aprovação da lei, no começo de 2005); a partir daí, a prioridade passa para os débitos bancários e só então vêm os débitos tributários. Ou seja, são prejudicados os trabalhadores e a sociedade (tributos) para beneficiar os bancos.

Alega a equipe econômica que, assim, diminui o risco dos bancos, levando-os a reduzir sua margem e, por conseguinte, as taxas finais de juros. A primeira reação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) foi declarar que não se deve esperar uma queda dos juros tão cedo; que isso só poderia ocorrer no longo prazo. Como a longo prazo todos estaremos mortos, como dizia Keynes, a entidade dos bancos estava com isso querendo dizer que os mesmos deverão usar essa vantagem, não para baixar os juros, mas para apropriar-se de recursos que, originalmente, seriam trabalhistas ou públicos. É a mais completa subordinação do País aos interesses dos bancos. Essa mudança de legislação não passa de mais uma ilusão que as autoridades econômicas tentam incutir na opinião pública, pois deixam de considerar que a razão fundamental para as elevadas margens bancárias é o comportamento de cartel que, em face do elevado grau de concentração/centralização do setor, os bancos assumem no País²³. Não havendo livre concorrência no setor bancário, a redução do risco não implica em redução do preço do dinheiro, mas no aumento do ganho do setor financeiro.

Conclusão

Demonstramos neste artigo que a retomada do crescimento de uma economia costuma se dá pela ocupação de capacidade ociosa gerada no período de crise ou estagnação. A continuidade desse crescimento e sua transformação em crescimento auto-sustentado depende, no entanto, do aumento da capacidade produtiva gerada pelo incremento do nível de investimentos.

A realização dos novos investimentos depende, certamente, do nível de poupança da economia, da lucratividade das empresas ou da capacidade de financiamento dos

órgãos voltados ao financiamento de longo prazo, como o BNDES. No entanto, a canalização da poupança nacional, do lucro empresarial ou dos financiamentos para o investimento depende, fundamentalmente, do nível da taxa de juros. E não apenas das taxas de longo prazo, mas, sobretudo, da taxa básica de juros, já que esta condiciona não apenas o comportamento do conjunto das taxas de juros, mas também a disposição dos empresários de usar ou não seus recursos no investimento produtivo.

Demonstramos, também, que as alegações apresentadas pelas autoridades monetárias do País para manter elevada a taxa básica real de juros não se sustentam, porque, de um lado, a inflação vem declinando sistematicamente nos últimos anos e, de outro, não está ameaçada a capacidade de auto-financiamento da dívida pública brasileira, na medida que os juros internacionais estão bem mais reduzidos do que os praticados no Brasil.

Tabela

Taxa de investimento (FBCF/PIB - %) - 1995-2004

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
20,5	19,3	19,9	19,7	18,9	18,9	19,5	18,3	18,05*	19,6

Fonte: IBGE

* Há também estimativas que variam de 17,1% e 17,8%.

Notas

¹ No primeiro semestre, a taxa de poupança fora de 24,15% (Fonte: IBGE. Extraído de Folha Online, 2005a)

² A diferença entre um volume de poupança de R\$ 409,95 bilhões e um volume de investimento de R\$ 346,2 bilhões (Fonte: IBGE. Extraído de Folha Online Dinheiro, 2005a.). O PIB de 2004 foi de R\$ 1,769 trilhão (fonte: IBGE. Extraído de Folha Online Dinheiro, 2005a).

³ Média aritmética das taxas anuais de crescimento do PIB na década.

⁴ A taxa média de rentabilidade sobre o patrimônio das 500 maiores empresas não-financeiras, que fora de 11,15% na década de 80, não passou de 3% nos oito anos da era FH (ver "Melhores e maiores", Revista *Exame*, 1999: 12; jul. 2003: 22). Nesse último período, a taxa de rentabilidade dos bancos esteve em torno de 15%.

⁵ Em 2002, quando, segundo levantamento da consultoria Austin Asis junto aos 50 maiores bancos do País, estes apresentaram uma taxa de rentabilidade de 24,5%, as empresas não-financeiras, que antes de pagarem os encargos financeiros, apresentavam uma rentabilidade de 12% sobre seu patrimônio, viram essa rentabilidade transformar-se num prejuízo de 13,1%, depois dos encargos. Segundo a Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), o aumento dos juros naquele ano fez com que a parcela da receita das empresas comprometida com juros tenha aumentado de 7,2% para 13,7% (Cf. Souza, 2004: 699-700).

⁶ Medida pelo IPCA do IBGE, baixou de 12,58% em 2002 para 9,33% em 2003, 7,57% em 2004 e 5,88% em 2005 (Fonte: IBGE), e os próprios agentes financeiros, que têm interesse em projetar uma taxa mais alta a

fim de forçar uma elevação dos juros, "esperam", de acordo com as últimas "pesquisas Focus" divulgadas pelo BC, uma taxa de 4,5% para 2006 (Fonte: Banco Central). Além disso, o IGP-DI anual tem estado um pouco acima de 1%.

⁷ A partir de setembro de 2005, o COPOM começou a baixa moderadamente a taxa selic nominal, mas, como a inflação está em baixa, a taxa real de juros permanece praticamente inalterada.

⁸ Ver nota anterior.

⁹ Houve um forte processo de fusão bancária nos anos 90 a nível mundial. Na principal praça financeira do mundo, os EUA, entre 1996 e abril de 1998, das nove maiores fusões ocorridas, três ocorreram no setor financeiro. É importante registrar que ocorreu naquela década o maior processo de fusões da história do País: o conjunto das transações para fusões subiu de US\$ 138 bilhões em 1991 (2% do PIB) para US\$ 957 bilhões em 1997 (12% do PIB). (Cf. Souza, 2001: 128).

¹⁰ A queda de braço entre o governo argentino e seus credores a propósito da renegociação de sua dívida externa, que estava em moratória, revelou que, quando um governo nacional age com determinação, é capaz de dobrar a resistência da banca internacional: a Argentina conseguiu que 76% de sua dívida em moratória fosse renegociada com até 75% de desconto. Segundo informou o ministro da Economia, Roberto Lavagna, a dívida de US\$ 102 bilhões foi reduzida para US\$ 35 bilhões, economizando, assim, US\$ 67 bilhões.

¹¹ O chamado câmbio flutuante significa, na prática, deixar uma variável fundamental da economia - na medida em que interfere no volume do comércio exterior e, portanto, na atividade econômica e no nível do emprego - nas mãos dos especuladores com moeda. O mais correto seria o controle cambial, isto

é, a adoção de um sistema de câmbio administrado, através do qual o BC administraria a taxa de câmbio de acordo com as metas de exportação e importação do País.

¹² Tem razão o economista Paulo Nogueira Batista Jr., ao afirmar: “E fica cada vez mais claro que precisamos de uma reforma no Banco Central capaz de transformá-lo em uma instituição orientada pelo interesse nacional” (Cf. Baptista Jr., 2005).

¹³ Taxa de Juros de Longo Prazo, que baliza os empréstimos do BNDES.

¹⁴ Diferença entre a taxa de captação e a taxa de aplicação do sistema bancário.

¹⁵ O recente escândalo do Banco Santos, acusado, dentre outras coisas, de praticar uma gigantesca fraude com recursos do BNDES, é apenas a ponta do iceberg dessa verdadeira torrente de recursos desviados do banco oficial. Empresários ouvidos pela Polícia Federal acusam o dono do Banco Santo de exigir que metade dos recursos do BNDES que conseguem emprestado por seu intermédio fosse depositada em conta por ele indicada.

¹⁶ No início do governo, à frente do Ministério do Planejamento, Mantega apresentava certas divergências com o grupo da Fazenda, liderado por Palocci, sobretudo no que tange ao aperto monetário e fiscal, mas também porque propugnava uma política industrial ativa, com base no consumo de massas e nas tecnologias de ponta, enquanto o grupo de Palocci prefere deixar o desenvolvimento industrial ao sabor do “mercado”, isto é, da lógica dos cartéis. No entanto, com o passar do tempo, Mantega foi-se amoldando à política praticada pelo Fazenda e o Banco Central – pelo menos publicamente.

¹⁷ Considerando uma taxa de investimento de 19,6% e um PIB de R\$ 1,769 trilhão (Fonte: IBGE. Dados extraídos de Folha Online Dinheiro, 2005a)

¹⁸ Em 2004, apesar da previsão orçamentária de que o conjunto das despesas de capital, mais os créditos suplementares aprovados, deveria atingir o montante de R\$ 12,37 bilhões, a execução orçamentária mal chegou a R\$ 9,16 bilhões, um percentual de 2,65% do investimento total no País (Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional, 2005). Em 2003, de um total orçado (inclusive créditos) de R\$ 16,95 bilhões, só se investiram R\$ 6,45 bilhões (Ministério do Planejamento, 2005). Os próceres do Ministério da Fazenda fizeram festa quando, no dia 21 de fevereiro de 2005, o FMI anunciou sua concordância com a proposta do governo de usar parte do superávit primário “para investimentos em infra-estrutura e outros projetos de investimento público com retorno macroeconômico e fiscal potencialmente forte a médio prazo, consistente com uma posição de sólida sustentabilidade fiscal” (“Comunicado da diretora do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI”, 2005). Pelo barulho feito, até parecia que rios de dinheiro estariam disponíveis para investimento, mas não passavam “de US\$ 1 bilhão ao ano pelos próximos três anos (2005-2007)” (Ibid.), isto é, cerca de R\$ 2,7 bilhões, à taxa de câmbio atual – não mais que irrisórios 3,25% do superávit primário gerado em 2004.

¹⁹ O governo de Lula está entusiasmado com o microcrédito. É importante estimular essa modalidade de financiamento, na medida em que favorece as micro

e pequenas empresas. Mas, obviamente, o montante do financiamento daí derivado não passa de um grão de areia na montanha de necessidades de recursos para investimento no País: segundo o Ministério da Fazenda, “a carteira ativa dessas operações, em 30/09/2004, considerando apenas cinco grandes instituições financeiras, situava-se em R\$ 339 milhões e 691.536 operações. O acumulado em um ano nestes mesmos cinco bancos chega a 2 milhões de contratos e R\$ 843 milhões emprestados”. (Ministério da Fazenda, dez. 2004: 62). Esse volume anual não passa de 2% do volume emprestado pelo BNDES em 2004 e de 0,5% do volume de crédito que, em dezembro de 2004, constava nas carteiras dos bancos como empréstimos às empresas (R\$ 158,3 bilhões. Fonte: Global Invest).

²⁰ Veja a pérola de declaração do secretário-executivo do Tesouro Nacional, Joaquim Levy: “Um juro que aumente para garantir a consistência macroeconômica não mata o investimento” (*Folha de S.Paulo*, 2005: B4).

²¹ Em 2004, segundo a consultoria Econômica, o lucro líquido do setor bancário no Brasil foi de R\$ 13,96 bilhões, R\$ 1,39 bilhão a mais do que no ano de 2003, que já havia sido considerado recorde (“Setor bancário é o mais lucrativo, diz Econômica”, 2005). Esse movimento prosseguiu em 2005: no primeiro trimestre do ano, os quatro maiores bancos (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco) obtiveram um lucro de R\$ 3,71 bilhões, o dobro de igual período de 2004 (CARNEIRO, 2005).

²² Estima-se que hoje cerca de 80% das empresas em concordata, em lugar de serem recuperadas, chegam fatalmente à falência.

²³ “No setor bancário, segundo estudo da consultoria Austin Asis, as maiores instituições aumentaram seu peso de 45,2% dos ativos totais do sistema em 1994 para 60,2% em 2002” (SOUZA, 2004, p.697).

Referências

BAPTISTA JR., Paulo Nogueira. “Estatizando o Banco Central”. Revista *Carta Maior*. Disponível em: <<http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia>>. Acesso em: 24.03.2005.

“BNDES tem recorde de empréstimos, mas sobram R\$ 7 bi no caixa em 2004”. *Folha Online – Dinheiro*. Acesso em: 13.01.2005, 11h46m.

CARNEIRO, Mariana. “Bancos ganham nas duas pontas”. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br>>. Acesso em: 28.05.2005.

“Comunicado da diretora do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI”. In: *Folha Online – Dinheiro*. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 22.02.2005, 16h06m.

Evolução da execução financeira do governo central em 2004. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 30.04.2005, 19h10m.

Folha de S.Paulo, 18.03.2005.

Folha Online Dinheiro. “PIB brasileiro somou R\$ 1,769 trilhão em 2004, diz IBGE”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 31.03.2005a, 09h32m.

Folha Online Dinheiro. "Taxa de investimento na economia tem o melhor resultado desde 1998". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 31.03.2005b, 09h45m.

Folha Online Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 13.01.2005c, 11h46m.

Hora do Povo, 18-22.02.2005.

IBGE. *Pesquisa industrial mensal mensal produção física - Brasil - produção industrial cai 2,% em setembro*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08.11.2005.

"Melhores e maiores", Revista *Exame*, 1999.

"Melhores e maiores", Revista *Exame*, jul. 2003.

Ministério da Fazenda. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília, abr. 2003.

Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. *Evolução da*

execução financeira do governo central em 2004. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 30.04.2005, 19h10m.

Ministério do Planejamento. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 13.03.2005, 13h33m.

"Setor bancário é o mais lucrativo, diz Economática". Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/economia>>. Acesso em: 05.04.2005, às 17,23h

Souza, Nilson Araújo de. *A longa agonia da dependência - economia brasileira contemporânea (JK/FH)*. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

Souza, Nilson. *Ascensão e queda do império americano*. São Paulo: Ed. CPC-UMES/Mandacaru, 2001.

UOL - *Últimas Notícias*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/reuters>>. Acesso em: 01.03.2005, 10h38m.

Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo
Sustainability development: limits and perspectives in the contemporary debate
Développement Soutenable : limites et perspectives dan le débat contemporain
Desarrollo Sostenible: límites y perspectivas en el debate contemporáneo

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves*
Débora Cristina Bandeira Rodrigues**

Recebido em 3/2/2006; revisado e aprovado em 20/6/2006; aceito em 2/8/2006

Resumo: O presente artigo traz para discussão reflexões em torno das concepções de desenvolvimento sustentável existentes na contemporaneidade, abordando os limites e perspectivas que envolvem a concretização desta forma de desenvolvimento. A presente discussão se faz pertinente à medida que, entende-se que uma proposta viável de desenvolvimento sustentável coloca em evidência aspectos para construção de novos rumos no tratamento das questões ambientais planetárias, ao mesmo tempo em que aponta para as determinações políticas e econômicas que embasam o modelo de desenvolvimento vigente.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; meio ambiente; política.

Abstract: The present article brings to discussion reflections around the conceptions of maintainable development existent actually, approaching the limits and perspectives which involve the materialization of this development way. The present discussion is done pertinent as well as understands each other a viable proposal of maintainable development places in evidence aspects for construction of new directions in the treatment of the planetary environmental subjects, at the same time in that appears for the political and economical determinations that base the model of effective development.

Key words: Maintainable development; environment; politics.

Résumé: Le présent article mène à discuter sur des réflexions autour des concepts du développement durable de l'environnement existant, en abordant les limites et perspectives qui englobent la concrétisation de cette forme de développement. Cette discussion se fait pertinente à mesure que la compréhension montre l'existence d'une proposition valable de développement durable et met en évidence des aspects pour obtenir de nouvelles manières de traitement des milieux environnants planétaires, en même temps qu'elle indique les déterminations politiques et économiques qui forment la base effective du modèle actuel de développement

Mots-clé: Développement; milieu environnant; politique.

Resumen: El presente artículo trae para discutir reflexiones en torno a las concepciones de desarrollo sustentable existentes en la contemporaneidad, abordando los límites y perspectivas que envuelven la concretización de esta forma de desarrollo. La presente discusión se hace pertinente en la medida que, se entiende que una propuesta viable de desarrollo sustentable coloca en evidencia aspectos para construcción de nuevos rumbos en el tratamiento de las cuestiones ambientales planetarias, al mismo tiempo en que apunta para las determinaciones políticas y económicas que envasan el modelo de desarrollo vigente.

Palabras clave: Desarrollo sustentable; medio ambiente; política.

Tão ambígua quanto usual, a expressão "desenvolvimento sustentável" remete a uma corrente de reflexões que perdura há mais de vinte anos (GODARD, 1997, p.107).

1 Introdução

Nas últimas três décadas a discussão em torno da relação Estado-sociedade-natureza tem sido intensificada, tanto em níveis internacionais quanto nacionais, podendo ser identificados neste processo diferentes tendências de análise e interpretação, entre

elas encontra-se a proposta de desenvolvimento sustentável.

Segundo Godard (2002), foi após a década de 70 que começa a se estabelecer a consciência de que as raízes dos problemas ambientais estariam nas formas de desenvolvimento tecnológico e econômico, sendo impossível o tratamento das questões, sem uma reflexão e conseqüente ação sobre este modelo de desenvolvimento proposto. Assim, as chamadas políticas de meio ambiente não podem ser tratadas "à margem dos proces-

* Docente do Dep. Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Doutora em Política Científica e Tecnológica; Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia. (socorro.chaves@ig.com.br).

** Pesquisadora Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia; Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia; Doutoranda em Biotecnologia. (deb.crist@ig.com.br).

tos de ação coletiva e de organização econômica” (p.201). Pode-se afirmar que estas são a base das referências feitas usualmente às noções de ecodesenvolvimento (SACHS, 1980) ou de desenvolvimento sustentável (GODARD, 1994).

A noção de desenvolvimento sustentável, segundo alguns autores (GODARD, 2002, IGNACY, 2002 e SIMONIAN, 2000) ainda é incerta, uma vez que esta se encontra segundo Godard (1997) no cruzamento de várias tradições intelectuais, onde na atualidade serve para expressar um desejo de “conciliação entre desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente do planeta a longo prazo” (p.108), ao mesmo tempo em que favorece aproximações intelectuais, recomposições teóricas e reorganizações institucionais. O autor chama atenção para o fato de que, estas noções mais abrem campos novos de debate que propriamente organizam as noções já existentes. Ressalta ainda, que os “conceitos e doutrinas, regras e procedimentos práticos vão ser elaborados de acordo com a conveniência das decisões econômicas, das regras jurídicas e das inovações institucionais” (p.109).

Neste sentido, o significado das questões em jogo devem ser buscados, por um lado nas concepções teóricas e por outro nas funções exercidas nos processos políticos e institucionais. Neste contexto, pode-se afirmar que nas sociedades contemporâneas o desenvolvimento assume valor central, sendo este valor alimentado por vários componentes ideológicos: necessidade de progresso técnico identificado ao progresso humano, ambição de domínio sobre a natureza (GODARD, 2002).

Nesta perspectiva, pretendemos discutir, ainda que de forma pré-liminar, as noções que envolvem a proposta de um desenvolvimento sustentável, sem perder de vista os limites e possibilidades que envolvem esta questão.

2 Noção de Desenvolvimento Sustentável: uma construção a partir de múltiplas origens

O conceito de desenvolvimento sustentável... É um enfoque de desenvolvimento sócio-econômicos orientado para: a satisfação de necessidades básicas; o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural

desempenha nesse processos de mudança; oferecer um conjunto de critérios para se avaliar a pertinência de ações mais específicas (SACHS, Inagcy).

O aprofundamento e visibilidade nos debates em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável, segundo Godard (1997), não tem sua origem no relatório de Brundtland, mesmo reconhecendo sua contribuição, o referido autor aponta três principais correntes teóricas nos meios científicos e dos especialistas vinculados na análise do desenvolvimento econômico e de suas conseqüências sobre o meio ambiente.

No começo dos anos 70, sob a direção do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, encontra-se uma primeira corrente de pensamento (FARVAR, 1977; GLAESER, 1984; SACHS e SIMONIS, 1990) que se dedica em promover o que ficou conhecido como “estratégias de ecodesenvolvimento” (SACHS, 1974, 1980 e 1993). Esta seria concebida como uma nova abordagem do desenvolvimento, onde as estratégias pensadas teriam suas bases fundadas no “atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada **ecozona**, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos” (GODARD, 1997, p.111).

Esta perspectiva de abordagem em primeiro plano focaliza às populações, a partir da percepção de que as formas de subsistência desenvolvidas, bem como as atividades, têm sua organização fora da economia de mercado oficial (agricultura familiar de subsistência, economia urbana informal), baseado neste entendimento as bases do desenvolvimento destas atividades estariam na participação direta das populações envolvidas no processo, ao mesmo tempo em que buscam a criação de novas formas institucionais de impulso e de planificação em nível dos estabelecimentos humanos e distritos rurais.

Nesta forma de abordagem, considerada crítica e pragmática quanto a forma de

desenvolvimento dominante proposto no pós-guerra, sua concretização se deu por meio de projetos, de níveis experimentais ou demonstrativos, buscando apóio em iniciativas de organizações populares locais, de militantes ou independentes, com apoio de organizações internacionais ou de agências públicas. Encontra limitações no aspecto econômico e político, tendo em vista sua proposta, que apresentava como necessidade para se discutir o ecodesenvolvimento, a necessidade de mudanças políticas nacionais e uma reestruturação das relações econômicas Norte-Sul. Isto significaria uma mudança de postura nos modos de vida e desenvolvimento dos países industriais, sendo esta considerada condição *sine qua non* para uma harmonização dos direitos ao desenvolvimento, não só de alguns países mas de todos, bem como a preservação do meio ambiente do planeta. Esta proposta considerada radical, não agradou a muitos, o que levou, após um entusiasmo inicial, a proposta de ecodesenvolvimento a ficar relegada às esferas marginais.

Numa segunda corrente de pensamento (CONSTANZA, 1989; DALY, 1977; GEORGESCU-ROEGEN, 1978 e PASSET, 1979), tem-se a proposta de um projeto que desenvolva uma nova representação teórica da atividade econômica tendo como ponto de partida a confrontação com os novos conceitos e modelos desenvolvidos pelas ciências da natureza, como: termodinâmica, evolução e organização do ser vivo, ecologia, entre outros. Os teóricos ligados a esta corrente de pensamento iniciam com formulações críticas, tais como: questionam a autogestão do sistema econômico, impossibilidades da extrapolação das soluções locais para globais, impossibilidades de reciclagem completa das matérias-primas, devido aos fenômenos da entropia, não possibilidade de troca entre capital natural e capital produtivo reprodutivo. Os resultados destas abordagens conduzem ao que se pode chamar de "bioeconomia" ou "economia ecológica" (*ecological economics*), onde segundo autor, a inspiração interdisciplinar permanece muito variada.

A terceira forma de abordagem apresentada pelo autor, se coloca no prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico. Para alguns au-

tores não existe relação entre crescimento e degradação do meio ambiente (BECKMAN, 1974), apresentam aqui um erro de objetivo, uma vez que "a teoria do crescimento é organizada em torno da questão da poupança e do investimento, ou seja, do julgamento dos fluxos de consumo no tempo" (GODARD, 1997, p.113), ao contrário os problemas ambientais deveriam ser tratados como ineficácia da distribuição dos bens econômicos em dado momento. Foram feitas análises sobre os regimes de exploração de recursos naturais não renováveis (DASGUPTA e HEAL, 1979 e SOLOW, 1974) ou renováveis (CLARK, 1973 e 1990) com objetivo de identificar: a) as condições possíveis de uma exploração economicamente ideal; b) verificar as implicações sobre a evolução destes recursos; e c) deduzir as possíveis consequências analíticas para o estudo do crescimento e da distribuição do bem estar. Neste processo vários modelos foram construídos a fim de analisar as implicações lógicas de uma exigência de equidade entre as gerações nas trajetórias de crescimento máximo, os respectivos níveis de consumo acessíveis a cada geração, bem como as condições de transferência de custos de uma geração a outra.

As correntes apresentadas são debatidas a fim de dar um conteúdo ao objetivo de desenvolvimento sustentável. Contudo, a definição mais conhecida e citada é a do relatório Brundtland (1988), onde desenvolvimento sustentável "é o que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades" (GODARD, 1997, p.113). Autor ressalta que, ainda assim, são várias as formas de interpretação desta definição.

Neste sentido, entende-se que há limites e possibilidades apontados nas diferentes perspectivas de desenvolvimento sustentável.

3 Limites e perspectivas para uma nova proposta de desenvolvimento sustentável

As diferentes noções de sustentabilidade ou mesmo de desenvolvimento, dificultam a realização de uma interpretação prática dos objetivos políticos formulados em

torno da proposta de “desenvolvimento sustentável”. Segundo Godard (1997), os conhecimentos produzidos em torno desta temática apresentam limitações, são incompletos e controvertidos. Alerta para não garantia de transferências ou mesmo a tradução de raciocínios de determinada escala de organização ou de uma área de conhecimento para outra. É importante ressaltar que, as diferentes definições apresentadas apontam para exigência de sustentabilidade como valor normativo, e que permita formulação de objetivos coletivos, aspecto que tem sido alcançado ao nível do planeta. O desafio se impõe na passagem destas normas a nível planetário para regras ou normas válidas em escalas locais, onde são vários os mecanismos que podem interferir no processo. A exigência de sustentabilidade não torna homogênea as diferentes realidades sócio-econômica e culturais que constituem o planeta.

Desta forma pode-se dizer que a sustentabilidade deverá ter diferentes estruturas a partir das diferentes escalas de organização na qual se encontre inserida. Uma principal dificuldade para concretização desta proposta é que do ponto de vista dos fenômenos ecológicos, são analisados primeiramente em nível local (ecossistemas) ou regional (biomassa e regiões biogeográficas), e depois, de forma mais abrangente e conjuntural a nível planetário.

Com as discussões desenvolvidas e a partir das análises realizadas, o que se pode perceber é que “aplicação de uma política de sustentabilidade do desenvolvimento não pode ser derivada diretamente nem de uma otimização econômica intertemporal, observados pelos preços nos mercados, nem dos conhecimentos científicos dos processos biofísicos, dos quais depende a reprodução de nosso meio ambiente” (GODARD, 1997, p.117). Neste caso, a operacionalização de uma proposta de desenvolvimento sustentável, deve tomar como referência à construção de mediação de critérios estratégicos que possam dar conta do atual estado de incertezas que envolvem esta questão. Tais critérios deverão orientar a gestão dos elementos passíveis de conhecimento no momento atual.

Referido autor cita três exemplos de atitudes que podem dar base para uma política de “desenvolvimento sustentável”, que

podem ser relacionados como: 1) um comportamento de segurança e de prevenção dos riscos conhecidos; 2) a otimização do tempo para conhecer os fenômenos, e assim responder de forma mais eficaz aos problemas ainda incertos neste campo; busca por soluções “de menor arrependimento”, que possam atender de forma simultânea vários objetivos da coletividade (HOURCADE, 1994 *apud* GODARD 1997). Contudo, vemos hoje um princípio que pode ter influência ainda maior que o “desenvolvimento sustentável”, que é o “princípio da precaução”. Este princípio tem suas bases estabelecidas no direito internacional, posteriormente entrando no direito interno, aonde vai além das questões ambientais e passa a tingir o conjunto dos riscos maiores, principalmente no campo da saúde.

Pelo “princípio da precaução” entende-se “que ele pode exigir ações que limitem as emissões de certas substâncias potencialmente perigosas, sem esperar que uma relação de causalidade seja estabelecida de maneira formal sobre bases científicas” (p.118).

Neste campo do debate é possível estabelecer uma dupla relação entre as noções de desenvolvimento sustentável e o princípio da precaução: 1) ambas tem sua gênese na tomada de consciência de que determinadas conseqüências ou ações são irreversíveis; 2) na área do desenvolvimento sustentável, com tantas incertezas, pode-se aproximar estas noções de duas maneiras: a concretização de uma política de desenvolvimento sustentável, hoje significaria assumir uma postura de precaução diante dos riscos cujas conseqüências seriam sofridas pelas gerações futuras; ao contrário disso, este mesmo princípio possibilitaria dar uma tradução prática a algumas preocupações que não poderiam transformar-se em ação, cita o exemplo do risco climático do planeta.

Na linha do desenvolvimento sustentável existem aqueles que acreditam que a medida da precaução deve ser bem avaliada, medida, para outros a medida deveria ser imposta de forma absoluta. Existem ainda, os que impõem a necessidade de resultados de pesquisa que demonstrem as conseqüências de determinados projetos antes mesmo de serem autorizados e implementados.

A discussão, em torno deste princípio, demonstra a relação ambivalente entre decisão e conhecimento científico. Vários questionamentos são levantados, a partir deste debate, quanto a responsabilidade da prova exigida para que determinadas ações sejam desenvolvidas, num cenário de incertezas e onde os saberes ainda não estão estabilizados, neste caso, de quem é a responsabilidade da prova? E qual a prova a ser dada?

Uma evidência que se coloca hoje nos fóruns de discussão é que, a partir do momento em que se estabeleceu o princípio da precaução nos tratados e convenções, os Estados assumiram a não preocupação nos momentos das tomadas de decisões sobre questões que hoje são colocadas em discussão, como exemplo temos a mudança climática do planeta, mesmo na ausência de prova científica teórica e empírica.

Autor coloca que este princípio da precaução pode ajudar no processo de modificação dos comportamentos, mas chama atenção para o fato de também servir de inibidor para o desenvolvimento das empresas e da tecnologia. Neste ponto, poderia se tornar contraditória com a proposta do desenvolvimento sustentável. Para efetivação deste princípio, são necessários estabelecimentos de regras que possam garantir uma aplicação sensata e previsível. O que se constitui em desafio a ser superado.

4 Funções e objetivos do desenvolvimento sustentável na contemporaneidade

A noção de "desenvolvimento sustentável" tem adquirido difusão ampla e diversificada no meio social e acadêmico, o que implica na possibilidade de atendimento de uma variedade de projetos, valores, atores e grupos sociais os mais diversos. Contudo, as incertezas que ainda envolvem esta noção colocam à função que tem exercido na atualidade, entendida num processo de construção buscando: aproximar problemáticas e interesses diferentes, abrindo caminho para novas formas de relação, favorecendo ainda reorganizações.

Numa perspectiva prática de abordagem, a noção de desenvolvimento sustentável atende de forma indiscutível a vários

objetivos: o primeiro apresenta a necessidade de se favorecer a eliminação das barreiras entre diferentes disciplinas e diferentes tradições de pensamento, buscando assim, a construção da interdisciplinaridade, que ainda se articula com certa dificuldade, tendo em vista os muros construídos pelo próprio conhecimento científico.

Para Leff (2002), a superação do padrão de conhecimento fragmentado dominante, vai depender da nossa capacidade de perceber e discutir a problemática em toda sua complexidade e totalidade, não centrando as análises na separação, mas buscando a construção de enfoques mais integrados e democráticos de percepção das questões ambientais. Neste sentido, a proposta de desenvolvimento sustentável, pode proporcionar certo equilíbrio entre as diferentes disciplinas científicas advindas de diferentes tradições de pensamento, estabelecendo uma interlocução fecunda entre estas. Faz-se necessário, ainda, o reconhecimento da relevância das discussões éticas e morais, do estabelecimento de ligações entre as ciências da natureza no interior das análises econômicas, procurando, ainda, articular os dados científicos e os "procedimentos de revelação dos valores coletivos, no interior dos dispositivos de gestão" (GODARD, 1997, p.123); o segundo objetivo proposto, seria o de reintegrar as políticas de meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento econômico, este aspecto vem confirmar um consenso político internacional de manter o desenvolvimento econômico no centro das decisões e da sociedade, indo de encontro a toda decisão pautada na conservação da natureza. Segundo Godard (2002), umas das questões centrais que emergem no contexto internacional pós década de 70, é a discussão quanto ao grau de compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. A partir desta perspectiva de análise, se teria uma tese de incompatibilidade entre estes dois objetivos, o que implica idéia da necessidade de um "crescimento zero" ou mesmo de uma situação "estacionária" (DALY, 1997), podendo ter ainda uma redução no crescimento (GEORGESCU-ROEGEN, 1979).

Nesta linha de pensamento, opõem-se duas antíteses: para determinado grupo, somente com taxa elevada de crescimento se

poderia ter o financiamento de uma política ambiental vigorosa, centrada na difusão rápida da inovação, considerando custos de manutenção ou de restauração de ambientes, bem como para concretização de mecanismos de reciclagem de materiais ou de eliminação de dejetos; para outro grupo, seria possível pensar harmonização entre os objetivos do desenvolvimento e a preservação ambiental, mas assumir tal postura exigiria a elaboração de uma nova concepção de modelos de desenvolvimento, o que implicaria mudanças significativas nos modos de vida, nos modos de produção, assim como nas opções técnicas e nas formas de organização social e das relações internacionais.

Esta perspectiva de análise revela o quanto à relação sociedade e natureza são resultado de uma construção histórico-social, a partir do estabelecimento das relações dos homens entre si, num determinado tipo de sociedade. Este modelo precisa ser repensado, uma vez que as políticas de meio ambiente não podem ser mais marginalizadas ou relegadas a um plano secundário as decisões econômicas e sociais. Neste sentido, os princípios estabelecidos na Declaração do Rio de Janeiro sobre "meio ambiente e desenvolvimento" expressam, principalmente nos princípios 4 e 8 que "para chegar a um desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve fazer parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; e o segundo estabelece que a fim de chegar a um desenvolvimento sustentável e a uma melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados deveriam reduzir e eliminar os modos de produção e de consumo não viáveis, e promover políticas demográficas apropriadas" (p.124).

Por fim, um terceiro objetivo apresentado coloca a necessidade de ligar a problemática de meio ambiente e relações Norte-Sul, para efetivação deste objetivo se faz necessário num primeiro momento o estabelecimento de um compromisso, uma vez que os países do sul defendem seus interesses de desenvolvimento econômico e de privilégios quanto ao acesso a financiamentos e tecnologias. Neste contexto, os países do Norte se apresentam de forma mais sensível às questões de preservação e equilíbrio do meio ambiente. De maneira mais aprofundada, as

questões pertinentes ao futuro do meio ambiente "depende da evolução do conteúdo global dos modos de desenvolvimento no Norte como no Sul (modos de consumo, escolha de tecnologias, organização do espaço, gestão dos recursos e dos resíduos)" (GODARD, 1997, p.125), e estas decisões não dependem única e exclusivamente dos setores especializados da ação pública, mas dizem respeito ao conjunto da sociedade. Algumas ações desenvolvidas nas últimas décadas demonstram certa mudança de atitude frente às questões do meio ambiente, uma delas foi a convenção internacional sobre o clima e a biodiversidade, realizada e assinada no Rio de Janeiro em junho de 1992, onde para além dos conflitos de prioridades entre Norte e Sul, se estabeleceram compromissos.

Neste contexto, a retórica do desenvolvimento sustentável tem sido utilizada por diferentes grupos como recurso de denúncia política ou exercício de cidadania. Este aspecto revela que, o tratamento desta temática tem possibilitado abertura de novos espaços de expressão, ao mesmo tempo em que se constitui como novo espaço de legitimidade internacional.

5 Considerações

As discussões em torno de uma proposta viável de desenvolvimento sustentável colocam em evidência aspectos que precisam ser tratados, de forma a poder se estabelecer novos rumos para o tratamento das questões ambientais planetárias, ao mesmo tempo em que aponta para as determinações políticas e econômicas que embasam o modelo de desenvolvimento vigente.

Neste cenário algumas questões, segundo Sachs (2002) se impõe: como promover um desenvolvimento sócio-econômico, capaz de trabalhar a partir de princípios éticos que respeitem, as gerações presentes sem comprometer as gerações futuras? Como estabelecer, neste modelo de sociedade, uma relação com a natureza que não referende a consolidação de práticas predatórias comumente efetivadas? Como estabelecer um novo padrão social de comportamento, não de dominação do homem sobre a natureza, mas trabalhando no estabelecimento de uma simbiose sociedade-natureza?

Considerando estes questionamentos, para o referido autor, o conceito de sustentabilidade não se constitui algo estático, mas dinâmico, uma vez que busca levar em consideração as crescentes necessidades das populações, assim “O desenvolvimento sustentável não representa um estado estático de harmonia, mas, antes, um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a dinâmica dos investimentos, e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consciente face às necessidades tanto atuais quanto futuras” (SVEDIN, 1987 apud SACHS, 2002, p.474).

Para Sachs (2002), a partir desta perspectiva de interpretação, o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais:

- a. “Sustentabilidade social”, aspecto que deve ter como base o estabelecimento de uma proposta de desenvolvimento que assegure um crescimento estável, com distribuição eqüitativa de renda, garantindo o direito de melhoria de vida das grandes massas da população.
- b. “Sustentabilidade econômica”, possível a partir de um fluxo constante de inversões públicas e privadas, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais.
- c. “Sustentabilidade ecológica”, através da expansão da capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta terra, com menor nível de impacto ao meio ambiente. Impondo-se, ainda, a necessidade de redução do volume de substâncias poluentes, a partir da adoção de políticas de conservação de energia e de recursos, entre outras medidas.
- d. “Sustentabilidade geográfica”, uma vez que a maioria dos problemas ambientais tem sua origem na distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Dois exemplos citados, para ilustrar tal questão, é a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas, e a destruição de ecossistemas frágeis, de fundamental importância, pela falta de controle nos processos de colonização. Estes exemplos

revelam a necessidade de se buscar uma nova configuração para questão rural-urbano de forma mais equilibrada.

- e. “Sustentabilidade cultural”, esta se apresenta de forma mais complexa para efetivação, uma vez que exigiria pensar o processo de modernização de forma endógena, trabalhando as mudanças de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada contexto específico. Deste princípio, emerge a hipótese de um acesso a modernidade a partir de múltiplas vias de acesso, onde segundo Touraine (1988), “além da necessidade de se traduzir o conceito normativo de desenvolvimento sustentável numa pluralidade de soluções locais, adaptadas a cada ecossistema, a cada cultura e, inclusive, soluções sistêmicas de âmbito local, utilizando-se o ecossistema como um paradigma dos sistemas de produção elaborados pelo homem...” (apud SACHS, p.475).

Observando estas dimensões, o conceito de desenvolvimento sustentável ora em discussão revela os limites e fragilidades dos aspectos ecológicos globais, onde o enfoque de desenvolvimento sócio-econômico tem sua orientação voltada para satisfação das necessidades básicas para grande massa da população que vive em situação de risco e exclusão social, reconhecendo ao mesmo tempo o papel fundamental que o respeito à diversidade sociocultural desempenha neste processo.

Nesta linha de análise, Chaves (2004) afirma que a proposta de desenvolvimento sustentável abrange, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, tecnológicos e ecológicos, buscando uma integração entre estes vários fatores.

O que se pode perceber diante de todas as abordagens quanto à noção, conceitualização de desenvolvimento sustentável, o que se coloca em evidência é um processo de construção, onde as várias correntes de pensamento do conhecimento científico estão sendo convocadas para discutir e estabelecer critérios, que orientem as ações de desenvolvimento social e econômico numa perspectiva de simbiose com a natureza.

Referências

- CHAVES, Maria do P. Socorro R. *Desenvolvimento sustentável*. Manaus: UFAM, junho de 2004. Aula expositiva no Doutorado em Biotecnologia.
- GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997.
- _____. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- IGNACY, Sachs. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: Coelho, Maria C. Nunes, Ligia Simonian, Nobert Fenzl (Orgs.). *Estado e Políticas públicas na Amazônia: Gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 2000.

Sistemas de inovação e promoção tecnológica regional e local no Brasil
Innovation systems and local regional technological promotion in Brazil
Systèmes d'innovation et promotion technologique régionale et locale au Brésil
Sistemas de innovación y promoción tecnológica regional y local en el Brasil

Francisco de Assis Veloso Filho*
Jorge Madeira Nogueira**

Recebido em 17/11/2005; revisado e aprovado em 11/4/2006; aceito em 13/6/2006.

Resumo: Reconhecer a importância do conhecimento para o desenvolvimento econômico renovou os debates sobre o tema do desenvolvimento regional. O Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) articula sistemas setoriais, redes de organizações e estruturas estaduais e municipais de inovação, conduzindo iniciativas voltadas à promoção tecnológica de regiões e localidades, tais como cadeias produtivas, parques tecnológicos e incubadoras de empresas; plataformas tecnológicas e arranjos produtivos e as redes de tecnologia. Estados e Municípios contam com novos elementos para a discussão de estratégias de desenvolvimento e para a definição de medidas e projetos de crescimento econômico.

Palavras-chave: Inovação tecnológica; desenvolvimento regional; desenvolvimento local.

Abstract: The relevance of knowledge for economic development renovates the debates about regional development. The National Science and Technology Development System (SNDCT) articulates sectorial systems, networks and state and municipal structures for innovation besides leading directed initiatives for technology promotion of regions and localities, such as productive chains, technology parks and business incubators, technology platforms and productive arrangements and technology networks. State and counties count on new elements for development strategies and economic growth projects.

Key words: Technology innovation; regional development; local development.

Résumé: Reconnaître l'importance de la connaissance pour le développement économique a renouvelé les débats sur le thème du développement régional. Le système National de Développement Scientifique et Technologique (SNDCT) articule des systèmes sectoriels, des réseaux d'organisations et des structures provinciales et municipales de l'innovation, qui conduit des initiatives dirigées vers la promotion technologique des régions et localités, comme les chaînes de productions, parcs technologiques et couveuses d'entreprises, plates-formes technologiques et arrangements productifs et les réseaux de technologie. Provinces et municipes comptent sur de nouveaux éléments pour la discussion des stratégies de développement et pour la définition de mesures et de projets de croissance économique.

Mots-clé: Innovation technologique; développement régional; développement local.

Resumen: Reconocer la importancia del conocimiento para el desarrollo económico renovó los debates sobre el tema del desarrollo regional. El Sistema Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (SNDCT) articula sistemas sectoriales, redes de organizaciones y estructuras estatales y municipales de innovación, conduciendo iniciativas volcadas a la promoción tecnológica de regiones y localidades, tales como cadenas productivas, parques tecnológicos e incubadoras de empresas; plataformas tecnológicas y condicionamientos productivos y las redes de tecnología. Estados y Municipios cuentan con nuevos elementos para la discusión de estrategias de desarrollo y para la definición de medidas y proyectos de crecimiento económico.

Palabras clave: Innovación tecnológica; desarrollo regional, desarrollo local.

1 Introdução

Debates e contribuições recentes têm enfatizado a relevância do papel do conhecimento para que o país se desenvolva economicamente. No Brasil, reconhecer a importância da inovação trouxe grandes mudanças no modo de atuar de empresas, entidades representativas, instituições de ensino e de pesquisa e organizações do setor público.

O tema do desenvolvimento regional e local, objeto da atenção de diversas instituições da sociedade, foi renovado com esses debates. Há importantes desdobramentos pa-

ra as atividades de planejamento econômico em Estados e Municípios, desde a discussão de alternativas e estratégias de desenvolvimento até a definição de projetos e medidas específicas para o crescimento econômico.

O Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), do ponto de vista institucional, agrega e articula sistemas setoriais ou redes de organizações da esfera federal, a exemplo do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), das Instituições de Ensino Superior e dos Centros de Educação Tecnológica. Agrega e articula também entidades representativas,

* Doutor em Ciências Econômicas e professor adjunto no Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí. (aveloso@ufpi.br).

** Ph.D. em Economia e professor titular no Departamento de Economia da UnB. (jmn0702@unb.br).

como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e organismos vinculados, além de organizações sociais, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), assim como as estruturas de C,T&I, criadas nas unidades da federação e em diversos municípios do país.

No sistema organizacional supra citado, encontram-se atuantes pelas regiões do país sistemas setoriais e redes de organizações da esfera federal, sistemas de instituições representativas, redes de organizações sociais e estruturas estaduais e municipais de C,T&I. Ao lado desses sistemas vinculados ao SNDCT, opera também a estrutura federal específica de desenvolvimento regional, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional (MIN).

No Brasil, interpretações conceituais a respeito dos sistemas de inovação e do desenvolvimento regional podem ser encontradas, por exemplo, em Cassiolato e Lastres (2000) e Cassiolato e Szapiro (2002), os quais elaboraram, inclusive, revisões da literatura e de experiências de outros países sobre a matéria. O manual sobre desenvolvimento tecnológico regional elaborado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) também discute o assunto do ponto de vista conceitual (ver IEL, 2000).

Albuquerque e Rocha Neto (1996) realizaram um levantamento geral dos sistemas estaduais de inovação no Brasil, por uma iniciativa da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI). Estudo mais detalhado sobre os Estados da região Nordeste, por exemplo, foi elaborado por Rocha Neto (1998), em projeto de pesquisa coordenado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

Mais recentemente, Albuquerque e Rocha Neto (2005) retomaram essa temática, com análises do sistema nacional de inovação, dos vínculos entre C,T&I e desenvolvimento regional, assim como novo levantamento sobre os sistemas estaduais de inovação, a partir de bancos de dados organizados pela ABIPTI.

Este ensaio considera essas contribuições sobre inovações e desenvolvimento regional. Tem como objetivos o levantamento dos sistemas regionais de inovação atuantes no país e a identificação de iniciativas rele-

vantes para a promoção tecnológica regional ou local, especialmente de projetos inovadores implementados em articulação com os setores produtivos envolvidos.

Espera-se contribuir para o debate sobre o desenvolvimento regional, que pode ser ampliado com a consideração dos avanços no setor de C,T&I, sendo necessária para tal desenvolvimento a participação ampliada de Estados e Municípios, no sentido do aproveitamento pleno das potencialidades e das expectativas de crescimento econômico, o que, por sua vez, levará à melhoria da qualidade de vida em regiões e localidades do país.

2 Desigualdades regionais no Brasil

Os levantamentos estatísticos elaborados pelo IBGE apresentam diferentes possibilidades de desagregação territorial. Essas características das bases de dados reduzem as informações regionalizadas e limitam as possibilidades de análises, considerando instâncias territoriais.

Em 2003, o Produto Interno Bruto do Brasil, a preços de mercado e em valores correntes, foi estimado em R\$ 1,56 trilhão. A distribuição da geração do produto pelas regiões e pelas unidades da federação reflete as diferenças nos avanços dos processos de modernização econômica, em termos de "revolução agrícola", urbanização, industrialização e integração do mercado nacional, com a predominância econômica historicamente associada às regiões Sudeste e Sul (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil: Produto Interno Bruto segundo as grandes regiões 2003.

Regiões/unidades	PIBpm correntes	
	R\$ milhão	%
Total	1.556.182	100,0
Norte	77.436	5,0
Nordeste	214.598	13,8
Sudeste	858.723	55,2
Sul	289.253	18,6
Centro-Oeste	116.172	7,5

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2003.

Considerando a série disponível para o período 1995-2003 (ver Tabela 2), destaca-se o aumento da participação relativa das regiões Centro-Oeste e Norte, cujas médias trienais (1985-1987, 1993-1995 e 2001-2003)

elevaram-se, respectivamente, de 5,1% para 7,4% e de 4,2% para 4,9%. A expansão da fronteira agrícola e a formação de novos núcleos urbanos e industriais (pólos agroindustriais e a Zona Franca de Manaus) podem explicar essas variações.

A região Nordeste, por sua vez, perde participação relativa, com redução das mé-

dias trienais de 13,8% para 13,5%. Em linhas gerais, os Estados dessa região não conseguiram imprimir um ritmo de crescimento econômico que permitisse ganhos de posições relativas na geração de riquezas. A redução relativa da região mais industrializada era de se esperar, tendo em vista a expansão das atividades econômicas nas demais.

Tabela 2 - Brasil: participação das grandes regiões na geração do PIBpm 1985-2003

	1985-1986-1987	1992-1993-1994	2001-2002-2003
Norte	4,2	4,9	4,9
Nordeste	13,8	12,9	13,5
Sudeste	59,7	58,1	56,9
Sul	17,3	18,5	18,0
Centro-Oeste	5,1	5,9	7,4
	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2003.

Com os dados estatísticos disponíveis, é possível elaborar indicadores de produtividade. Indicadores setoriais de produtividade permitem detalhar um pouco mais essas desigualdades entre as regiões. Utilizando-se os dados de valor da produção e de área colhida, referentes às lavouras tempo-

rárias e às permanentes, constata-se, mais uma vez, o distanciamento das regiões Norte e Nordeste quanto às médias nacionais. Em ambos os tipos de culturas, as produtividades das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste superam os valores médios do país (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Brasil: indicadores de produtividade das lavouras temporárias e permanentes 2004

Brasil e regiões	Valor da produção (R\$ mil)	Área colhida (ha)	Produtividade (R\$/há)
Lavouras temporárias			
Brasil	89.982.658	55.703.140	1.615,40
Norte	2.955.185	2.221.687	1.330,15
Nordeste	11.090.543	9.620.918	1.152,75
Sudeste	18.764.522	9.381.709	2.000,12
Sul	31.685.858	19.253.060	1.645,76
Centro-Oeste	25.486.547	15.225.766	1.673,91
Lavouras permanentes			
Brasil	21.243.083	6.295.583	3.374,28
Norte	1.147.568	521.013	2.202,57
Nordeste	4.260.389	2.349.074	1.813,65
Sudeste	12.656.619	2.864.097	4.419,06
Sul	2.758.648	438.013	6.298,10
Centro-Oeste	419.857	123.386	3.402,79

Fonte: dados da Produção Agrícola Municipal obtidos no SIDRA.

Restrições aos processos de modernização econômica e de incorporação produtiva ao sistema econômico nacional resultam em amplas desigualdades na geração do produto e de riquezas pelas regiões do país. Além disso, a região Nordeste, em especial, também apresenta indicadores de produtivi-

dade (lavouras temporárias e lavouras permanentes) distantes das médias nacionais. A elevação da produtividade, dependente da inovação tecnológica, entre outros fatores, tem papel fundamental em estratégias de desenvolvimento regional a serem estabelecidas no país.

3 Sistemas setoriais e redes de organizações

Neste item, procura-se caracterizar algumas das estruturas dos sistemas setoriais e das redes de organizações atuantes no território nacional, tanto da esfera pública como aquelas de entidades não-governamentais. Cabe lembrar o foco no desenvolvimento tecnológico regional ou local e nas articulações com os setores produtivos. Portanto, não se trata de um amplo estudo sobre C,T&I, como alguns dos trabalhos citados anteriormente, e nem se considera outros aspectos específicos, como os mecanismos de financiamento e os incentivos fiscais disponíveis no setor.

Em sua atual configuração, o SNDCT tem, na estrutura central, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), os fundos setoriais mais recentemente criados e órgãos vinculados, como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Quando de sua criação, em 1985, o MCT apresentava competências nas áreas de patrimônio científico e tecnológico, política de ciência e tecnologia e política de informática, agregando órgãos e entidades desses setores. Atualmente, tem atribuições nos assuntos de pesquisa científica e tecnológica, atividades de ciência e de tecnologia, assim como assuntos de informática e automação, biossegurança, espaço e energia nuclear (www.mct.gov.br).

O CCT, órgão consultivo do SNDCT, conta com a participação de 26 instituições, entre ministérios, representações de produtores e usuários de C,T&I e de entidades das áreas de ensino e de pesquisa, tendo o órgão, como secretaria-executiva, o próprio Ministério. O referido órgão tem como missão formular propostas para a política da área, promover estudos e avaliações setoriais, articular-se com outras áreas de governo e opinar sobre atos normativos.

Assim como no setor de C,T&I, há uma estrutura federal responsável pela política de desenvolvimento regional no Brasil, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (www.integracao.gov.br) e composta por

órgãos colegiados; autarquias e empresa pública; fundos constitucionais de financiamento, fundos fiscais de investimentos, fundos de desenvolvimento regional e incentivos fiscais.

Os bancos de desenvolvimento regional, como o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), são os agentes financeiros desse sistema setorial, responsáveis pela operacionalização dos principais programas em suas respectivas áreas de atuação.

O BNB, por exemplo, dispõe de um Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE), voltado às atividades de levantamentos de dados, elaboração de pesquisas, planejamento estratégico e apoio na formulação e avaliação das políticas do próprio banco (ver www.bnb.gov.br).

Desde 1971, o BNB conta com o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) para promover a realização de pesquisas tecnológicas e a difusão de seus resultados. Até dezembro de 2004, apoiou 1.184 projetos, para os quais comprometeu R\$ 67,0 milhões.

Resultam desses projetos a soja “tropical”, adaptada aos cerrados da região; a melhoria de pastagens naturais; a introdução de forrageiras (leucena e capim *buffel*), a melhoria de raças nativas de caprinos e ovinos deslanados; os cultivares de tomate industrial; os de milho e os de caju; o aproveitamento de matérias-primas locais; as investigações hidrológicas, as meteorológicas e as climatológicas. Além de projetos de conservação de energia e meio ambiente e implantação de incubadoras de base tecnológica.

O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), constitui um dos sistemas setoriais de abrangência nacional. Tem como objetivos, entre outros, compatibilizar as diretrizes e as estratégias da pesquisa agropecuária com as políticas de desenvolvimento definidas para o país e para suas regiões, além de promover a coordenação entre as instituições que atuam no setor em torno de uma programação sistematizada (ver www.agricultura.gov.br).

O SNPA é formado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

e suas unidades de pesquisa e serviços, organizações estaduais de pesquisa agropecuária (Oepas) e Universidades parceiras em projetos de pesquisas e filiadas ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

São 40 as unidades descentralizadas da Embrapa (www.embrapa.gov.br), distribuídas por todo o país e classificadas em quatro tipos: unidades de serviços (Embrapa Informação Tecnológica, por exemplo), unidades de pesquisa de produtos (Embrapa Algodão), unidades de pesquisa de temas básicos (Embrapa Solos) e unidades de pesquisa agroflorestal ou agropecuária em ecorregiões brasileiras (Embrapa Meio-Norte).

A Embrapa tem como principais linhas de pesquisas: alimentos (café, grãos e fibras, fruticultura, hortaliças e produção animal); temas básicos (agroindústria, biotecnologia, controle biológico, equipamentos e *softwares*; florestas, meio ambiente e recursos genéticos); ecossistemas (Amazônia, Cerrado, Pantanal e Semi-Árido) e desenvolvimento (agricultura familiar, cooperação internacional e transferência de tecnologia).

Essa Empresa tem promovido estratégias e ações de aproximação com as demandas dos setores produtivos e da sociedade na definição de suas políticas de transferência de tecnologia. Em 2000, definiu-se uma política de negócios tecnológicos e criou-se, em cada centro de pesquisa, uma estrutura para relacionamento externo, enfatizando a necessidade de ampliação e melhoria do processo de transferência de conhecimentos e tecnologia. Concentrou-se na elaboração de planos de *marketing* para a disponibilização de tecnologias, na negociação de contratos de licenciamento de cultivares e em treinamentos técnicos e eventos demonstrativos.

Em 2002, elaborou-se nova política de transferência de tecnologias, priorizando o fortalecimento de parcerias, o trabalho cooperativo com redes de tecnologia já estabelecidas e o atendimento de demandas regionais mediante planos integrados de transferência de tecnologias. Entre os componentes dessa política, há um programa de incubação de empresas de tecnologia agropecuária.

As Oepas encontram-se assim distribuídas. Na região Norte, apenas a Universidade Estadual de Tocantins (Unitins). No Nordeste, participam desse sistema setorial

o Rio Grande do Norte (Emparn), Pernambuco (IPA), Paraíba (Emepa), Sergipe (Emdagro) e Bahia (EBDA). Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste todos os estados contam com organizações de pesquisa agropecuária.

O Estado de São Paulo criou a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) para coordenar o seu sistema setorial, composto por seis institutos de pesquisa: Instituto de Pesquisa Agrônômica de Campinas (IAC), Instituto Biológico (IB), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Instituto de Pesca (IP), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) e Instituto de Zootecnia (IZ).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa e presta serviços ao setor industrial brasileiro e reúne as federações das 27 unidades da federação. Atua nas seguintes áreas de interesse da indústria: política econômica e industrial; comércio exterior e integração internacional; relações de trabalho; ação legislativa; qualidade, produtividade e tecnologia; meio ambiente; infra-estrutura e sistemas de informações (ver www.cni.org.br).

A esse sistema vinculam-se três organizações especializadas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Essa estrutura está presente em todos os estados e no Distrito Federal, vinculada às federações regionais de indústria.

O SENAI (www.senai.org.br) constitui uma ampla rede nacional de educação para o trabalho, informação e tecnologia. O plano estratégico da instituição (SENAI, 2000b) foi complementado com enfoques para todas as regiões (SENAI, 2000a). Destaque para a Rede SENAI de Tecnologia, formada pelo Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia (CIET), centros nacionais de tecnologia (SENAITECs) e centros modelos de educação profissional (CEMEPs). Os SENAIITECs promovem geração, absorção, adequação e transferência de tecnologia e exercem atividades de educação profissional e de prestação de serviços.

Entre as ações do IEL (www.iel.org.br), há uma rede de tecnologia (www.retec.org.br), organizada para articular ofertas e demandas de serviços tecnológicos e incrementar ne-

gócios entre agentes econômicos. Tal rede reúne competências (pessoas, empresas e instituições) que podem oferecer serviços tecnológicos e capta demandas (dúvidas, pedidos de informações, solicitações de apoio), oriundas de diversos interessados. As respostas podem gerar serviços, os quais serão negociados diretamente entre as partes.

O Sistema SEBRAE (www.sebrae.com.br), criado em 1972, foi desvinculado do setor público e reestruturado como serviço social autônomo, em 1990. As suas prioridades estratégicas para o período 2003-2005 abrangem ações para reduzir a carga tributária e a burocracia, ampliar o crédito e a capitalização, promover acesso à tecnologia e estimular a inovação, promover acesso a mercados, atuar em ações coletivas e priorizar os arranjos produtivos.

O Sistema também conta com representações em todas as unidades da federação, coordenadas pelo SEBRAE Nacional, com sede em Brasília. Detém larga experiência e iniciativas inovadoras em assuntos relevantes ao segmento de micro e pequenas empresas. Do aprendizado dessa experiência, ampliou o seu foco de atuação de dentro da empresa para as formações coletivas e cooperativas de empresas (os arranjos) e territórios, nas dimensões local (Município) e microrregional (conjunto de Municípios).

Nas instâncias regional ou local, operam ainda as estruturas criadas por unidades da federação e municípios. Em geral, caberia a esses sistemas a coordenação das atividades de C,T&I nos seus respectivos territórios.

O modelo básico dos sistemas estaduais de C,T&I compreende um núcleo central formado por órgão de coordenação, geralmente uma entidade da administração direta, no primeiro escalão do executivo estadual (secretaria); órgão de fomento, na forma de fundação e com caráter operacional; conselho consultivo, reunindo órgãos públicos diretamente envolvidos com atividades do setor; instituições de ensino e pesquisa e representantes de segmentos organizados da sociedade e fundo setorial específico, correspondente a determinado percentual dos recursos próprios da unidade da federação. A esse conjunto central, agregam-se outros organismos, conforme a arquitetura de cada Governo Estadual.

O Município de Vitória, Espírito Santo, foi o primeiro a criar, em 1991, um sistema próprio de C&T, inclusive com vinculação de receita orçamentária. O sistema é composto por secretaria, conselho e fundo. Foi criado com o objetivo de fortalecer a base científica e tecnológica da cidade, tendo em vista a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

Desde então, essa iniciativa se difundiu para outras regiões, de maneira que atualmente existem 68 sistemas municipais, distribuídos por 17 Estados brasileiros. São Paulo (16), Goiás (11) e Minas Gerais (9) detêm o maior número de cidades com esses sistemas locais (ver www.gestaoct.org.br).

4 Principais iniciativas de promoção tecnológica regional/ local

No Brasil, a retomada das discussões sobre desenvolvimento econômico, em meados dos anos de 1990, teve como principais componentes os impactos da abertura econômica sobre a estrutura produtiva e o emprego, a inserção do país no comércio internacional e a preparação de planos plurianuais de investimentos pelo Governo Federal (ver MPOG, 2002).

Nesse contexto, a política industrial, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a política científica e tecnológica receberam posição de destaque como parte da estratégia de desenvolvimento nacional. Na primeira área, ampliaram-se as medidas para a promoção da competitividade de complexos industriais e de cadeias produtivas e a participação desses sistemas no comércio externo. Essas medidas abrangeram também as pequenas empresas, especialmente aquelas situadas em aglomerações produtivas (ver BRASIL, 2003).

Na área de C,T&I, consolidou-se a aproximação entre inovação e desenvolvimento econômico. Estabeleceu-se explicitamente uma linha de Ação Regional, cujas iniciativas chegaram a constituir parte importante da política regional da União, na segunda metade daquela década. Essa linha regional, compreendeu, entre outros, programas de cadeias produtivas, incubadoras de empresas e parques tecnológicos; plataformas tecnológicas, arranjos produtivos locais e redes de tecnologia, implementados por

todas as unidades da federação, com grandes mobilizações e expectativas de resultados promissores na promoção econômica de regiões e localidades (ver MCT, 2001).

Cadeia produtiva é um conjunto de atividades econômicas articuladas, desde a elaboração de insumos básicos até o produto final, inclusive distribuição e comercialização. O Programa Competitividade de Cadeias Produtivas (Fórum de Competitividade), sob responsabilidade do MDIC, tem por objetivo a elevação da competitividade das principais cadeias produtivas do país nos mercados mundiais. Reúne o setor produtivo (empresários e trabalhadores) e órgãos públicos em processos de discussões e de negociações, que resultam na definição de estratégias, metas e ações a serem implementadas pelos participantes.

Espera-se que a elevação da competitividade das cadeias produtivas tenha efeitos positivos tais como: geração de empregos, ocupações e renda; crescimento econômico regional; aumento das exportações; substituição de importações; ampliação da oferta de serviços e capacitação tecnológica de empresas.

A partir de 2000, foram instalados os primeiros fóruns, relativos às cadeias produtivas de Construção Civil, Têxtil e Confecções, Plástico, Complexo Eletrônico, Madeira e Móveis, Couro e Calçados, Transporte Aéreo e Turismo. Em uma segunda fase, iniciada em 2003, foram instaladas as cadeias de Indústria Aeroespacial, Siderurgia, Farmacêutica, Automotiva, Bens de Capital, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Indústria Agroquímica (Defensivos), Gemas e Jóias e Biotecnologia.

Encontram-se em fase de estudo as cadeias Naval e Marinha Mercante, Carnes, Papel e Celulose, Biocombustíveis (Álcool e Biodiesel), Exportação de Serviços de Engenharia, Software, Aviação Agrícola e Agronegócios, conforme MDIC (2004).

A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) define incubadoras de empresas como ambientes dotados de estrutura física e de um conjunto de serviços de suporte para o desenvolvimento de novos empreendimentos. Os parques tecnológicos são espaços físicos planejados para abrigar permanentemente empresas inovadoras, apoiando o seu desenvolvimento e estimu-

lando a sua integração com instituições tecnológicas (ver ANPROTEC, 2004).

No Brasil, a criação dessas infra-estruturas tecnológicas vem dos anos de 1980, com as experiências pioneiras do Parque Tecnológico da Paraíba (Paqtc-PB); Pólo de Alta Tecnologia de Campinas (Ciatec); Parque de Software, de Curitiba; Pólo Tecnológico da Grande Florianópolis (Parque Alfa); Parque de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal do Ceará (Padetec/UFC) e o Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (Padetec/SCAR). A esse respeito, ver Lucchesi, Lima e Cavalcanti (2005).

Entre os programas do MCT direcionados para as empresas, encontra-se o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas (PNI/MCT), que tem por objetivo principal promover o surgimento e a consolidação de incubadoras e parques tecnológicos, além de fomentar a inovação nas empresas, com agregação de valor aos produtos, processos e serviços, juntamente com a utilização de métodos modernos de gestão e a capacitação de empreendedores e gestores. A incubadora é vista como um núcleo do processo de implantação e consolidação de micro e pequenas empresas.

O PNI/MCT oferece apoio financeiro para os itens assistência técnica, capacitação de recursos humanos, equipamento e material permanente, elaboração de estudos de viabilidade, planos estratégicos, assessoria técnica, consultoria de profissionais e instituições de pesquisa. O programa envolve as seguintes instituições na sua implementação: MCT, MDIC, CNPq, FINEP, BNB, ANPROTEC, SENAI, IEL e SEBRAE.

Levantamento elaborado pela ANPROTEC indica a existência de 283 incubadoras de empresas no Brasil, com dados de 2004 (Ver Quadro 1). Rio Grande do Sul (83), São Paulo (43), Minas Gerais (25), Paraná (24) e Rio de Janeiro (20) são os Estados com o maior número desses empreendimentos. São os mesmos Estados com iniciativas pioneiras no setor ou com sistemas municipais de C&T. Seguem-se àqueles os Estados de Santa Catarina, com 16 incubadoras, e Estados de outras regiões: Alagoas (10), Mato Grosso do Sul (9) e Pernambuco (9). O movimento de implantação de novas incubadoras continua com destaque para os Estados do Rio de Janeiro (12), Minas Gerais (10) e Paraíba (9).

Quadro 1 - Brasil - incubadoras de empresas e parques tecnológicos 2004

Unidades	Incubadoras		Parques (*)
	Em implantação	Em operação	
Rondônia	1		
Acre		1	
Amazonas	1	2	
Roraima			
Pará	3	4	1
Amapá	2	1	
Tocantins	1	1	
Maranhão	1	1	
Piauí	3	3	
Ceará	3	2	3
Rio Grande do Norte		2	
Paraíba	9	2	1
Pernambuco	3	9	1
Alagoas	2	10	
Sergipe		2	
Bahia	5	6	1
Minas Gerais	10	25	11
Espírito Santo	3	4	
Rio de Janeiro	12	20	5
São Paulo	5	43	3
Paraná		24	2
Santa Catarina		16	3
Rio Grande do Sul	2	83	7
Mato Grosso do Sul		9	
Mato Grosso	3	4	
Goiás	2	5	
Distrito Federal	3	4	1
Total	74	283	39

(*) em projeto, em implantação ou em operação.

Fonte: ANPROTEC, 2005.

As 283 incubadoras em operação abrigam 5.061 empresas, nas categorias incubadas, graduadas e associadas, oferecendo 27.229 postos de trabalho. Essas empresas operam nas áreas de *software*/informática, eletroeletrônica, *internet*, química, mecânica, biotecnologia, *design*, telecomunicações, alimentos, couro, confecções e outras. Dos 39 parques tecnológicos apontados, apenas sete encontram-se em operação; os demais, em projeto ou em implantação.

O Programa de Incubação de Empresas de Tecnologia Agropecuária (Proeta) integra a atual política de transferência de tecnologia da Embrapa. A Embrapa Semi-Árido, por exemplo, prepara quatro grupos para participar desse processo de incubação:

- Análises laboratoriais - diagnóstico e medidas de controle de pragas e doenças que incidem em culturas no vale do São Francisco;

- Bioinsumos - produção de mudas de fruteiras, inclusive com o uso de cultura de tecidos;
- Labiotec - produção de bio defensivos para o controle de pragas e doenças de plantas;
- Projevale - produção de sementes forrageiras e assistência técnica a produtores do semi-árido.

A idéia de plataforma tecnológica, precursora dos arranjos produtivos, compreendia os processos de comunicação e de negociação entre agentes envolvidos em um setor, com objetivo de especificar problemas tecnológicos e processar demandas por projetos cooperativos para solucionar esses problemas. Os arranjos produtivos locais, por sua vez, são definidos como vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, construídos em aglomerados de agentes econômicos, públicos e sociais, localizados em um mesmo território (ver MCT, 2004).

A aplicação dessas metodologias teve início pelos Estados da região Centro-Oeste, nas áreas de automação e informática, indústria farmacêutica, pecuária de corte e couro, algodão, fitofármacos, madeira e turismo. Teve seqüência com outras prioridades nas regiões Norte e Nordeste.

O SEBRAE chegou aos arranjos produtivos por sua própria experiência. As ações do órgão evoluíram da abordagem de atuação com firmas individuais (consultoria empresarial) e passaram a incorporar outras variáveis do ambiente externo dos negócios. Houve também deslocamento do foco dos grandes centros para cidades de pequeno porte e para zonas rurais, com reconhecimento da importância da dimensão territorial. Esse sistema passou a trabalhar com cadeias e aglomerações produtivas nas ações de desenvolvimento setorial ou local (ver SEBRAE, 2003).

Em 2000, o SEBRAE firmou parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Câmara de Comércio da Lombardia, Itália (PROMOS), para a implementação de um projeto piloto em aglomerações produtivas de madeira e móveis, em Paragominas (PA); couro e calçados, em Campina Grande (PB); confecções, em Tobias Barreto (SE) e moda íntima, em Nova Friburgo (RJ). Ver SEBRAE, 2004.

Dando seqüência a um projeto de cooperação com o governo da Alemanha, o SEBRAE implementou também o "Projeto Competir", em sua segunda etapa, a partir de 2001, junto a cadeias produtivas regionais e arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas da região Nordeste, nas indústrias de construção civil, laticínios, calçados, artefatos de couro e confecções.

Em 2004, quando da realização da I Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos Locais, realizada em Brasília, pelo MDIC, essa experiência de plataformas/ar-

ranjos já estava implantada por todas as unidades da federação, como instrumento de desenvolvimento regional/local para aumentar a competitividade de setores produtivos através do incremento da tecnologia e da inovação. O Quadro 2 mostra essa distribuição:

A Rede de Tecnologia (RETEC) foi articulada pelo IEL em algumas unidades da federação. Essa iniciativa teve início pelo Estado da Bahia, em 1998, e foi expandida para mais cinco unidades da federação: Ceará, Minas Gerais, Amazonas, Paraná e Distrito Federal.

Tal rede reúne competências (pessoas, empresas e instituições) que podem atender demandas tecnológicas de diversos agentes. As informações e os serviços estão disponíveis em um banco de dados acessível aos cadastrados. Além disso, sindicatos e federações são receptores de demandas e há especialistas divulgando esse processo de interação junto às empresas.

A RETEC capta demandas (dúvidas, pedidos de informações, solicitações de apoio), oriundas de indústrias, empresas e empreendedores em geral, instituições acadêmicas e pessoas. De outro lado, organiza uma lista de especialistas, instituições e empresas capazes de responder às demandas.

Esses pedidos são organizados em um ambiente, *Internet*, por especialistas da rede. As respostas são encaminhadas em até 48 horas, a partir da própria rede estadual. Se isso não for possível, as redes de outros Estados são acionadas. Caso a resposta resulte em um serviço, os custos, prazos e condições de pagamento são negociados diretamente entre as partes.

Os produtos, gerados pela rede, são serviços de busca e análise de informações, avaliação da gestão empresarial, intermediação de serviços técnicos e tecnologias de pesquisa estruturada.

Quadro 2 - Brasil: arranjos produtivos locais apoiados pelo MCT (situação em 2004)

Unidades	Arranjos
Rondônia	Cafeicultura, fruticultura, madeira e móveis, piscicultura.
Acre	Extrativismo, farinha de mandioca, madeira e móveis, oleiro-cerâmico
Amazonas	Fitofármacos/fitocosméticos, florestal madeireiro, fruticultura, piscicultura
Roraima	Apicultura, fruticultura, grãos
Pará	Fruticultura, pesca e aqüicultura, turismo, madeira, fibras naturais
Amapá	Madeira e móveis, oleiro-cerâmico, gemas
Tocantins	
Maranhão	Babaçu, grãos/soja, madeira e móveis, pecuária de corte
Piauí	Cajucultura, apicultura, carcinicultura, carnaúba
Ceará	Turismo, ovinocaprinocultura, floricultura, cajucultura
Rio Grande do Norte	Carcinicultura, laticínios, pegmatitos
Paraíba	Artesanato, ovinocaprinocultura, tecnologia da informação, cana-de-açúcar
Pernambuco	Artesanato, ovinocaprinocultura, gesso, tecnologia da informação, confecções, vitivinicultura
Alagoas	Ovinocaprinocultura, pecuária de leite, piscicultura, algodão/milho
Sergipe	Fruticultura, mineroquímica, piscicultura, confecções/calçados
Bahia	Cacaú, sisal, rochas ornamentais
Minas Gerais	Fruticultura, gemas e jóias, madeira e móveis, tecnologia da informação
Espírito Santo	Fruticultura, móveis, rochas ornamentais
Rio de Janeiro	Floricultura, rochas ornamentais, tec. Da informação, design moda íntima
São Paulo	Calçados
Paraná	Agroindústria, madeira e móveis
Santa Catarina	Malacocultura, suinocultura, móveis e artefatos de madeira, têxtil
Rio Grande do Sul	Fruticultura, máquinas e implementos agrícolas, autopeças, couro e calçados, móveis
Mato Grosso do Sul	Bovinocultura de leite, couro e derivados, mandioca
Mato Grosso	Algodão, bovinocultura de corte e de leite, fruticultura, madeira
Goiás	Fármacos, grãos e carnes
Distrito Federal	Tecnologia da informação, bovinocultura de leite

Fonte: MCT, Arranjos Produtivos Locais, 2004

Conclusões

Este ensaio discute aspectos do SNDCT e das políticas setoriais de C,T&I, abordando elementos relevantes ao desenvolvimento de regiões e localidades. Tem como objetivos o levantamento dos sistemas regionais de inovação atuantes no país e a identificação de iniciativas relevantes à promoção tecnológica regional ou local, especialmente de projetos inovadores implementados em articulação com os setores produtivos envolvidos.

Os avanços no setor de C,T&I e a ampliação do SNDCT resultaram na definição de novas alternativas para o desenvolvimento econômico, com desdobramentos para Estados e Municípios, os quais devem reforçar suas estruturas de inovação, de maneira a acompanhar essa evolução e atender a crescentes requisitos de participação nessas

atividades. Devem também aproximar suas estruturas de inovação com as atividades de planejamento econômico, tendo em vista a formulação de propostas e a realização de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento regional ou local.

OSNDCT agrega e articula sistemas setoriais ou redes de organizações da esfera federal, entidades representativas de setores produtivos, organizações sociais e as estruturas de inovação criadas em unidades da federação e em Municípios. A atuação desse amplo sistema de inovação é feita mediante um conjunto de instrumentos conceituais e operacionais, organizados em programas, projetos e atividades que permitem a definição de estratégias e de medidas inovadoras na promoção tecnológica em regiões e em localidades.

Com esse enfoque, deu-se destaque aos programas de cadeias produtivas, às incu-

badoras de empresas e parques tecnológicos, às plataformas tecnológicas, aos arranjos produtivos e às redes de tecnologia. Essas iniciativas constituíram um dos núcleos da linha de Ação Regional na área de C,T&I e consolidaram os vínculos entre inovação e desenvolvimento econômico regional e local.

Estados e Municípios devem fortalecer e aproximar suas estruturas de inovação e de planejamento econômico, buscar articulações com esses sistemas setoriais e redes de organizações e firmar, ou até mesmo ampliar, a sua participação nas atividades de C,T&I. Devem procurar estabelecer capacidade de coordenação de suas ações com a desses sistemas setoriais e redes em seus territórios, procurando empregar efetivamente esses instrumentos de promoção tecnológica disponíveis em suas estratégias e ações de desenvolvimento econômico sustentado.

Referências

- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti; ROCHA NETO, Ivan. *Ciência, tecnologia e regionalização*. Descentralização, inovação e tecnologias sociais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- _____. *Sistemas estaduais de ciência e tecnologia: uma avaliação*. Brasília: ABIPTI e IBICT, 1996.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMIENTOS INOVADORES. *Agenda das cidades empreendedoras e inovadoras*. Brasília: ANPROTEC, 2004.
- _____. *ANPROTEC Promovendo o Empreendedorismo e a Inovação*. Perfil Institucional. Brasília: autor, 20??.
- _____. *Panorama 2004*. Brasília: autor, 2005.
- BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*. Brasília: Casa Civil/PR, nov. 2003.
- CASSIOLATO, José Eduardo ; LASTRES, Helena Maria Martins. *Sistemas de inovação: políticas e perspectivas*. In: *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 10, p. 237-256, maio 2000.
- CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. *Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, set. 2002 (Nota Técnica). Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em ago. 2004.
- COMPETIR - Desenvolvimento de economias regionais no Nordeste do Brasil. *Organizando o Diálogo*. Recife, PE: SENAI, GTZ e SEBRAE, 20?? (Projeto de Cooperação Brasil - Alemanha).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015*. Brasília: CNI/DIREX, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Regionais do Brasil 2002*. 2.ed. Rio de Janeiro: autor, 2004.
- INSTITUTO EUVALDO LODI. *Projeto de Desenvolvimento Tecnológico Regional: manual*. Brasília: IEL Núcleo Central, 2000.
- LUCCHESI, Rafael; LIMA, Marcos Cerqueira e CAVALCANTE, Luiz Prado. *Parques tecnológicos e desenvolvimento regional em sistemas de inovação fragmentados*. Salvador, BA: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, 2005.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Ciência e Tecnologia. Ação Regional*. Diretrizes para 2001-2002. Brasília: MCT, CNPq e FINEP, 2001.
- _____. *Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: SECIS/MCT, 2004.
- _____. *Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia do Governo Federal*. PPA 1996-1999. Brasília: MCT, 1996.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Fórum de Competitividade*. Diálogo para o Desenvolvimento. Documento Básico. Brasília: SPD/MDIC, set. 2004.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *O Desafio do Planejamento Governamental*. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos/MPOG, 2002.
- ROCHA NETO, Ivan. *Sistemas locais de inovação dos Estados do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, março 1998 (Nota Técnica 12/98). Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br> . Acesso em ago. 2004.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: autor, 2004 (Projeto PROMOS, SEBRAE e BID).
- _____. *Metodologia do Programa SEBRAE Cadeias Produtivas Agroindustriais*. Brasília: Edições SEBRAE, 2000.
- _____. *Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: Edição SEBRAE, jul. 2003 (Série Documento).
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. *Focalizações Regionais*. Plano Estratégico do SENAI: revisão 2000 - 2010. Brasília: Departamento Nacional/SENAI, 2000a.
- _____. *Plano Estratégico do SENAI: revisão 2000 - 2010*. Brasília: Departamento Nacional/SENAI, 2000b.

Compartimentação geoambiental no complexo de Campo Maior, PI: uma área de tensão ecológica

Geoenvironmental Compartment in Campo Maior Complex, PI: an ecologic tension area

Compartimentation Geoambiental dans le complexe du Campo Maior, PI : une aire de tension écologique

Compartimentación geoambiental en el complejo de Campo Mayor, PI: un área de tensión ecológica

José Sidiney Barros*
Antônio Alberto Jorge Farias Castro**

Recebido em 5/8/2005; revisado e aprovado em 24/2/2006; aceito em 26/5/2006.

Resumo: A região pesquisada, localizada numa área de tensão ecológica, foi submetida a estudos de compartimentação geoambiental de suas unidades, segundo pressupostos da teoria geossistêmica. A vegetação, em manchas ou capões, configura tipos fisionômicos com contatos abruptos ou gradacionais, instalados em solos submetidos a processos de lateritização e ferralitização. Foram analisadas relações entre solo, vegetação, estrutura, florística e diversidade em oito parcelas de 20m x 50m, registrando-se 4 434 indivíduos arbustivo-arbóreos.

Palavras-chave: Ecótono; lateritização; microrrelevos.

Abstract: The researched region, located in ecological tension area, was subjected to geo-environmental compartmentalization of its units, according to presupposed geo-systemic theories. The vegetation, in "cerrado island around termite hills", configures physiognomic types with abrupt or gradual contacts, installing themselves in soils subjected to lateritization and ironization processes. The relations between soil, vegetation, structure, floristic and diversity were analysed in 8 parcels (20m x 50m, each).

Key words: Ecotone; lateritization; micro-relieves.

Résumé: La région étudiée, qui se trouve dans une région de tension écologique, a été soumise à des études de compartimentation de géo-environnement de ses unités, selon la théorie géo-systémique. La végétation, en touffes ou « capões », configurent des types de paysages avec des contacts brusques ou graduels, installés sur des sols soumis à des procédés de latérisation et de ferrilisation. Il a été analysé les relations entre sol, végétation, structure, flore et diversité en 8 parcelles de 20m x 50m, où il a été enregistré 4.434 arbustes et arbres.

Mots-clé: Écotone; latérisation; micro-reliefs.

Resumen: La región pesquisada, localizada en un área de tensión ecológica, fue sometida a estudios de compartimentación geoambiental de sus unidades, según hipótesis de la teoría geosistémica. La vegetación, en manchas o capas, configura tipos fisionômicos con contactos abruptos o graduales, instalados en suelos sometidos a procesos de ferralitizar y lateritización. Fueron analizadas relaciones entre suelo, vegetación, estructura, florística y diversidad en 8 parcelas de 20m x 50m, registrándose 4.434 individuos arbustivo arbóreos.

Palabras claves: Ecótono; lateritización; micro relieves.

1 Introdução

A instalação de um processo de compartimentação caracteriza-se pela redução na área original e delimitação de manchas remanescentes isoladas com diminuição na biodiversidade (FRAGMENTAÇÃO DE ECOSISTEMAS, 2003). A discussão fundamenta-se numa perspectiva sistêmica, segundo pressupostos teóricos de Sotchava (1962) e Bertrand (1968), evidenciando características diretamente responsáveis pela fragili-

dade e vulnerabilidade relacionadas com a declividade dos terrenos, tipologia e estrutura dos solos, condições edafoclimáticas, ao número e frequência das espécies dominantes, ao caráter antrópico ou como resultado da interação de eventos naturais (ROSS, 1992; GUERRA et al., 2003). Nas baixadas, destaca-se, ademais, a importância de dois fatores estratégicos para a conservação e reabilitação da paisagem: a água e o solo.

O relevo de chapada em formato de mesas (IBGE, 1996), em superfícies que osci-

* BIOTEN. Parte da dissertação de Mestrado do primeiro Autor. PRODEMA/TROPEN/UFPI. Rua Adalberto Correia Lima, 1672 - Planalto Ininga. CEP: 64049-680 Teresina - Piauí. (jsidneybarros@terra.com.br).

** Departamento de Biologia/TROPEN/UFPI. Av. Da Universidade 1310 - Ininga CEP: 64049-550 - Teresina - Piauí. (aajfcastro@uol.com.br).

2 Material e métodos

Para a estratificação das unidades geoambientais utilizou-se o método geopedomorfológico, estratificando e identificando as características ecogeográficas (rocha-mãe, solo, relevo, vegetação) e os respectivos problemas geoambientais (TRICART e KEEWITDEJONGE, 1992). As áreas amostradas e pesquisadas foram localizadas em sítios ou subambientes com maior homogeneidade geológica e ambiente pedológico de deposição, nos quais foram instaladas quatro (4) parcelas segundo o método seletivo, com dimensões de 20m x 50m (0,1 ha cada). Os sítios amostrados, 32 ao todo, foram georreferenciados com levantamento dos indivíduos arbustivo-arbóreos vivos, incluindo as lianas, com diâmetro de caule ao nível do solo (DNS) ≥ 3 cm e identificadas, *in loco*, pelo nome vulgar e posteriormente comparados com listas dos herbários ou enviados para especialistas. As amostras de solo por parcela foram analisadas e classificadas, numa tentativa de possíveis inter-relações com as diferentes fisionomias vegetacionais. Registrou-se, ademais, o número de indivíduos, ou a sua densidade, e de espécies, ou sua riqueza.

2.1 Situação geológica

A Bacia do Parnaíba, ou Província Sedimentar do Meio-Norte, corresponde à Província homônima, com exposição a Norte-Noroeste de unidades pré-silúricas e definida por Almeida (1972), ao referir-se a uma área de aproximadamente 600.000km², distribuindo-se pelas regiões nordeste, norte e centro-oeste do Brasil ou porção oriental da Plataforma Sul-Americana. A área pesquisada, de aproximadamente 1.600 km², é entendida como de tensão ecológica (IBGE, 1996), por corresponder a faixas de transição edafoclimáticas de dimensões consideráveis, entre dois domínios distintos, submetida a condições pedológicas diferentes no interior de determinado domínio geobotânico; como um ecótono, por configurar áreas onde ocorrem misturas de vegetações de domínios adjacentes e diferentes, ou como um enclave e, neste caso, devido a formação de manchas de vegetação pertencente a uma classe diferente da dominante (RADAMBRASIL, 1978), com elementos florísticos que lhes são próprios do ponto de vis-

ta qualitativo e/ou quantitativo. As litologias aflorantes estão representadas por arenitos, siltitos e folhelhos cinza-escuros das formações Longá e Poti, em camadas sub-horizontais. A unidade caracterizada por feições, no geral, de caráter erosivo, ocorre na área na forma de superfícies estruturais pediplanadas e vales pedimentados, com mergulho suave das camadas para norte-noroeste (IBGE, 1996), de relevo condicionado às formações geológicas e efeitos do intemperismo local como resposta à ação de forças endógenas e exógenas. O regime de água nos solos é um fator condicionante da distribuição das fisionomias da paisagem e depende da localização topográfica do sítio na sub-bacia hidrográfica e da profundidade desses solos. Formações mais abertas instalam-se em áreas mais elevadas com drenagem boa em solos rasos; outras fisionomias com solos mais profundos ocupam áreas mais baixas. A importância do nível freático, e da variação da sua profundidade com as características físicas do substrato, para o desencadeamento de processos de formação de solos, é apontada por autores como Beard (1953), Ratter (1992) e Sarmiento (1971) como um dos fatores a exercer um controle efetivo na variação florística das savanas (cerrados) tropicais. Castro et al., (1998) posiciona a maioria dos cerrados do Piauí como savana hiper-sazonal de Sarmiento (1971), tendo por base dados relativos à variação sazonal do nível piezométrico, ao longo dos anos, em áreas similares à do Complexo Vegetacional de Campo Maior.

3 Geomorfologia local e a compartimentação geoambiental

O estudo da compartimentação geoambiental voltou-se para a caracterização dos elementos interdependentes e indissociáveis do meio natural, embasado nas relações estabelecidas entre os processos de morfogênese e pedogênese e as ações antrópicas. A compartimentação topográfica possibilitou a individualização de um relevo de linhas suaves, onde sobressaem as formas subtabulares das *cuestas* piauienses, plainos horizontais das chapadas, tabuleiros e colinas maranhenses, até às planícies litorâneas (IBGE, 1993). A couraça laterítica é mapeada em toda a área de capeamento das superfí-

cies aplainadas e remanescentes, assumindo feições de colúvio como resposta a processos de desintegração, de modo mais frequente nas vertentes das colinas.

4 Solo e vegetação

A gênese dos solos relaciona-se às características climáticas, vegetação, litologias e o tempo. A composição, estrutura e distribuição das comunidades vegetais têm uma relação estreita com o respectivo geoambiente, neste caso as comunidades instaladas em áreas ecotonais poderiam representar os mais importantes indicadores das mudanças. Para autores como Eiten (1972) as savanas brasileiras (cerrados) enquadram-se nestas condições, e responsabiliza o substrato rochoso, as diferentes altitudes, profundidades, drenagem e fertilidade dos solos como fatores delimitantes e possibilitadores da presença desta fisionomia local.

Os cerrados do Nordeste do Brasil estão dispostos e implantados em grandes planícies de baixas altitudes e condições climáticas variáveis (NIMER, 1972; CASTRO et al., 1998). O Complexo Vegetacional de Campo Maior, por apresentar características próprias e particulares, configura-se como uma área das mais importantes para estudos voltados para caracterização da vegetação e sua relação com o substrato rochoso. Trata-se de uma região bastante diferenciada e com variações laterais associadas à sua condição ecotonal e à forte sazonalidade climática, responsável por marcadas flutuações periódicas no lençol freático. Esse Complexo está inserido numa área cuja fronteira é marcada por uma barreira climática, encontrando-se, assim, dentro da chamada região do "polígono das secas", e pelas cotas altimétricas, estas de valores situados entre 400-500m de altitude.

A diversidade litológica da área, possibilita o enquadramento dos aluviões em dois tipos característicos: os aluviões modernos e coluviões, estes últimos correspondendo ao material que aparece no sopé das vertentes transportados por efeito da gravidade e de difícil separação do material residual ou aluvial; e os aluviões antigos, representando terraços fluviais e sem aporte sedimentar atual. Variações locais dos teores das frações granulométricas contribuem para que as litologias predominantes variem, textural,

significativa e bruscamente, entre argilas, argilas siltosas e/ou arenosas, siltes, siltes arenosos e areias, com impregnações locais de seixos de calcário, sílica e arenitos, enquadrando-se, mais diretamente, nas classes dos Neossolos Litólicos, Argissolos e Plintossolos.

5 Discussão

A metodologia utilizada permitiu a individualização de três (3) geoambientes e oito (8) subambientes, assim distribuídos:

GEOAMBIENTE 1. Alagável e/ou inundável em áreas deprimidas, de armazenamento temporário ou permanente de água, e áreas brejosas de relevo plano e solos hidromórficos de baixa altitude enquadrados nas classes de Neossolos Litólicos, Neossolos Flúvicos, Neossolos Quatzarênicos e Gleissolos, predominantemente. A este geoambiente estão relacionados os quatro (4) subambientes seguintes: **SUBAMBIENTE 1** - Ambiente das depressões arenosas, com *Copernicia prunifera*, microrrelevo e sem *Curatella americana*. São campos inundáveis com capões e fisionomia por dois estratos, o herbáceo e o arbustivo-arbóreo, o primeiro posicionando-se no entorno dos capões e o último essencialmente no seu interior. O nível freático é do tipo superficial, o que condiciona a presença de solos encharcados ou hidromórficos. Estas áreas apresentam um reduzido número de espécies e uma baixa diversidade florística (FARIAS, 2004). Os solos são mal drenados sob um forte poder de lixiviação e ausência de concreções ferruginosas e da canga ou couraça laterítica. No entorno dos capões nota-se a presença constante e predominante de uma cobertura herbácea. A florística está representada por 29 espécies, com destaque para a *Copernicia prunifera* (Mill.) H.E.Moore., *Ocotea brachybotrya* Mez., *Astrocaryum vulgare* Mart., *Luetzelburgia auriculata* Ducke e *Hymenaea maranhensis* Y.T.Lee & Langenh (Tabela 1). As famílias mais representativas neste subambiente são: Arecaceae, Lauraceae, Fabaceae, Rubiaceae e Combretaceae. **SUBAMBIENTE 2** - Áreas planas, arenosas, ausência de *Copernicia prunifera* e com microrrelevos e *Curatella americana*, em capões com entorno brejoso e vegetação herbácea densa. Instalado sobre um substrato arenoso, os capões têm entornos brejosos predominantemente herbáceos, com forte cobertura de serapilheira. Os capões na

forma de microrrelevos posicionam-se cerca de 0,20m a 1,0m acima do nível topográfico local. Os blocos de concreções lateríticas ou ferruginosas expõem-se aleatoriamente, sem a presença de concentrações de seixos de sílica. A *Curatella americana* restringe-se ao entorno dos capões, associadas a cupinzeiros de forte presença na área onde ocorrem tanto no entorno como nos núcleos dos microrrelevos. Os solos são profundos (média de 1,70m) com alternância de horizontes arenosos, sílticos e argilosos. A florística está representada por 31 espécies representadas mais diretamente por *Combretum leprosum* Mart., *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth., *Qualea parviflora* Mart., *Curatella americana* L., *Bauhinia pulchella* Benth., *Luetzelburgia auriculata* Ducke., *Celastrus maytenus* Willd., *Croton lundianus* Muell.Arg., e *Ocotea brachybotrya* Mez., distribuídas pelas famílias Combretaceae, Fabaceae, Malpighiaceae, Caesalpiniaceae, Vochysiaceae, Dilleniaceae, Celastraceae, Euphorbiaceae, Lauraceae e Mimosaceae (Tabela 1). SUBAMBIENTE 3 - Arenoso de encosta e sem microrrelevo relacionado a zonas de encosta, sem microrrelevos mas com capões nucleados por formigueiros. Os solos são profundos, úmidos, com horizontes de boa espessura. Os capões ou manchas apresentam as maiores dimensões da área de pesquisa, com presença, nas pequenas áreas de entorno ou intermédias, de uma vegetação herbácea. Do levantamento florístico constam 43 espécies (Tabela 1), como *Ocotea brachybotrya* Mez., *Parkia platycephalla* Benth., *Byrsonima correifolia* A.Juss., *Anacardium occidentale* L., *Astrocaryum vulgare* Mart., *Copaifera coriacea* Mart., *Curatella americana* L., *Hymenaea maranhensis* Y.T.Lee & Langenh., *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth., *Celastrus maytenus* Willd., distribuídas por 23 famílias, com Lauraceae, Leguminosae, Malpighiaceae, Caesalpiniaceae, Anacardiaceae, Myrtaceae, Arecaceae, Fabaceae, Dilleniaceae, Celastraceae e Sapindaceae sendo as mais representativas. SUBAMBIENTE 4 - Argiloso com *Copernicia prunifera*, sem microrrelevos e restrito a áreas inundáveis próximas a pequenos leitos d'água. Os solos são profundos, com rocha-mãe a uma profundidade em torno de 2,50m, presença de gretas de contração (mud crack) e uma coloração que se alterna entre o cinza-claro e escuro. Foram levantados 260 indivíduos, distribuídos por

19 espécies pertencentes a 15 famílias (Tabela 1). Apesar de não apresentar nenhuma família exclusiva, o número de espécies exclusivas (7) é significativo em relação aos demais subambientes, com destaque para *Combretum lanceolatum* Pohl., *Copernicia prunifera* (Mill.) H.E.Moore., *Mouriri surinamensis* Aubl., *Helicteres heptandra* L.B.Sm., *Chomelia obtusa* Cham. & Schltdt., *Celastrus maytenus* Willd., *Tocoyena sellowiana* (Cham. & Schltdt) K.Schum., *Triplaris surinamensis* Cham., e *Cereus jamacaru* DC. As famílias Combretaceae, Arecaceae, Melastomataceae, Rubiaceae, Sterculiaceae, Celastraceae, Poligalaceae, Cactaceae e Bignoniaceae são as mais representativas.

GEOAMBIENTE 2. Ambiente de transição, ou SUBAMBIENTE 5, situando-se entre as áreas de ocorrência dos Geoambientes 1 e 3, com forte presença de concreções ferruginosas e canga laterítica, distribuindo-se, de modo predominante, pelas classes dos Neossolos Litólicos e Plintossolos Pétricos Concrecionários. O solo apresenta uma camada superficial de textura arenosa seguida de camadas profundas de uma mistura de areia e canga laterítica. Localmente as concreções ferruginosas afloram na forma de um conglomerado com seixos ou concreções de sílica de até 20 cm de diâmetro, cimentados por material hematítico. Nas áreas onde o teor em areia é significativo, desenvolve-se uma vegetação de mata com muito cipó, sobre áreas de microrrelevos nucleados por formigueiros e onde a crosta laterítica posiciona-se de modo mais profundo. A umidade do solo possibilita a presença de uma vegetação bem desenvolvida com indivíduos que chegam a uma altura de 15m, significativa para a área, em capões ou manchas que atingem, também aqui, as maiores dimensões. Foram levantados 624 indivíduos representando 41 espécies (Tabela 1), como *Combretum leprosum* Mart., *Combretum duarteanum* Cambess., *Luetzelburgia auriculata* Ducke., *Croton campestris* L., *Bauhinia pulchella* Benth., *Tabebuia serratifolia* (Vahl.) Nich., *Mimosa caesalpinifolia* Benth., *Pilosocereus gounellei* (F.A. Weber) Byles & Rowley., *Hymenaea courbaril* L., e *Astrocaryum vulgare* Mart., distribuídas por 25 famílias significativamente representadas por Combretaceae, Fabaceae, Caesalpiniaceae, Euphorbiaceae, Cactaceae, Mimosaceae, Arecaceae, Sterculiaceae e Dilleniaceae.

GEOAMBIENTE 3. Ambiente Seco, bem drenado, intemperismo incipiente, caracterizando-se por freqüente exposição do substrato rochoso (arenitos Longá e Poti), onde predominam solos da classe dos Neossolos Litólicos em áreas com as maiores altitudes (130m a 200m) e uma boa drenagem. Os solos analisados apresentam baixas concentrações de nutrientes disponíveis, caracteristicamente ácidos e marcadamente distróficos, observando-se um certo predomínio e maior ocorrência das classes dos Neossolos, Gleissolos e Plintossolos. A esse geoambiente estão relacionados os três (3) subambientes seguintes: SUBAMBIENTE 6 - Ambiente seco com presença das concreções ferruginosas e blocos de sílica na forma de um conglomerado. A vegetação é do tipo arbórea com alturas variando de 0,80m a 18,0m, sem estrato herbáceo, não associada a cursos d'água e com uma presença significativa e caracterizante de cipós. O substrato constitui-se de concreções lateríticas, de profundidade não superior aos 50cm, com baixo intemperismo e exposição localizada de camadas ou lajes do arenito silicificado ou quartzítico, bastante fraturado, da Formação Longá. A vegetação apresenta-se com uma forma exuberante, com fisionomia de mata seca. A estas áreas está relacionada uma boa disponibilidade de nutrientes, com valores mais elevados para cátions trocáveis de Ca^{2+} , Mg^{2+} , K^+ , Na^+ e H^+ e baixos teores em Al^{3+} . Todas estas características contribuem para que este subambiente apresente o maior número de espécies por unidade mapeada (56), das quais destacam-se *Aspidosperma subincanum* Mart., *Helicteres heptandra* L.B.Sm., *Hymenaea courbaril* L., *Tabebuia impetiginosa* (Mart. ex DC.) Standl., *Combretum leprosum* Mart., *Qualea parviflora* Mart., *Arrabidaea brachypoda* (DC.) Bureau., *Amburana cearensis* (Allemão) A.C.Sm., *Guettarda virbunoides* Cham. et Schldt., e *Combretum duarceanum* Cambess. Das 25 famílias presentes na área (Tabela 1), as mais importantes em ordem decrescente de percentual, são: Apocynaceae, Bignoniaceae, Caesalpiniaceae, Sterculiaceae, Vochysiaceae, Fabaceae, Rubiaceae, Euphorbiaceae e Sapindaceae. SUBAMBIENTE 7 - Ambiente seco colinoso, com forte presença de uma couraça, canga laterítica ou cascalheira ferruginosa, sob a influência de pequenas linhas d'água. Nestes sítios, e de modo esporádico, a crosta ferruginosa ou laterita pode apresentar-se exposta em trechos onde a vegetação

lenhosa está ausente. A couraça laterítica, com nódulos predominantemente hematíticos, sobrepoõe-se a uma camada continua de areia média e cascalho assumindo, este, uma presença mais significativa com o aumento da profundidade, até atingir-se a crosta laterítica, em torno de 30cm a 50cm da superfície. Os capões acham-se nucleados por formigueiro, sobressaindo na topografia na forma de microrrelevos, situando-se a 1m ou 1,20m acima do nível topográfico local. Os capões ocorrem com uma densa cobertura vegetal com levantamento de 810 indivíduos distribuídos por 54 espécies (Tabela 1) como a *Curatella americana* L., *Qualea parviflora* Mart., *Combretum leprosum* Mart., *Arrabidaea brachypoda* (DC.), *Senna acuruensis* (Benth.) H.S.Irwin & Barneby., *Combretum duarceanum* Cambess., *Cereus jamacaru* DC., *Arrabidaea cf. dispar* Bureau ex K.Schum., *Guettarda virbunoides* Cham. et Schldt., e *Salvertia convallariaeodora* A.St.-Hill., pertencentes a 25 famílias onde uma é exclusiva e as mais representativas, por ordem decrescente de importância são: Dilleniaceae, Vochysiaceae, Combretaceae, Bignoniaceae, Fabaceae, Caesalpiniaceae, Cactaceae, Rubiaceae, Apocynaceae e Malpighiaceae. SUBAMBIENTE 8 - Ambiente instalado diretamente sobre o substrato rochoso, representado pelas lajes dos arenitos Longá e Poti. Este subambiente tem como característica particular a sua posição na topografia, por corresponder às maiores cotas altimétricas da área, situando-se a altitudes com valores iguais ou superiores aos 170m. O solo é raso, localmente inexistente, distrófico, de baixo intemperismo, de fase pedregosa e seco. Em contraste com os demais subambientes, a crosta laterítica acha-se completamente ausente. Dos levantamentos florísticos em parcelas deste subambiente constam 257 indivíduos distribuídos por 36 espécies (Tabela 1), como *Qualea parviflora* Mart., *Salvertia convallariaeodora* A.St.-Hill., *Combretum duarceanum* Cambess., *Senna acuruensis* (Benth.) H.S.Irwin & Barneby., *Combretum leprosum* Mart., *Curatella americana* L., *Qualea grandiflora* Mart., *Byrsonima correfolia* (L.) Kunth., *Copernicia prunifera* (Mill.) H.E.Moore., e *Luetzelburgia auriculata* Ducke, pertencentes a 21 famílias. Dessas, as mais significativamente presentes são: Vochysiaceae, Combretaceae, Caesalpiniaceae, Fabaceae, Dilleniaceae, Malpighiaceae, Myrtaceae, Arecaceae, Bignoniaceae e Celastraceae.

Tabela 1 - Lista de famílias e espécies, com nomes vulgares, levantadas na área de pesquisa, por geoambientes (G) e respectivos subambientes (S).

Família/Espécie	Nome Vulgar	G1 S1	G1 S2	G1 S3	G1 S4	G2 S5	G3 S6	G3 S7	G3 S8
ANACARDIACEAE		*	*	*			*	*	*
<i>Anacardium occidentale</i> L.	cajuí	X	X	X			X	X	X
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	aroeira						X		
<i>Spondias</i> sp	cajá						X		
ANNONACEAE		*	*	*		*	*	*	
<i>Anona</i> sp	araticum	X	X	X		X		X	
<i>Ephedranthus pisocarpus</i> R. E. Fx.	cundurú verdadeiro						X		
APOCYNACEAE		*			*	*	*	*	
<i>Allamanda blanchetti</i> DC.	paco-paco							X	
<i>Aspidosperma cuspa</i> (Kunth) Blake	pereiro-branco						X	X	
<i>A. multiflorum</i> A. DC.	piquiá-da-casca-grossa					X	X	X	
<i>A. pyrifolium</i> Mart.	pereiro-preto				X	X	X	X	
<i>A. subincanum</i> Mart.	piquiá-da-casca-fina					X	X	X	
Desconhecida 3		X							
<i>Tabernaemontana histrix</i> Steud	burra-leiteira						X	X	
ARECACEAE		*	*	*	*	*			*
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	tucum	X	X	X	X	X			
<i>Copernicia pruriifera</i> (Mill.) H. E. Moore	carnaúba	X			X				X
ASCLEPIADACEAE								*	
Desconhecida 1								X	
BIGNONIACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Arrabidaea brachypoda</i> (DC.) Bureau	bugi-da-folha-mole			X		X	X	X	
<i>A. cf. dispar</i> Bureau ex K. Schum.	bugi-da-folha-dura		X	X		X	X	X	
<i>Banisteriopsis</i> sp	cipó mole					X			
Desconhecida 2					X		X		
Desconhecida 3								X	
Desconhecida 8				X					
<i>Jacaranda brasiliana</i> (Lam.) Pers.	caroba							X	
<i>Tabebuia caraúba</i> (Mart.) Bureau	carauba						X		
BIGNONIACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart. ex DC.) Standl.	pau-d'arco-roxo			X			X	X	
<i>T. serratifolia</i> (Vahl.) Nich.	pau d'arco amarelo	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>T. sp</i>						X	X	X	
BIXACEAE		*				*	*		
<i>Cochlospermum cf. vitifolium</i> (Willd.) Spreng	algodão-bravo	X				X	X		
BOMBACACEAE							*		
<i>Pseudobombax</i> sp	imbiratanha						X		
BORAGINACEAE			*			*	*	*	*
<i>Cordia rufescens</i> A. DC.	grão-de-galo		X			X	X	X	X
CACTACEAE		*		*	*	*	*	*	*
<i>Cereus jamacaru</i> DC.	mandacaru	X		X	X	X	X	X	X
<i>Pilosocereus gounellei</i> (F.A. Weber) Byles e Rowley	xique-xique					X		X	
CAESALPINIACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*

Continuação da Tabela 1

Família/Espécie	Nome Vulgar	G1 S1	G1 S2	G1 S3	G1 S4	G2 S5	G3 S6	G3 S7	G3 S8
<i>Bauhinia dubia</i> G. Don	mororó rasteiro		X	X					
<i>B. pulchella</i> Benth.	mororó de bode		X			X	X	X	
<i>Caesalpinia bracteosa</i> Tul.	catinga de porco						X		
<i>C. ferrea</i> Mart. C. ex Tul.	pau-ferro		X			X	X		
<i>Copaifera coriacea</i> Mart.	podoi zinho			X		X		X	X
<i>Copaifera</i> sp	podói								
Desconhecida 1						X			
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	jatobá-da-mata					X	X		
<i>Hymenaea maranhensis</i> Y.T.Lee & Langenh	jatobá	X		X					
<i>Hymenaea</i> sp	jatobá cascudo		X	X					
CAESALPINIACEAE			*	*	*	*	*	*	*
<i>Martiodendron mediterraneum</i> (Mart. ex Benth.) Koeppen.	catinga-de-porco				X		X		
<i>Peltogyne</i> sp				X					
<i>Sclerobium aureum</i> Benth.	sucupira			X					X
<i>Senna acuriensis</i> (Benth.) H.S. Irwin & Barneby	besouro					X		X	X
CECROPIACEAE									*
Desconhecida									X
CELASTRACEAE		*	*	*	*		*	*	*
<i>Celastrus maytenus</i> Willd.		X	X	X	X		X	X	X
COMBRETACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Buchenavia capitata</i> (Vahl.) Mart.	mirindiba					X	X	X	
<i>Combretum duarteanum</i> Cambess	rama-branca	X	X			X	X	X	X
<i>C. lanceolatum</i> Pohl*	remela de macaco				X				
<i>C. leprosum</i> Mart.	mufumbo-branco	X	X	X		X	X	X	X
<i>C. mellifluum</i> Eichler	farinha-seca						X		
<i>Terminalia actynophylla</i> Mart.	chapada		X					X	X
<i>T. fagifolia</i> Mart. et Zucc.								X	
DESCONHECIDA				*	*				
Desconhecida 1	Maçã de macaco				X				
Desconhecida	desconhecida			X					
DILLENIACEAE		*	*	*		*	*	*	*
<i>Curatella americana</i> L.	lixreira	X	X	X		X	X	X	X
ERYTHROXYLACEA									*
Desconhecida 1									X
EUPHORBIACEAE			*			*	*	*	
<i>Croton campestris</i> L. *	marmeleiro					X	X	X	
<i>C. lunarianus</i> Muell. Arg. *	velame		X						
FABACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Amburana cearensis</i> (Allemão) A.C.Sm	imburana-de-cheiro		X				X	X	
<i>Andira</i> sp	angelim	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Dalbergia</i> sp	jacarandá							X	X
Desconhecida 9				X					
<i>Luetzelburgia auriculata</i> Ducke	pau-mocó	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Machaerium acutifolium</i> Vogel	violete		X				X	X	X
FLACOURTIACEAE						*	*	*	
<i>Casearia ulmifolia</i> Vahl ex Vent.	cundurú-miúdo					X	X	X	
LAURACEAE		*	*	*					

Continuação da Tabela 1

INTERAÇÕES

Família/Espécie	Nome Vulgar	G1 S1	G1 S2	G1 S3	G1S 4	G2S 5	G3S 6	G3S 7	G3 S8
<i>Ocotea brachybotrya</i> Mez.		X	X	X					
LYTHRACEAE		*		*	*	*			
Desconhecida 2	cipó preto	X				X			
Desconhecida 3					X				
Desconhecida 6				X					
LEGUMINOSAE				*					*
<i>Parkia platycephala</i> Benth	faveira de bolota			X					
<i>Stryphnodendrum coriaceum</i> Benth	barbatimão			X					X
MALPIGHIACEAE		*	*	*		*		*	*
<i>Banisteriopsis</i> sp	cipó-mole	X		X				X	
<i>Byrsorhiza</i> cf. <i>sericea</i> DC.	murici								X
<i>B. correifolia</i> A.Juss.	murici			X				X	X
<i>B. crassifolia</i> (L.) Kunth.	murici		X	X					X
<i>B. sp</i>	murici desconhecido	X	X	X		X		X	X
Desconhecida 1	cipó		X						
Desconhecida 4		X							
MELASTOMATACEAE		*	*		*				
<i>Mouriri surinamensis</i> Aubl.	creoli	X	X		X				
MIMOSACEAE		*	*		*	*	*	*	*
<i>Anadenanthera colubrina</i> var. <i>cebil</i> (Griseb.) Altschul.	angico-preto						X		
<i>A. sp</i>	angico branco				X				
Desconhecida 1									X
<i>Mimosa caesalpiniiifolia</i> Benth.	unha-de-gato	X	X			X	X	X	
<i>M. cf. ophthalmocentra</i> Mart.	unha-de-gato-de-soinho								X
MORACEAE							*		
<i>Brosimum gaudichaudii</i> Trécul.	inharé						X		
MYRTACEAE		*		*		*	*		*
Desconhecida 1		X				X			X
Desconhecida 2				X					
Desconhecida 3				X					
Desconhecida 4	myrtacea cauliflora			X					
<i>Psidium myrsinites</i> DC.*	muta-brava						X		
OCHNACEAE			*	*					
<i>Ouratea</i> sp			X	X					
OLACACEAE						*	*	*	*
<i>Ximelia americana</i> L.	ameixa					X	X	X	X
OPILIACEAE				*		*		*	
<i>Agonandra brasiliensis</i> Miers	pau-marfim			X		X		X	
POLYGALACEAE					*			*	
<i>Bredemeyera floribunda</i> Willd.	cipó-de-marfim							X	
<i>Triplaris surinamensis</i> Cham.	pajeú				X				
RHAMNACEAE							*		
<i>Ziziphus cotinifolia</i> Reissek*	juazeiro						X		
RUBIACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Alibertia edulis</i> (L.C.Rich.) A. Rich. ex DC.	marmelada-roxa	X		X					X
<i>Chomelia obtusa</i> Cham. & Schlttd.	pustemeira	X	X		X		X	X	
<i>Coutarea hexandra</i> (Jacq.) K. Schum		X							
Desconhecida 1							X		

Continuação da Tabela 1

Família/Espécie	Nome Vulgar	G1 S1	G1 S2	G1 S3	G1S 4	G2S 5	G3 S6	G3 S7	G3S 8
<i>Guettarda virbunoides</i> Cham. et Schlttdl.	angélica	X	X	X		X	X	X	
<i>Rudgea</i> sp				X					
<i>Tocoyena sellowiana</i> (Cham. & Schlttdl.) K. Schum.*	jenipapinho				X				
SAPINDACEAE				*		*	*		
<i>Cupania</i> sp				X					
<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil.	tingui-de-bola					X	X		
SIMAROUBACEAE						*		*	*
<i>Simarouba versicolor</i> A.St.-Hil.	paraíba					X		X	X
STERCULIACEAE		*	*	*	*	*	*	*	*
<i>Guazuma</i> sp	cundurú/mutambu						X		
<i>Helicteres heptandra</i> L.B.Sm.	sacatrapo	X	X	X	X	X	X	X	X
VERBENACEAE						*	*	*	
<i>Vitex cymosa</i> Bert. ex Spreng	mama-cachorra					X	X	x	
VOCHYSIACEAE			*	*		*	*	*	*
<i>Callisthene fasciculata</i> Mart.	capitão-de-campo								X
<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	pau-terra-da-folha-larga						X	X	X
<i>Q. parviflora</i> Mart.	pau-terra-da-folha-miúda		X	X		X	X	X	X
<i>Salvertia convallariaeodora</i> A.St.-Hil.	Folha-larga			X			X	X	X

Continuação da Tabela 1

Conclusão

O Complexo Vegetacional de Campo Maior caracteriza-se por geoambientes diversificados, com áreas sujeitas a inundações periódicas, em zona de transição ecológica caracterizada por uma forte instabilidade. Mudanças significativas na estrutura e arranjo das espécies vegetais assumem, em decorrência, aspectos fisionômicos de campos, cerrados, caatingas e matas sem, no entanto, enquadrarem-se de modo completo e característico em nenhuma destas fisionomias. A localização em área de tensão ecológica ou ecotonal talvez justifique esta estrutura e arranjo das espécies, o que estaria de acordo com as diferenças significativas encontradas na composição florística dos vários tipos fisionômicos mapeados em diferentes geoambientes delimitados na área.

A geologia da área contribui, de forma significativa, para a pobreza em nutrientes dos solos e a conseqüente limitação dos mesmos para uso agrícola. A característica sempre verde das espécies lenhosas é mantida a custa da água armazenada em profundidade, geralmente superior a 2m, capturada a partir de raízes profundas, típicas desta vegetação. A

observação destes fatos fortalece a hipótese de que estas florestas de folhagem caduca têm o seu desenvolvimento limitado e condicionado mais diretamente pela escassez de nutrientes do solo e não pela falta de água. Comparando os diferentes tipos de ambientes para solo e vegetação evidencia-se uma heterogeneidade espacial da biota, de variabilidade considerável, especialmente para fisionomias de matas e cerrados. Áreas nas quais o nível freático ocorre mais próximo da superfície são susceptíveis a processos de alagamento e/ou encharcamento, sem a individualização dos microrrelevos. Em áreas sujeitas a inundações e restritas às zonas deprimidas, os capões, de origem edáfica, assumem forma de microrrelevos que sobressaem na topografia do terreno e aos quais se associam formigueiros e cupinzeiros. As principais causas relacionadas à configuração geoambiental da área devem-se à heterogeneidade de solos, com vegetação restrita; à topografia local, com áreas elevadas, de encostas, alagadas e de brejos; e aos processos hidrológicos, responsáveis pela individualização de áreas temporária e permanentemente alagadas. Uma das conseqüências mais direta do exposto é a diversidade de habitats como resposta a uma heterogeneida-

de de ambientes, resultando comunidades também heterogêneas. A presença sempre freqüente e de modo característico de grandes extensões de blocos concrecionários lateríticos ferruginosos e de plintita, e petroplintita, a cujos processos de formação estão associados variações no nível freático, podem ser utilizados como suporte para a classificação da maioria dos cerrados do Piauí como savana hiper-sazonal, tendo por base dados relativos à variação sazonal do nível piezométrico, ao longo dos anos, em áreas similares.

A variação espacial dos geoambientes está na dependência do tipo e profundidade do solo, disponibilidade hídrica, topografia, relevo, altitude e presença e profundidade das camadas de crosta laterítica e da canga laterítica. Em ambientes de tão estreita e freqüente variação lateral de solo e de ambiente geológico há, no entanto, algumas espécies vegetais com uma amplitude geográfica significativa, de presença freqüente nos mais diferentes ambientes tendo, em comum, o fato de serem consideradas espécies do cerrado em comparação com levantamentos em diferentes áreas de diferentes fisionomias. Quanto à distribuição observou-se que valores elevados para a densidade ocorrem em ambientes bem drenados, com relevo suavemente ondulado a plano e de altitude superior a 140m, onde predominam os Neossolos Litólicos.

A heterogeneidade florística dos cerrados do Nordeste brasileiro (cerrados do Piauí e Maranhão) fica bem caracterizada no Complexo de Campo Maior diante da grande diversidade fisionômica, como resultado dos diferentes arranjos e estruturas locais assumidas pela flora local. As "ilhas de capões de cerrado" podem indicar ou representar indícios da sua evolução vegetacional. Há apenas um aumento na densidade como resposta ao processo de competição e às diferentes pressões de seleção peculiares a estes ambientes. O teor em matéria orgânica é, no geral, baixo e praticamente fornecido como produto da reciclagem da serapilheira, muito importante em áreas influenciadas por um clima sazonal, com longos períodos de seca, contribuindo para que a decomposição do húmus ocorra de modo bastante lento. O que uniformiza os solos, é a presença de concreções ferruginosas segundo horizontes plínticos mosqueados, vermelhos e amarelos, quando úmidos, e que, após seca-

gem em períodos de dessecação, evoluem, ao endurecer em profundidade, para nódulos ferruginosos de até 250cm. Pode-se advogar uma estreita relação entre a presença das concreções endurecidas e a faixa de oscilação dos dois níveis freáticos: à faixa de oscilação relacionam-se processos de concrecionamento ou lateritização; àquela correspondente ao nível de saturação permanente, os fenômenos de mosqueamento ou ferralitização. A fraca presença de uma vegetação florestal por toda a área, a despeito de uma forte presença de uma vegetação do tipo savana, pode estar diretamente relacionada à instalação de camadas impermeáveis a água, como as crostas lateríticas de forte presença na área de pesquisa, onde ocorrem a diferentes níveis de profundidade, desde um nível superficial ou aflorante até cerca de 2,20m. A sua presença, principalmente à superfície, serve de barreira à instalação de uma vegetação florestal própria da zona, ao modificar o equilíbrio hídrico do solo, conferindo às fisionomias uma origem edáfica e não climática. Fato curioso observado é que quando a crosta está posicionada à superfície, a vegetação é bastante rarefeita com grandes espaços ocupados por gramíneas, exceto quando se verifica, também, a presença de formigueiros. Estes são locais de boa drenagem e onde sempre se desenvolve uma boa cobertura vegetal. Quando a camada de retenção ou de crosta laterítica está posicionada a uma profundidade suficiente para permitir o acúmulo de água nas camadas de solos sobrejacentes, arejadas e úmidas, uma vegetação com fisionomia de floresta encontra condições adequadas para se instalar. Outra variante local da paisagem é observada quando a crosta laterítica está posicionada a certa profundidade e de modo uniforme, ficando a vegetação restrita, neste caso, às pequenas elevações ou microrrelevos. As situações descritas anteriormente permitem que se defenda a hipótese de que a presença da crosta laterítica e sua localização, aliada à profundidade e condições hídricas do solo, bem como à baixa disponibilidade de nutrientes, representam os principais fatores que mais diretamente condicionam a distribuição, alternância ou instalação das diferentes fisionomias vegetais identificadas na área pesquisada. Como os nutrientes encontram-se disponíveis apenas na porção superior do solo, a vegetação pode aí permanecer e crescer por muito tempo. Nas

áreas onde as camadas de solos, de textura arenosa, são profundas é freqüente observar-se o domínio de dois tipos de vegetação: às áreas arenosas com rápida infiltração da água corresponde uma fisionomia de savana com vegetação esparsa de gramíneas e herbáceas; àquelas onde a presença de crostas lateríticas, superficiais ou em profundidades, impedem a infiltração da água desenvolve-se uma vegetação densa de bosques ou mata seca. Outra situação de ocorrência na área e de característica importante prende-se à presença, em alguns sítios, de uma cobertura contínua de canga ou couraça laterítica que também serve de controle ou barreira à instalação e distribuição da vegetação. A sua distribuição à superfície impede o desenvolvimento de uma cobertura herbácea permitindo, no entanto, o desenvolvimento de árvores isoladas ou distanciadas significativamente umas das outras. O suprimento de água, neste caso, faz-se através da sua captura em profundidade. O fato observado de que a *Curatella americana* ocorre nestas áreas de forma sempre verde, mesmo durante o período de estiagem, é mais um dado importante no qual se baseia a hipótese de que a água encontra-se armazenada em profundidade. A captura de água nestas áreas, bem como naquelas em que a vegetação se instala diretamente sobre o arenito aflorante, faz-se a partir de um sistema de raízes que podem atingir cerca de 10m de comprimento, eventual e localmente podendo atingir cifras maiores, como observado na Serra do Bugarim, ao aproveitarem as fendas existentes para atingirem níveis profundos com boa disponibilidade de água. Portanto, as diferenças florísticas têm sua variabilidade relacionada a características muito particulares e localizadas, dentre as quais podem ser citadas a variabilidade espacial, presença da água, sendo que nas áreas deprimidas também é importante o tempo de inundação, profundidade da lâmina d'água, presença/ausência de afloramento rochoso, posicionamento na topografia, profundidade e pobreza/riqueza de nutrientes do solo, e presença e profundidade da crosta e canga ou couraça laterítica.

Referências

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques. *Diferenciação tectônica da plataforma brasileira*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 23., Salvador, 1969. *Anais*. Salvador, SBG. P.29-46.

BEARD, John Stanley. *The savanna vegetation of northern tropical America. Ecological monographs*, v.23, 1953.

BERTRAND, Georges. *Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. Cadernos de Ciências da Terra*(13), São Paulo, IG/USP, 1971.

CASTRO, Antônio Alberto Jorge Farias; MARTINS, Fernando Roberto; FERNANDES, Afrânio. *The woody flora of cerrado vegetation in the state of Piauí, northeastern Brazil. Edinburgh Journal of Botany*, Edinburg, v.55, n.3, p. 455-72, 1998.

CPRM. *Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil*. Carta Hidrogeológica. Folha SB 23XB - Caxias. 2000.

EITEN, George. *The cerrado vegetation of Brazil. Botanical review*. 33(2) 201-341.1972.

FARIAS, Ruth Raquel Soares; CASTRO, Antônio Alberto Jorge Farias. *Fitossociologia de trechos da vegetação do Complexo de Campo Maior, Campo Maior, PI, Brasil*. In: *Acta bot. bras.* 18(4): 951-965. 2004

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. *Geomorfologia e meio ambiente/ Antônio José Teixeira e Sandra Baptista da Cunha (Org.)*. 4. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. *Mapa de unidades de relevo do Brasil*. Esc. 1:5.000.000. 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Macrozoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Parnaíba*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 111p. (Série Estudos e Pesquisas em Geociências, 4).

NIMER, Edmon. *Clima*. In: *IBGE. Geografia do Brasil*; v.2, p. 151-187, Rio de Janeiro, 1990.

RADAMBRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Projeto RADAM*, 1978.

RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de. *Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas./ Denise Marçal Rambaldi, Daniela América Suárez de Oliveira (Orgs.)*. Brasília: MMA/SBF, 2003.

RATTER, James Alexander; DARGIE, T. C. D. *An analysis of the floristic composition of 26 cerrado areas in Brazil. Edinburgh Journal of Botany*. v.49, p. 235-250, 1992.

ROSS, Jurandyr. L. Sanches. *O registro cartográfico dos fatos geomorfológicos e a questão da taxonomia do relevo. Revista do Departamento de Geografia*, 6 FFLCH-USP, São Paulo, 17-29p. 1992.

SARMIENTO, Guillermo; MONASTERIO, Maximina. *Ecologia de las sabanas de America Tropical. Analisis macroecológica de los llanos de Calabozo, Venezuela. Cuadernos Geográficos n° 4*. 126p. 1971.

SOTCHAVA, Victor Borissovitch. *O Estudo dos Geossistemas*. In: *Métodos em Questão n° 16*, São Paulo, IG/USP, 1977.

TRICART, Jean; KIEWITDEJONGE, Conrad. *Ecogeography and rural management*. Harlow: Longman Scientific, 1992.

VELLOSO, Agnes. L.; SAMPAIO, EVERARDO, V. S. B.; PAREYN, Frans. G. C. *Ecorregiões: propostas para o bioma caatinga; resultados do seminário de planejamento ecorregional da caatinga*. Recife, TNC/APNE, 75p. 2001.

Entre práxis e conceitos

Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)
Renourishing the discussion on the theory of Local Development (LD)
Realimenter la discussion sôr la théorie de Développement Local (DL)
Realimentando la discusión sobre la teoría del Desarrollo Local (DL)

Vicente Fideles de Ávila*

Recebido em 24/7/2005; revisado e aprovado em 27/2/2006; aceito em 26/5/2006

Resumo: O presente texto foi elaborado com a principal finalidade de subsidiar os ex-alunos da disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local (DL)”, do Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB, a continuarem discutindo e aperfeiçoando as dimensões teórico-conceitual e teórico-operacional do DL. Em estilo bastante coloquial, os aspectos destacados no texto concernem, primeiro, à triangular relação DL-comunidade-sociedade e, segundo, à importância da ação dos Agentes-do-DL em espaços funcionais de: *retaguarda*, por influência em seus ambientes ou entidades de vinculação profissional; *vanguarda*, ou de efetiva militância nas próprias comunidades-localidades visadas pelo DL; ou do trabalho simultâneo nos dois espaços funcionais anteriores.

Palavras-chave: Comunidade e Desenvolvimento Local; agente de Desenvolvimento Local; comunitarização para Desenvolvimento Local.

Abstract: The text in hand was prepared with the main aim of helping ex-students of the discipline “Theory of Local Development (LD)”, of the Master’s Degree Course in Local Development at the Dom Bosco Catholic University, to continue discussing and perfecting the theoretical-conceptual and theoretical-operational dimensions of Local Development. In a quite colloquial style, the aspects brought out in the text concern, firstly, the triangular relationship Local Development-community-society and, secondly, the importance of the action of Local Development Agents in functional spaces of: *bringing up the rear*, by influencing their environments or professional entities; *in the forefront*, or effective militancy in their own local communities endorsed by Local Development; or of simultaneous work in the two former functional spaces.

Key words: Community and Local Development; Local Development agent; community formation for Local Development.

Résumé: Ce texte a été élaboré pour aider les anciens élèves du cours « Théorie du Développement Local (DL) », du Master en Développement Local/UCDB, à continuer la discussion et à chercher à perfectionner les dimensions théoriques conceptuelles et opérationnelles du DL. Dans un style plutôt simple, les aspects détachés dans le texte disent respect, premièrement, à la relation triangulaire DL-Communauté-société, et, deuxièmement, à l’importance de l’action des Agents du DL dans des espaces fonctionnels: *d’arrière-garde*, par l’influence dans leur milieu ou organisme de rattachement professionnel ; *d’avant-garde*, ou de participation effective dans les communautés-localités elles-mêmes qui sont visitées par le DL, ou du travail simultané dans les deux aspects fonctionnels antérieurs.

Mots-clé : Communauté et Développement Local; Agent de développement Local; Formation de Communautés pour Développement Local.

Resumen: El presente texto fue elaborado con la principal finalidad de subvencionar a los ex alumnos de la disciplina “Teoría del Desarrollo Local (DL)”, del Máster en Desarrollo Local / UCDB, para continuar discutiendo y perfeccionando las dimensiones teórico-conceptual y teórico operacional del DL. En estilo bastante coloquial, los aspectos destacados en el texto conciernen, primero, a la triangular relación DL-comunidad - sociedad y, segundo, a la importancia de la acción de los Agentes-del-DL en espacios funcionales de: *retaguardia*, por influencia en sus ambientes o entidades de vínculo profesional; *vanguardia*, o de efectiva militancia en las propias comunidades-localidades visadas por el DL; o del trabajo simultáneo en los dos espacios funcionales anteriores.

Palabras claves: Comunidad y Desarrollo Local; agente de Desarrollo Local; cooperativismo para el Desarrollo Local.

Esta matéria se vincula ao projeto de pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do DL”, de que participo com outro professor e boa equipe de pesquisadores-mestrados, mas com intuito imediato e direto de incitar os ex-alunos da disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local” (do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo

Grande-MS), bem como quaisquer outros possíveis interessados, à ampliação de discussão enriquecedora dessa Teoria. Daí o estilo bastante coloquial que a caracteriza.

Importa dizer-lhes – ex-alunos – que me foi muito prazeroso trabalhar com vocês o arcabouço-teórico básico do DL. Isso, em virtude de que remexer culturas já impregnadas, e por vezes bastante solidificadas em nossos históricos lastros pessoais e

* Docente do Módulo 1 da disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local”, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS.

institucionais, é constante desafio pela previsivelmente normal sensação de desinstalação cultural e, por vezes, sensação de insegurança operacional que expectativas a respeito desse tipo de “pretensão” acabam sempre gerando, sobretudo no primeiro semestre de ingresso num Programa de Mestrado.

Então, em cada começo das abordagens teóricas do DL com turmas diferentes, também fico de certa forma apreensivo sobre como serão ou não “ruminadas” por todos, “metabolizadas” por uma parte e “expelidas” por outra, sempre me esforçando e torcendo para que esta seja a menor possível ou sequer exista.

Afinal, o DL é coisa de território/ espaço coletivamente dimensionado¹, mas sempre considerando que os territórios/ espaços coletivizados se afloram das dimensões ou propriedades comuns dos territórios/ espaços individuados, propriedades estas – já formadas, em processo de formação ou passíveis de serem formadas se houver potencialidades para tal – que se interficiem, interajam, intercomplementem e ensejem a emergência dos embrionários “núcleos galáticos” de coletivização, em processo de expansão externa e complexação interna. Daí por que o gérmen “nuclear” da “coletivização” de uma comunidade pode iniciar-se pela interatividade de propriedades comuns a restrito número de indivíduos para se estender:

- primeiro, a todo conjunto “localizado” de indivíduos, em ambiente de predomínio dos relacionamentos “primários” sobre os “secundários”² ou até de certa equilibração entre os mesmos, portanto constituindo aquela categoria de coletividade sociologicamente denominada “comunidade”;
- segundo, à categoria de coletividade mais formal e de espectro território/espacial também mais abrangente – chamada “**sociedade**” –, porque esta pode delimitar-se da dimensão dos relacionamentos “secundários” tanto entre só dois indivíduos quanto por aglutinação de pessoas que se agreguem em territórios/ espaços muito mais amplos, ou seja, por relacionamentos “secundários” que jurisdicionem a totalidade de cidadãos de uma localidade, uma região, um país e até mesmo seres humanos consorciados em escalas inter, trans ou supranacionais. E isso tem tudo a

ver com as dimensões individual e coletiva da **identidade**, como tratada inclusive para efeito do DL³.

Mas esta fundamental diferença, entre performances de vida em “comunidade” e em “sociedade”, também tem tudo a ver com DL. No primeiro caso, os indivíduos/cidadãos podem influir direta e incisivamente nos (por vezes até decidir sobre os) seus rumos, meios e métodos individuais e coletivos de vida (o que constitui exercício de cidadania), embora nem sempre isto ocorra por falta de aptidões internas (capacidades, competências e habilidades para tal) ou pelo esmagamento do dirigismo externo, sempre voltado à imposição e perpetuação da dependência societariamente verticalizada. E isto constitui, sem dúvida, situação de impasse, dado que, por um lado, o dirigismo externo bloqueia portas ao desenvolvimento de aptidões e, de outro, torna-se difícil pensar na superação do dirigismo externo sem que se desenvolva e exercite capacidade de aptidões. No entanto, o progressivo rompimento desse impasse é possível mediante a “comunitarização para DL”, como se reitera à frente.

Em se tratando do segundo caso, a coletividade formalizada – isto é, regida por relacionamentos “secundários” independentemente de laços “primários” – é que dita as regras de performances da vida em sociedade, restando aos indivíduos/cidadãos apenas as influências indiretas (via delegação ou representação) – exercitadas por direitos de voto, acusação, defesa e similares – nas decisões de leis, normas, regimentos e regulamentos que vigem independentemente dos limites vitais dos indivíduos que compuseram, compõem ou comporão a concernente coletividade.

No que se refere às duas dimensões societárias pontuadas acima, importa lembrar ou enfatizar, portanto, que:

- a) Pelo princípio da dedução⁴ (o que vale para o todo se atribui automaticamente a cada parte), no “regime societário” a regra tem sido a de os indivíduos serem compulsoriamente submetidos ao que é estabelecido às coletividades de que fazem parte, não importando se gostem ou não, se o acham correto ou incorreto, justo ou injusto (daí por que em “sociedades” democráticas reservam-se também aos indivíduos/cidadãos os direitos de defesa e

- acusação perante as instituições societariamente reguladoras).
- b) Como concebido no âmbito da disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local” do Programa de Mestrado da UCDB, o DL⁵ é fundamentalmente coisa de “comunidade ativada para DL”, porque é aí que os indivíduos/cidadãos podem se “desabrochar” para catalisarem propriedades comuns, inclusive as que visem o cultivo de diferenças enriquecedoras da contínua geração e dinamização de potencialidades, condições e ações para cada vez mais e melhor influenciar direta, compromissada e compartilhadamente nos rumos, meios e métodos individuais e coletivos da vida territorial, espacial e solidariamente localizada.
- c) Também retomando a questão do impasse, apontado atrás no caso das performances de vida em “comunidade”, e em teoria se possa até pensar nas coordenadas fundamentais de “comunidade média ideal” para efeito de DL⁶, a expressão “comunidade ativada para DL” significa que, em termos concretos, ninguém achará por aí nenhuma “comunidade pronta para DL”, ou seja, poderá até se deparar com contingentes populacionais localizados (os caracterizados como “comunidades tradicionais” ou outros com menos vínculos “primários” de agregação) mais ou menos propícios a projetarem e assumirem o próprio desenvolvimento, mas jamais em condições ideais para tanto. Isso enseja a inferência, sem medo de erro, de que investir na “comunitarização” visando o DL já é real atitude implementadora do mesmo, na verdade em sua expressão mais importante, porque esse tipo de investimento uma vez iniciado nunca mais poderá ser interrompido, não importando se por consórcios de iniciativas e esforços de agentes externos e internos ou elevação da capacidade da auto-suficiência de permanente conquista pelos próprios agentes internos.
- d) Portanto, é ilógico pensar logo de cara em planos e estratégias DE DL arquitetados uniforme ou medianamente para “sociedades” em amplitudes nacional, regional⁷ e mesmo local apenas “secundariamente” articuladas, tendo em vista que não respeitaria e mesmo desperdiçaria as riquezas potenciais e factuais, diferenciadamente contributivas, das peculiaridades de cada comunidade-localidade.
- e) Mas é possível, lógico e altamente desejável pensar em planos e estratégias de desenvolvimento A PARTIR DO DL em todas ou cada uma dessas amplitudes⁸, de forma que as macro-estratégias nacionais e regionais se assentem nas (bem como se interajam e intercomplementem com as) micro-estratégias comunitarizadas, ou até delas comecem a emergir, pois, se o processo do DL for genericamente comparado ao da dinamicidade vital de uma árvore, tem-se que: 1º, qualquer árvore ou planta precisa tanto das correntes de ar e feixes de luz que vêm de cima (simbolizando as macro-estratégias externas) quanto dos nutrientes orgânicos e minerais micro-estrategicamente sugados de baixo (pelas raízes e partícula-a-partícula), evidentemente tornando-se capaz de “metabolizar” tudo o que micro e macro-estrategicamente conseguir captar de baixo, de cima e dos lados em fatores de manutenção e evolução ou transformação de sua própria vida; 2º, quando uma árvore morre, a tendência natural é a de que já tenha espalhado sementes ao longo de toda a sua existência-fecunda para o surgimento, pelo menos a cada primavera, de outras que continuem e expandam esse dinamicamente prodigioso processo de geração-manutenção-transformação da vida (daí por que cada ser vegetal e animal é por natureza dotado de potencialidade reprodutiva-reposicionadora-renovadora).
- f) Em tese, a idéia de planos macro-estratégicos de desenvolvimento A PARTIR DO DL é lógica e até certo ponto muito simples, mas, na prática, depara-se com a “cultura da tecnocracia imediatista”, aquela de a tudo – e “a priori” – quereremos “sistemizar” configurando “parcelas” pela divisão de “totais” (com base em coeficientes aproximados e artifícios equalizadores de arredondamento “sistêmico”), na contração do DL cuja matemática se alinha na contínua geração de realmente boas e diferenciadas “parcelas” (performances comunitário-locais⁹) que sem trégua se somem em cada vez melhores e diversificados “-totais” (performances tipicamente societárias locais, regionais e nacionais).

g) Isso significa que, pela articulação, interação e intersecção de propriedades comuns: 1º) os indivíduos/cidadãos influenciarão direta e incisivamente nos rumos, meios e métodos de vida da cada comunidade-localidade; 2º) os rumos, meios e métodos de organização e funcionamento de cada dimensão societária (local, regional e nacional) também sofrerão influências diretas e incisivas das propriedades comuns emergentes das comunidades-localidades, em termos tanto de igualdades/similitudes quanto de diferenças/peculiaridades; 3º) o desenvolvimento começará a se enraizar e brotar inclusive das diferenciadas maneiras de as pessoas concreta e cidadãmente se relacionarem em patamares individualizados, coletivo-comunitarizados e coletivo-societarizados; 4º) mais cedo ou tarde, a formação da cultura de autêntico DL¹⁰, no sentido de a própria comunidade-localidade se tornar paulatinamente capaz e competente de se desenvolver (e não apenas a do Desenvolvimento NO Local-DnL¹¹, pelo qual a comunidade-localidade se caracteriza mais como *sede física* do desenvolvimento que sua beneficiária, ou a do Desenvolvimento PARA O Local-DpL, que se processualiza à maneira *bumerangue*, isto é, as entidades promotoras de programas/projetos de desenvolvimento de-fora-para-dentro – governos, ONGs, institutos assistenciais ou beneficentes, etc., nacionais e internacionais – tanto geram benefícios às comunidades-localidades quanto delas por vezes até muito mais se beneficiam em termos de realização dos seus próprios objetivos e interesses institucionais) acabará por se desembocar na política de futuros planos macro-estratégicos de desenvolvimento A PARTIR DO DL, independentemente do que agora se opine ou avalie a esse respeito.

E da mesma forma que procuro considerar a vida humana nas dimensões individual (cada pessoa/cidadão/ã) e coletiva (de comunidade e de sociedade), também minha preocupação ao longo da disciplina se volta constante e concomitantemente para os prismas coletivo e individualizado dos mestrandos, porque visio ao mesmo tempo a turma inteira e a cada um, em razão de que a própria coletivização da cultura de DL depen-

derá do que conseguirmos amalgamar das maneiras interativas e intercomplementares de pensar e agir, nessa perspectiva, dos indivíduos-mestrandos que compõem, primeiro, cada turma em particular e, segundo, todo o conjunto de turmas abrangidas por nosso Programa, bem como do processo dialético de difusão-catalisação que todos nós irradiarmos/apurarmos ao longo de nossas performances pessoais e profissionais, não importando onde, como ou quando.

E, para minha presente satisfação e realização, os esforços têm sido compensados, inclusive o de documentar praticamente todo o arcabouço teórico – de minha lavra – em textos escritos e disponíveis para públicas “ruminações”, sobretudo posteriores à disciplina nos casos dos ex-alunos. Até o momento, não me deparei com posições ou questões que contradissem frontalmente o que tenho escrito e dito (como fruto do já pensado e vivido) ou que ainda venho dizendo e vivendo para, quiçá, escrever depois e nas perspectivas de avanços, redimensionamentos, revisões e até auto-superações em níveis pessoais e institucionais.

Quanto à continuidade das mencionadas “ruminações”, estou certo de que o *Benjaminzinho-mental* (como aquele bonequinho que teimosamente costuma aparecer na tela do monitor repetindo interrogações sobre o que a agente quer fazer com o computador) não dará sossego a nenhum de vocês –individual e coletivamente–, com duas chatas porém “indeletáveis” perguntinhas: *Quê isso tem a ver com DL?; Quê isso tem a ver com o quê de DL?*. E para que a demasiada frequência das “topadas-de-frente” com esse *personagenzinho irritante* não lhes conduza à insônia, e muito menos à neurotização, o jeito é (também individual e coletivamente) sempre buscarem e tornarem cada vez mais coerente e consistente a configuração teórica do DL, em contínuo desmanche dos caroços-lógicos que pululam a todo momento do tridimensional e constante confronto entre: a) os referenciais básicos do DL focado; b) os princípios e modelos de desenvolvimento parametrizado, “aplicados” ou simplesmente “levados de-fora-para-dentro e de cima-para-baixo” a comunidades, municípios, regiões, países e hemisférios, já impregnados em nossa “cultura” de desenvol-

vimento; c) e os desafiantes mapeamentos (nas perspectivas de passado ← presente → futuro) das próprias formas-de-vida individual, coletivo-comunitária e coletivo-societária, nas respectivas ambiências locais, regionais, nacionais, hemisféricas e planetárias, fenomenologicamente visadas como realidades concretamente existenciais.

A boa notícia – teoricamente falando – é a de que pelo menos dois estratégicos pontos-de-apoio, para a empreitada de desmanche dos mencionados caroços-lógicos, parecem calados nas mentes de todos vocês (observei isso nos textos que me forneceram): a) a inequívoca distinção entre as já mencionadas configurações “DnL” (Desenvolvimento NO Local), “DpL” (Desenvolvimento PARA O Local) e “DL” (DESENVOLVIMENTO LOCAL); b) e a substituição das expectativas de receituários metodológicos pela fundamental visão de que o principal entrave ao sadio desenvolvimento é a falta de rumos, na opinião de Kujawski¹², que também cita o poeta espanhol Antonio Machado para nos dizer, como “caminhantes” em direção aos rumos do Desenvolvimento Local: “Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar”, mas cientes de que *caminhos feitos ao caminhar sem rumos* nos “levam” a lugar nenhum ou, na melhor das hipóteses, a “rumos” que outros nos predeterminam e não a rumos que nos sejam próprios.

No entanto, quando se trata de transferência da lógica teórica para a da operacionalidade do DL, ainda há bastante que se questionar. Valho-me, para exemplificar, da seguinte pergunta e concernente resposta presente numa anotação, formulada por aluno da disciplina¹³, referindo-se ao papel do agente no processo (por ele denominado “programa”) de Desenvolvimento Local: “Com base nesse programa, como o agente pode atuar na realização do desenvolvimento local numa determinada comunidade?”. Ele mesmo respondeu que “Aparentemente, existem pelo menos dois caminhos possíveis: atuar de acordo com os interesses dos grupos que acreditam no desenvolvimento sem reformas sociais ou atuar nos movimentos sociais que propugnam reformas”. O preâmbulo “Aparentemente, existem pelo menos dois caminhos possíveis [...]” dá a entender que detrás da “aparência”

também há outro/s caminho/s a ser/em considerado/s. Só que, na seqüência da resposta, só segundo é o recomendado:

Esse seria o segundo caminho a ser seguido pelo agente, o que sugere a conveniência das ciências políticas nos programas de Desenvolvimento Local, como instrumento de interlocução e sinergia entre a academia e organizações sociais que carregam, em seus programas e ações transformadoras, potencial para o desenvolvimento endógeno.

O que está em jogo, aqui, não é a relevância da questão (tão importante que foi destacada como protótipo para análise), mas a propriedade de sua relação com o espectro teórico-metodológico do DL. Da mesma forma, não há a mínima dúvida sobre o mérito tanto dos “[...] movimentos sociais que propugnam reformas” quanto da “[...] conveniência das ciências políticas nos programas de Desenvolvimento Local [...]”. **O que de fato se questiona é se os movimentos sociais ora conhecidos – assim como os aplicativos derivados não só das ciências políticas como de todas as demais – “propugnam”, orientam ou embasam REFORMAS PARA AS COMUNIDADES (DpL), NAS COMUNIDADES (DnL) ou SÃO DE REFORMAS DE DENTRO-PARA-FORA DAS PRÓPRIAS COMUNIDADES, isto é, DE CADA COMUNIDADE COM SUAS PECULIARIDADES ESPECÍFICAS (DL)?**

Este mesmo questionamento se aplica aos casos das políticas e respectivos planos/programas/projetos governamentais (locais, regionais, nacionais e multilaterais), assim como das ONGs, entidades religiosas, filantrópicas e outras que atuem ou invistam em causas sociais de qualquer tipo. No entanto, é necessário ficar bem claro que, de um lado, as políticas e ações sociais de todas as instâncias mencionadas não deixam de ser importantes só porque se configuram como investimentos em DnL (Desenvolvimento NO Local) ou DpL (Desenvolvimento PARA O Local), e não em DL (DESENVOLVIMENTO LOCAL), da própria comunidade-localidade a que se referir, já que a assistência social assim como o interesse social por engajamentos em movimentos reivindicatórios dessa natureza, são e sempre continuarão sendo necessários, desde que não transmutados em assistencialismos demagógicos de *colonização* ou *barganhas* sócio-culturais e político-econômicas.

Ademais, a concepção de Desenvolvimento Local (como processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro-para-fora da própria comunidade-localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de *sujeito* e não de *mero objeto-mesmo-que-participante* desse processo) só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada, razão pela qual as instâncias públicas e privadas do Brasil e de quaisquer outros países ainda não tiveram oportunidade e sequer preocupação de vincarem a essência lógica do DL *endógeno-emancipatório* em suas políticas e programações institucionais. Mas isso ocorrerá, à medida que as concernentes lógicas conceituais e metodológicas forem alcançando espaços cada vez maiores e melhores de sistematização e disseminação¹⁴, e os Agentes-do-DL cumprirão importantíssimo papel no processo de *entranhamento da cultura do DL* nas próprias culturas institucionais dessas instâncias, a começar por aquelas em que exercem/exercem sua profissão e com as quais se relacionem tanto por ideais comuns ou afins quanto em razão dos deveres de ofício.

Aliás, isso ajuda a esclarecer aquela angustiante – porém fantasiosa – dúvida de que o Agente-do-DL só cumprirá autenticamente a sua função quando estiver trabalhando explícita e diretamente com alguma comunidade-localidade concreta e território-espacialmente definida. Esse tipo de visão se circunscreve ao tecnicismo-ativista, enquanto o DL – como se disse acima *endógeno-emancipatório* – se funda e alimenta também em contínuo processo de *formação*¹⁵, especificamente para essa finalidade, nos âmbitos tanto de cada comunidade-localidade – dimensão esta da *formação* anteriormente denominada “comunitarização para DL” – quanto das instâncias públicas, privadas, governamentais, não-governamentais, etc., das alçadas locais, regionais, nacionais e supranacionais.

Assim, o Agente-do-DL tem à sua disposição os seguintes três espaços funcionais para influir e agir: o da *retaguarda*, aquele mencionado acima de *entranhamento da cultura do DL* nas instâncias com as quais se relacione nas condições de profissional ou *disseminador/a-inseminador/a autônomo/a da cultura do DL*, se concretamente não tiver oportunidade de trabalhar diretamente com

comunidade-localidade; o da *vanguarda*, se ainda enquanto *disseminador/a-inseminador/a do DL* puder e de fato atuar em comunidade-localidade concreta, no que respeita tanto à formação da cultura do DL quanto dos respectivos programas/projetos específicos de desenvolvimento, independentemente de que área (social, econômica, cultural, etc.); e o da concomitância de ambos (*vanguarda + retaguarda*), se conseguir influir ou atuar simultaneamente nesses dois espaços funcionais.

E o que vem chamando à atenção é que os próprios ex-alunos da disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local” têm fornecido exemplos interessantes na linha do primeiro espaço funcional, supra, ao testemunharem que vários dentre eles, sobretudo os vinculados a órgãos públicos e ONGs, já estão repensando as maneiras de concepção, planejamento e ação de suas entidades – no que respeita a comunidades localizadas – à luz de referenciais teóricos básicos do DL.

Mesmo assim, com freqüência vem à tona aquela genérica –porém desalentadora – pergunta de candidatos a efetivos Agentes-do-DL: *a atuação do Agente-do-DL – externo – não se contraditaria com o fato de o autêntico DL implicar que cada comunidade-localidade se torne paulatinamente capaz, competente e hábil para se desenvolver endogenamente, portanto de-dentro-para-fora e na condição de sujeito do seu próprio desenvolvimento?* Não há nenhuma contradição nisso. Se assim fosse, também contraditório seria os médicos (especializados em fertilização e obstetrícia) ajudarem suas pacientes a se tornarem *sujeitos-capazes-e-competentes* em matéria de concepção e gestação de filhos que lhes sejam próprios. O que esses médicos fazem é auxiliar as pacientes a desenvolverem suas potencialidades para essas finalidades, até mesmo as ajudando se o problema consistir em poucas chances naturais de concretização da maternidade. Daí porque se atribuíram ao Agente-do-DL as funções de *disseminador/a, inseminador/a* (como visto logo atrás), *pedagogo-sócio-comunitário* ou *profissional-maiêutico* do DL (aqui significando *indutor-de-parto* do DL de acordo com textos-básicos¹⁶ da disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local”), pela extensão da *maiêutica* socrática (originalmente mais restrita à concepção e geração do conhecimento pelo próprio discípulo) também ao sentido de

indução-de-parto no que concerne a desenvolvimento comunitário-local.

Se as comunidades-localidades não precisassem da contribuição de agentes externos para se desenvolverem, já estariam desenvolvidas. Portanto, o que se discute – em relação ao Agente-do-DL (externo) – são suas formas de atuar em cada comunidade-localidade, mas não a necessidade e importância da sua atuação. E, para começar, basta que cada Agente-do-DL, independentemente do campo de formação profissional de origem, entenda que qualquer área de conhecimento compreende duas dimensões fundamentais: uma técnico-especializada, própria do profissional para isto capacitado, e uma de base-social, portanto de acesso possível a qualquer homem e mulher que a vivenciem no seu cotidiano, inclusive como ingrediente necessário à dignidade de vida e exercício de suas cidadanias. Todos os profissionais do Direito, da Economia, da Medicina, da Engenharia, da Agronomia, da Zootecnia e não importa de que outra área, podem e devem trabalhar nestas duas dimensões: a da “educação básica” das pessoas, para o exercício individual e coletivo-comunitariamente da cidadania na respectiva área – cumprindo a função social de cada profissão –, e a da atuação técnico-científica que visa a concretização profissional da especialização conquistada. E em ambos casos, há condições de convergência para o DL, dado que: a primeira (a da “educação básica” na correspondente área) implementa a cultura da capacitação individual e comunitária para o autodesenvolvimento, em relação ao que for típico e possível nos horizontes destas duas alçadas; e a segunda, a do exercício técnico-científica especializado, fluirá como demanda conseqüente da primeira, sempre em crescente diversidade e volume, pois à proporção que cada comunidade-localidade aumentar sua capacidade e disposição para se desenvolver também tenderá a demandar mais assistência técnico-científica especializada nas áreas abrangidas por seus rumos de desenvolvimento.

Isso significa que nenhum profissional de área técnica precise deixá-la de lado para se envolver em DL, bastando que tome iniciativa e faça esforço no sentido de que os campos possíveis da mesma se orientem pro-

gressivamente na direção convergente de acoplamento com os referenciais teórico-conceituais e teórico-metodológico do DL. E, quanto a isso, a lógica indica que as tendências da relação esforço-retorno, em termos de benefícios pessoais/profissionais, são: predominância do esforço na perspectiva de curto prazo (fase caracterizada como dispendio em investimento) e retorno cada vez mais vantajoso na de longo.

Entretanto, e retomando a questão se a atuação do Agente-do-DL contraditória com a autocapacitação comunitária para o desenvolvimento, importa enfatizar que – aí sim – o agenciamento por “pacotes” externos de soluções, inibidores tanto da autoconfiança quanto das iniciativas comunitárias internas, é que se contraditória com o Desenvolvimento Local. Isto, em razão de que tais “pacotes” produzem os desastrosos efeitos, primeiro, de perpetuação da dependência comunitária ao assistencialismo desenvolvimentista externo e, segundo, do abafamento ou anulação das potencialidades e peculiaridades próprias, a partir das quais cada comunidade-localidade pode e deve reagir em busca de seus rumos e processos de desenvolvimento, contexto este em que a ajuda dos agentes externos é sempre necessária e oportuna.

Por último, reitera-se que, no tocante a *caminhos* de atuação adequados ao Agente-do-DL como *pedagogo-sócio-comunitário* e *profissional-maiêutico*, tudo começa por se ter clareza e convicção sobre os arcaibouços lógico-conceituais e lógico-metodológicos do DL. Isso, em razão de que é deles que emergirão os referenciais norteadores de *rumos* – como dito atrás – para esses *caminhantes-do-DL* se exercitarem nos meandros dos anteriormente mencionados três espaços funcionais, em conformidade com a máxima do poeta espanhol Antonio Machado (citado por Kujawski): “Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar”.

Notas

¹ Observa-se, primeiro, que todos os itens bibliográficos presentes nesta **Notas** constituíram, no todo ou em parte, textos-básicos para a disciplina “Teoria do Desenvolvimento Local” e, segundo, que a conceituação de Desenvolvimento Local (DL) – visada como pedra-angular para o arcabouço teórico do DL – consta de: a) ÁVILA, V. F. et al. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e*

análise de conceitos. Campo Grande: Editora UCDB, 2000. p. 68-74; b) ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande-MS: UCDB, v.1, n.1, p. 68-70, set. 2000; c) ÁVILA, V. F. Cultura, Desenvolvimento Local, solidariedade e educação. Campo Grande-MS, Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB, 2004, p. 26. Disponível em: <www.ucdb.br/coloquio>.

² Essa tipologia de “relacionamentos” é aqui focada de modo extremamente sintético, ou essencializado, mas (em: PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 11.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968) abrange amplas complexidades configurativas, que vão da “Herança Social” (Cap. X, p. 135-141) à ambivalência “Isolamento e Contato” (Cap. XI, p. 143-162), ao “O Processo de Interação [...]” (Cap. XII, p.163-175), à “Interação Simbólica e Não-Simbólica” (Cap. XIII, p.177-185), e assim por diante.

³ As dimensões identitárias individual e coletiva são analisadas às p. 36-38 do item bibliográfico mencionado à Nota 1-a supra.

⁴ Cf. ÁVILA, V. F. *A pesquisa na vida e na universidade*. 2. ed., Campo Grande-MS: UFMS/UCDB, 2000. p.56-58.

⁵ Itens bibliográficos e respectivas páginas para localização da conceituação de DL indicados à **Nota 1**.

⁶ Cf. item bibliográfico à **Nota 1-a**, p.71.

⁷ Esta questão é também considerada no item bibliográfico referido à **Nota 1-b**, acima, p. 70-73.

⁸ No que respeita à amplitude especificamente municipal, a questão é trabalhada - em ÁVILA, V. F. *No município sempre a educação básica do Brasil*. 2.ed., Campo Grande-MS: UCDB, 1999 - no prisma da autogestão municipal da educação e de outros serviços sociais básicos.

⁹ Ainda antes de se falar em Desenvolvimento Local no Brasil e referindo-se à amplitude especificamente municipal, o livrete também indicado como texto-base da disciplina (cf. ÁVILA, V. F. *Municipalização qualitativa para o desenvolvimento*. Campo Grande-MS : UFMS/PREG, 1993) já focava a “municipalização” nessa perspectiva (p.24-25, com destaque maiúsculo original):

O QUE DEVE SER MUNICIPALIZADO NÃO SÃO ÔNUS, ENCARGOS E SERVIÇOS DE QUALQUER NATRUEZA; O QUE PODE E DEVE SER MUNICIPALIZADO (OBJETIVANDO A ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MATERIAL, ESPIRITUAL E CULTURAL DE TODOS OS SEGMENTOS POPULACIONAIS, BEM COMO CRIANDO E IMPLEMENTANDO CONDIÇÕES PARA A EFETIVA FORMAÇÃO DA CIDADANIA E DA NAÇÃO BRASILEIRA) SÃO A CAPACIDADE, A COMPETÊNCIA E O PODER DE GESTÃO, PELO PRÓPRIO MUNICÍPIO, DE SOLUÇÕES E RESPOSTAS AOS PROBLEMAS, ÀS NECESSIDADES E ASPIRAÇÕES BÁSICAS, AFETOS DIRETA E COTIDIANAMENTE ÀS POPULAÇÕES LOCALIZADAS NESSA UNIDADE GEO-HUMANA; SÃO NORMALMENTE PROBLEMAS, NECESSIDADES E ASPIRAÇÕES RELACIONADAS COM EDUCAÇÃO BÁSICA, SAÚDE, SANEAMENTO, HABITAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE SOCIAL, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, LAZER, CULTURA, DESPORTO, AGRICULTURA, PECUÁRIA, ARTESANATO,

ESTRADAS VICINAIS, MEIO-AMBIENTE, ORGANIZAÇÃO DE CORPORAÇÕES, ETC., SEGUNDO AS POTENCIALIDADES, PECULIARIDADES E CONDIÇÕES DE CADA MUNICÍPIO.

¹⁰ Cf. localização de conceito indicada na Nota 1-a-b-c.

¹¹ Detalhes explicativos no item bibliográfico à Nota 1-c sobre: DnL, p. 22-23 e DpL, p. 23-25.

¹² KUJAWSKI. Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. 2.ed., São Paulo: Ática, 1991, p. 203-204.

¹³ Entendeu-se oportuno manter o anonimato em virtude de que os textos formulados por todos os alunos se limitaram a exercitações acadêmicas sobre performances pessoais de compreensão das dimensões teóricas do DL, visando rediscussões posteriores como as que inclusive este texto de alguma forma pretende alimentar.

¹⁴ Em outro texto-base da disciplina (cf. ÁVILA, V. F. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*. Brasília : Plano, 2003) se conclui (p. 92) que:

Em termos de formação de gerações, tudo pode começar pela educação escolar, da educação infantil à de nível superior, por desafiadoras experiências que conectem realidades de vivência com respectivos conteúdos e fórmulas científicas ao longo da vida-currículo-escolar. E esta é a idéia de fundo que permeou todo o presente trabalho.

¹⁵ A importância da intercomplementaridade entre *formação e educação* no processo de Desenvolvimento Local é analisada e enfatizada nos itens bibliográficos aludidos à **Nota: 1-b** (p.63-64), **1-c** (p. 10-11) e em todo o livro referenciado à **Nota 14**.

¹⁶ Já no item bibliográfico à **Nota 1-b** (p. 74) se diz que:

As funções de todos os agentes (ou *actores*, como se emprega muito em espanhol) externos - economistas, engenheiros de todas as especialidades, químicos, psicólogos, advogados, professores, etc - que se envolverem em processo de *desenvolvimento local* se configurarão fundamental e estrategicamente como de cunho formativo-educacional.

Por outra, no item aludido pela **Nota 1-a** (p. 67) enfatiza-se que:

[...] o *agente* de *desenvolvimento local* de fato *age* (do verbo *agir*), mas com finalidade, função e compromisso exclusivos de *agenciador/intermediador* (do verbo *agenciar*) na direção comunidade → desenvolvimento (e não na inversa: desenvolvimento → comunidade), ou seja, trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento *para* a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas *na* comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo. Por essa ótica, pode-se entender, sem exagero, que o autêntico sentido de *agente-agenciador/intermediador*, aqui considerado, não é senão o de *pedagogo comunitário ou maiêutico indutivo do desenvolvimento local* em relação a todo o seu agir na comunidade localizada, a exemplo da metodologia *maiêutica* que Sócrates aplicava em seus discípulos.

Essa mesma questão do Agente-do-DL como *profissional-maiêutico do DL* é mais extensamente explicitada no texto indicado pela **Nota 1-c**, p. 29-32.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
 - a) título em português, inglês, espanhol e francês;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação, impressa e on-line, devidamente assinada pelo(s) autor(es);
 - c) O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua e encaminhados em três vias, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.
- Art. 7 - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos

recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p.35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado "avessa ao contato com o ser humano"...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência:
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico
Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário
CEP 79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 3312-3594
e-mails: mdlocal1@ucdb.br / maugusta@ucdb.br